



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação**  
**Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**X Reunião Técnica**  
**Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos**  
**Avançados**

**21 e 22 de outubro de 2014**

**Local**  
**Secretaria Nacional de Justiça (Shopping ID, 2º andar, Torre A, Sala 210 – Sala de**  
**Treinamento Ana Paula Galdino)**  
**Brasília, DF**

*(Transcrição ipsis literis)*  
*Estenotípiá Presencial*  
*TEXTOS SOLUÇÕES - Estenotípiá, Degravação e Revisão de Textos Ltda.*  
*(61-9115-4769)*



**Ministério da Justiça  
Secretaria Nacional de Justiça  
Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação  
Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**INDICE**

<b>21/10/2014 – MANHÃ</b>	<b>Pag. 04</b>
<b>21/10/2014 – TARDE</b>	<b>Pag. 68</b>
<b>22/10/2014 – MANHÃ</b>	<b>Pag. 160</b>
<b>22/10/2014 – TARDE</b>	<b>Pag. 242</b>



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação**  
**Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

### **Considerações Iniciais**

A título de esclarecimento, no decorrer da reunião, algumas pessoas não foram previamente identificadas, o que impossibilitou ao estenotipista inserir os nomes no texto transcritivo (O Sr (a) não Identificado (a)).

Ressalta-se também que onde aparecem os símbolos (?) são os momentos da reunião onde não foi possível identificar o que foi dito, em razão de problemas técnicos de áudio e/ou forma de expressão não clara por parte do participante.

Outro ponto que vale ser destacado é que, apesar de nossas pesquisas utilizando ferramentas como o *Google* e *ask*, pesquisas feitas por meio da web, não conseguimos identificar algumas nomenclaturas e terminações utilizadas pelos participantes e/ou palestrantes.



**Ministério da Justiça**  
**Secretaria Nacional de Justiça**  
**Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação**  
**Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

**21/10/2014**

**MANHÃ**

1 **A Sra. Fernanda Alves dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça,**  
2 **Classificação, Títulos e Qualificação)** – Pessoal, bom-dia. Como estamos? Fizeram  
3 boa viagem? Aqueles que vieram de fora. Estou vendo várias carinhas novas, muita  
4 gente chegando à Rede. É sempre uma alegria quando abrimos uma reunião e vimos que  
5 tem gente nova chegando para ampliar e fortalecer esta Rede. Bom dia a todos e a todas.  
6 Eu sou Fernanda dos Anjos, sou diretora do Departamento de Justiça que fica na  
7 Secretaria Nacional de Justiça. Já dou o informe que o nosso secretário nacional estará  
8 conosco hoje. Ele está se deslocando do Rio Grande do Sul e estará conosco ainda no  
9 dia de hoje em algum momento. Vou fazer uma sugestão, ao invés de começar uma fala  
10 mais protocolar, como temos várias pessoas chegando, de fazermos uma saudação de  
11 boas-vindas cada um dizendo rapidamente o nome e o estado de onde veio e na  
12 sequência passamos para a abertura formal, pode ser? Vamos começar pelo sucesso da  
13 Bahia? Vamos lá.

14  
15 **O Sr. Admar Fontes Júnior (Coordenador do NETP - BA)** – Bom-dia a todos e a  
16 todas. Meu nome é Admar Fontes Junior, sou coordenador do Núcleo Enfrentamento ao  
17 Tráfico de Pessoas do estado da Bahia. Tudo lindo, tudo certo na Bahia.

18  
19 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP - GO)** – Alô, bom-dia a todos e a todas.  
20 Valdir Monteiro, do estado de Goiás, a terra do piqui.

21  
22 **A Sra. Geise Huana Jucá de Azevedo (Coordenadora do NETP - AP)** – Bom-dia,  
23 meu nome é Geise Jucá, sou Coordenadora do Núcleo Enfrentamento ao Tráfico de  
24 Pessoas do estado do Amapá.

**A Sra. Maria Raimunda dos Santos Nascimento (Assessora Técnica do NETP - AP)** – Bom-dia, Maria Raimunda, assessora técnica do Núcleo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá, a terra do Marabaixo.

**A Sra. Stella Maris Machado Natal (Coordenadora do NETP - PR)** – Bom-dia, meu nome é Stella Maris Machado Natal, sou Coordenadora do Núcleo do Paraná.

**A Sra. Tatiana Teixeira Mendes Pereira Rodrigues (Coordenadora do Posto Avançado do Rio de Janeiro)** – Bom-dia, meu nome é Tatiana Teixeira Mendes Pereira Rodrigues, sou coordenadora do Posto Avançado do Rio de Janeiro.

**A Sra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo (NETP – RJ)** – Bom-dia, Daniele de Araújo do Núcleo do Rio de Janeiro.

**O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP - SP)** – Bom-dia todos e todas, Ebenezer Oliveira, da Prefeitura Municipal de São Paulo, terra da garoa sem água e sem chuva.

**A Sra. Rosa Augusta Oliveira de Melo (NETP – AL)** – Bom-dia, sou Rosa Augusta de Maceió, Alagoas. Estou representando a Secretaria de Direitos Humanos, não o Núcleo de Tráfico de Pessoas, mas eu coordeno o Centro de Referência de Direitos Humanos.

**A Sra. Livia Maria Xerez de Azevedo (NETP – CE)** – Bom-dia, sou Lívia Xerez, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará. Terra do sol, dos ventos, da praia e chuva às vezes. Bom, vamos deixar esse negócio da chuva para depois. E também do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Bom-dia, sejam bem-vindos todos e todas, eu sou Heloísa Greco, coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

**A Sra. Sara Coutinho (Representante do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça)** – Bom-dia, meu nome é Sara Coutinho, sou a representante do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça.

**A Sra. Jacielma Maria dos Santos (Coordenadora do NETP – Ipojuca)** – Bom-dia, sou Jacielma Santos, coordenadora do primeiro Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Mulheres em Ipojuca, Pernambuco.

**A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (Coordenadora do NETP – PE)** – Bom-dia a todos e a todas, meu nome é Jeanne Aguiar, sou coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do estado de Pernambuco.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP – SP)** – Bom-dia, Juliana, Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo.

**A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (Coordenadora do NETP – PA)** – Bom-dia, Leila Silva, coordenadora do Núcleo do posto do estado do Pará. Terra boa, do carimbó, do açáí.

**A Sra. Aléxia Meurer (NETP - RS)** – Bom-dia, sou Aléxia, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul, aquela minha terra lá, onde está o secretário Nacional de Justiça no momento.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (Coordenadora do NETP – MG)** – Bom-dia, sou Flávia Gotelip, estou coordenadora do Programa de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas no qual está inserido o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Minas também, terra do pão de queijo, de cachoeiras, mas infelizmente da tradicional família mineira.

**A Sra. Amanda Borba Soares (NETP – MA)** – Bom-dia a todos e todas, sou Amanda Borba, faço parte do Núcleo do Maranhão, e estou também como ouvidora de Direitos Humanos do estado .

**A Sra. Rafaela Travassos Brissac (NETP – MA)** – Bom-dia a todos, Rafaela Brissac, também do Núcleo do Tráfico de Pessoas do Maranhão, que faz parte da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Maranhão.

**A Sra. Annie Vieira Carvalho (Assistente Social do NETP - DF)** – Bom-dia a todos e a todas, meu nome é Annie Carvalho, sou Assistente Social Núcleo do Distrito Federal e sejam todos bem-vindos à capital do Brasil.

**O Sr. Philipe Teixeira Campos (Advogado do NETP – DF)** – Bom-dia a todos e a todas, eu sou Philipe Teixeira Campos, advogado do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Distrito Federal.

**A Sra. Marta Helena da Silva Santos (NETP – DF)** – Bom-dia, meu nome é Martinha, trabalho no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Brasília. Sejam bem-vindos à nossa terrinha que está muito seca, às vezes narizinho fica ruim, pele coçando, mas vamos aguentando dois dias moçada. Sejam bem-vindos.

**A Sra. Ivone Antunes (Coordenadora do Posto Humanizado do Aeroporto Internacional de Guarulhos - SP)** – Bom-dia pessoas, meu nome é Ivone, sou do Posto Humanizado do Aeroporto Internacional de São Paulo, sou coordenadora de lá.

**A Sra. Rosangela Cristina Tavares Pinheiro (NETP – AM)** – Bom-dia a todos e a todas, me chamo Rosangela, estou aqui representando o Posto de Manaus e o Núcleo do Amazonas.

**A Sra. Natasha (Analista de Convênios da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)** – Bom-dia a todos, eu sou Natasha, Analista de Convênios da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

**A Sra. Daniele (Secretária Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap))** – Eu sou Daniele, sou secretária executiva do Conatrap.

125 **A Sra. Marina (Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP))** – Bom dia, eu sou  
126 Marina, da ETP.

127

128 **A Sra. Fran** – Bom-dia, eu sou a Fran, tenho vergonha do microfone, mas não tenho  
129 vergonha de cobrar as passagens, os bilhetes.

130

131 **A Sra. Lucicléia (Coordenadora Adjunta de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)**  
132 – Bom-dia, turma, bom demais revê-los. Os que ainda não conheço é um prazer, sejam  
133 bem-vindos, meu nome é Lucicléia, eu sou Coordenadora Adjunta de Enfrentamento ao  
134 Tráfico de Pessoas.

135

136 **A Sra. Fernanda Alves dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça,**  
137 **Classificação, Títulos e Qualificação)** – Sejam todos e todas bem-vindos, para nós é  
138 sempre uma alegria poder encontrá-los. Passaram-se seis meses desde o nosso último  
139 encontro, estamos na nossa décima reunião. Dez reuniões em quatro anos. Acho que  
140 temos, na reunião que está programada para esses dois dias, um objetivo muito grande  
141 de produzir algumas reflexões do que isso significou, o que foram esses quatro anos, o  
142 quanto acumulamos, o quanto aprendemos, que desafios ainda estão postos. E ao  
143 mesmo tempo projetar algumas expectativas para o futuro próximo que se avizinha. O  
144 que ainda precisamos nos colocar enquanto tarefa, o que ainda precisamos estabelecer  
145 enquanto objetivo dessa Rede. Aprendemos um bocado, e acho que este é o objetivo  
146 deste nosso momento de encontro. Colocamos como objetivo desta reunião avaliar um  
147 pouco como foi a aplicação dos instrumentos que foram fruto do trabalho coletivo desta  
148 Rede. Um pouco o compartilhamento de como foi a produção de um primeiro relatório  
149 dessa Rede, o primeiro relatório semestral. A eterna discussão de casos, a aplicação de  
150 um conceito, que é um conceito tão aberto, e que tem que ser materializado por cada um  
151 dos países na forma como o país compreende, portanto, estabelece as diretrizes para o  
152 tráfico de pessoas em cada país e sempre a concretude dos casos nos mobiliza para  
153 desenhar os contornos do que significa a aplicação desse conceito, que é um conceito  
154 tão amplo, tão aberto e tão difuso. Mas ao mesmo tempo com amarras, no nosso caso,  
155 tão claramente dadas de contorno de direitos humanos que é o que a nossa política  
156 nacional estabelece. Temos pela primeira vez agora, tínhamos uma conexão daqui para  
157 o Comitê Nacional, agora teremos uma conexão do Comitê Nacional para esta Rede  
158 Nacional de Núcleos e Postos e em algum momento a Graça Gadelha estará conosco e



159 vai acompanhar a reunião por uma solicitação do nosso Comitê Nacional de  
160 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Temos na nossa agenda também demandas que  
161 são deste Comitê Nacional para que essa Rede possa se debruçar e apresentar algumas  
162 avaliações e balanços conjuntos. Temos ainda como tarefa final fechar o nosso desenho  
163 de instrumento normativo que é a portaria dos Núcleos e Postos e Comitês, agora  
164 ganhamos mais uma tarefinha que foi uma demanda do Comitê Nacional para que  
165 possamos apresentar a proposta consolidada e consensuada da Rede para aquele foro  
166 nacional. Por fim, fazer o nosso momento de avaliação, análise, balanço, de perspectiva  
167 do legado que essa Rede deixa há quatro anos, e quais legados ainda pretende deixar  
168 para o futuro e pensar um pouco em memória, transição e desafios que ainda estão  
169 postos para todos nós num futuro breve. Esse é um pouco dos objetivos dessa reunião,  
170 mas sempre lembrando que no macro objetivo este é o momento em que nós ajudamos a  
171 nos consolidar enquanto uma rede nacional, enquanto uma rede executiva de execução  
172 de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e damos concretude às diretrizes do que  
173 a política nacional estabelece e pede para que cada um dos nossos entes federados possa  
174 realizar de entregas no âmbito dos compromissos que o Estado brasileiro assume com  
175 essa matéria. Queria dizer que depois de dez reuniões para nós é uma grata satisfação ter  
176 a oportunidade de encontrá-los aqui de novo. Toda a nossa equipe esteve muito atenta  
177 na preparação dessa última reunião em conjunto com vocês que sempre nos ajudam a  
178 delinear o contorno de como será cada um desses nossos encontros. Nesses seis meses  
179 passamos por avanços bastante significativos e processos mobilizatórios que nos  
180 trouxeram alguma capacidade de visibilidade ainda maior e ao mesmo tempo de  
181 cobranças e exigências de que déssemos conta de várias respostas sobre a questão do  
182 tráfico de pessoas. De abril para cá passamos pelo final da Campanha da Fraternidade,  
183 grandes eventos ocorrendo no Brasil, uma Semana Nacional de Mobilização que  
184 chamou simplesmente a atenção do país todo, foi de fato um momento muito bonito de  
185 articulação real e de concretude da ação na rua do que essa Rede foi capaz de produzir.  
186 Geramos relatórios absolutamente relevantes, enfim, nosso primeiro relatório enquanto  
187 Rede de Enfrentamento ao Tráfico, Núcleos e Postos, dados, informações, o novo  
188 relatório de dados nacional. Enfim, mais uma etapa da campanha colocada na rua e se  
189 consolidando. Do ponto de vista nacional, tivemos alguns momentos muito estratégicos  
190 que eu acho que a Helô vai ter a oportunidade de compartilhar em detalhes com vocês.  
191 Queria trazer duas novidades que acho importantes porque sempre sei que a questão  
192 conceitual é algo que nos mobiliza. Em todas as reuniões testamos a questão do

contorno da definição conceitual. O NODC acabou de lançar mais um *issue paper*. Eles estão produzindo uma série de três *papers* com os que ajudam os países e em especial àqueles que aplicam as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas com contornos mais claros sobre a definição conceitual. Eles fazem um grande resgate daquilo que foi o trabalho preparatório de formulação da convenção dos seus protocolos adicionais, recuperam essa memória, realizam estudos práticos nos países, fazem uma grande conexão desse conceito com as outras grandes convenções internacionais de direitos humanos, as convenções do trabalho, da proteção dos direitos das mulheres, da proteção dos direitos da infância, portanto, apresentam algumas diretrizes que auxiliam os países na aplicação desse conceito. Então nós já tivemos um primeiro grande *paper* lançado que tratava do abuso da posição de vulnerabilidade. O segundo *paper* foi lançado agora, durante a convenção das partes, o último ciclo da conferência das partes que é a conferência que se debruça sobre a convenção de combate ao crime organizado internacional e seus protocolos adicionais. O segundo grande *paper* lançado foi sobre a questão do consentimento. Vejam que já começamos a aprofundar internacionalmente também algumas diretrizes e alinhamentos para a produção desse conceito e está em produção, para ser lançado no próximo Congresso de Prevenção ao Crime que acontece no Qatar no próximo ano, o terceiro e último *paper* que é sobre a questão da exploração. Que conceito é esse, que modalidades tem sido identificadas nos países, como os países definem, portanto, internalizam esse conceito da exploração e algumas diretrizes que são orientadas pelo NODC. Esse terceiro *paper*, o Brasil foi um país de estudo, portanto, nós fomos um estudo de caso e nós o teremos completado no próximo ano e obviamente essa Rede receberá essa informação em primeira mão de novo. Temos esses dois *papers* neste momento apenas em inglês, mas já vamos providenciar a tradução para o português porque são *papers* longos, são quase cem páginas cada um e imaginamos que no final de novembro, vamos estartar a licitação agora, nós já podemos compartilhar com vocês a versão em português desses dois *papers*. Para nós é sempre importante trazer essa questão conceitual, aprofundar esse diálogo aqui nos nossos encontros e dizer que enquanto coordenação nacional nós ainda temos algumas missões bem importantes daqui para o final do ano. Nós estamos conduzindo o processo de revisão do plano hemisférico, construindo a proposta da declaração interamericana de enfrentamento ao tráfico de pessoas e também teremos nessa reunião a possibilidade de indicar representantes que vão conosco compor a delegação brasileira junto à 4ª Reunião de Autoridades Nacionais em matéria do tráfico de pessoas da OEA. Temos

várias outras novidades, mas para isso eu vou pedir que a Helô fizesse a gentileza de compartilhar com vocês. Muito obrigada, muito bem-vindos, estamos muito felizes em receber vocês aqui e a presença de vocês abala tanto que amanhã está previsto um tufão na cidade.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Bom-dia a todos e todas. É uma alegria enorme ver todos aqui. Queria agradecer também a presença da Sara do Departamento de Estrangeiros, internamente temos dialogado bastante, ela tem acompanhado o trabalho também, tanto da Rede quanto do Comitê Nacional. É uma participação muito interessante. Para nós da coordenação o momento da reunião técnica é um momento *sui generis*, é a hora que conseguimos compartilhar, é um espaço extramente rico de troca. Aqui da coordenação nacional nós acompanhamos sempre de longe o que tem sido feito, seja por meio do *Google Groups*, e eu acho que este é momento que conseguimos olhar no rosto de cada um e trocar o que tem acontecido em cada estado, em cada região. Eu sempre gosto de marcar que é um momento extremamente importante. E eu acho que esta reunião tem um caráter, como a Fernanda colocou, de um balanço, de uma avaliação. Tentamos, na programação, fazer um momento muito interno, nosso, de parar, refletir, pensar e também como vamos continuar o trabalho da Rede para os próximos anos, com todas as mudanças que estão vindo pela frente. Várias pessoas, várias instituições solicitaram participar da reunião, entrar na agenda, e nós fizemos esse esforço, não, este é um momento nosso, de pararmos e olharmos para o formulário, para o nosso relatório semestral, fazermos uma avaliação de todas as ações que estão e foram sendo construídas nesses quatro anos. Eu consegui acompanhar muito de perto algumas ações grandes que a Rede teve este ano e acho que ao final da reunião, não queremos dar um tom de um caráter de despedida ou algo do tipo, vai ser um momento de celebração. Foram números fantásticos do trabalho da Rede em relação à Campanha da Fraternidade, Agenda de Convergência. A Semana de Mobilização foi uma coisa emocionante, como conseguimos mobilizar de forma rápida e tão concatenada e integrada o país inteiro para essa primeira Semana de Mobilização. Foi um sucesso. Além disso, o relatório semestral da Rede também traz informações extremamente interessantes que pela primeira vez nós conseguimos publicizar e mostrar o que a Rede tem feito. Ao final desse balanço, dessa avaliação dos quatro anos, vamos principalmente celebrar o quanto nós crescemos. Nós da coordenação, do Departamento

de Justiça, estamos com uma expectativa extremamente boa em relação a esta reunião, até mesmo para marcar o caráter interno que nós demos para essa reunião. Além disso, queria, como a Dani já se apresentou, apresentar a nossa nova secretária executiva do Comitê. A Dani é servidora do Ministério da Justiça e veio integrar a nossa coordenação. Estamos muito felizes com a vinda dela. Antes de entrar nos informes da coordenação, só queria falar de alguns documentos que estão na pasta. Um deles é a portaria, quer dizer, a portaria não está, vamos entregar amanhã, mas já podemos circular. Um deles é o Guia de Preenchimento do Relatório Semestral da Rede, apesar de discutirmos o relatório na parte da tarde de hoje, se vocês puderem dar uma lida, recapitular, acho que vai facilitar para o momento de avaliação do Relatório Semestral da Rede. Além disso, temos o Formulário de Atendimento. Se der para dar uma resgatada no formulário para o momento da tarde acho que vai facilitar, pois temos grandes discussões para fazer em pouco tempo e se conseguirmos ser um pouco mais objetivos e já ter clareza dos documentos que serão discutidos na parte da tarde pode facilitar e otimizar o momento. Para quem tem convênio com a Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Erivelton e a Natasha já tinham circulado um email deixando à disposição. Quem quiser ter um momento com eles, o Erivelton está na coordenação, pode agendar um momento para tirar alguma dúvida. Eles se disponibilizaram e está aberto para os que queiram conversar sobre a questão dos convênios. Dito isso, acho que possamos passar para os informes da coordenação como é feito de praxe. Apresentar o que a coordenação fez desde a última reunião técnica até o momento de hoje e depois passamos para os momentos dos informes da Rede. A partir de maio, já que a última reunião técnica foi em abril, tivemos a Comigrar, a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações onde aconteceu a nossa Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Atlas da feira que ficou extremamente interessante e rico está na pasta de vocês com as quinze experiências expostas na feira. Dentro da feira também tivemos a segunda edição do Prêmio Simone Borges, realizamos o primeiro workshop de nivelamento das atividades 1.3 e 1.4 do Projeto MT Brasil. Foi apresentado ainda em maio, para a ONU, nos dias 21 e 22, o modelo brasileiro de monitoramento e de avaliação do segundo plano nacional. É importante ressaltar como o sistema de monitoramento de segundo plano tem sido reconhecido internacionalmente como uma boa prática. Temos acompanhado toda a discussão e o debate em torno do PL 7370, participamos no debate da audiência pública que foi promovida pela Comissão Especial de Repressão ao Tráfico de Pessoas no dia

295 10 de junho na Câmara dos Deputados. O secretário nacional fez uma visita técnica ao  
296 posto avançado do Galeão, no Rio de Janeiro, junto com o Comitê Coração Azul, isso  
297 no dia 28 de junho, e anteriormente, no dia 18 ele participou do lançamento do  
298 momento Gift Box na Copa do Mundo. Fizemos a reunião com a comissão europeia,  
299 uma videoconferência para discussão de novos projetos de cooperação. Em julho,  
300 realizamos a nossa grande Semana Nacional de Mobilização, do dia 28 ao dia 1. Depois  
301 teremos uma apresentação própria só da semana de mobilização. Tivemos a presença do  
302 ministro da Justiça na solenidade de abertura da Semana no Rio de Janeiro. Lançamos o  
303 Atlas da feira nacional junto com o primeiro relatório da Rede, foi feito um evento  
304 dentro do NODC para o lançamento desses dois documentos no dia 31 de julho. Em  
305 agosto, fizemos a 5ª Reunião Ordinária do Grupo Interministerial de Monitoramento do  
306 Segundo Plano. Também tivemos uma reunião na comissão especial em torno do PL  
307 7370. Participamos do balanço e avaliação da Campanha da Fraternidade no dia 11 de  
308 agosto. Também participamos do 10º Encontro Nacional da Agência de Convergência  
309 dos Comitês Locais tanto na avaliação da Campanha da Fraternidade quanto na 10º  
310 Reunião da Agenda de Convergência. Foi apresentada toda a atividade da Rede nesses  
311 dois momentos: na Campanha da Fraternidade e no período da Copa do Mundo pela  
312 Agenda de Convergência. Também participamos do evento da Semana Nacional de  
313 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas organizado pela Humanitá que é um projeto do  
314 curso de Relações Exteriores aqui da UNB. Fizemos uma capacitação para os servidores  
315 da Embaixada das Filipinas, interessante que foi uma solicitação da Embaixada das  
316 Filipinas que queria saber como é a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de  
317 Pessoas. Participamos do Seminário Diálogos pela Liberdade, realizado pela Pastoral de  
318 Minas com a OAB, dia 2 de setembro. Também realizamos a Terceira Reunião  
319 Ordinária do Comitê Nacional (Conatrap), dias 3, 4 e 5 de setembro aqui em Brasília.  
320 Participamos também do evento de 20 anos dos cadernos Pagu, Repensando Gênero e  
321 Feminismos, de 9 a 11 de setembro em Campinas. Tivemos a visita de vários alunos da  
322 USP aqui no Ministério da Justiça para conhecer alguns projetos de algumas secretarias,  
323 e um dos projetos solicitados foi o trabalho de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.  
324 Participamos da Reunião de Trabalho sobre o Tráfico de Pessoas dentro da CPLP no  
325 período de 10 a 12 de setembro em Lisboa. Também participamos do Segundo Encontro  
326 de Pesquisadores do Projeto MT Brasil, que foi agora 24 de setembro. Participamos do  
327 Seminário de Cooperação Internacional contra Crimes Transnacionais organizado pelo  
328 Núcleo de São Paulo, dia 23 de setembro. Participação da Conferência Magistral

329 Violação de Direitos Humanos Tráfico de Pessoas no Encontro de Produção Científica  
330 de Psicologia da PUC-GO. Fizemos oficina preparatória para o Curso de Tráfico de  
331 Pessoas para profissionais do sistema de segurança de justiça e segurança pública. É um  
332 curso que vamos realizar de 3 a 7 de novembro aqui em Brasília para profissionais de  
333 segurança pública e do sistema de justiça. Fizemos a primeira oficina preparatória com  
334 os docentes no dia 2 de outubro. Realizamos um *Side Event* em parceria com o CMPD  
335 na Sétima Conferência das Partes da Convenção da Nações Unidas em Viena, Áustria.  
336 Esse *Side Event* foi sobre o diagnóstico Enafron (Estratégia Nacional de Segurança  
337 Pública nas Fronteiras). Fizemos a reunião com a Coordenação Tripartite para revisão  
338 do Plano Hemisférico Ocidental. Para a Quarta Reunião das Autoridades sobre o  
339 Tráfico de Pessoas da OEA. Fizemos uma proposta de revisão do Plano Hemisférico e  
340 apresentamos para Coordenação Tripartite. Tivemos a reunião com o Deputado Arnaldo  
341 Jordy sobre o PL 7370, apresentamos as propostas de governo para alteração da  
342 proposta do PL. Participamos do Grupo de Trabalho de Especialistas do NODC sobre o  
343 debate do conceito de exploração, como a Fernanda já colocou. A Fernanda voltou  
344 ontem de uma reunião grande com a Conferência da OAB do Rio de Janeiro. Quais são  
345 os próximos eventos? Questionaram o porquê de a reunião técnica ser em outubro, é que  
346 temos até o final do ano uma lista grande de eventos. Só para dar o panorama do que  
347 temos previsto até dezembro. Seguindo a reunião técnica, nos dias 23 e 24 de outubro  
348 vamos realizar o curso para Postos Avançados de Atendimento ao Migrante. A proposta  
349 do curso é trazer todos os coordenadores de Postos e capacitá-los e alinhar toda a  
350 metodologia específica dos Postos e apresentar também o produto da consultoria da  
351 Verônica Teresi. Ela fez um diagnóstico, um levantamento das atividades de  
352 postos tanto em aeroporto, rodoviária e porto. Vamos discutir as novas atividades e  
353 como os postos têm atuado. Vai acontecer então nos dias 23 e 24 de outubro. Além  
354 disso, vai ter a capacitação e sensibilização dos servidores do Sistema de Justiça  
355 Criminal para o tema de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que é o curso em  
356 parceria com o NODC, de 3 a 7 de novembro. Vamos realizar o Encontro dos Projetos  
357 de Prevenção para avaliação dos resultados. Acho que na última reunião técnica eu já  
358 tinha falado que foram selecionados por meio de edital, seis projetos de prevenção e já  
359 tem sido desenvolvido um trabalho. E agora, para finalizar, vamos fazer um encontro de  
360 avaliação desses projetos no dia 20 de novembro. Também temos a Sexta Reunião do  
361 Grupo Interministerial de Monitoramento previsto para dezembro. A Quarta Reunião de  
362 Autoridades em Tráfico de Pessoas da OEA que acontece dias 4 e 5 de dezembro.

363 Temos o Workshop de Apresentação de Resultados das atividades do MT Brasil  
364 também previsto para dezembro. Dentro das nossas consultorias, contratamos nesse  
365 meio tempo uma consultoria para a elaboração desse curso com o NODC. Também  
366 contratamos uma consultoria para alinhamento e fomento dos Comitês e Conselhos de  
367 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Tivemos uma nova contratação para a produção  
368 dos cadernos temáticos e agora também, finalizamos em setembro a contratação de  
369 consultoria para a elaboração do Relatório de Dados de 2013. A previsão é que até o  
370 final do ano lancemos também já o Relatório de Dados 2013. Os Acordos de  
371 Cooperação Técnica firmados e novos Postos. Sim, temos novos Postos, isso é muito  
372 bom. Temos Acordo de Cooperação Técnica com o estado da Bahia para apoio do  
373 Núcleo da Bahia. Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria Municipal de São  
374 Paulo de Direitos Humanos e Segurança Urbana para a implementação da política  
375 municipal. Nosso querido Ebenezer está aqui agora representando o município de São  
376 Paulo. Acordo de Cooperação Técnica com o estado também para apoio do Núcleo.  
377 Acordo de Cooperação Técnica com a Guarda Municipal do Rio de Janeiro ainda está  
378 em tramitação, voltou da nossa Conjur agora e ainda está na Conjur da Guarda, e  
379 tivemos a notícias de três postos avançados no Amazonas: em Presidente Figueiredo,  
380 São Gabriel da Cachoeira e Porto de Manaus. Temos também a previsão, no município  
381 de Camaçari na Bahia, que ainda não foi lançado. Inclusive o posto de Camaçari já vem  
382 para capacitação dos Postos, assim como todos os Postos do Amazonas também estarão  
383 conosco na capacitação que acontece quinta e sexta-feira. Os informes da coordenação  
384 são esses, acho que dá para ver um pouco do volume das atividades que temos até o  
385 final do ano. Agora eu queria passar, eu acho a apresentação da Semana de Mobilização  
386 extremamente emocionante, enfim é lindo, e eu queria compartilhar um pouco com  
387 vocês porque foi muito bacana. É lógico que pelo *Google Groups* deu para acompanhar  
388 o que foi feito, mas quando finalizamos a apresentação da Semana de Mobilização, isso  
389 porque faltou muito coisa. Nós circulamos para a Rede que quem sentiu que alguma  
390 ação não foi contemplada na apresentação fizesse a inclusão. Não recebemos nenhuma  
391 contribuição, mas estamos abertos, a ideia é aprimorar essa apresentação. É até uma  
392 sugestão da Juliana na reunião do Conatrap foi que essa apresentação subisse para o  
393 site. Não fizemos isso porque, quem visitou nosso site nos últimos tempos sabe que ele  
394 está em um processo de modificação. Então vamos lá para a nossa Semana de  
395 Mobilização. Aí é só uma introdução, que foi aprovado no dia 30 de julho, Dia  
396 Internacional do Tráfico de Pessoas, e a nossa Rede, juntamente com o Comitê Nacional

397 organizou, do dia 28 de julho a 1 de agosto a Semana Nacional de Mobilização. Os  
398 objetivos da semana, todos já sabem é ampliar o conhecimento, ampliar a participação  
399 da sociedade civil. Eu ia passar batido, mas me lembrei de que tem gente nova. Vou  
400 frear um pouco e apresentar com mais tranquilidade os objetivos da semana. Para quem  
401 está chegando entender um pouco o que foi a Semana de Mobilização. Tínhamos a ideia  
402 de ampliar o conhecimento e a mobilização da sociedade em torno do enfrentamento ao  
403 tráfico de pessoas. Isso em torno da campanha do Coração Azul que é a campanha  
404 internacional do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Então a semana  
405 tinha também o objetivo de ampliar a participação da sociedade civil dos indivíduos, dar  
406 visibilidade às ações desenvolvidas pela Rede, então era o momento de divulgar e  
407 fomentar que a Rede também fosse conhecida nos estados e, principalmente, as  
408 atividades, o que a Rede desenvolve. Disseminar o tema nas redes sociais e fazer com  
409 que a campanha Coração Azul fosse vista como plataforma global para prevenção e  
410 enfrentamento ao tráfico de pessoas. As ações nacionais, durante a semana, vários  
411 pontos turísticos foram iluminados de azul, e tentamos fazer um compilado de alguns  
412 prédios públicos que ficaram na cor azul: o Cristo, o Obelisco em Minas Gerais, a  
413 Assembleia em São Paulo, um prédio do Ministério Público Federal do Ceará, enfim,  
414 essas são algumas fotos que recebemos e colocamos nesse slide. No Ministério da  
415 Justiça, lançamos a campanha formalmente no dia 28 de julho no Rio de Janeiro ao pé  
416 do Cristo Redentor, que ficou iluminado de azul. O lançamento do Atlas da Feira  
417 Nacional e Primeiro Relatório Semestral no NODC com a presença do secretário e do  
418 diretor do NODC aqui no Cone Sul, Rafael Fransini. No dia 31 de julho foi o  
419 lançamento. No dia 30 de julho, o Conselho Nacional de Justiça realizou uma reunião  
420 com os magistrados representando Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais,  
421 onde foram distribuídos botons e informado sobre o Dia Internacional de Enfrentamento  
422 ao Tráfico de Pessoas. Iluminação do prédio do Ministério Público Federal, aqui em  
423 Brasília. Nos dias 30 e 31 de julho o MDS realizou o Encontro Nacional de  
424 Monitoramento e Vigilância socioassistencial onde também foi distribuído o boton e  
425 informado sobre a data. Aí entramos nas ações dos estados, tudo o que foi relatado pela  
426 Rede. No Amapá teve a abertura da Semana de Mobilização, em Macapá, no dia 28.  
427 Teve uma blitz educativa no dia 29 em Santana. Palestra sobre direitos humanos sobre o  
428 enfrentamento ao tráfico de pessoas em Macapá no dia 30 de julho. Apresentação de  
429 programa de rádio na rádio difusora de Macapá no dia 31 e blitz educativa no dia 1 de  
430 agosto. Na Bahia, teve a Segunda Mostra de Filmes sobre o Tráfico de Pessoas, e aí teve



431 uma série de filmes: Eu, escrava. Era feito o filme e depois um debate. Mesa redonda:  
432 Tráfico de Pessoas – a importância do fortalecimento da Rede de Enfrentamento, feito  
433 dia 30 de julho. Documentário: Aprisionados por Promessas – Escravidão no Século  
434 XXI. Diálogo também com a Dra Iara Gomes da UFBA. Campanha durante os jogos do  
435 Bahia e do Vitória, na arena Fonte Nova. Os jogadores entraram, não sei se isso se  
436 confirma Admar, mas eles entraram em campo com a camisa do Coração Azul. No  
437 Ceará teve seminário para o Enfrentamento ao Tráfico Humano e Reforma Política do  
438 dia 25 de julho. Também teve divulgação e distribuição do material informativo em  
439 parceria com o Ministério Público Federal. No Ceará, o MPF foi um grande parceiro,  
440 não é, Livia? Tivemos relatos da própria doutora Nilce sobre as ações durante a Semana  
441 de Mobilização. Também teve divulgação e distribuição de material no aeroporto e no  
442 terminal rodoviário, e o prédio da Procuradoria Federal do Ministério Público também  
443 foi iluminado durante a semana. No Distrito Federal foi realizada a Feira de Boas  
444 Práticas da Gerência de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no dia 31 de julho das 9 às  
445 16 horas. Em Goiás tivemos a divulgação e distribuição de material sobre o  
446 enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no dia 29 no Aeroporto Internacional de Goiânia,  
447 no dia 30 no Posto de Hidrolândia, dia 31 no Centro Comercial de Goiânia e no dia 1 no  
448 Shopping Flamboyant e no Passeio das Águas Shopping Center. No Maranhão tivemos  
449 de divulgação de cartilha informativa em alusão ao dia Internacional de Combate ao  
450 Tráfico de Pessoas e no dia 30 de julho a realização de panfletagem nas ruas do  
451 município de Açailândia. Em Minas Gerais, a ação do Núcleo foi em parceria com o  
452 Comitê Social. Foi realizada performance na Praça Sete, em BH, no dia 30 de julho de  
453 2014. Iluminação especial do obelisco da Praça Sete, edifício Bemge, que é a sede do  
454 núcleo. Divulgação da campanha Coração Azul em prédios públicos e sedes  
455 administrativas do dia 28 ao dia 01 de agosto. Distribuição de material pelo programa  
456 dia 30 de julho na Praça Sete. Teve o cine clube comentado: Tráfico de Pessoas e  
457 Direitos Humanos, na faculdade Isabela Hendrix. E uma reunião extraordinária do  
458 Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas com ato de posse dos  
459 membros da sociedade civil e entidades de ensino superior no dia 01 e agosto. No Pará  
460 tivemos mobilização no Aeroporto Internacional e Terminais Rodoviários e  
461 Hidroviários de Belém e formação de Comunidade Aeroportuária. No Paraná teve  
462 divulgação no jornal da Ordem dos Advogados em Curitiba, ciclo de debates nas  
463 instituições de ensino superior, várias atividades na faculdade Facinter, vários ciclos de  
464 debate com vários cursos. Um era em pós em Gestão Pública, o outro um curso de

Psicologia. Outro curso de Serviço Social, pós-graduação em Direitos Humanos. E teve também a iluminação do Palácio Iguaçu e estrutura do Jardim Botânico durante a Semana de Mobilização. Em Pernambuco, capacitação para os líderes do Projeto Quebrando Silêncio da Igreja Adventista. Palestra para a comunidade de Campo Grande em parceria com a Rede Um Grito pela Vida. Cine debate com o filme Busca Implacável em parceria com a Rede Um Grito pela Vida. Cine debate também do filme Busca Implacável, aí mudam as escolas e os municípios, em parceria com a Rede Um Grito pela Vida, no município de Ipojuca. Palestra e cine debate também no município de Arco Verde. Palestra para a Comunidade Indígena, em parceria com a Rede Um Grito pela Vida, no município de Arco Verde e a caminhada Coração Azul no município de Arco Verde. O Município de Ipojuca realizou na Semana Nacional de Mobilização, um ciclo de palestras nas escolas dos estaduais dos distritos de Nossa Senhora do Ó e Porto de Galinhas. A palestra foi realizada na Escola Estadual José Mário Álvares no município de Ipojuca.

**A Sra. Jeane Aguiar (Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Pernambuco)** – Com relação a esse evento de Ipojuca nós fizemos parceria com a Secretaria Especial da Mulher, inclusive com o Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Mulheres, que foi feito em Ipojuca. Acho que mandaram só a Rede um Grito pela Vida, mas não foi só ela não. Foi com ela e com a Secretaria Especial da Mulher de Ipojuca.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Você poderia então fazer essa alteração para quando subirmos para o site ir certinho? No estado do Rio de Janeiro, durante a Semana de Mobilização, aconteceu em parceria com diversas instituições. O Comitê Social Coração Azul também participou da Semana. Assim como a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Prefeitura Municipal e a Arquidiocese do Rio de Janeiro fizeram todo o lançamento e a iluminação do Cristo Redentor no dia 28 de julho. Teve a Oração do Ângelus no pé do Cristo e depois iluminou. Foi bem emocionante, muito bonito. No Rio Grande do Sul tivemos blitz informativa no dia 30 de julho no Largo Glenio Peres. Em São Paulo, no dia 30 de julho foi realizado o Simpósio sobre o Tráfico de Pessoas e Temas Controversos do Sistema de Justiça. Direitos Trabalhistas de Prostitutas e Garantismo Penal para Mulas do Tráfico de Pessoas no Salão Nobre da

OAB. Também teve debate sobre Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo promovido pela Procuradoria do Trabalho e a Prefeitura de São Paulo no dia 1 de agosto no Auditório do Ministério Público do Trabalho. E a iluminação do Palácio dos Bandeirantes em azul, ficou bem bonito. Passei rápido, mas acho que dá para ver quantas ações a Rede fez durante uma semana. Chama muito a atenção. E eu deixo aberto aqui, se alguém ainda quiser fazer contribuições nessa apresentação ou ajustes, ou achar que o texto da forma que vocês mandaram nós colocamos talvez um pouco mais enxuto para ficar mais objetivo na apresentação, mas nós podemos aperfeiçoar antes de subir para o site. Está em aberto. E também se, agora na rodada de informes da Rede, se quiserem complementar com alguma informação sobre a Semana fica em aberto. Nós da coordenação achamos fantástico todo o trabalho realizado durante a Semana e acho que vocês estão de parabéns. Foi muito rico, muito bonito de se ver. Passando agora para os informes da Rede, como sempre fazemos, podemos começar pelo lado da esquerda, pelo Admar. Pedimos que vocês sejam sucintos, é um momento fundamental que todos têm a oportunidade de apresentar o que têm sido feito, mas vamos tentar ser objetivos. Em torno de 3 minutos para cada um. Alguém tem apresentação em *Power Point*? Se tiver já passem para a Natasha que já vai adiantando. A sugestão da Juliana é que, como tem muita gente nova, fazemos uma contextualização breve de como é o equipamento. Mas gente, por favor, sejam breves mesmo. É falar: meu núcleo está inserido dentro da Secretaria de Justiça e é composto por 3 membros... Enfim, de forma objetiva, só para quem está chegando agora conseguir visualizar mais ou menos que equipamento é esse. Só peço mesmo objetividade, pois como vocês sabem o momento dos informes da Rede é importante sim, mas que toma tempo, então vamos tentar ser um pouco mais objetivos.

**O Sr. Admar Fontes Júnior (Coordenador do NETP – BA)** – Pessoal, esse relatório nós estamos terminando ainda, eu sou do Núcleo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que faz parte da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do estado da Bahia. Esse é o Relatório Técnico de Atividades, realizado pelo Núcleo de Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia, onde fizemos ações preventivas e o Projeto NETP Itinerante, que foram palestras realizadas pelo Núcleo em 2014 e aí nós abrangemos Salinas das Margaridas, após o conselho da própria Juliana, demos uma olhada lá. A questão da usina, Juliana, fizemos uma ação em parceria com o Conselho Tutelar, Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Cras (Centro de Referência

da Assistência Social), professores e servidores. Foi bastante produtivo, e estamos colhendo os frutos até hoje, mandando folder, cartaz, manual. Estamos sempre em contato com essa região. Realmente a exploração sexual estava acontecendo sim nessa região e era coisa surreal. Os trabalhadores saíam e as meninas ficavam à beira da estrada sendo utilizadas como objeto. Aí veio a jornada pedagógica e já encampando a Campanha da Fraternidade de 2014. Depois veio a Igreja da Convenção de Apóstolo Paulo na Fazenda Grande e por aí vai algumas ações. Aí foram os locais onde fizemos palestras. O número de palestras foi impressionante, que até agora, com pessoas assinando, tudo direitinho, 2003 pessoas. Para o Núcleo foi muito gratificante esse número. Aí Ação de Conscientização, foi uma ação de corpo a corpo nas comunidades. O número também, ficamos muito felizes, porque foi uma ação corpo a corpo, e conseguimos alcançar um número de 4034 pessoas junto com essas comunidades. As capacitações realizadas pelo Núcleo com parceria com Cras, Creas e principalmente com o pessoal do Posto Avançado de Vila de Abrantes em Camaçari. Conseguimos, em 2013 e 2014, com agentes mesmos, pois sabemos que eles estão praticando essas ações. São 249, temos uma lista com RG, CPF, email, telefone de todos eles. Eles servem como multiplicadores, são 249. Temos aqui um resultado dos agentes: o professor Luís Cláudio conseguiu palestrar em 4 escolas no bairro periférico onde ele trabalha. Quase 80% das salas de aula já tiveram a palestra sobre o tráfico de pessoas. Aí são ações dos grandes eventos: Festival de Verão, participação do NETP na abertura estadual da Campanha da Fraternidade em parceria com a Cúria Arquidiocese, as ações na Copa do Mundo e festa junina. Semana de Mobilização contra o Tráfico de Pessoas, mesa redonda. Seminário de Enfrentamento ao Trabalho Escravo no estado da Bahia e tem também um seminário que eu não coloquei ali que foi o Exploração Sexual e Enfretamento ao Tráfico de Pessoas. Outras ações que é a Segunda Caminhada, Semana de Mobilização, Semana sobre o Trabalho Escravo. Aí foram as rádios, TVs, emissoras. Colocamos os links onde demos palestras, entrevistas, durante o ano de 2014. Se a SNJ depois quiser, tem aí todos os links. Pronto, gente, aqui eu coloquei algumas imagens, nós perdemos a maioria das nossas imagens por causa de um incêndio. Elas ficavam na Secretaria da Justiça, no CAB, e aí nossas fotos, como a Secretaria do Estado da Bahia pegou fogo, nós estamos com esse probleminha aí. Estamos só com algumas imagens, estamos tentando recuperar todo o trabalho. Aí foram palestras, imagens de Salinas, Colégio Marista, Festival de Verão. O Festival de Verão foi muito bom, todos os artistas participaram. Aí a Capacitação para a Secretaria da Mulher e Guarda Municipal.

Seminário da Campanha da Fraternidade. Carnaval social, nós participamos no Pelourinho com a Força Feminina e o Grito pela Vida. Infelizmente nós tínhamos mais imagens, mas estamos com esse probleminha. Espero ter contemplado vocês.

**O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP – GO)** – Eu queria só dizer o seguinte, com relação à Goiás. Vou falar de 60 dias para cá só. Nós recebemos uma delegação da Holanda, ficou lá 4 dias e depois recebemos uma representante do governo da Bélgica. De 4 semanas para cá nós recebemos 2 mulheres de Madri. Fizemos um trabalho sobre o trabalho escravo em Caldas Novas, com resgate e tudo, as vítimas estão sendo assistidas por nós. No mês de setembro, fizemos uma operação de uma denúncia encaminhada de Minas Gerais, inclusive ainda não pontuei para ninguém, pois estou aguardando os relatórios dos parceiros e se eu mando fica incompleto. Nesse local encontramos 32 pessoas, 11 eram adolescentes e os outros são maiores em situação degradante, inclusive todos foram devolvidos para suas casas: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Mato Grosso. Para quem não sabe o tráfico de Goiás, em janeiro vai nascer um bebê do tráfico lá, que é de uma jovem portuguesa que está sendo cuidada por nós, que foi engravidada na prisão. Terminando as eleições agora nós vamos ter uma divulgação no Estado de Goiás, durante 1 ano, pela TV Anhanguera que é representante da TV Globo, tanto na televisão quanto no rádio, sobre o tráfico. Foi um presente que nós ganhamos do nosso parceiro, e vai ter essa divulgação constantemente durante 1 ano, no valor aproximado de 1.600.000 (um milhão e seiscentos mil). E com esse mesmo parceiro, já está fechado, já está tudo pronto, a caixa Gift Box que nós vamos receber e fazer esse trabalho também. E a partir de janeiro, não sei se permanecemos ou não, mas já está acertado, nós vamos fazer um torneio de vôlei em 8 cidades pontos no estado de Goiás, também com um custo de 1 milhão de reais que nós também já ganhamos esse valor. Constantemente fazemos um trabalho em 2 cidades por semana. Agora nós mudamos, antigamente eu levava só o tráfico, agora eu levo tudo que é da secretaria, que é a Secretaria de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. Então tudo o que acontece nesse contexto nós levamos. Eu queria aproveitar e fazer um convite para vocês, que nos dias 7 e 8 de novembro, em Cavalcante, vai ter uma reunião de festividades dos Kalungas e nós estamos esperando um público de mais ou menos 1500 pessoas e nós estaremos lá a partir do dia 7 para fazer essa realização. É a arte deles e nós vamos fazer essa movimentação. Tem 8 meses que eu estou tentando e lutando, mas está difícil, não estou conseguindo resolver a

questão da exploração sexual das crianças de lá. Já estive na Procuradoria da República, passando para o pessoal. O serviço de inteligência do DPRF fez um levantamento para nós e poucas coisas de 8 meses para cá aconteceram. Mesmo assim nós estamos buscando outros parceiros, outras pessoas, que nos ajudam de certa forma para que possamos resolver. Resumindo, é só isso. Quero dizer para vocês que todas essas atividades que nós fazemos, nem sei por que o pessoal não mandou, eu até pedi para fazer a correção. Inclusive na sexta-feira nós fizemos uma operação com a PRF nos motéis de Goiânia e Anápolis, ficamos de 3 horas da tarde até 2 horas da manhã. Em Goiânia nós achamos 4 menores, 2 de quatorze anos, 1 de quinze que estavam dentro dos motéis com os parceiros. Depois à noite nós fomos para Anápolis. Então nós temos feito esse trabalho constantemente, às vezes eu esqueço que não sou ninguém e viro polícia e vai dando certo, e nós vamos fazendo.

**A Sra. Geise Huana Jucá de Azevedo (Coordenadora do Núcleo Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá)** – Bom-dia. Vou falar um pouquinho sobre um balanço dos últimos 3 meses do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá. Nós estamos inseridos na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública. Temos 3 cargos dentro do Núcleo: a coordenadora, 1 assessor técnico de nível 2 que funciona como se fosse subcoordenador e 1 assessor técnico de nível 1. Nós tínhamos 5 cargos, eram 3 assessores técnicos de nível 1. Mas como nós fomos criados por gerência e ela tem um prazo de validade de 1 ano, na última renovação o governador achou por bem diminuir a quantidade de assessores técnicos e nós ficamos somente com 1 assessor, então hoje nós somos 3. Das nossas atividades, de setembro para cá, participamos do desfile de 7 de Setembro. Fizemos a criação de um mascote para divulgar durante o desfile. Ele simboliza um menino, mas ainda não escolhemos o nome e estamos pensando em mudar a forma dele, porque ele é muito branquinho, muito claro, e colocá-lo com traços mais regionais, mais característicos com o estado do Amapá. Alguma coisa mais indígena, mais caboclo. Nós também elaboramos a cartilha, que foi para a análise do secretário para receber a aprovação para posterior publicação. Realizamos palestras nas escolas, também temos o NETP nas escolas. O cine NETP que funciona dentro das escolas que passamos os vídeos e são feitos os debates com os alunos posteriormente. Na nossa última apresentação de vídeo nós oferecemos pipoca aos alunos, foi bem interessante. Participamos também da Operação Legalidade, promovida pela Secretaria de Segurança, que é uma operação que acontece 2 vezes por

mês onde todos os segmentos da segurança pública participam visando combater diversas modalidades de crime e nós participamos com a prevenção e divulgação do trabalho do Núcleo. Participamos da Rede Abraça-me, que é a rede de combate à exploração sexual infantil, com assento permanente. Fizemos também orientação de acadêmicos, de monografia. Participamos de outro projeto chamado Segurança Cidadã, um projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Macapá, Ouvidoria, Juizado, e foi muito interessante também. Nós não temos muitas ocorrências, na realidade tivemos um caso somente confirmado e atualmente nosso trabalho é de prevenção e divulgação. Este mês também nós conseguimos uma parceria junto à Companhia de Eletricidade e está vindo na conta de luz de todo cidadão que reside no estado do Amapá e tem o seu cadastro lá, a frase da campanha do Coração Azul e o nosso 0800. Ele consta como divulgação também. Nós também solicitamos para vir incluído no contracheque do servidor público e para vir na conta de água a divulgação do 0800. Obrigada.

**A Sra. Stella Maris Machado Natal (Coordenadora do NETP - PR)** – O Núcleo do Paraná está vinculado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Departamento de Direitos Humanos. No momento nós temos 2 residentes técnicas, uma advogada e uma psicóloga. Estamos fazendo uma reorganização do núcleo para iniciar o funcionamento do Comitê que já foi criado. E depois da Semana da Mobilização nós tivemos vários pedidos de palestras universidades e faculdades. Então temos um grupo de estudos na Facel voltados à questão do consentimento na Faculdade de Psicologia, que vai fazer um estudo sobre o consentimento, uma questão que sempre vem em pauta. “Ah, foi porque quis”, ou outras formas. Então, está sendo trabalhada nesse grupo de estudos a questão do consentimento com a nossa psicóloga que participa desse grupo. Temos muitas ações ainda com a Rede Um Grito pela Vida. Temos um grupo de estudos também com a PUC-PR. Estamos internamente com as questões de informática, implantação de formulário, acompanhamento de denúncias, daí com o cadastro. Tivemos uma participação numa palestra na Câmara Municipal de Apucarana. Palestra também no Colégio Leão XIII em Paranaguá, que foi feita na Catedral de Paranaguá com cerca de mil pessoas. A partir daí também tivemos vários pedidos de palestras, uma pela Faculdade Uninter que será disponibilizada EAD para todos os alunos. Tivemos muitas visitas de entidades estudantis. E tivemos uma denúncia, uma das denúncias, de trabalho escravo que envolve cerca de duzentos trabalhadores de origem síria, que foi encaminhado pelo Ministério Público do Trabalho, mas ainda não tem uma conclusão

da investigação. Esse seria o nosso trabalho, que no momento me recordo, pois também não trouxe. Provavelmente a partir de dezembro não vou mais estar no Núcleo, nós vamos ter outra pessoa à frente do Núcleo, uma servidora de carreira. Estamos passando o trabalho para ela, para que não se perca tudo o que foi feito e agora que equipe está um pouco mais forte vai passar para outra pessoa conduzir o que já está mais ou menos organizado.

**A Sra. Tatiana Teixeira Mendes Pereira Rodrigues (Posto – RJ – Galeão)** – O Posto Avançado da Guarda Municipal, o posto avançado que fica no aeroporto do Galeão, hoje é cuidado, desde o início da criação através da Guarda Municipal. Eu estou apenas há três meses à frente como coordenação, porque o último, que era responsável desde o início, era o Major Valentim, que hoje está comandando um batalhão. Hoje nós temos o posto vinte e quatro horas funcionando, fica no Terminal 1, no setor de desembarque, e estamos agora junto com a Heloísa, com todo o ministério para ver se há a possibilidade de nós termos junto à concessionária, porque vocês sabem que o aeroporto está passando por reformas, então, nós estamos vendo. Se Deus quiser, esta semana agora que vai entrar nós vamos estar aí decidindo através do ministério com a concessionária. Nós temos hoje, todo o atendimento que nós fazemos dentro do próprio aeroporto são os deportados e não admitidos, e também as pessoas que passam por enfrentamento ao tráfico e, além disso, também ali pela localização existem também muitas pessoas que são levadas porque muitas vezes têm dúvidas de situações que ocorrem, às vezes pessoas que ficam perdidas mesmo no próprio aeroporto, então, eles aproveitam que tem a Guarda Municipal, que já faz um trabalho na cidade do Rio de Janeiro, então, acabam levando para nós. As nossas parcerias, as instituições, além do Núcleo, que tem sido de grande relevância desde o início, nós temos as Creas, que são os serviços sociais, a Secretaria Municipal de Saúde, através do serviço médico, os conselhos tutelares, a Polícia Civil, a Pamerj, através do grupamento de turismo, a Fundação Leão XIII, Arquidiocesana Cáritas do Rio, e as ONGs. Todo o trabalho que é feito, desde quando nós iniciamos a coordenação, nós temos feito não só um trabalho de sensibilização, porque eu na Guarda Municipal ocupo o cargo, sou inspetora regional e sou comandante do grupamento de ronda escolar, então, por conta disso nós já trabalhamos com palestras preventivas e atividades lúdicas através da teatralização junto aos nossos adolescentes, crianças, e também com os adultos. Então, nós agora, esse ano, preparamos um material, depois eu vou passar até para vocês, à Heloísa, a própria



703 diretora, para vocês poderem ver o trabalho que nós vamos apresentar nas salas de aula,  
704 e nós já vamos ter esse agendamento durante o ano todo nas escolas municipais do Rio  
705 de Janeiro. Além disso, os nossos guardas municipais, todos eles estão desde o início,  
706 hoje, porque eram oito, agora nós tivemos a saída de um, então, depois eu vou ver até a  
707 capacitação para nós podermos ver essa nova pessoa para integrar a equipe. E assim,  
708 pelo pouco tempo que eu estou lá, eu vejo a demanda que o Aeroporto do Galeão tem a  
709 necessidade de dar maior visibilidade para esse posto, eu sinto essa necessidade. Como  
710 nós estamos em transformação e mudança do aeroporto, eu sinto necessidade de  
711 divulgação, que esse posto ele está muito... Você já foi lá. Você vê que ele fica,  
712 Ebenezer, bem escondido, não tem comunicação no aeroporto. E se nós conseguirmos  
713 obter esse resultado, e eu creio que nós vamos conseguir, até a capitã Tarsila quando  
714 fala com você, Lucicléia, que ficou de agendar depois que acabar aqui, porque eu pedi  
715 para estar presente, para que o nosso secretário possa estar lá e nós possamos  
716 permanecer. Que foi uma questão interna de um coordenador, que ela já sabe bem o que  
717 eu estou tratando aqui, foi momento difícil até para os próprios guardas, mas nós temos  
718 os guardas formados em direito, serviço social, eu sou formada em pedagogia, e assim,  
719 eu estou muito feliz, porque de fato e de direito nós, esse ano, é que nós vamos poder  
720 mesmo começar os trabalhos que nós temos em mente. E eu estava conversando com a  
721 Danielle, o Ebenezer foi de grande importância, quando eu cheguei eu estava meio  
722 perdida, nós ficamos mesmo, mas a Danielle agora nós já estamos fechando algumas  
723 coisas aqui para nós começarmos para o ano 2015, se Deus quiser. E agradecer, eu acho  
724 assim, a Deus, primeiramente, por nós estarmos reunidos aqui. Vocês me desculpem,  
725 porque eu ainda sinto a necessidade... A Juliana até uma vez passou isso pelo  
726 *WhatsApp*, que eu gostei muito, que ela falou: “Isso mesmo, Tatiana, nós temos que  
727 chegar e arregaçar as mãos, porque tem muita coisa para fazer”. Eu acho que uma coisa  
728 legal do Rio é que nós temos uma parceria belíssima com todos os órgãos, e isso é uma  
729 coisa que facilita bastante, porque quando nós temos qualquer situação lá é de imediato,  
730 o Ebenezer que ficou lá sabe disso, é muito rápido a questão do abrigo, as  
731 situações junto aos nossos consulados. Lógico que existem alguns casos que nós  
732 mesmos que acabamos cuidando, igual eu vi pelos relatos em Salvador, que muitos dos  
733 postos, núcleos, acabam às vezes tirando de si para poder dar a resposta, porque é uma  
734 coisa muito chata, que eu acho que nós temos que ter esses recursos. E lá também não é  
735 diferente, então, nós vemos também. E o Cruz, pedir a vocês um pouco de desculpa,  
736 porque o Cruz vai participar conosco, só que ele conseguiu só viajar hoje de manhã,

então, eu creio que até o voo dele está atrasado porque pelo horário ele já deveria estar aqui a partir das 9h, até passei no *WhatsApp* uma mensagem para ele. Então, vai ser bem bacana, porque ele está bem do início com o Major Valentim, então, ele está superansioso para chegar aqui e poder passar, e ele vai ficar também na capacitação. Então, que Deus abençoe a todos nós aí. E parabenizar a equipe de trabalho, e estamos orando para que Deus venha a dar o melhor em tudo aquilo que ele tem planejado para tudo que vocês têm desenvolvido.

**A Sra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo (NETP-RJ)** - Eu vou deixar o Ebenezer falar pelo Núcleo do Rio, porque eu cheguei há vinte dias. Ele só vai falar o que foi feito, pode? Porque eu cheguei há vinte dias, ele que sabe tudo o que aconteceu nesses últimos seis meses. Mas, ele fala pelos dois. Mas, só porque ele trabalhou, sabe tudo o que aconteceu. Está bom, Ebenezer? Você fala um pouquinho?

**O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Então, eu vou falar do Rio, e não vou ser cobrado de São Paulo, vou me ausentar, me eximir. Deixa-me contextualizar um pouco aqui. O Núcleo de Rio de Janeiro está ligado à Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos. Lá no Rio nós estávamos trabalhando, na época eu era o coordenador, tinha uma assessora, e tinha uma estagiária, essa era a nossa equipe, e agora até se encorpou um pouco mais, acho que tem agora dois assessores, o Miguel, que deve estar aqui amanhã, ele está como coordenador agora do Núcleo, ele vai até falar isso melhor quando vier. Ele vai estar hoje ou amanhã aqui? Hoje, então, provavelmente à tarde ele esteja aí. Então, tem o Miguel, que é o coordenador, mas também é o superintendente de Direitos Humanos, e as duas assessoras, a Danielle, e a Rebeca que viria, mas acho que não vai conseguir vir, e uma estagiária. Lá está ligado à Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos. Em termos de estrutura é isso. E da última reunião para cá, como até a Heloísa colocou, na semana de mobilização conseguimos lançar lá no Cristo Redentor, foi bem interessante essa atividade lá do Coração Azul, junto com o Comitê Social Coração Azul, na pessoa da Marília, que é uma pessoa que no Rio de Janeiro tem apoiado muito o trabalho do Núcleo, apoiado o trabalho do tráfico de pessoas do Rio de Janeiro, uma pessoa muito relevante para o nosso trabalho lá e, então, nós fizemos esse trabalho lá. Ao longo do ano de 2013 nós passamos o ano desenvolvendo o plano estadual do tráfico de pessoas, e o plano vai ser lançado no dia 17 de novembro, vai ser lançado o plano estadual, acho

771 que o Núcleo deve mandar o convite para todo mundo, vai ser na Justiça Federal. E aí a  
772 ideia, talvez nós consigamos fazer uma boa parte dela, é que nós façamos um dia mais  
773 cheio, só que apenas o lançamento do plano, faz lá um evento formal e todo mundo vai  
774 embora. A ideia é que nós possamos publicizar as atividades dos órgãos do Comitê,  
775 então, vai ter uma espécie de feira dos órgãos, então, eles vão colocar uma banca para  
776 falar das suas atividades, sobretudo a sociedade civil, que às vezes carece de espaço  
777 para poder apresentar as suas atividades, então, vai ter um espaço para isso, para poder  
778 visibilizar o trabalho da sociedade civil, também de órgãos públicos que queiram  
779 apresentar, vai ter um seminário de tráfico de pessoas, e daí o lançamento do plano,  
780 então, a ideia é que seja um dia bem cheio, bem interessante, nesse dia 17 de novembro.  
781 Do trabalho escravo, vai ser em dezembro, que vai ter o seminário sobre o trabalho  
782 escravo, seria em novembro e vai ser agora em dezembro, com o lançamento do  
783 programa Ação Integrada. Nós lá no Rio de Janeiro conseguimos transformar o que era  
784 um projeto no Mato Grosso de reinserção de vítimas do trabalho escravo para um  
785 programa dentro da estrutura da Secretaria, junto com o apoio do Ministério Público do  
786 Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, transformando isso em programa toda a  
787 execução passa para dentro da Secretaria, e nós estamos recebendo recurso do  
788 Ministério Público do Trabalho, esse recurso já chegou, na verdade, já começou a  
789 receber de um descumprimento de TAC. E aí nós também incluímos no programa Ação  
790 Integrada, que originalmente era para trabalho escravo tão somente, nós incluímos o  
791 tráfico de pessoas. Então, todo o trabalho de reinserção de vítimas, nós acabamos  
792 criando um programa bem amplo que nós pudéssemos fazer todas as nossas atividades  
793 relativas à prevenção também, confecção de material, todo o gasto que nós possamos ter  
794 com a própria vítima vai ser feito a partir desse programa Ação Integrada, que vai ser  
795 lançado, então, em dezembro, com o seminário sobre trabalho escravo. Então, nós  
796 ampliamos esse trabalho para comportar, na verdade, esse público maior e poder  
797 desenvolver uma série de atividades, até porque o recurso que está vindo é um recurso  
798 bem interessante, bem importante, então, não dava para ficar muito limitado não, podia  
799 abrir asas aí. Então, vai ser lançado esse programa em dezembro, e eu estava  
800 trabalhando nesse programa desde o meu primeiro dia de trabalho na Secretaria do Rio  
801 de Janeiro, foi minha primeira atividade do meu caderno, está lá, foi o contato com o  
802 pessoal do Mato Grosso, do Ação Integrada, e agora, depois de dois anos e meio, nós  
803 vamos conseguir lançar e eu não estarei lá, é da vida, a Danielle e o pessoal vão dar  
804 continuidade. Eu acho que principalmente esse é o nosso maior esforço neste ano, para

805 além das atividades que nós já desenvolvemos no cotidiano. Fizemos o *Gift Box* na  
806 Copa do Mundo, e aí o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, ele participou do  
807 lançamento lá na Copa do Mundo, na Igreja da Penha, nós desenvolvemos em vários  
808 locais. Este ano de 2014 foi bem interessante, nós tivemos o apoio grande de uma  
809 organização, a Gerando Vidas, que apoiou com voluntários em todo o desenvolvimento  
810 do projeto, nós conseguimos alcançar muito mais que o do ano passado, foi até  
811 interessante. Nós estamos ainda para descobrir bem o porquê, mas o impacto deste ano  
812 foi muito superior até ao do ano passado, a quantidade de pessoas atingidas pelo  
813 projeto, então, foi bem interessante, e conseguimos articular para outros estados.  
814 Articulamos para São Paulo, depois eu chego lá, e vamos desenvolver lá, mas também  
815 Goiânia, Goiás, vai desenvolver o projeto lá também, então, foi uma articulação nossa lá  
816 do Rio de Janeiro. Acho que é isso do Rio. Viramos a página para São Paulo? Então,  
817 vamos lá. Em São Paulo eu estou na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, na  
818 Assessoria Especial para Promoção do Trabalho Decente, que aí engloba trabalho  
819 escravo, engloba trabalho infantil, diálogo social, que é uma relação com os sindicatos,  
820 empregadores, e o tráfico de pessoas. Lá em São Paulo, nós coordenamos o Comitê  
821 Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo, e nós estamos nos organizando para  
822 lançar durante a Semana do Trabalho Escravo, em janeiro, é até uma coisa que nós  
823 estamos quase fechando, e aí tem uma série de atividades, uma série de metas dentro do  
824 nosso plano para ser lançado em janeiro. Em São Paulo nós também acabamos  
825 compondo o Comitê Municipal do Trabalho Infantil, tem começado um trabalho muito  
826 interessante junto com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria do Trabalho  
827 que tem desenvolvido um projeto do trabalho infantil nas escolas municipais, então, tem  
828 se iniciado um trabalho bem interessante lá quanto a isso. Temos um termo de  
829 cooperação técnica em desenvolvimento com o Ministério da Justiça para a implantação  
830 do Comitê Municipal do Tráfico de Pessoas junto com a Secretaria de Segurança  
831 Urbana. Compomos como observadores a Coetrae, o Comitê Estadual do Tráfico de  
832 Pessoas, eu estou lá há três semanas, então, estou também tomando pé das coisas. Nós  
833 devemos agora em novembro fazer, então, como eu disse, o *Gift Box*, nós devemos fazer  
834 o lançamento, isso ainda está em *off*, mas nós devemos fazer o lançamento em 12 de  
835 novembro, no dia livre do encontro das Coetraes, provavelmente nós vamos colocar no  
836 Viaduto do Chá, bem ali do lado, estamos lutando para nós fazermos junto com a  
837 criação do comitê gestor municipal da agenda do trabalho decente, então, nós vamos  
838 fazer um evento conjunto, e lançar, então, o projeto *Gift Box*, e ele vai perdurar durante

um ano na cidade de São Paulo. Eu acho que é isso. Eu estou à disposição de vocês, estou lá em São Paulo, naquela terra que não chove, mas é boa. Estou me adaptando bem em São Paulo.

**A Sra. Rosa Augusta Oliveira de Melo (NETP-AL)** – Vou fazer um adendo aqui para o colega, antes de falar de tráfico. É importante que o Sudeste conheça o que é seca, para saber o que o Nordeste sofreu e vem sofrendo. Eu acho bom, quem sabe um pouquinho sentir na pele, porque nunca sentiram na pele algo tão parecido saber o que é falta d'água. Eu estou brincando, isso aí é só para saber que há necessidade mesmo. Mas, é o seguinte, como eu me apresentei no início, eu não sou do Núcleo de Tráfico de Pessoas lá de Alagoas. O convênio teve uma parada lá por conta que uma pessoa que participou do processo seletivo ela entrou com um recurso, então, o projeto que vinha funcionando a todo vapor deu uma parada, agora vai haver uma nova seleção, as pessoas vão novamente participar do processo, as três pessoas que estavam que no caso era uma advogada, uma assistente social e uma psicóloga, e vai recomeçar agora, passou pela Procuradoria Geral do estado, e está naquele processo de convênio dos trâmites administrativos dentro do estado. Mas, como eu estou na coordenação do Centro de Referência de Cidadania e Direitos Humanos, que é também um projeto do Governo Federal, da Secretaria de Direitos Humanos, e nós tínhamos algumas ações em parcerias, então, a demanda que estava vindo para o Núcleo, o centro ficou absorvendo e fazendo os encaminhamentos necessários para que também o Núcleo não ficasse totalmente com as ações paralisadas. Algumas ações, alguns casos suspeitos de que fossem tráfico, nós temos feitos os encaminhamentos, e as ações de prevenção estão incluídas também no centro, em algumas atividades do centro, então, nós estamos dando certa continuidade, não como o Núcleo faria, até porque nós não poderíamos absorver tudo, não fomos capacitados, mas são ações semelhantes porque é violação de direitos, é direitos humanos, não sai da pauta de direitos humanos, e nós estamos dando continuidade até que agora após as eleições vai abrir um novo processo seletivo, mudança de governo, acredito que no início do ano o Núcleo esteja voltando. Mas, nós estamos juntos, estamos com a parceria.

**A Sra. Livia Maria Xerez de Azevedo (NETP-CE)** – O nosso Núcleo e o nosso Posto estão no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania do estado. É uma coordenação única, é um carro único, é uma equipe que cobre o gasto do outro e o pé do outro, então,

873 os trabalhos são bem integrados sim. O nosso posto funciona de 8 da manhã as 20 h,  
874 ainda não abrimos aos sábados, domingos e feriados, então, alguns voos internacionais  
875 também depois das 20h não conseguimos abraçar, e essa é uma inquietação, uma  
876 angústia, porque algumas pessoas nós não conseguimos atender. Com isso temos a  
877 cooperação e o diálogo constante com as companhias aéreas, com Polícia Federal e com  
878 Receita Federal, para que no mínimo entreguem o nosso material e referenciem o nosso  
879 trabalho para que no outro dia, se for o caso, nós possamos acolher essas pessoas e dar  
880 os encaminhamentos devidos. O posto do aeroporto fica localizado atrás do *check-in*  
881 internacional, mudamos a nossa localização, e isso causou uma aproximação com as  
882 companhias aéreas. Então, esse nosso trabalho hoje de atendimento aos deportados e  
883 não admitidos acontece diretamente com as companhias, ou nós entramos em contato  
884 com as companhias, ou veja que coisa boa, a companhia entra em contato com o posto  
885 dizendo se teremos ou não deportados ou não admitidos no voo de tal hora. A partir  
886 desse momento nós nos preparamos, levamos o nosso formulário, adentramos na área  
887 restrita, pegamos essas pessoas que são conduzidas pelos funcionários das companhias  
888 aéreas, e aí realizamos aquele nosso atendimento de sedução: “Você quer ir ao posto? O  
889 posto é isso, podemos lhe proporcionar isso. Vamos lá?”, às vezes recebemos um não, e  
890 às vezes recebemos um sim, e aí o nosso trabalho é realizado efetivamente, às vezes só  
891 com uma cotação de passagens, um apoio levando, quem sabe, à rodoviária, e às vezes,  
892 principalmente nos casos de tráfico, um atendimento mais diferenciado, mais  
893 aprofundado. Basicamente é esse o nosso trabalho do posto avançado. Recentemente  
894 nós realizamos, em parceria com o consulado dos Estados Unidos, na sede de  
895 Pernambuco, um curso antifraude, principalmente no âmbito da falsificação de  
896 passaportes, e nesse curso nós tivemos uma boa fala para o enfrentamento ao tráfico de  
897 pessoas, tivemos desdobramentos também, que muitos funcionários das companhias  
898 aéreas participaram, e a partir dessa aproximação inicial nós já tivemos vários  
899 seminários, várias capacitações nas companhias e dentro do aeroporto, e nas faculdades,  
900 nas universidades e instituto federal que têm os cursos de hotelaria e turismo também.  
901 Isso é muito bom porque nós sempre tentamos realizar esses cursos no aeroporto, mas a  
902 rotatividade de funcionários é muito grande, tem muitos terceirizados, muitas pessoas  
903 mudando de turno, e às vezes quando nós pensamos que atingimos uma boa parte todo  
904 mundo muda de novo. Então, até para tentar sanar essa dificuldade nós estamos  
905 tentando dialogar com a Infraero para incluir em todos os cursos da Avsec, que é um  
906 curso que necessariamente todo mundo que trabalha no aeroporto tem que fazer, tem

907 que ter essas noções de segurança, nós estamos tentando incluir a pauta do  
908 enfrentamento ao tráfico de pessoas e, principalmente o que é, o que vem a ser, o que  
909 possa chegar a ser futuramente o posto avançado, para que essas pessoas que trabalham  
910 no aeroporto possam construir, possam conhecer e possam referenciar. Infelizmente, às  
911 vezes, eles não sabem nem onde está localizado o posto, e essa é a nossa dificuldade  
912 constante. Vamos tentar fazer essa inclusão dentro da pauta do Avsec para que o posto  
913 esteja mais próximo dos funcionários do aeroporto. Enquanto Núcleo, as nossas  
914 atividades nas escolas, nas universidades, nas ONGs, nas igrejas, permanecem, a  
915 Campanha da Fraternidade não passou, ainda permanece o nosso trabalho com as  
916 pastorais, e aí foi muito interessante porque nós conseguimos interiorizar essa temática  
917 em todas as macrorregiões do estado, foi muito cansativo, mas foi muito gratificante  
918 também. E atividades não apenas contanto com a participação direta do Núcleo, mas foi  
919 um trabalho que foi plantada a semente e continua por essas comunidades e pelos  
920 militantes de direitos humanos, que agora também abraçaram a temática do tráfico de  
921 pessoas nos equipamentos sociais, nas suas igrejas e nas suas casas. Nós sempre  
922 recebemos atividades que não participamos diretamente, mas que plantamos a semente  
923 inicial, e é muito legal ver isso prosperando por aí. A Copa do Mundo, principalmente o  
924 período preparatório foi bem intenso, não tivemos esses milhões de casos como a rede  
925 esperava que tivessem, foi quase um terrorismo véspera e Copa do Mundo, mas nos  
926 preparamos bastante, conversamos bastante com os equipamentos sociais, com os  
927 vendedores ambulantes, com os postos de saúde, e aí o nosso trabalho também cresceu.  
928 Fomos bastante referenciados, hoje temos o Núcleo e até o Posto bem mais conhecidos,  
929 não só na temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas migração, e aí puxando  
930 para o Posto entra a questão dos solicitantes de refúgio, entram questões controversas  
931 também, a questão dos mochileiros, as pessoas que estão passando e de repente não têm  
932 como voltar para o seu país porque não levou o dinheiro da passagem, assim, nós  
933 estamos bastante referenciados até depois dessa articulação, desse fomento pré-Copa do  
934 Mundo. Temos também, Valdir, essa articulação com a PRF, existiu uma ação, acho  
935 que na semana passada, de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas  
936 rodovias, só que nós não vamos nessas batidas, nós participamos das reuniões de  
937 planejamento e todo mundo junto, PRF, Polícia Civil, Núcleo, conselhos de direitos  
938 etc., planejamentos como tudo vai acontecer, e na batida só a polícia participa desse  
939 trabalho de ponto, e nós do Núcleo ficamos ou na delegacia ou em algum ponto  
940 estratégico esperando essas possíveis vítimas chegarem para a partir daí ter um

941 atendimento, um acolhimento mais humanizado. E em momento posterior da operação,  
942 já quando é possível divulgar esse levantamento dos pontos mapeados pela inteligência  
943 da PRF, nós estamos realizando atividades preventivas com as pessoas e com a rede  
944 nesses pontos mapeados anteriormente. Está sendo assim esse nosso trabalho. Estamos  
945 presidindo também a subcomissão de Ações Preventivas da Coetrae. O trabalho tinha  
946 dado uma pausa, até pela questão da Copa do Mundo, é uma rede só e são temáticas  
947 únicas, e nós temos que nos dividir porque na realidade não temos ainda pernas para  
948 tudo, mas essa é a nossa missão. Também, Ebenezer, estamos com esse projeto da Ação  
949 Integrada, dia 30 agora teremos uma capacitação com os membros da Coetrae estadual  
950 para que o projeto vá também para o estado, está uma semente, é possível que vá até o  
951 final do ano. A RST é uma parceira, vice-presidente da Coetrae estadual, e está  
952 abraçando bastante. Então, além dessa capacitação inicial do Ação Integrada, nós já  
953 estamos idealizando três ou quatro, aí vai depender do período da estabilidade ou da  
954 instabilidade política até o final do ano, para alguns seminários anteriores, até em  
955 parceria com a CPT. Nós precisamos, até porque a nossa Coetrae tem um ano, mas com  
956 Copa do Mundo no meio nós demos uma parada. Estamos participando também da  
957 idealização da Casa da Mulher Brasileira, que é um projeto que está sendo capitaneado  
958 pela SPM e pelas coordenadorias de mulheres dos estados. Nós não somos da  
959 Coordenadoria da Mulher, mas estamos convidados a participar da idealização desse  
960 projeto. Prioritariamente serão equipamentos da violência doméstica familiar contra a  
961 mulher, mas como teremos um auditório e teremos espaços de convivência, nós do  
962 Núcleo estamos pensando em atividades mais breves, intervenções mais cultas e  
963 pontuais sobre tráfico de mulheres também nesses equipamentos, com as mulheres  
964 assistidas e com os técnicos e as técnicas, de maneira permanente, com cronograma,  
965 uma programação, a semente ainda está muito pequena e nós estamos vendo como é que  
966 vai ser essa inclusão nesse espaço, que inicialmente não abrangeria o tráfico de  
967 mulheres, mas nós estamos tentando incluir sim, com o apoio da Coordenadoria da  
968 Mulher do estado. Participamos também do Comitê de Gestores de Direitos Humanos, e  
969 aí a pauta até o final do ano vai ser população em situação de rua, e nós estamos  
970 pensando em seguir essa temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas com essa  
971 população. Acho que o Núcleo de São Paulo começou, acho que foi com a Graça, ela  
972 estava no Rio, não sei. Alguém aqui da Rede já começou isso, colocou na Rede esse  
973 trabalho com a população de rua, estratégias de ATP com essa população que  
974 praticamente não tem muita coisa para esse público, e nós estamos pensando até o final



do ano fazer uma aproximação legal com eles. Ainda não sabemos como, ainda não delineamos a metodologia, mas é uma das metas até dezembro, porque eles são vulneráveis e suscetíveis a tudo, além de não ter políticas, quase não ter políticas para esse pessoal. E não tinha, este mês agora foi publicado o decreto, temos um comitê das pessoas em situação de rua, então, por isso estamos mobilizando algumas ações pontuais para contemplar esse público de maneira transversal. Ainda vamos desenhar, mas quem tiver contribuições, ainda não temos muita coisa desenhada, aceitamos sugestões, só os comitês em nível estadual. Há aproximação ainda com a Prose, e é muito legal, eu não sei existem associações das prostitutas nos outros estados, mas nos Estado do Ceará tem, nós estamos nos reerguendo, até porque a nossa líder Rosalina Sampaio faleceu há um tempo, então, para a própria associação que possa despontar uma nova líder de maneira autônoma demora um pouquinho, mas estamos nos aproximando para que essas ações de enfrentamento ao tráfico de mulheres especificamente com a população das prostitutas sejam intensificadas, algumas reuniões já aconteceram, mas não temos pautas específicas e pontuais ainda, mas só de estarmos sentando e conversando já é uma vitória, então, eu acho que é uma boa prática e poderia sim ser estendida, quem sabe, aos outros estados.

**A Sra. Interlocutora não identificada** – Oi, gente, tudo bom? Primeiro, eu queria dizer que eu estou muito feliz de estar aqui conhecendo vocês, participando com vocês, e nós estamos começando um diálogo aqui, uma aproximação da temática do migrante, junto com a Fernanda, Heloísa e toda a equipe dela, e também queremos fazer isso junto com vocês, porque nós entendemos que uma ação que acabou virando muito importante nesses Núcleos é essa atenção que é dada ao migrante que chega ao Brasil. Então, eu espero estar todos esses dias aqui com vocês contribuindo aqui com o nosso debate. Obrigada. Nós resolvemos isso, pode ficar tranquilo. Obrigada.

**A Sra. Jacielma Maria dos Santos (NETP-Ipojuca)** – No município de Ipojuca, em Pernambuco, lá foi criado, a Prefeitura de Ipojuca foi pioneira ao criar o primeiro Núcleo de Prevenção ao Tráfico de Mulheres em Pernambuco, voltando a dizer que é do município de Ipojuca, é o primeiro núcleo municipal de prevenção. Nesse período foi criado, no dia 1º de julho, nós temos uma estrutura junto ao Centro de Referência da mulher também lá de Ipojuca, com psicólogos, com assessoria jurídica, com assistentes sociais, todos fazendo esse trabalho de prevenção, fazendo entrevistas em rádio,

trabalhos nas escolas sempre em parceria com o governo do estado, na pessoa de Jeanne Aguiar, e eu vou passar para ela, para que ela enfoque mais, porque nós fazemos esse trabalho em parceria. Jeanne.

**A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Vamos começar. Eu recebi um presente ontem do meu filho, que me deu um *laptop*, e eu pensando que tinha CD, e eu trouxe um CD com todas as fotos para fazer aqui o trabalho, e quando eu fui ver ele não tem local de CD, e eu fiquei até 03h fazendo uma memória de algumas fotos que eu já tinha existente em e-mails, mas eu trouxe comigo aqui, o colega aqui imprimiu, vamos começar a partir de abril, então, eu vou passando. O Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Pernambuco, nós temos feito algumas ações preventivas, até porque é difícil chegar a vítima ao Núcleo, nós temos visto essa dificuldade de não aparecer vítima, e tem muitas denúncias que são encaminhadas, mas a vítima mesmo nós só tivemos alguns casos até 2012. E aí nós começamos fazendo uma jornada preventiva, que foi uma jornada em parceria também paralelamente feito o trabalho da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias federais do estado, e a nossa polícia estadual começou fazendo um trabalho também semelhante à Polícia Rodoviária Federal, e nós detectamos nesse trabalho 1.379 pontos de vulnerabilidade com relação à exploração sexual de criança e adolescentes nas rodovias estaduais. E a partir de então nós começamos a fazer esse trabalho preventivo, feito em todos os municípios do estado, e foi nesse trabalho preventivo que nós tivemos o prazer de conversar com a secretária da Mulher, Dora Pires, e aí criamos com ela essa parceria, esse Núcleo de Ipojuca, por ser uma área turística também, e nós já temos outra semente, que também estamos conversando, dialogando com a Prefeitura do Recife, que quer criar o mesmo núcleo semelhante. Então, através dessas jornadas nossas preventivas, nós estamos indo e conversando com todos os parceiros que fazem parte da rede de enfrentamento, tanto a exploração sexual de criança e adolescente, como a questão também do tráfico de pessoas, e aí nós temos convidado os Cras, os Creas, Conselho Tutelar, Ministério Público, delegacia, as polícias Civil e Militar, Guarda Municipal e todos aqueles entes, conselho de direitos, em toda localidade nós vamos fazendo esse trabalho preventivo. Alguns que não tem locais que tenham um espaço para que nós possamos dialogar, nós temos levado o nosso micro-ônibus, que eu vou mostrar para vocês, que foi uma parceria com a Secretaria Nacional de Justiça, que criamos esse núcleo itinerante, onde nós temos toda a estrutura que nós possamos fazer as palestras também, e passar filmes

1043 e fazer um diálogo com as pessoas. E aí começando, nós fizemos, a partir de abril,  
1044 capacitação de todo o Disque-Denúncia, porque nós observávamos que chegavam  
1045 algumas denúncias no Núcleo, mas denúncias que a polícia não dava para investigar  
1046 porque não era uma denúncia com todos os requintes necessários para que polícia  
1047 pudesse fazer uma boa investigação, então, nós fomos até eles e fizemos essa  
1048 capacitação, e a partir daí começaram as denúncias a vir mais com bastante subsídio.  
1049 Então, nós tivemos também uma reunião também com a Abin, já para começar a  
1050 dialogar também na questão da inteligência. Fizemos palestras de sensibilização, que  
1051 nós também temos outra vertente lá que é um trabalho efetivo nas escolas, que é através  
1052 da ação Governo Presente, e aí o Núcleo também faz parte dessas ações, tanto para as  
1053 escolas municipais, como as escolas estaduais, e aí nós fizemos essa palestra no Jardim  
1054 Piedade. Depois nós tivemos também, no mês de abril ainda, uma reunião com o  
1055 consulado americano também, que nós já vamos agora em novembro, fruto dessa  
1056 reunião com o consulado, vamos ter um curso relacionado à vítima do tráfico de  
1057 pessoas, que vai inclusive ser convidado alguém de vocês, que é pela OIM, também que  
1058 está participando. Então, já em maio fizemos palestras no patronato também do Sistema  
1059 Penitenciário de Pernambuco também, foi uma parceria muito boa também com o  
1060 patronato, palestras também temáticas de ação do governo também nas escolas  
1061 municipais, outra também na Escola Trajano Mendonça, outra também na Escola Vila  
1062 dos Milagres, Nós temos alguns atendimentos do Núcleo também dos alunos das  
1063 universidades, inclusive a Unicap tem parceria porque a professora de lá também já  
1064 conhece o Núcleo, e da Unicap os alunos dela estão sempre fazendo pesquisa e  
1065 encaminhando lá para conversar conosco. Palestra de sensibilização também de  
1066 proteção no município de Itambé, pegando o município de Ibiranga e Caricé também,  
1067 que são outros municípios, E nós já estamos levando essa proposta, que eu achei muito  
1068 interessante, de São Paulo, de fazer comitês regionais, então, nós já estamos começando  
1069 também a dialogar com alguns municípios para criar também comitês regionais. Nós  
1070 tivemos também uma jornada na Câmara dos Vereadores de São Lourenço da Mata, que  
1071 foi a cidade da Copa, participamos também de audiência pública para discutir a questão  
1072 do tráfico de órgãos no plenarinho da Câmara Municipal de Recife, capacitação também  
1073 de técnicos, que aí nós fizemos a capacitação dos técnicos também lá da Secretaria da  
1074 Mulher, do Centro de Referência e também do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de  
1075 Mulheres. Passamos também nessa semana de mobilização contra o tráfico, e aí eu vou  
1076 passar também algumas fotos, a capacitação dos líderes da igreja adventista, que eles

1077 têm esse projeto Quebrando Silêncio, que também é outra parceria, outra vertente,  
1078 paralelamente com a igreja católica, que nós temos a Campanha da Fraternidade. Essas  
1079 mulheres da igreja adventista, através desse projeto Quebrando Silêncio, também têm  
1080 feito muito trabalho em conjunto com ele também. Palestra também na comunidade de  
1081 Campo Grande, no Colégio Jesus Crucificado, nós tivemos também a semana de debate  
1082 nas escolas de referências com vídeos, que inclusive são para professores que estão  
1083 saindo de pedagogia, então, nós já temos esse trabalho com eles, todo ano nós fazemos  
1084 com eles, os professores, a parceria com essa escola do Ensino Médio Sílvia Rabelo,  
1085 também nas escolas estaduais, Aníbio Cardoso, em parceria também, que foi tanto em  
1086 Porto de Galinhas como na escola Nossa Senhora do Ó, que foi um trabalho elencado  
1087 pelo Núcleo de Ipojuca em parceria com o Núcleo de Pernambuco, que também foram  
1088 237 participantes, foi o dia todo, manhã e tarde, muito bom esse trabalho. Já no mês de  
1089 agosto nós fizemos, essa semana também de mobilização, com a palestra também da  
1090 Campanha Coração Azul, e caminhadas, foi palestra durante o dia e caminhadas à tarde,  
1091 também foi muito interessante e participaram o pessoal do Creas, Fundação Terra,  
1092 Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal da Comunicação, Conselho  
1093 Tutelar, servidores da Secretaria de Educação do município de Arcoverde, aí eu vou  
1094 mostrar também. Participamos também da mesa redonda com o pessoal do GTP Mais  
1095 também, que eles têm o projeto Mercadores de Ilusão. Palestra também de  
1096 sensibilização na escola. Semana da Família na Paróquia de São Sebastião, tudo dentro  
1097 da questão da Campanha da Fraternidade, então, nós tivemos essas palestras de  
1098 sensibilização, também nas escolas municipais, temática, no local Alto Santa Teresina,  
1099 em Recife também, na Escola Municipal Vila dos Milagres também, no Ibura. Nós  
1100 tivemos também três entrevistas em rádios também, rádio de Olinda, outras rádios,  
1101 palestras de sensibilização da rede estadual do professor Trajano de Mendonça, em  
1102 Jardim São Paulo. Nós participamos da comemoração também de oito anos da Lei  
1103 Maria da Penha, lançamento do manual da Rede de Enfrentamento à Violência  
1104 Doméstica Familiar contra a Mulher do Recife também, no cinema, com a Fundação  
1105 Joaquim Nabuco, palestra de sensibilização também nas escolas. Nós tivemos também  
1106 outro evento coletivo de direitos que foi na Escola de Referência do Ensino Médio em  
1107 Caruaru, nós tivemos também outras palestras nas escolas de ensino médio também no  
1108 Ipsep, que são outros bairros que nós chamamos de bairro TeP, que é um tiroteio lá, e  
1109 nós temos trabalhado muito, nós entramos e não sabemos se saímos. Mas, é interessante  
1110 porque tem a questão do tráfico de drogas, e nós temos trabalhado nessas escolas

1111 também que têm o tráfico, principalmente o crack muito próximo. Eu vou pular aqui  
1112 várias palestras que nós fizemos nas escolas. Nós participamos também de um  
1113 seminário, que foi em São Paulo, esse seminário feito pela Juliana, que ela vai falar, da  
1114 Cooperação Internacional Contra Crimes Transnacionais, que foi também excelente, e  
1115 nós estamos trazendo também esse mesmo seminário para a data depois do dia 21 de  
1116 janeiro, já estamos em conversa com o consulado. O Dia Internacional Contra a  
1117 Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres foi feito também palestras nas escolas nessa  
1118 data também, e como em Ipojuca nós não pudemos fazer no dia 23, até porque eu estava  
1119 nesse seminário, nós fizemos no dia 26, e nós fizemos também em mais escolas.  
1120 Também participamos de um seminário Legado da Copa do Mundo 2014 foi justamente  
1121 para nós vermos o que houve durante a Copa, se houve a questão do tráfico de pessoas,  
1122 e aí baseado naquela resolução da Conatrap eu fui mostrar que realmente não teve tanto  
1123 essa expectativa que estavam esperando. Houve algumas violações contra criança e  
1124 adolescentes, mais explorações e de trabalho infantil que foi detectado, mas não de  
1125 tráfico de pessoas, nós não tivemos nenhum caso. Participação também no evento de  
1126 diálogos promovido pelas Capitais Metrópoles Brasileiras de Segurança Pública, que foi  
1127 também no hotel, foi bem interessante porque estava a prefeitura, e estava mostrando  
1128 também toda a parte de sensibilização, que é outra vertente que nós estamos  
1129 pretendendo entrar com essa questão que a nossa colega Livia falou, nessa questão de  
1130 ruas também, que nós tínhamos detectado isso, inclusive nos abrigos também. Inclusive,  
1131 a Polícia Rodoviária Federal vai fazer o novo mapeamento dela baseando, botando no  
1132 questionário, fazendo mais uma pergunta se aquela menina está naquele estado, é de  
1133 outro estado, e nós vamos refazer também a nossa baseada também nesse mesmo  
1134 questionário, para ver a questão do tráfico interno. E antes de eu vir para cá, por isso  
1135 que eu não tive muito tempo, além de jornadas que nós fizemos agora em São José da  
1136 Coroa Grande, que foi outra área de praia também, nós tivemos no dia 26, promovida  
1137 pela Secretaria da Mulher na Universidade da Fajolca, lá em Ipojuca, nós tivemos mais  
1138 ou menos mais 320 universitários de jornalismo, de pedagogia, contábeis e  
1139 administração, então, assim, foi um diálogo, foi à noite, e foi muito interessante porque  
1140 foi à noite, nós passamos o dia todo e ainda vamos à noite para um seminário até quase  
1141 23h, mas é o trabalho. E aí no outro dia passando, antes de eu vir para cá, nós tivemos  
1142 pela manhã, no dia 17 de outubro, foi o Seminário Regional de Direitos Humanos, que  
1143 foi no auditório da sede da Justiça Federal, que foi o levantamento de toda a ação feita  
1144 nos direitos humanos, e aí isso foi pela manhã, à tarde eu viajei para João Pessoa, e em

1145 João Pessoa fiquei dia 17, 18 e 19, ou seja, sexta, sábado e domingo, nós ficamos lá  
1146 com a Rede Um Grito Pela Vida, na casa de encontro das irmãs da Sagrada Família, e  
1147 foi muito interessante porque lá foi um final de semana, uma casa linda, maravilhosa, na  
1148 beira da praia, mas nós não pudemos usufruir do mar, só ficávamos olhando, porque nós  
1149 tivemos pela manhã o Luiz Couto, da CPI, onde nós discutimos um pouco sobre esse  
1150 projeto de lei, e eu fiz algumas perguntas a ele, e eu fiquei triste depois, mas depois nós  
1151 comentamos quando nós estivermos no projeto de lei, e também um professor da  
1152 universidade de lá também, que é bem engajado nessa questão do tráfico e ele  
1153 demonstrou muito, e nós estamos tentando ver se criamos um Núcleo lá na Paraíba,  
1154 porque é rota, tem coisas sérias apresentadas lá, inclusive, antes de eu vir para cá tinha  
1155 uma denúncia via internet que estão convidando meninas para serem modelos, e o  
1156 telefone é da Paraíba. E aí fomos nesses dias, e aí voltamos para cá para essa reunião  
1157 aqui, e eu já tenho no dia 18 e 19 esses treinamentos sobre as vítimas do tráfico, em  
1158 parceria com o consulado, vamos ter uma roda de diálogo também pela Universidade  
1159 Federal de Pernambuco, e para janeiro esse curso de identificação de passaporte falso,  
1160 que eu achei muito interessante, e nós estamos querendo fazer no mesmo modelo com o  
1161 pessoal das companhias aéreas, que é muito importante ter uma forma de ajudar  
1162 também. Por enquanto é só. Deixa-me mostrar só as fotos. Isso aí é só para vocês verem  
1163 o Núcleo. Fora essa pauta, eu também sou secretária executiva no Conselho de  
1164 Segurança Pública do Nordeste. Essa ação aqui foi muito interessante, que foi com o  
1165 pessoal do Batalhão da Polícia Rodoviária, então, envolveram crianças, nós também  
1166 falamos com a Rede Um Grito Pela Vida, nós conseguimos bolsas, material de escola,  
1167 foi um negócio muito bonito, levamos a polícia para mostrar a questão dos animais  
1168 também, foi um dia todo de trabalho. Esse onde está o ônibus aí foi em Fazenda Nova,  
1169 enquanto o pessoal estava se divertindo ali fazendo os espetáculos, nós estávamos ali na  
1170 porta panfletando, chamando pessoas para discutir a questão do tráfico, mas foi legal  
1171 também. Isso aí também foi ação preventiva em Goiana também, isso aí foi em São José  
1172 da Coroa Grande. Campanha da Fraternidade. Isso aí foram algumas ações que nós  
1173 tivemos, tiveram várias, é porque realmente as fotos eu não consegui abrir. Isso aí  
1174 também é o nosso parceiro da Polícia Federal, Geovani, o pessoal da Rede, onde foi o  
1175 lançamento do livro inclusive de Marina. Isso é só mobilização. Esse projeto Quebrando  
1176 Silêncio, acho que tem em outros estados, vocês procurem esse projeto que é muito  
1177 interessante, e elas são danadas, são todas mulheres. Eu digo assim, porque às vezes  
1178 você não acredita, mas eu pensei que tivesse na igreja rapazes, mas só tem dando apoio,

1179 elas que vão à frente, estavam todas as regionais aí de todos os municípios, aí eu fiz  
1180 muitos coraçõezinhos, mas infelizmente eu tenho um problema com esse negócio de  
1181 *hashtag*, não consegui mandar nenhuma, mandei por e-mail, mas não consigo. Em todo  
1182 canto, até meu secretário eu queria que ele fizesse. (*Risos!*) Essa daí também foi essa  
1183 ação de Ipojuca, que eu fiz juntamente com Jaci, foi o trabalho de Jaci de convocar  
1184 essas pessoas, foi muito legal esse trabalho na faculdade. Esse outro trabalho também  
1185 me comoveu bastante, e aí eu recebi uma surpresa, porque eu fui falar sobre o tráfico de  
1186 pessoas, e aí tinha alunos de Ibuic, da comunidade indígena, que me levou cartazes. Aí a  
1187 surpresa. Nós fizemos aí a premiação desses alunos de Ibuic, que inclusive com cartazes  
1188 na questão do tráfico, eu ia até trazer esses cartazes para deixar com vocês, mas me  
1189 esqueci. Esse foi um olho que ele fez, muito interessante, aquela lágrima que está ali é o  
1190 mapa do Brasil, e aí não dá para ver bem porque ele diz que no olho ali onde tem um  
1191 arco branco é como se fosse uma flecha que levantasse e que daria, vamos dizer assim, a  
1192 salvação das vítimas do tráfico. Então, ele apresentando, esse menino foi da Escola  
1193 Imaculada Conceição, tiveram várias meninas que fizeram poemas, esses cartazes do  
1194 tráfico, não pude ficar com eles, só bati foto, porque a escola queria levar porque tinha  
1195 havido a morte de uma professora e eles iam deixar lá, uma lutadora. Isso aí foi a  
1196 premiação dos alunos que fizeram esses temas, da própria escola, até porque a Rede Um  
1197 Grito Pela Vida já tinha ido lá, conversado com eles e lançamos, e nós estamos tentando  
1198 fazer isso em todas as escolas que nós passamos criando essa semente para que as  
1199 escolas promovam esse tipo de premiação, agora, o que nós queríamos era dar uma  
1200 premiação melhor, porque ele teve uma premiação mas foi uma premiação simbólica.  
1201 Como nós fizemos uma vez em um ano, acho que foi em 2010, nós fizemos uma  
1202 premiação onde eu consegui três *laptops*. Isso, Jeanne, na Semidão, eu consegui uns  
1203 *laptops* com uns parceiros lá que temos que faz parte das minhas reuniões do Conselho  
1204 de Segurança Pública do Nordeste, aí eu vou chorando pelo tráfico também pela  
1205 beirinha, e aí nós conseguimos. E aí foi a campanha nas ruas, nas escolas, Fátima está  
1206 com o microfone, eu fiquei também, mas nós com certa idade nós já vamos cansando,  
1207 andando e falando, caminhando, e aí eu botava de vez em quando Fátima para falar.  
1208 Mas, você vê que eles foram tão organizados que eu cheguei lá e já tinha a faixa da  
1209 própria escola, e você vê ali que ele coloca: “Denuncie. Liberdade não se encontra”, já  
1210 tinha até do coração, mas a placa deles, feita por eles mesmo, e nós fomos com o ônibus  
1211 aí porque aqueles que iam cansando entravam no ônibus e iam assistindo alguma  
1212 apresentação sobre o tráfico. E aí são ações do governo presentes nas escolas, nós

1213 damos esse livro aí que nós tínhamos feito também que foi uma parceria com a  
1214 Secretaria Nacional de Justiça. E aqui as nossas apresentações, e aqui nós sempre  
1215 terminamos com a dinâmica, que essa dinâmica do chocolate é bem interessante, para  
1216 dizer para eles que a informação não é para ficar com eles e sim repassar para todos, e é  
1217 bem engraçado porque elas descobrem, e eu observo que as meninas descobrem mais  
1218 rápido como fazer a ação de parceria. Nada contra, Valdir, não precisa dormir não.

1219

1220 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** – Eu não dormi até agora. Eu estou de  
1221 olho em você, você já falou demais, chega. Deixa um pouco para amanhã.

1222

1223 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – (*Risos!*) E aqui foi com o  
1224 pessoal do grupo GTP +, que é do grupo soropositivo, e nós tivemos esse debate  
1225 também, a professora Fátima da universidade federal, não pude estar, mas Olavo que  
1226 trabalha comigo estava lá, porque eu estava em São Paulo nesse dia. Aqui também foi o  
1227 trabalho de legado. Aqui são as palestras. Isso aqui foram mais ações também, essa  
1228 última que nós fizemos lá em Ipojuca para os universitários. Essa daqui foi essa semana,  
1229 na casa da praia. Eu não botei nem a foto da praia, nem da casa.

1230

1231 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** – Jeanne, você vai pagar o almoço desse  
1232 jeito.

1233

1234 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Façam um trabalho com a  
1235 Rede Um Grito Pela Vida, são maravilhosos, e vai ter em Fortaleza em julho, e eu vou  
1236 estar lá. E veja, se não houver frutos, valeu a beleza, é isso que eu passo para eles, se  
1237 não houver frutos valeu a beleza das flores, se não houver flores, valeu a sombra das  
1238 folhas, e se não houver folhas valeu a intenção da semente. E é o nosso trabalho  
1239 incansável, enquanto eu tiver força eu estou no Núcleo de Enfrentamento, porque a  
1240 nossa maior arma é a informação.

1241

1242 (*Palmas!*)

1243

1244 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Vamos fazer a moção para a Jeanne,  
1245 moção de amor e de competência, porque ela conseguiu nós conseguirmos ficar no  
1246 hotel, se esforçou. Moção.



1247

1248 *(Palmas!)*

1249

1250 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Já que a Juliana falou isso,  
1251 eu só queria dizer uma coisa a vocês, à noite nós vamos fazer a nossa confraternização.  
1252 Quem quiser participar, nós vamos estar no último andar do hotel à beira da piscina, e  
1253 nós vamos tentar fazer aqui um amigo-secreto, para nós mais tarde fazermos uma  
1254 brincadeirinha. O shopping está aqui perto, não precisa ser nada caro, tem a feirinha ali.

1255

1256 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – O Núcleo de Enfrentamento ao  
1257 Tráfico de São Paulo está dentro da Secretaria de Estado da Justiça, da Defesa da  
1258 Cidadania, a Secretaria que articula política de direitos humanos. A equipe tem quatro  
1259 pessoas, uma advogada, a Graziela, que estava no Rio de Janeiro, nós estamos  
1260 cooptando todas as pessoas do Rio de Janeiro, Danielle, cuidado, para ir para São Paulo.  
1261 Não tem fins de exploração, portanto, não tem o terceiro elemento que configura o tipo.  
1262 *(Risos!)* Agora sem brincadeira. A equipe, então nós temos lá uma advogada, a Adriana,  
1263 então, quando vocês enviam os casos a Adriana é quem está coordenando, cuidando  
1264 disso, a Grazi, que está lá coordenando os comitês. E aí eu vou fazer uma apresentação  
1265 rápida aqui de três temas. A nossa coordenação, o Núcleo, ele não é propriamente uma  
1266 coordenação, ele é um setor da Secretaria, não tem o status de coordenação sob o ponto  
1267 de vista organizacional. Então, nós temos três temas, que é o tráfico de pessoas, a  
1268 questão do trabalho escravo e a questão do refúgio e migração. Então, a Grazi cuida  
1269 desses comitês, nós temos o Ricardo, vocês já devem ter visto também na rede do  
1270 WhatsApp, que cuida dos comitês regionais, faz reunião no interior, e a super Jô, que é  
1271 a nossa administrativo que cuida da parte de apoio, e dois estagiários superbacanas, um  
1272 de manhã e um de tarde, um no primeiro ano de direito e o outro no penúltimo ano de  
1273 direito, que cuidam também ali do auxílio. Sobre tráfico de pessoas, de abril a outubro  
1274 agora, nós tivemos a continuidade de um caso, do comitê estadual nós estamos fechando  
1275 agora, a Grazi está voltando, casou. São Paulo é tão bom que ela até casou, ficou  
1276 empolgada e casou, chegou, casou. Vão para lá, vão casar. E aí nós estamos fechando  
1277 agora dia 23, quinta-feira, vai ter a última reunião do comitê para fechar a minuta do  
1278 Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, finalmente saiu, e aí nós  
1279 estamos fechando, e se Deus quiser a última reunião aí, a Grazi está voltando, entre  
1280 ontem e hoje ela voltou, está fechando essa reunião. Nós fizemos nesse período a

segunda e a terceira rodada das reuniões dos comitês regionais. Os comitês regionais nada mais são do que um coletivo de instituições que se reúnem em quinze regiões do estado, ou na sede das OABs, das subseções da OAB, ou na sede das associações do Ministério Público do Estado de São Paulo, que tem sede em alguns locais do Estado de São Paulo, então, um ou outro nós tomamos emprestamos e fazemos as reuniões lá, sociedade civil convidada, poder público local, e aí o que acontece? Dessas reuniões, diferentemente das questões estaduais, como é muito próximo das competências locais, muitas pessoas que estão nas reuniões estão interagindo com as competências, então, de juízes a promotores, a assistentes sociais etc., nós estamos tendo ali um bom resultado no que tange a atenção às vezes até de denúncia. Não é o comitê que cuida das denúncias, mas algumas autoridades às vezes por sua competência legal já diretamente ela acaba abarcando a competência de acompanhar alguns casos. Então, só para dar um exemplo, eu acho que vocês viram, teve um caso envolvendo paraguaias em Ribeirão Preto, e teve uma boa atuação do comitê local. E por falar em migração, estamos aí, teve esse caso das paraguaias, e por falar em migração também, nós estamos tendo aí duas denúncias de acompanhamento pelos comitês, vindas com brasileiros retornados, e aí a assistência social municipal acabou identificando situação de tráfico de pessoas, e eles estão, na verdade, cuidando, até tem um caso em andamento de investigação na região de Presidente Prudente. Então, essa interação acaba gerando no local uma visibilidade, e as autoridades tomam pé dos seus deveres. Nós também colaboramos aí com as consultorias tanto dos comitês para apresentar essa sistematização feita pelo MJ das consultorias, e nós estamos colaborando com os cadernos temáticos. Atrasado, mas ontem enviei por e-mail à Michele o artigo, escrevi um artigo sobre a questão do tráfico de pessoas e o futebol, e vou avisar que puxei bem a sardinha para a Rede de Núcleos e Postos dizendo a exemplo, Livia, botei ali o caso do Ceará para falar, citei o último caso do Rio de Janeiro envolvendo o pessoal de Alagoas. A primeira investigação que nós começamos a acompanhar foi uma investigação do Ministério Público do Trabalho que começou em Minas Gerais, foi para o Paraná e depois parou em São Paulo, e esse histórico está no artigo, mas não um caso específico de Minas Gerais, eu peguei o que eu tinha de acompanhamento do Núcleo de São Paulo, mas eu fiz a questão de colocar no artigo expressamente a articulação da Rede de Núcleos e Postos, puxei mesmo a sardinha para a Rede, porque eu acho que sempre que nós pudermos fortalecer o grupo, independentemente de quem estiver aqui amanhã ou depois, esse é no mínimo o nosso papel como grupo. Também participamos, teve tanto a questão da CPI do Tráfico de

1315 Pessoas aqui em Brasília, todos aqui, eu imagino, quem não estiver no grupo do *Google*  
1316 *Groups*, já pedi reiteradamente, falem com o pessoal, às vezes o e-mail institucional não  
1317 entra, o pessoal entra. Enfim, eu mandei no e-mail do *Google Groups* todos os  
1318 pareceres, comentários que nós em São Paulo havíamos feito com relação à legislação,  
1319 tanto aquela memória do que foi apresentada na última reunião para vocês, vocês  
1320 lembram, na Bahia, sobre a questão de legislação, como o parecer que eu  
1321 particularmente pelo Núcleo de São Paulo apresentei à CPI com algumas críticas ao  
1322 projeto de lei. Depois quando nós formos fazer a apresentação amanhã do Conatrap tem  
1323 algumas outras demandas que são interessantes, a Leila também vai colocar, sobre essa  
1324 questão do projeto de lei. Nós também estamos participando, agora não mais  
1325 intensamente, da CPI estadual de combate ao trabalho escravo, que foi instalada em São  
1326 Paulo, mas eu falo dela quando for falar do trabalho escravo. Nós acompanhamos  
1327 alguns estudos que eu queria só citar para vocês, que foram muito interessantes, alunos  
1328 nos procurando. Uma menina de graduação de políticas públicas, eu joguei, pedi para  
1329 ela procurar o Ministério da Justiça, porque ela está indagando coisas muito  
1330 interessantes sobre por que ter uma política pública, por que tem que ter um Núcleo,  
1331 para que serve um comitê. Então, uma menina muito interessante, ela está na USP, ela  
1332 está fazendo graduação em gestão pública, achei bem legal. Nós tivemos também a  
1333 atuação de pesquisa para tráfico na área da saúde por um pesquisador de Portugal que  
1334 está pesquisando pela Fiocruz, achei muito legal a abordagem dele para a questão das  
1335 mulheres a partir da saúde, prostituição, o direito e o tráfico, nós tivemos também o  
1336 contato que veio do Departamento de Polícia Rodoviária, que nos enviou um rapaz que  
1337 está estudando em Yale, a questão da política de enfrentamento ao combate do trabalho  
1338 escravo, então, ele é argentino, então, tem toda uma expertise de conhecimento da  
1339 dinâmica do problema no latino-américa, e é muito bacana, nós recebemos. Jornalismo,  
1340 eu acho que aquela pesquisa que a Repórter Brasil fez foi muito bacana para umas  
1341 meninas de graduação também acompanharem, e foi muito interessante porque elas  
1342 começaram a entrevista dizendo assim: “Nós queremos saber das vítimas”, aí eu falei  
1343 assim: “Então, não vai ter entrevista, porque nós não vamos expor ninguém”, eu falei:  
1344 “Por que vocês não mudam o paradigma e começam a analisar o perfil de como o  
1345 jornalismo aborda o tema?”, e aí elas se interessaram, e eu dei o guia para elas, e elas  
1346 falaram: “Nós nunca tínhamos pensado nisso”. Eu falei: “Sejam mais criativas”, e  
1347 mudaram a pesquisa delas, então, pensar o jornalismo a partir não da exposição da  
1348 vítima, mas da abordagem do tema. Nós fizemos esse seminário internacional, que

1349 quem teve a grande ideia foi a Grazi, até por conta da experiência que ela teve de  
1350 viagem para os Estados Unidos para conhecer os programas de tráfico de pessoas, e  
1351 nesse seminário de cooperação internacional, eu quero abrir o destaque só para vocês  
1352 entenderem a dinâmica, a importância disso. Primeiro a premissa maior eu acho que do  
1353 trabalho com qualquer órgão de relações internacionais ou de outro país, o que  
1354 prevalece é o que é a nossa política local, então, pouco me importa o que pensam os  
1355 outros, eu defendo o que nós pensamos sob o ponto de vista de direitos humanos. Então,  
1356 a partir desse contato para entender os problemas, por exemplo, que foram apresentados  
1357 pelo consulado dos Estados Unidos, e tentar mostrar também nesse seminário, a  
1358 Lucicléia estava lá, foi um caso internacional de manhã, e à tarde foi um caso que  
1359 aconteceu em São Paulo, que foi esse caso das paraguaias, onde nós mostramos que  
1360 cooperação internacional não acontece só fora do Brasil, tem que acontecer dentro do  
1361 Brasil através dos Núcleos, através dos consulados, através dos órgãos federais de  
1362 competência de combate ao crime organizado, nós protegermos pessoas também aqui  
1363 dentro, não precisa estar fazer só lá fora. Então, foi isso. A reunião do Conatrap, nós  
1364 vamos fazer apresentação depois. Nós participamos lá em São Paulo da comissão do  
1365 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, então, lembrem-se, olhem, agora em julho  
1366 o CNJ fundou um Fórum Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Fonatrap,  
1367 e aí estão replicando isso dentro dos tribunais de justiça, e tribunais eu imagino os  
1368 federais e os tribunais dos TRTs também, então eu acho que vale à pena, nós estamos  
1369 acompanhando isso. Eu particularmente tenho críticas ao Tribunal de Justiça do Estado  
1370 de São Paulo sob o ponto de vista de articulação, ainda está muito ruim, então, não se  
1371 esqueçam de que nós tivemos duas decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo, uma  
1372 de 2012 e agora outra de 2014 onde o tema exploração sexual, criança e adolescente foi  
1373 considerado não crime, porque afinal de contas as meninas já eram prostitutas, isso é o  
1374 teor da decisão. Então, esse tipo de coisa ainda precisa ser mais bem analisado perante  
1375 os tribunais, então, estou trazendo isso só para dizer como nós participamos lá com  
1376 certo embate na reunião. Levantamos dois temas também na semana de mobilização,  
1377 que é a questão do tema das mulas do tráfico de drogas, as mulheres que são exploradas,  
1378 então, incorporamos ao comitê o ITTC, Instituto de Terras, Trabalho e Cidadania, que  
1379 tem uma freira muito bacana, a Maicon, uma parceira da Dalila Figueiredo, que trabalha  
1380 com presas e egressas, e esse tema veio à tona, e estamos tentando ver como  
1381 trabalharemos isso, por exemplo, para o Ministério Público Federal, complicado, mas  
1382 necessário. A questão também do direito da prostituição, lá na Bahia eu já havia dito

1383 que nós precisamos mudar esse paradigma de dizer, todo mundo fala, Picitelli, todo  
1384 mundo. Vocês acompanharam lá o encontro do Pagu, nós não pudemos ir, mas nós  
1385 estamos tentando manter um diálogo com os dois TRTs de São Paulo para tentar  
1386 replicar. Em São Paulo, para vocês terem uma ideia, existem dois Tribunais Regionais  
1387 de Trabalho para tentar identificar de que maneira os tribunais podem começar a  
1388 replicar, e já existe uma jurisprudência de Minas Gerais, um caso de Minas Gerais, e um  
1389 caso de São Paulo, onde houve reconhecimento não de tráfico de pessoas, mas do  
1390 direito da prostituta como trabalhadora, indenização etc., acho que é um paradigma para  
1391 se começar a trabalhar esse tema. Nós finalmente conseguimos emplacar na Polícia  
1392 Militar do Estado de São Paulo duas diretrizes que são chamadas Instruções  
1393 Continuadas de Comando, que são replicadas para todos os membros da corporação,  
1394 uma sobre refúgio e migração, para impedir equívocos de entendimento, e isso nós  
1395 vamos levar um tempo ainda, sobre a questão de deportação, que tipo de procedimento,  
1396 cuidar do imigrante de que maneira etc., e do outro lado a questão do tráfico de pessoas  
1397 e trabalho escravo, foram dois ICCs. Esse documento não é publicizado, é um  
1398 documento interno acrópoles da Polícia, é interno mesmo, é uma coisa que eles não  
1399 divulgam por aí, são comandos internos, mas nós temos isso registrado, por exemplo,  
1400 não no teor, mas nas atas do Comitê de Tráfico de Pessoas, porque isso foi uma  
1401 articulação por lá. No âmbito de refúgio nós temos o comitê, nós estamos trabalhando  
1402 com um tema delicado, que tem a ver aqui conosco, quem trabalha com imigrantes sabe  
1403 disso, que é a centralização da expedição de carteira de trabalho. Já existe um  
1404 procedimento, tanto na Defensoria Pública da União do Estado de São Paulo, como no  
1405 Ministério Público Federal do Estado de São Paulo, solicitando ao Ministério do  
1406 Trabalho e Emprego a revisão da Portaria nº 01/98, que salvo engano é a portaria que  
1407 cuida da emissão de carteira de trabalho para estrangeiro, menos direito para  
1408 estrangeiro, mais exploração para o estrangeiro, então, isso é um tema que já está  
1409 rolando no nosso debate lá, e é um tema que está sendo muito pouco falado no  
1410 Ministério do Trabalho e Emprego. Nós também emitimos no âmbito do comitê de  
1411 refúgio uma nota, agora na última reunião que aconteceu acho que dia 8, onde a questão  
1412 do refúgio e da menor idade, ou seja, existem crianças entrando junto com adultos no  
1413 Brasil, algumas são filhas desses adultos e tem documento para comprovar, e alguns não  
1414 são filhos desses adultos, e não tem nem como comprovar. O caso que eu vou  
1415 apresentar de tarde, de São Paulo, vai mostrar para vocês de que maneira a política de  
1416 refúgio está de alguma maneira auxiliando, se não for cuidadosamente cuidada, claro,

1417 na exploração sexual, é um caso que envolve dois adolescentes e exploração sexual e  
1418 estupro de vulnerável. Então, isso foi levantado pelo Acnur, pelos padres que cuidam,  
1419 pela Caritas que cuida desses imigrantes, a denúncia inclusive veio deles, desse caso  
1420 que eu vou apresentar para vocês, e eles pediram que nós fizéssemos isso lá. Nós  
1421 emitimos uma nota que eles iam levar para o Conare, na próxima reunião do Conare.  
1422 Teve o tema da questão do ebola também, o pessoal ficou meio assustado, mas isso foi  
1423 apaziguado localmente, e sobre o trabalho escravo. Nós estamos organizando lá pela  
1424 Coetrae, auxiliando a Repórter Brasil, na realização do 3º Encontro Nacional das  
1425 Coetraes, então, o Conatrap já tem representantes que vão comparecer lá. Então, vai  
1426 estar a Dalila, sociedade civil, a Leila representando a parte de governo do Conatrap.  
1427 Vai ser dias 10 e 11 o encontro, lá em São Paulo. A página do Repórter Brasil, vocês  
1428 colocam lá no *Google*: “Repórter Brasil 3º Encontro das Coetraes”, tem uma página e  
1429 vocês podem fazer a inscrição. Essa rede, e nenhuma outra rede foi convidada sob o  
1430 ponto de vista do custeio de passagens, por quê? Porque a Conatrae determinou que o  
1431 encontro vai ser muito voltado no âmbito do custeio para representantes de sociedade  
1432 civil que estão na atuação das Coetraes nos estados, então, nós tínhamos um custo  
1433 reduzido, uma capacidade orçamentária reduzida, e aí foi deliberado, e não foi uma  
1434 deliberação nossa em São Paulo, óbvio, quem está organizando é a Secretaria de  
1435 Direitos Humanos, nesse aspecto. O dinheiro, só para vocês saberem, são cento e trinta  
1436 mil reais para organizar uma série de atividades nessa semana, veio do Ministério  
1437 Público do Trabalho através de um Termo de Ajustamento de Conduta da OAS, que  
1438 veio para cá para nós para realizar o encontro. Nessa mesma semana, no dia 12, o  
1439 encontro vai prever que quem for ao encontro poderá ter uma rodada de visitas a uma  
1440 série de instituições que cuidam de imigrantes vítimas de tráfico, e de efetivamente  
1441 trabalho escravo, então, o pessoal da sociedade civil, a política municipal que foi criada  
1442 recentemente, vai estar aberto um cronograma de lugares para as pessoas que quiserem  
1443 visitar em São Paulo, visitarem. Nós estávamos participando também das reuniões da  
1444 Conatrae por conta disso. Eu queria destacar aqui também uma questão importante para  
1445 a nossa política, que é a questão da sociedade civil e o seu fortalecimento, então, no  
1446 âmbito de São Paulo nós tivemos com sucesso, digamos no último ano, um  
1447 fortalecimento a partir da política de combate de trabalho escravo, da política de  
1448 enfrentamento ao tráfico de pessoas no que tange a transversalidade delas. Então, por  
1449 meio desses Termos de Ajustamento de Conduta, então, a Missão Paz, que cuida dos  
1450 imigrantes, o Cami, a Asbrad. De sociedade civil diretamente ligado a nós, todos eles

1451 foram beneficiados expressivamente, a Asbrad ganhou uma casa, o Cami nós vamos  
1452 ceder uma casa do Estado de São Paulo para eles utilizarem, e eles ganham dinheiro  
1453 para sustentar políticas de atividades por meio de TAC, a Missão Paz foi um milhão e  
1454 duzentos mil reais de TAC nas suas atividades, então, assim, fortalecimento de  
1455 sociedade civil sob o ponto de vista do que nós fizemos de gestão do trabalho escravo  
1456 em São Paulo foi voltado literalmente a fortalecer com dinheiro, quem tem um trabalho,  
1457 pegar esse dinheiro que vem de quem tem que ser responsabilizado e o Ministério  
1458 Público do Trabalho jogou isso para fortalecer a sociedade civil. Nós participamos  
1459 também nesses encontros aí, eu trago para vocês também terem ciência, nessas reuniões  
1460 do Conatrae nós nos aproximamos do Ministério Público Federal tentando verificar de  
1461 que maneira o tema de tráfico de pessoas é lidado por eles, trabalho escravo e tráfico de  
1462 pessoas. Em São Paulo, no Núcleo, nós temos duzentos e vinte e quatro procedimentos  
1463 que nós solicitamos à 2ª Câmara de Direito Criminal do Ministério Público Federal um  
1464 informe de quantos procedimentos tinham com o tema tráfico de pessoas e trabalho  
1465 escravo no Estado de São Paulo. Foram duzentos e vinte e quatro itens de referências de  
1466 processos, nós oficiamos duzentos e vinte e quatro vezes o Ministério Público Federal, e  
1467 tentamos instruir duzentos e vinte e quatro processos lá. Nós temos oitenta e nove de  
1468 trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho. Por que nós fizemos isso? Porque  
1469 nós nos aproximamos do Ministério Público Federal? Para tentar levantar de que  
1470 maneira o tema é tratado sob o ponto de vista de justiça por eles. Nós estamos  
1471 terminando agora com três executivas públicas de gestão pública do Estado de São  
1472 Paulo uma pesquisa de análise desses procedimentos todos e, infelizmente, nós vamos  
1473 publicar depois disso, até novembro, nós queremos publicar na semana que vai ter do  
1474 encontro, infelizmente vocês vão ver que o tema do tráfico de pessoas sob o ponto de  
1475 vista federal de garantia de direitos à vítima, ações civis públicas, são inexistentes ou  
1476 quase nulas, pelos menos em São Paulo. Não sei dizer agora em outros estados. E Plano  
1477 de Erradicação de Trabalho Escravo de São Paulo que já foi fechado e está aguardando  
1478 na Casa Civil a aprovação. Então, diferentemente avançamos. Queria dizer agora três  
1479 questões que são importantes: Semana de Mobilização que realmente foi um desafio.  
1480 Ebenezer, como você não estava lá, eu vou falar do município uma coisa importante. A  
1481 Câmara Municipal iluminou a fachada e a Câmara Municipal do estado de São Paulo  
1482 emitiu uma lei que declara o dia 30 de julho como o Dia Municipal de Erradicação e  
1483 Enfrentamento de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. A Marina participou desse  
1484 encontro que houve na Câmara, foi um debate com jovens etc., só para trazer essa

1485 memória do município de São Paulo para a Rede. Na Copa do Mundo, eu reitero a  
1486 palavra do Ceará e de Pernambuco sobre o fato de que foi um pânico da realidade do  
1487 momento da Copa. E mais eu também trago aqui as palavras do Ministério Público do  
1488 Trabalho e das Asbrad que no curso da dinâmica que antecedeu o período da Copa foi  
1489 enfático em dizer: “O problema da Copa não é a Copa foram os últimos três anos da  
1490 Copa”. O Ministério Público do Trabalho com a exploração sexual concorreu três anos  
1491 antes, durante os três anos antecedentes. E no Conatrap, só puxando agora para o lado  
1492 de quem na Região Norte do Brasil foi trazido pela sociedade civil, que eu acho que é  
1493 uma fala provocadora que essa rede tem que olhar: Amapá, Amazonas, Pará, Maranhão,  
1494 para dizer que as especificidades regionais precisam ser mais bem analisadas. Cada  
1495 região tem uma especificidade e nessas regiões grandes obras etc., geraram, em São  
1496 Paulo também, grandes impactos envolvendo exploração sexual e tráfico de pessoas.  
1497 Bom, um último aviso sobre a Comigrar. Teve o Comigrar no meio desse caminho todo,  
1498 vocês acompanharam a questão migratória e, infelizmente, a nossa colega do Acre lá na  
1499 Bahia a mesma coisa: “Vamos tentar nos ajudar e tal”, então houve na Comigrar uma  
1500 assinatura de cronograma de atividades do município de São Paulo e governo federal e o  
1501 Ministério da Justiça para implantação de abrigos e os dois foram abertos, então, hoje  
1502 temos em São Paulo um abrigo municipal para imigrantes com 120 vagas, ele está na  
1503 gestão de um grupo de Frei Franciscano sensacional, a coordenadora é uma assistente  
1504 social que coordenava a Casa do Imigrante na Missão Paz, na verdade ela passou para a  
1505 Secretaria da Justiça num programa de cuidado com vítimas de violência e agora está lá  
1506 cuidando da Casa, a Carla, uma pessoa extremamente bacana, e os freis também são  
1507 sensacionais e têm um bom trabalho no Rio de Janeiro. Eles têm muito trabalho com  
1508 crianças de exploração sexual no Rio de Janeiro. Depois eu sugeri que buscassem no  
1509 Rio o contato. Abrimos o abrigo estadual em São Paulo pela Secretaria de  
1510 Desenvolvimento Social, é um abrigo que tem viés regionalizado, então o foco é tentar  
1511 criar um fluxo com outras cidades. Estamos tentando fechar isso, ou melhor, com  
1512 Guarulhos, chamamos para a reunião o Posto de Guarulhos, o município, estamos  
1513 construindo neste momento, o fluxo e o perfil de abrigamento que tem viés para  
1514 refugiados famílias e vítimas de tráfico de pessoas. Dentro desse documento também  
1515 estava proposta a questão da revisão da carteira de trabalho, ainda é um dilema no  
1516 Ministério do Trabalho e Emprego o acesso a esse direito e também estava lá o Centro  
1517 de Integração à Cidadania que aquele espaço que a Secretaria da Justiça, é um espaço  
1518 que está sendo construído, não vai ficar pronto este ano, nós vamos fazer um convênio



com a Polícia Federal, a Superintendência de São Paulo, então todo o Departamento de Estrangeiro da Polícia Federal vai migrar fisicamente para dentro desse espaço. Vai ser aberto parcialmente ou dia 8 ou 12 de dezembro, eu vou replicar para vocês o convite. Vai ser inaugurado o SIC e o ano que vem a Polícia Federal. Tem todo o projeto aí e vocês vão saber depois. Então sobre São Paulo essas diferentes instâncias de trabalho, como acabamos coordenando um pouco tudo, acabam elas todas se cruzando. Faço a partir da nossa experiência, pelo menos, um olhar para que a partir da revisão da portaria, do debate que vamos fazer com o Departamento de Estrangeiros a questão migratória seja vista com muita atenção. Migração insegura dá problema, vocês sabem disso. Estou falando de cuidados com seres humanos. Eu acho que conversa vai ser mais bem feita e depois nós continuamos. Só para não nos esquecermos de debater esse tema com tudo muito claramente posto. Obrigada.

**A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (Coordenadora do NETP – PA)** – Bom, como eu já havia me apresentado, eu estou como coordenadora do Núcleo que, na verdade, faz parte estruturalmente da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará como uma coordenação de Atendimento a Trabalhadores Rurais, Combate ao Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Acumulando também esse viés, eu estou também acumulando a Coordenação de Exploração Sexual e Trabalho Infantil e a Coordenação do Posto do Estado do Pará. Além dessas três temáticas, também estou coordenando o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Nós estamos com uma carga de trabalho muito ampla. E nós precisamos ampliar a equipe porque antes nós éramos 4, como o Núcleo de São Paulo, e fizemos uma força-tarefa junto ao governo do estado para que ampliasse essa equipe e nós conseguimos. Hoje estamos com 18 técnicos trabalhando com assistente social, psicólogos, pedagogos, interpretes e advogados, tanto no Núcleo quanto no Posto. E hoje nossa força-tarefa maior é fazer essa coordenação de atividades para ampliar para todas as outras instituições que é uma batalha iminente, principalmente, porque vocês sabem a nossa Região Norte é bem peculiar, geograficamente falando principalmente. Porque as situações não acontecem na região metropolitana, acontecem em Altamira, no Marajó, que são de difícil acesso. Nós então estamos tentando reunir e trazer isso para dentro do comitê que o comitê está abrangendo várias instituições que estão trabalhando com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, infelizmente, ainda não conseguimos avançar com a Polícia Federal. Está sendo um gargalo para nós. Eu fico muito triste ao falar

1553 sobre isso, porque é um dos principais parceiros que deveriam estar junto conosco. Já  
1554 tentamos várias articulações, várias reuniões, mudou agora todo o corpo da Polícia  
1555 Federal lá do Pará, entraram novos delegados e nós precisamos reunir novamente, nós  
1556 temos novas dificuldades para nos reunir com esses novos delegados. E, por incrível  
1557 que pareça, os agentes nos dão mais apoio do que os próprios delegados. Mas os agentes  
1558 não têm força para ir adiante. Estamos com essa grande dificuldade, até para  
1559 participarem dos nossos comitês e dos debates. E dentro da nossa coordenação, nós  
1560 estamos fazendo um levantamento técnico agora, conseguimos uma parceria com o  
1561 Idesp, que é um Instituto de Pesquisa e Estatística, justamente para fazermos esse  
1562 levantamento e verificar essa caracterização como é que está esse atendimento do estado  
1563 e transformar isso numa pesquisa, colocar isso para visualizar dentro do estado do Pará  
1564 como é que está esses pontos focais. Mas, isso ainda está em processo de reuniões, de  
1565 conversas, nós já firmamos, dia 28, terça, vamos assinar um termo de cooperação  
1566 técnica com o Idesp e vai trazer dentro do comitê o Idesp para participar para que as  
1567 outras instituições façam o mesmo, façam esse levantamento e seja um levantamento de  
1568 dados oficiais para que saía de uma instituição oficial, para que tenha todo esse  
1569 levantamento, feito não só na região metropolitana de Belém, mas em todas as regiões  
1570 do estado. Acredito que isso está sendo importante porque estamos querendo sair do  
1571 achismo. E por querermos isso, a equipe do Posto Avançado pensou: “Nós fazemos um  
1572 atendimento...” a questão do rótulo que eu estava falando aqui para a Juliana, vocês  
1573 sabem que saiu uma matéria no Fantástico agora falando da questão dos garimpos do  
1574 Suriname e trabalhamos, Amapá, Manaus também trabalha direto com essa saída aí e  
1575 nós sabemos que não podemos rotular a caracterização “É tudo tráfico, é tudo trabalho  
1576 escravo, eles são marginais etc), não. Nós estamos tomando muito cuidado no Posto e aí  
1577 a equipe, junto comigo na coordenação, pensamos, vamos montar uma pesquisa, sem  
1578 financiamentos, nem nada, vamos pegar o nosso dinheiro do PPA, porque precisamos  
1579 sair desse achismo, achar que vem de Macapá, passa por Belém e vai para Suriname,  
1580 para quê? Com que finalidade? Vai voltar? Voltou? Não voltou? Quem são essas  
1581 pessoas? Nós conseguimos fazer um pré-projeto que deu certo até agora. Nós  
1582 encaminhamos esses dados para o Idesp fazer uma análise para verificar se essas  
1583 análises estão condizentes com o objetivo da pesquisa para que possamos oficializar a  
1584 todos. De antemão, já temos uma diretriz, porque o nosso público maior é Maranhão. E  
1585 é um município do Maranhão que tem uma saída constante. E nós vamos tentar  
1586 articular, porque vamos precisar de atividades e ações que visualizem o contexto social

1587 daquele município. Por que essa saída, esse fluxo migratório tão intenso? Esse fluxo  
1588 migratório perpassa por uma situação de trabalho análogo à escravidão? Sim? Não? Aí é  
1589 uma pesquisa *in loco*, que aí entram outras instituições que estão fazendo também que  
1590 no caso é a Sodireitos que vem com a pesquisa *in loco* que estão sendo financiados para  
1591 fazer essa pesquisa *in loco*, e o Sedec e Emaús também. Então estamos casando essas  
1592 três situações para que obtenhamos respostas e possamos passar a analisar e trabalhar  
1593 estruturalmente entre os estados e dentro do nosso próprio estado, não dizendo que é só  
1594 Maranhão. No estado do Pará também tem, alguns municípios têm fluxo migratório,  
1595 mas maior que se apresentou foi o Maranhão. E o avanço disso é que nós vamos trazer  
1596 para o Coetrap, que no caso é o comitê, uma análise desses dados e a construção de um  
1597 fluxo maior. Nós temos um fluxo interno da coordenação, junto com a rede aqui, só que  
1598 não temos o fluxo externo do contexto todo das instituições. Então, hoje as instituições  
1599 já conhecem e já sabem mais ou menos o trâmite, então, hoje pensamos vamos construir  
1600 esse fluxo até por uma demanda que eu participei e agradei imensamente a Juliana que  
1601 me deu essa oportunidade de participar de três eventos com eles lá em São Paulo. Eu  
1602 levei essa experiência dessa tramitação. E o Ministério Público do Trabalho veio a ser  
1603 nosso parceiro na Coetrap. Eu falo do Ministério Público do Trabalho ser parceiro da  
1604 Coetrap porque temos um gargalo no estado que é a Coetrae, que é o trabalho escravo.  
1605 Infelizmente, estamos com um gargalo amarrado. Porque tivemos uma situação lá em  
1606 2012 que amarrou e acabou desarticulando as instituições e isso quebrou muito as  
1607 pernas. Mas não que a atividade e ação tenham parado. O grupo móvel funciona, o  
1608 atendimento à vítima funciona, as ações de palestras funcionam. Só que a reunião em si  
1609 da Coetrae não funciona porque existiu uma animosidade que, não vem ao caso agora, é  
1610 uma questão até de governo, que não andaram mais as reuniões. Sentamos com o  
1611 Ministério Público do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho, eles são os  
1612 nossos maiores parceiros, e falaram: “Leila, como vocês estão começando comitê, a  
1613 Coetrap ainda está em trâmite para ser publicado o decreto, vamos tentar reunir todo  
1614 esse povo e ficar num comitê só e fazemos essas atividades. Não adianta mais nós nos  
1615 ramificarmos porque já passamos, o estado do Pará tem que avançar nessa discussão”.  
1616 Eu disse que iríamos levar para o pleno. Levamos para o pleno na reunião há um mês e  
1617 foi aprovado que nós vamos iniciar três comissões dentro da Coetrap, que é comissão de  
1618 trabalho escravo que vai tratar especificamente disso, a comissão de migração que vai  
1619 trabalhar especificamente com uma política de migração no estado do Pará e a comissão  
1620 de rede de atendimento que será construída diante desse fluxo de atendimento que

precisa ser reconhecido porque estamos aqui, todos nós temos dificuldades com a rede de atendimento de se reconhecer para fazer o atendimento, acompanhar, até porque nós, enquanto Núcleos e Postos, não fazemos trabalho de Cras, Creas, Caps, enfim, redes de atendimento não são o nosso papel, e nós precisamos que essa rede se entenda. E ficou acertado dessa forma. Agora nós vamos tentar reorganizar a questão da Coetrae para que possamos avançar na discussão. Por isso que estou fazendo esse esclarecimento porque o que acontece é que há os ruídos na rede e é como se a Coetrae não funcionasse no Pará. Aí é que vem a grande discussão: o que é um espaço de discussão e o que é o desenvolvimento de uma atividade? Então, temos que saber diferenciar que o atendimento, as ações estão dando continuidade só que os espaços de discussão, nós precisamos trazer de volta as discussões para avançar na política. É esse esforço que estamos fazendo dentro da Coetrap, e são as mesmas pessoas que estão na Coetrae. E aí não precisaremos ficar pulverizando, faz um só, e as pessoas estão discutindo ali naquele mesmo ambiente. E graças a Deus nós conseguimos avançar nessa discussão e sermos aprovados por todos. Têm muitas coisas nas quais precisamos avançar, espaço e tudo, mas eu digo que hoje estamos conseguindo ter parceiros, a Polícia Civil tem avançado muito conosco. O mesmo curso que teve no Ceará com a embaixada, nós tivemos no Pará que foi articulado pela Delegacia Geral e nos convidaram para fazer essa fala, então estamos conseguindo avançar nas palestras, nas ações, e eu acho que é isso. A mensagem final é que nós conseguimos construir muita coisa, fizemos muitas amizades. Temos que dar importância para essa política dar continuidade nos nossos estados porque não pode parar, porque é algo real que acontece e que com a força mesmo passando de gestão e tudo para que tenha continuidade. É um ato que precisa e é necessário hoje no nosso país. Obrigada.

**A Sra. Aléxia Meurer (NETP - RS)** – Eu sou Aléxia, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico do Rio Grande do Sul, que está dentro da Secretaria da Segurança Pública do estado, dentro de um programa que trabalha segurança na perspectiva segurança cidadã. Eu coordeno o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e também sou responsável por outros projetos, todos relacionados com a questão da prevenção à violência. Na equipe, são duas pessoas, uma psicóloga e uma assistente social, que são do quadro da Superintendência Penitenciária do estado que foi uma questão que lutamos muito, até para dar continuidade do trabalho, independentemente do que acontecer poder ter pessoas do quadro que conhecem o

1655 trabalho e têm condições de tocar. No nosso encontro de abril para cá, eu separei  
1656 algumas questões que eu acho que são as mais presentes: a Campanha da Fraternidade  
1657 que foi extremamente positiva para nós, temos ainda uma agenda de palestras, de  
1658 seminários, de grupos em função da Campanha da Fraternidade; o trabalho com a Rede  
1659 Grito pela Vida com a CNBB foi extremamente positivo, principalmente agora que  
1660 ainda temos palestras de trabalho nas escolas, tanto da rede católica quanto estadual e  
1661 municipal, acabaram chamando para alguns trabalhos, então temos trabalhado tanto com  
1662 os professores, quanto com alunos, já em nível médio. Ou então trabalhamos com os  
1663 professores de uma forma de poder trabalhar o tema em aula, com crianças menores. Na  
1664 preparação para a Copa, particularmente eu não tinha expectativa de ter um grande  
1665 número de casos, a nossa avaliação era que a questão do tráfico de pessoas e das  
1666 explorações em relação à Copa aconteceu antes e não durante. Mas, acompanhamos  
1667 essa agenda, nos organizamos junto ao comitê local e também com a Rede Grito pela  
1668 Vida e com a CNBB para fazer uma ação a que chamamos de educativa, informativa,  
1669 nós conseguimos credenciamento para entrar na *Fan Fest*. Porto Alegre criou o caminho  
1670 do gol, que é uma situação diferente das outras cidades, que era muito bacana, muita  
1671 gente acompanhava, então todo dia que tinha jogo do Brasil e jogo na cidade de Porto  
1672 Alegre fizemos uma ação educativa, foi super bem aceito o tema, acabei conhecendo  
1673 nessa ação uma pessoa do Peru que trabalha com a questão de tráfico de pessoas lá e  
1674 estava sendo voluntária durante a Copa, e foi muito bacana. Foi bastante positivo. Nós  
1675 não tivemos casos. Fizemos uma questão também que foi muito bacana e que está sendo  
1676 replicado agora na área de segurança em outros estados que é a capacitação dos  
1677 servidores que atendem o 190, foram capacitados pelas violências de gênero e também  
1678 capacitamos em relação ao tráfico de pessoas. Foi avaliado isso pela Senasp como muito  
1679 positiva no período da Copa, e sabemos que em outros estados também querem replicar  
1680 e sempre sugerimos que se inclua o tema tráfico de pessoas para essa capacitação. Ela  
1681 começou na Copa e continua no nosso 190 e continua atuando, porque é fundamental  
1682 até para podermos observar melhor essas questões. Nessa preparação para a Copa surgiu  
1683 a possibilidade de nos reunirmos com a Infraero, eu já havia tentado numa oportunidade  
1684 anterior, o superintendente da Infraero na época não pôde me receber, trocou agora, tem  
1685 outro superintendente lá que foi super-receptivo, ele trabalhava no Galeão, e agora está  
1686 em Porto Alegre, nós já vimos com ela a possibilidade de um futuro posto no aeroporto  
1687 de Porto Alegre, eles gostaram muito da ideia e pediram ajuda no Núcleo, pois estavam  
1688 com dificuldade com as companhias aéreas que estavam permitindo o embarque de

1689 adultos com crianças sem documento, só com o boletim de ocorrência, no dia seguinte à  
1690 reunião que eu tive com eles, que eu fosse participar dessa reunião com as empresas  
1691 aéreas, foi bem interessante, porque também me deu muitos contatos, e temos mantido  
1692 esse contato. Nós fizemos também a ação informativa dentro do aeroporto, e sempre  
1693 que eles têm alguma data, alguma coisa, o próprio pessoal da Infraero nos liga para  
1694 participarmos. A questão da mobilização em julho foi muito frustrante, eu acho lindo  
1695 ver a apresentação, nós já tínhamos tudo acertado para iluminar o Palácio Piratini e  
1696 fazer um seminário ou uma ação um pouco maior e a Casa Civil do Rio Grande do Sul  
1697 achou que era muito arriscado, era período eleitoral, não dava para botar cor no palácio,  
1698 vetaram tudo, por fim fizemos a mobilização à frente do mercado público de Porto  
1699 Alegre que é bem no centro, com os nossos parceiros, claro, eu estava lá, choveu  
1700 horrores, mas foi bastante positivo. Nós continuamos a fazer capacitações para área da  
1701 segurança pública principalmente porque é a secretaria para a qual trabalhamos, e  
1702 nesses últimos meses a Polícia Civil. Não sei se vocês se lembram, mas durante a  
1703 reunião anterior, eu recebi um telefonema da Assembleia Legislativa do estado do Rio  
1704 Grande do Sul, no qual estavam propondo que o Núcleo do Rio Grande do Sul  
1705 recebesse uma medalha de honra legislativa e participamos dessa sessão solene na  
1706 Assembleia, recebemos essa medalha. Eu me lembro de que foi durante a Nona Reunião  
1707 que recebemos. Além do Núcleo, coordeno a implementação de um Observatório de  
1708 Segurança Cidadã no estado e uma das primeiras questões que eu propus ao  
1709 Observatório, ele está sendo implementado, através da contratação da Universidade  
1710 Federal do Rio Grande do Sul, tem um grupo de técnicos que está trabalhando lá na  
1711 secretaria, e eu fiz a eles a proposta de que façam a análise das ocorrências de crimes  
1712 correlatos ao tráfico de pessoas para ver se conseguimos identificar casos ou possíveis  
1713 casos de tráfico. O pessoal do Observatório achou meio estranho, mas quando  
1714 começamos a falar sobre o tráfico de pessoas, a dificuldade de se ter os dados, a  
1715 invisibilidade ao crime e tudo, o pessoal comprou a ideia, e já fizeram uma primeira  
1716 análise do ano de 2013 e é bem interessante e preocupante, como uma pessoa que  
1717 trabalha com segurança pública porque nessa análise já vemos claramente na descrição  
1718 da ocorrência alguns casos que não foram vistos dessa forma ou que não teriam chegado  
1719 até nós, mas acho que é uma boa iniciativa, nós vamos ampliar a análise e vamos poder  
1720 ter uma perspectiva um pouco melhor dessa questão dentro do Rio Grande do Sul. Nós  
1721 temos uma agenda agora em novembro bem intensa, nós vamos fazer o nosso seminário  
1722 de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ano passado nós fizemos na cidade de

Uruguaiana, que é uma região de fronteira, agora é em Porto Alegre nos dias 18 e 19 de novembro, vocês já receberam o nosso convite, já tem confirmação de alguns estados que vão participar conosco, estou bastante feliz. Além do nosso seminário, temos parceiros que o Fórum de Mobilidade Humana que são grandes parceiros, é uma sociedade civil superorganizada na questão de migração e refúgio, nós participamos e organizamos com eles um seminário por ano. O deste ano é no dia 13 de novembro que está com uma programação bem interessante e estamos organizando junto com a Coetrae uma capacitação para todas as Coordenadorias Regionais do Ensino (Creas) do estado. Esse primeiro encontro vai ser no dia 27 de novembro com dois representantes de todos os Crea para começar a tratar o conceito do trabalho escravo e de que forma podemos incluir esse tema no currículo escolar e como trabalhá-lo dentro da escola. Ainda temos intenção de fazer em dezembro uma capacitação para os nossos parceiros da Rede de Atenção e Saúde, está previsto no nosso convênio e pretendemos realizá-la ainda em dezembro. E conseguimos num projeto de prevenção à violência nos territórios de paz em Porto Alegre solicitamos um micro-ônibus adaptado para fazer atendimento às mulheres vítimas de violência, a pedido da Secretaria de Políticas para as Mulheres do nosso estado. Como há uma série de problemas nesse convênio, demorou muito para conseguirmos comprar esse veículo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres conseguiu em outro convênio outros dois veículos para eles. Então eu propus ao coordenador da DRS na Paz que essa unidade móvel fique com o Núcleo para tentarmos fazer algo parecido com a tua unidade móvel, Jeanne. Nós deveremos receber esse veículo até metade de novembro. E se o pior acontecer no domingo, eu pretendo deixá-lo pelo menos bem adesivado e fazer o possível para que fique registrado que é para utilizá-lo no Núcleo para garantirmos que seja usado dessa forma o ano que vem.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (Coordenadora do NETP – MG)** – Bom-dia. Nós temos trabalhado inclusive com a implementação de alguns indicadores para acompanhar as ações de tráfico de pessoas, então, nós temos 85 ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas no último semestre, não vou falar de todas. Vou destacar algumas questões estratégicas. Primeiro a realização da assembleia para eleição da sociedade civil para composição do comitê. Desde o mês de agosto, junto com a Semana de Mobilização nós fizemos o ato de posse e já contamos com a sociedade civil no Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Minas Gerais. Nós temos um programa de enfrentamento ao tráfico de pessoas que está na Secretaria de Estado de

1757 Defesa Social e nesse programa temos somente dois cargos, eu como coordenadora e a  
1758 Letícia Barreto que alguns conheceram na última reunião que é a atual gerente e  
1759 vinculado ao programa nós temos por meio de um termo de parceria, com a Oscip que é  
1760 o Instituto Elo, nós temos o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e essa  
1761 Oscip executa o Núcleo. Com relação a casos especialmente, alguns de vocês aqui têm  
1762 casos com o Núcleo de Minas quem responde pelos casos e pela gestão do equipamento  
1763 do Núcleo é a Viviane, que é a gestora vinculada a essa Oscip. E temos também outras  
1764 três técnicas sociais. Então o Núcleo responde pelas diretrizes dadas pelo programa. O  
1765 programa também é responsável pela coordenação do comitê, lá o nosso nome é Comitê  
1766 Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIETP). O comitê está na  
1767 sua 16ª Reunião com assiduidade de cerca de 90%, então é um grupo que vem  
1768 trabalhando muito forte e com boas articulações. E também vinculado ao programa  
1769 temos a implantação do Posto dentro dessa estrutura maior. Com relação à campanha  
1770 Coração Azul na Semana de Mobilização nós avaliamos também como muito positiva,  
1771 foi um momento também de integrar o comitê social, inclusive com recursos para essa  
1772 ação acontecer dentro do comitê social nós não conseguimos recurso de outra esfera, no  
1773 caso do Executivo. Também com articulação do comitê social nós temos uma Lei nº  
1774 21400 que obriga todo prédio do estado de Minas Gerais a divulgar cartazes  
1775 relacionados à campanha Coração Azul com os números de denúncias, eu acho que  
1776 somos o primeiro estado com uma lei nesse sentido, fica também como sugestão aos  
1777 outros estados; ainda na Semana de Mobilização, conseguimos fazer ações de  
1778 articulação com a Belotur para divulgação de material de campanha durante a Semana  
1779 de Mobilização, mas também no período da Copa, pulando para a Copa, também temos  
1780 a mesma análise de outros estados aqui, não tínhamos a expectativa de que haveriam  
1781 casos, mas ficamos bastante frustrados de não termos conseguido antecipar essa agenda  
1782 da forma como gostaríamos, especialmente com relação às questões do trabalho  
1783 escravo. Tentamos fazer essa articulação, nós compomos a Agenda Mineira de Trabalho  
1784 Decente, fizemos uma avaliação de que o evento que teve inclusive com participação  
1785 federal e da OIT, se não me engano, com assinatura de vários setores para a Agenda de  
1786 Trabalho Decente que aconteceu muito às vésperas da própria Copa, em Minas o  
1787 representante dos empregadores não fizeram a assinatura da Carta de Compromisso,  
1788 parece que isso também aconteceu nacionalmente, e fizemos a avaliação de que esse foi  
1789 um ato expressivo e que com isso também depois vai resvalar na própria Agenda de  
1790 Trabalho Decente. Minas é um estado que não tem apoio também do governo para



1791 criação de nenhuma agenda relacionada ao enfrentamento do trabalho escravo e nem de  
1792 políticas migratórias. Isso vai cair em outro ponto que vem acontecendo de articulação  
1793 do programa para ampliação da competência desse programa ou na verdade a ampliação  
1794 dessa política. Nesse sentido, na última reunião do comitê, nós conseguimos aprovar a  
1795 ampliação da competência do comitê, nós vamos apresentar uma carta ao novo  
1796 governador, vamos ter a transição também agora de governo, e foi unanime também,  
1797 especialmente por parte do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público  
1798 Federal e da sociedade civil de que façamos um pleito de ampliação da competência do  
1799 comitê que ele possa responder a agenda de migração e de trabalho escravo. Mas muito  
1800 numa perspectiva de que ele seja um comitê de enfrentamento a violações de direito que  
1801 favorecem as questões das violações migratórias, das questões trabalhistas e tráfico de  
1802 pessoas. Nós conseguimos fazer esse pleito, aprovar essa perspectiva no comitê, já com  
1803 um movimento que o próprio programa já vem fazendo. Dentro de Minas, ele está  
1804 dentro de uma secretaria que responde por uma agenda de segurança, mas o próprio  
1805 Posto diz uma agenda que é muito mais relacionada a outras questões, por exemplo, a  
1806 questão migratória, como que nós implementamos um posto dentro de um estado que  
1807 não assume a agenda ou promoção de direitos migratórios? Então se não  
1808 institucionalizarmos essas agendas não poderemos ficar respondendo por isso. Então  
1809 muito nesse movimento é que nós também estamos fazendo uma revisão do marco  
1810 lógico do programa, revisão do objetivo, revisão de indicadores, de planejamento para  
1811 os próximos quatro anos para apresentar para a comitiva de transição do governo para  
1812 que tenhamos, na verdade, políticas institucionalizadas de promoção de direitos,  
1813 especialmente migratórias e trabalhistas. Isso é um pouco de mudança de paradigma  
1814 para o programa e para o comitê. Acho que já estamos um pouco alinhados, a Leila  
1815 trazendo também essa agenda, são os mesmos membros, então estamos alinhando, a  
1816 prática está nos dizendo um pouco por onde andar. Eu queria dar uma notícia muito  
1817 triste que tivemos nos últimos meses, na última reunião técnica, eu apresentei que nós  
1818 tivemos uma aprovação de uma emenda parlamentar, seria para o fortalecimento das  
1819 ações do comitê de 450 mil e mais 100 mil para contratação de equipe do posto. Nós  
1820 conseguimos um recurso na Senasp, eu já tinha dado esse informe, então temos todo o  
1821 material do posto, já está em processo de compra, ainda continuamos com entraves com  
1822 a Infraero para autorização e implementação do espaço, a Infraero tem 49% da  
1823 administração do aeroporto, e a empresa privada 51%, então conseguimos articulação  
1824 com a empresa privada, deu um sinal positivo, mas, inclusive a empresa está tendo

1825 alguns problemas em Minas e saiu na imprensa recentemente que a empresa quer recuar  
1826 da administração do aeroporto. Então, ainda não tivemos esse retorno, mas a princípio a  
1827 empresa sinalizou apoio, mas pediu que nós também tentássemos fortalecer o apoio da  
1828 Infraero, dado o percentual significativo da administração que é 49%. Mas acreditamos  
1829 que o espaço viria até 2015, já temos o material e a essa emenda seria para contratação  
1830 de equipe. Durante este ano, essa emenda só chegou em maio, então não conseguimos  
1831 fazer processo de contratação de pessoal a tempo das vedações do período eleitoral, nós  
1832 infelizmente não conseguimos também fortalecer essa agenda para ter deslocamento de  
1833 servidores, a agenda de tráfico de pessoas ainda não é uma agenda prioritária dentro da  
1834 nossa secretaria, quanto mais dentro de uma estrutura maior do governo, então não  
1835 conseguimos colocar em prática a execução dessa emenda. E aí, nós tivemos um  
1836 contingenciamento também dessa emenda agora nos últimos meses por dificuldades de  
1837 tramitação interna lá na secretaria, mas a Segov fez uma análise de não execução dessa  
1838 emenda. Nós levamos isso para a nossa última reunião do comitê, estamos com alguns  
1839 desdobramentos também, inclusive com ações do Ministério Público para entender o  
1840 porquê dessa não execução, mas dado já o avançar do ano, nós acreditamos que ainda a  
1841 Secretaria de Governo volte atrás nessa execução não dá tempo de fazer a licitação. Para  
1842 nós isso é uma tristeza muito grande, assim, conseguir fazer uma mobilização e é uma  
1843 emenda de participação popular: conseguimos articular, conseguimos aprovar e aí vir de  
1844 uma decisão por não execução por esses entraves outros para nós é muito frustrante.  
1845 Tivemos alguns recuos nas ações relacionadas a essas agendas de interiorização do  
1846 enfrentamento ao tráfico de pessoas, desde 2012 todos os servidores do estado estão  
1847 vedados de fazer qualquer tipo de viagem, nós não conseguimos viajar para o interior,  
1848 não conseguimos participar de eventos, a Campanha da Fraternidade nós recebemos  
1849 vários convites relacionados inclusive às Câmaras Municipais, mas não conseguimos  
1850 responder nem pelo próprio programa e nem pelo termo de parceria que também sofreu  
1851 cortes. Estamos num cenário muito difícil mesmo em Minas. Nós últimos dois anos isso  
1852 se acirrou, em 2014 então foi na verdade nesse último semestre isso foi muito grave.  
1853 Tentamos resolver e responder isso, fizemos um pleito no comitê de criar um Guia  
1854 Prático de Atuação da Rede. Minas tem 854 municípios. E um estado muito grande, fora  
1855 os distritos. Então a ideia é que a partir do Guia Nacional façamos um compilado dele e  
1856 um caderno de atuação prática para o serviço de Minas. A ideia é disseminar isso em  
1857 todas as prefeituras, no Sistema de Justiça, de Promoção e Proteção Social, para auxiliar  
1858 na atuação. Também conseguimos no último semestre fechar a metodologia de atuação

do Núcleo. Tivemos participação em algumas audiências públicas que vêm pedindo alguns posicionamentos do programa com relação à migração, especialmente de haitianos. Também compomos outros espaços colegiados tentando fortalecer a agenda de prevenção, e violações de direito como a questão do sub-registro civil que eu também já comentei aqui na nossa última reunião. Estamos nos aproximando desse comitê, que a Juliana comentou, da resolução do CNJ, esse Comitê de Magistrados, nós integramos essa agenda desse Comitê de Magistrados dentro da agenda do próprio Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tentando fortalecer essas agendas e subsidiar esses juízes também para esse espaço. Na última reunião, isso teve um debate muito grande porque tivemos um pleito tanto do Ministério do Público quanto das Defensorias para participarem desse espaço e aí o TJ de Minas traz um posicionamento de que faria um pedido ao CNJ para abertura de representação tanto das Defensorias quanto dos Ministérios Públicos, mas também traz a importância de terem só juízes nesse espaço muito na perspectiva de os juízes precisam ser sensibilizados para a questão das violações de direitos favoráveis ao tráfico de pessoas. Eu queria destacar duas parcerias: Minas, temos o Cindes que é uma central de inteligência e de Desenvolvimento de Dados, nós fizemos uma parceria com o Cindes e estamos levantando uma série histórica de todos os boletins de ocorrência com tipificações correlatas ao tráfico de pessoas. Essa série histórica vai, na verdade, já fizemos de 2012 para cá, pegamos todas as tipificações e outras formas da Polícia Militar e da Polícia Civil de registrarem as ocorrências, mas a ideia é levantar no bando de dados da polícia de Minas em todos os registros de boletins de ocorrência o que tem registrado. Aí estamos fazendo dois movimentos: primeiro com todas as tipificações correlatas a tráfico de pessoas, levantar o que tem. E um segundo movimento é tentar melhorar o registro no REDS. E como o REDS hoje é todo informatizado, a ideia é que criemos uns balõezinhos, quando o policial for registrar o boletim de ocorrência, automaticamente, abrirá alguns balões de esclarecimentos de como ele pode verificar, por exemplo, numa situação de violação trabalhista, tem esses, esses e outros fatores? Se tiver, como se pode tipificar trabalho escravo para tráfico de pessoas.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
Exatamente, esses indicadores, por exemplo, se é o tipo correlato trabalho escravo, o que eu tenho de mapear de informações para saber se é uma situação de tráfico. Isso tudo já está desenhado, estruturado. Acho que precisamos fazer uso também desses

1893 instrumentos nacionais porque por mais que a Senasp tenha assinado a metodologia,  
1894 isso está indo para o Sinesp, não necessariamente nós conseguimos que lá na ponta a  
1895 Secretaria de Segurança Pública de fato lance mão e utilize esse instrumento que já está  
1896 pronto e desenhado.

1897

1898 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP - RS)** – Por exemplo, o Observatório lá a nossa  
1899 secretaria está começando a implementar, mas a URGS também faz essa análise a partir  
1900 disso. Realmente, nem todos os estados usam.

1901

1902 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (Coordenadora do NETP – MG)** – Ótimo,  
1903 Fernanda, nós estamos nesse momento, vou resgatar esse documento e depois podemos  
1904 ver também como isso está sendo discutido na esfera federal para tentar descer isso para  
1905 o estado de forma já respondendo, quem sabe à luz dessa parceria e desse esforço  
1906 nacional. Quanto aos casos, eu não vou trazer muitos aqui, mas continuamos em Minas  
1907 com a predominância de casos relacionados a violações trabalhistas, também é o que  
1908 têm nos mobilizado a pensar a tentar numa ampliação da competência. E depois dividir  
1909 com a Lívia como estamos fazendo a aproximação com a Prosmig que é a Associação  
1910 de Prostitutas de Minas Gerais. Obrigada.

1911

1912 **A Sra. Rafaela Travassos Brissac (NETP – MA)** – Bom-dia. Primeiramente, o Núcleo  
1913 faz parte da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania.  
1914 Só que na verdade eu sou superintendente de articulação e avaliação de políticas de  
1915 direitos humanos que não trabalha só com a questão do tráfico. E a Amanda é ouvidora  
1916 de Direitos Humanos, mas que exerce também a coordenação do Núcleo. Então, é uma  
1917 dando suporte para outra para tentar colocar para frente o Núcleo. Mas assim de  
1918 estrutura mesmo sou eu e ela que realizamos também outras funções. O Núcleo, por ser  
1919 um pouco embrionário ainda, foi meio do ano passado só que ele foi para a secretaria,  
1920 tem poucos casos, até agora só 7 casos. O que temos mais recente, que recebemos  
1921 semana passada, possivelmente é tráfico de mulheres, mas não sabemos ainda, porque  
1922 se trata de uma mulher que foi para Guiana Francesa e também temos a questão de  
1923 algumas mulheres que são maranhenses e paraenses que estão no Suriname, só que a  
1924 Polícia Federal e o Ministério Público Federal relataram que estão com dificuldade  
1925 porque a polícia de lá é conivente com isso. Mas está em processo de investigação e  
1926 tudo mais. Mas o Maranhão também o perfil é trabalho escravo, então por conta de não

1927 termos muitas denúncias, nós continuamos com as ações preventivas. Nós vamos muito,  
1928 quando podemos, para o interior do Maranhão, temos feito muitas palestras,  
1929 principalmente seminários regionalizados que buscamos abarcar maior o número de  
1930 municípios próximos. Nós realizamos, inclusive participamos de seminário até no Piauí,  
1931 porque no Piauí não tem, eles nos chamaram para dar uma força lá, participamos de um  
1932 seminário, mas todas as ações que temos nós participamos de uma ação em Porto Rico  
1933 no Maranhão, onde demos palestras sobre tráfico de pessoas, em Floriano e Picos no  
1934 Piauí. Em julho na Semana de Mobilização nós realizamos a caravana de direitos  
1935 humanos no município de Açailândia, que era mais voltado para a questão do trabalho  
1936 escravo, mas também tivemos a palestra sobre o tráfico de pessoas. Realizamos também  
1937 no município de Santa Helena a Caravana da Liberdade que também é voltada à  
1938 temática do trabalho escravo. Participamos também do Encontro Estadual de Travestis e  
1939 Transexuais do Maranhão, porque percebemos que muitas travestis são vítimas da  
1940 questão do tráfico de pessoas e isso foi muito enriquecedor para eles, a questão da  
1941 palestra. Nós realizamos mais três seminários regionalizados no município de Morros,  
1942 Barreirinha e Viana, um município abarcou 7 municípios, o outro abarcou 10 e o outro  
1943 foi 9. E também demos algumas palestras em algumas escolas para alunos de ensino  
1944 médio. Palestramos também na Carreta da Mulher que vive viajando no interior do  
1945 Maranhão e quando estava em São Luís eles nos chamaram para dar palestra para as  
1946 mulheres que estavam aguardando lá para serem atendidas. Fora isso, nós recebemos no  
1947 dia 26 de setembro a visita do cônsul de Recife, ele queria conhecer o trabalho do  
1948 Núcleo, estreitar as relações com o Maranhão e também temos a comissão, que é  
1949 provisória, de tráfico de pessoas que estamos tentando fortalecer, inclusive na última  
1950 reunião do ano que vai ser agora em novembro, já queremos deixar alguns  
1951 encaminhamentos para o próximo ano, pois no Maranhão tivemos mudança de governo,  
1952 então provavelmente, não sei se vamos continuar, então esperamos deixar alguns  
1953 encaminhamentos para que não comecem do zero, quando a comissão, as novas pessoas  
1954 que forem participar, já tomem ciência dos encaminhamentos: a proposta de um  
1955 seminário, a criação do comitê, porque até então a comissão é provisória, e dentre outras  
1956 demandas. Basicamente é isso.

1957

1958 **A Sra. Annie Vieira Carvalho (Assistente Social do NETP - DF)** – Vou tentar ser  
1959 breve. O seguinte lá nós da Gerência de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas aqui no

1960 Distrito Federal, o Núcleo na estrutura da Secretaria de Justiça de Direitos Humanos e  
1961 Cidadania é gerencia, a Martinha é a gerente do Núcleo, eu sou assistente social, e era  
1962 quase essa equipe mesmo, só nós duas, mas agora recebemos reforço do Felipe, está  
1963 aqui ansioso e superempolgado pelo trabalho que já começamos há um tempo e ele está  
1964 conhecendo a cada dia. Ele só está praticamente há um mês, mas é um reforço que está  
1965 contribuindo muito. Ele é advogado. Eu vou fazer um resgate de algumas ações de  
1966 destaque e a Martinha vai continuar com algumas ações mais atuais, algumas parcerias  
1967 importantes sobre o trabalho que está sendo desenvolvido por agora e alguns  
1968 encaminhamentos para o ano que vem também. Eu vou resgatar um pouco sobre o  
1969 workshop com a sociedade civil que realizamos no mês de maio, inclusive a Grazi  
1970 esteve conosco, expondo uma palestra para a sociedade civil com o objetivo de discutir  
1971 com a sociedade civil a minuta política e o plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas  
1972 do Distrito Federal que o comitê começou a construir, durante alguns meses nos  
1973 debruçamos sobre essa minuta e a sociedade civil como no nosso comitê não tem uma  
1974 participação formal ainda, eles participavam muito como observadores e tal, porque o  
1975 nosso edital de chamamento ainda, por conta da burocracia, estava para ser publicado.  
1976 Então tivemos essa iniciativa para que a sociedade civil pudesse participar desse  
1977 processo. E foi muito importante esse workshop, a Grazi contribuiu bastante com a  
1978 exposição dela e nós colhemos, discutimos a minuta, artigo por artigo e colhemos  
1979 muitas sugestões importantes para fechar o texto. Agora informar uma notícia de que  
1980 esse edital de chamamento da sociedade civil foi publicado na semana passada, 16 de  
1981 outubro, então temos aí 30 dias para as inscrições, gostaria até de pedir o apoio da  
1982 Secretaria Nacional para divulgar para a sociedade civil aqui do Distrito Federal  
1983 interessado em compor o comitê. Agora resgatando um pouco de uma ação de destaque  
1984 foi durante realmente a Copa do Mundo, as ações de mobilização em parceria com a  
1985 CNBB, com o Grito pela Vida, a capacitação que fizemos com os conselheiros tutelares  
1986 aqui do Distrito Federal. Foi um dia com duas turmas, os conselheiros tutelares do DF  
1987 alternaram seu expediente e abarcamos todos aqui do Distrito Federal onde pudemos  
1988 fazer uma capacitação bem intensa com eles durante esses períodos. Eles fizeram muitas  
1989 perguntas e pudemos divulgar a nossa campanha do Coração Azul, e os instrumentos de  
1990 denúncias, eles são, lógico, como conselheiros, portas para denúncia também, mas  
1991 divulgamos algumas ferramentas de denúncias que estavam sendo divulgadas pelo  
1992 governo federal que era aquele dispositivo pelo celular. Trouxemos convidados também  
1993 para essa capacitação. Foi muito importante. Logo em seguida teve a Semana de

1994 Mobilização e a gerência, o Núcleo então desenvolveu, realizou a Feira de Boas Práticas  
1995 que foi citada aqui pela nacional, e foi uma ação que mobilizou o Distrito Federal de  
1996 forma positiva, principalmente um público de adolescentes de escolas e a sociedade  
1997 civil como um todo que participou. Foi bem interessante. Trouxemos a campanha do  
1998 Coração Azul também e foi importante ouvir o depoimento de um dos aliciados,  
1999 estrangeiro de Bangladesh que atendemos, e todo mundo ficou muito sensibilizado. Ele  
2000 depois teve contato com os adolescentes curiosos que foram conversar com ele, depois  
2001 da palestra, como aconteceu realmente. Destacar a importância da participação do  
2002 professor Edel que é da universidade Ceub aqui de Brasília que realizou uma pesquisa  
2003 sobre tráfico de pessoas no estado de Goiás, foi bem importante também a participação  
2004 dele que é um parceiro nosso. Falar também que eu estou mais à frente no Núcleo com a  
2005 coordenação do comitê, o edital de chamamento como eu falei foi uma conquista para a  
2006 sociedade civil participar de forma mais efetiva, mas agora também o comitê já concluiu  
2007 a minuta que eu até tinha informado na reunião passada da política do Plano Distrital,  
2008 assim como o Rio de Janeiro tinha falado que está para ser publicado, nós também  
2009 pretendemos fazer, Ebenezer, este lançamento de forma mais organizada e com  
2010 celebração maior e que convide vários gestores. Eu estava semana passada na reunião  
2011 com a Casa Civil sobre essa minuta, então já apresentei ontem os últimos ajustes para a  
2012 política e para o plano, então temos esperanças que até novembro esteja publicado e aí o  
2013 lançamento logo em seguida, por isso não divulgamos aqui nenhuma data ainda. Mas  
2014 fiquem atentos à divulgação que pretendemos realizar esse lançamento também.  
2015 Falando ainda um pouco do comitê, das ações que estamos desenvolvendo, terminada  
2016 essa questão de minuta e normativas que já findamos. O comitê, estou estimulando uma  
2017 dedicação maior de todos para se debruçar na divulgação do fluxograma que a nacional  
2018 q ue a rede construiu, levar essa ideia do fluxograma, trazer essa ideia aqui para o  
2019 Distrito Federal também para fortalecermos a rede de enfrentamento como a Leila disse,  
2020 nós não temos tanta especificidade de atendimento, temos que trazer isso e fortalecer  
2021 essa ideia para os gestores e profissionais da rede que tem que ir para o multidisciplinar  
2022 mais responsáveis para fazer esse tipo de atendimento e vamos trabalhar o fluxograma  
2023 com base no modelo nacional que a Rede de Núcleos e Postos construiu, através de uma  
2024 capacitação mais específica com as áreas. Então no comitê tem Secretaria de  
2025 Assistência Social, tem representantes da Secretaria da Saúde, da Educação, Segurança  
2026 Pública, pretendemos realizar capacitações específicas para apresentar além de um  
2027 formulário com um fluxograma da nossa rede, trazer também uma sugestão de

2028 formulário, também com base no formulário nosso. Então nós já estamos colhendo  
2029 alguns elementos importantes do nosso formulário de Núcleos e Postos para sugerir  
2030 para os serviços disponíveis na rede de assistência, saúde e educação para notificarem  
2031 algum caso suspeito e encaminhá-lo. É uma ideia que temos dentro do comitê para  
2032 construir a partir de agora e levar para as capacitações específicas no ano que vem. Esse  
2033 é o planejamento do comitê que estamos nos debruçando agora. E a Martinha vai falar  
2034 um pouco, concluir com as ações.

2035

2036 **A Sra. Marta Helena da Silva Santos (NETP – DF)** – Bom, só para concluir  
2037 rapidamente, só para falar um pouquinho aos colegas que entraram agora, os novos da  
2038 rede, é isso, o nosso foco principal, já que não temos tantas denúncias aqui no Distrito  
2039 Federal, é a prevenção. Então nós levamos em massa mesmo o foco principal com as  
2040 palestras onde somos convidados nós vamos, esses dias mesmo eu levei palestra, eu  
2041 mesma me convido muitas vezes, em evento de que participo, também de terreiros, de  
2042 umbanda, candoblé, na Afrocon, lembrei o nome, eu vou à noite onde nos convidam  
2043 para levar as palestras e no final de semana e também vamos ao foco muito principal de  
2044 capacitação, não só em Brasília, no DF, como no entorno, no município Valparaíso de  
2045 GO que o Valdir conhece bem, porque também trabalha no entorno obviamente, e  
2046 levamos para professores, diretores de escolas, Valparaíso de Goiás, Águas Lindas de  
2047 Goiás, vamos ter um trabalho de recorrência muito grande em 2015, pelo Distrito  
2048 Federal, como todos os núcleos aqui nas suas cidades, e recebemos, por último, a visita  
2049 no dia 14, acho que foi a Heloisa que nos encaminhou, alguns representantes de alguns  
2050 países num seminário internacional que aconteceu em Brasília por nome de Mulheres,  
2051 Fome, Pobreza e Tráfico Humano, recebemos representantes da Espanha e França para  
2052 conhecer a nossa realidade como núcleo que eu falei que funciona quase parecido com  
2053 os estados onde existem núcleos, e tudo foi maravilhoso, trocamos ideias, eles gostaram  
2054 muito da forma como levamos os nossos trabalhos, da forma como os núcleos levam o  
2055 trabalho de forma geral no Brasil. É isso. Estamos aí levando um trabalho maravilhoso  
2056 como todos vocês, e esta reunião aqui, mais uma vez, vai ser muito vantajosa para nós,  
2057 como sempre.

2058



2059 **A Sra. Rosangela Cristina Tavares Pinheiro (NETP-AM)** – Olá, me chamo  
2060 Rosangela. No momento, eu sou coordenadora do Serviço de Responsabilização e  
2061 Educação do Agressor, mas também atuo como assistente social do Núcleo do  
2062 Amazonas. Eu vim representando o nosso coordenador Cristiano. Lá o Núcleo está  
2063 inserido no Departamento de Direitos Humanos dentro da Secretaria de Estado de  
2064 Justiça e Direitos Humanos. Lá temos 4 técnicos, sendo duas assistentes sociais, uma  
2065 psicóloga e um contador. Na verdade, ele está se formando em direito, mas é atuante no  
2066 Núcleo. Bem, o que eu tenho para falar hoje relacionado ao nosso trabalho no Núcleo.  
2067 Temos realizado varias ações de enfrentamento, mas, na verdade, na questão da  
2068 prevenção e divulgação. Até o momento, não atendemos nenhum caso de tráfico, temos  
2069 indícios, está em andamento, está sendo acompanhado, não temos algo concreto. Aqui  
2070 nós temos, são 11 postos, e destacando 3 postos que foram inaugurados este ano: o de  
2071 São Gabriel da Cachoeira, Presidente Figueiredo e o Fluvial do Porto de Manaus. Esses  
2072 são os mais recentes. Nós estamos fazendo um trabalho que vai ser realizado agora no  
2073 dia 29 a 31 de outubro uma capacitação justamente para essas pessoas que trabalham n  
2074 os postos, como também com a comunidade, gestores públicos, pessoal da segurança  
2075 pública, estaremos desenvolvendo esse trabalho de capacitação. Aqui eu coloquei  
2076 algumas fotos sobre ações que temos feito ali na Barreira, na Ponte da Bolívia, na  
2077 questão da informação, passando para os usuários daquele local, e o trabalho que temos  
2078 feito é mais na questão da divulgação de prevenção do tráfico. Aqui a ação que teve este  
2079 ano também no Posto Fluvial da Ceasa em Manaus. Nós tivemos um trabalho muito  
2080 interessante juntamente com a rede Um Grito Pela Vida que é nosso parceiro nas ações.  
2081 Aqui também realizamos palestras, essa aqui eu coloquei porque foi para os novos  
2082 policiais do Ronda do Bairro, nós temos esses novos policiais que estarão nas ruas,  
2083 fizemos essa capacitação sobre tráfico de pessoas. Agora o estado criou um novo  
2084 programa que é o Ronda Maria da Penha relacionado ao enfrentamento da violência  
2085 contra a mulher. Também fizemos uma capacitação nesse sentido. Aí também uma  
2086 palestra sobre tráfico de pessoas na Secretaria Estadual de Assistência Social, na Seas.  
2087 Durante a Campanha da Fraternidade fomos convidados pela Igreja Paulinas para fazer  
2088 essa palestra lá, foi convidada também a professora Maria Luísa, não me recordo o  
2089 nome, ela escreveu um livro sobre tráfico de mulheres no Amazonas. E também ações  
2090 que temos feito continuamente nos shoppings da cidade para divulgar porque muitas  
2091 vezes a sociedade lá, o povo não tem esse conhecimento a fundo, apesar de estarmos  
2092 trabalhando intensamente nesse sentido, mas as pessoas desconhecem que existe esse

2093 tipo de crime. Sempre temos participado das ações para justamente fazer essa  
2094 mobilização, o Shopping Ponta Negra, um outro shopping lá do estado. Também  
2095 fizemos ação no Fan Fest na Arena Amazônia, tivemos um trabalho muito legal,  
2096 entregamos panfletos, orientamos, foi bem interessante. Aqui foi a inauguração do  
2097 Posto em Presidente Figueiredo que está inserido dentro do Cras lá no município. E é  
2098 isso. Estamos terminando de planejar essas ações para 2015. Obrigada.

2099

2100 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2101 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Bom, antes de encerrarmos a parte da manhã, eu  
2102 queria só que o nosso colega do Posto do Galeão também se apresentasse.

2103

2104 **O Sr. Milton Nunes Cruz (Posto-RJ(Galeão))** - Boa-tarde. Meu nome é Milton, eu  
2105 sou do Posto Avançado de Atendimento do Migrante do Aeroporto Tom Jobim.  
2106 Estamos lá mais ou menos 4 anos. Temos feito um trabalho excelente, porém muito  
2107 difícil. Temos as mesmas dificuldades que a colega com relação à Polícia Federal,  
2108 realmente é um entrave para o trabalho ser mais efetivo. Mas, estamos trabalhando  
2109 nisso, e pedimos a colaboração de vocês se puderem nos ajudar com isso também.  
2110 Temos tido bastante atendimentos. Outra colega disse, é difícil detectar quando é  
2111 realmente tráfico de pessoas, que a pessoa se sente meio envergonhada de admitir que  
2112 foi traficada, que se prostituiu, mas às vezes detectamos indícios fortes de que realmente  
2113 é essa a situação. Mas o nosso maior atendimento é com deportados e não admitidos. E  
2114 sempre tentamos fazer o melhor, encaminhar, procurar atender as necessidades da  
2115 pessoa dentro das nossas possibilidades. O Núcleo tem sido um parceiro constante. O  
2116 Ebenezer tem nos ajudado muito quando precisamos dele. Só queremos aumentar mais  
2117 ainda essa colaboração aí porque realmente é necessário que a rede funcione de verdade.  
2118 Obrigado.

2119

2120 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2121 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada, Milton, seja bem-vindo. Eu cometi um

2122 erro do Posto de Guarulhos não ter apresentado os informes ainda. Só passar a palavra à  
2123 Ivone, por favor.

2124

2125 **A Sra. Ivone Antunes (Coordenadora do Posto Humanizado do Aeroporto**  
2126 **Internacional de Guarulhos - SP)** – Vou ser breve. Meu nome é Ivone. Nós contamos  
2127 lá com algumas pessoas. Somos em 11. É 24 horas o posto, graças a Deus. Nós temos  
2128 serviço social, temos pessoas formadas em direito, pedagogos, psicólogos e sociólogos,  
2129 somos todos funcionários públicos, concursados, e pertencemos à Secretaria da  
2130 Assistência Social que é do município de Guarulhos. Foi um tempo comandado pela  
2131 Asbrad, mas foi passado para nós e nós estamos, na realidade, caminhando. Eu vou ser  
2132 bastante honesta, mas estou chegando só há seis meses, mas gosto do assunto. Fui  
2133 convidada pela secretária e até comentei com a Juliana que é assunto bastante  
2134 importante. O que temos feito lá não é muita coisa. Nós procuramos ajudar as pessoas.  
2135 Nós trabalhamos com a dor das pessoas, é o que digo sempre a minha equipe, e isso é  
2136 muito sério, porque as pessoas vão até nós precisando. O que fizemos até agora são  
2137 algumas participações em um seminário em São Paulo que foi muito gratificante, a  
2138 minha equipe inteira foi, ninguém da equipe é nova, ninguém nunca participou,  
2139 ninguém tem capacitação, eu estou aqui para isso, eu vim para colher informações e  
2140 levar para essa equipe que está começando e queremos fazer um trabalho bonito porque  
2141 são pessoas que estão lá realmente precisando disso. O nosso projeto, a primeira coisa,  
2142 estamos aí finalizando um plano de ação para as companhias aéreas, temos uma  
2143 dificuldade grande, eles são bastante reticentes, eles não nos dão essa oportunidade,  
2144 Polícia Federal então nem pensar. Lá nós temos a Gruerport, a Infraero já não é mais a  
2145 que comanda, então temos grande dificuldade, infelizmente. É um assunto bastante sério  
2146 e as pessoas não levam a sério. Estamos fazendo parcerias com hotéis, universidades e  
2147 escolas e precisamos falar com as crianças, nós temos uma equipe, uma sala ao lado que  
2148 cuida só de abordagens de crianças no aeroporto internacional. Vocês não têm noção:  
2149 são 60, 70 crianças por dia pedindo dinheiro para as pessoas que circulam pelo  
2150 aeroporto. A nossa conversa com a Polícia Federal, retificando, foi bastante difícil, mas  
2151 acho que vamos conseguir, vamos lá. Contamos com o apoio do Creas, do Núcleo de  
2152 São Paulo para o qual levamos os nossos casos. Temos bastantes casos, sim, mas  
2153 alguns, desses últimos três meses estão em sigilo, inclusive detectamos uma pessoa e eu

2154 sou muito chata mesmo e fui atrás da Juliana e perguntei se era isso mesmo, ela  
2155 confirmou e estamos tocando. Essa participação para mim, Ivone e equipe do Aeroporto  
2156 Internacional de Guarulhos é muito importante. Eu quero agradecer de verdade. Eu  
2157 estou aprendendo e realmente estou vendo que estou aprendendo com os melhores.  
2158 Muito Obrigada.

2159

2160 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2161 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada, Ivone. Bom, terminamos com 17  
2162 minutos de atraso. Paramos agora para o intervalo de almoço. Voltamos às 2 horas.  
2163 Vocês viram a programação que temos? É intensa, até às 7 horas da noite. Por favor,  
2164 vamos tentar ser pontuais e retornar às duas horas. Na parte da tarde, a Fran vai recolher  
2165 os tíquetes de embarque, por favor, deixem separados também. É isso. A todos bom  
2166 almoço. Alimentem-se porque é até às 19 horas de hoje.

2167

2168 **21/10/2014**

2169 **TARDE**

2170

2171 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2172 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Todos já alimentados? Agora que o pessoal está  
2173 sentando, voltando, antes de nós começarmos, então, para a discussão do formulário, eu  
2174 vou passar aqui para a Fernanda, só para fazer algumas considerações sobre a parte da  
2175 manhã, algumas anotações que ela fez, e algumas considerações.

2176

2177 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)**  
2178 Primeiro, pessoal, boa-tarde pós-almoço. Eu fico muito frustrada de ver o tanto de  
2179 coisas que vocês fazem que nós não divulgamos porque não chega a informação. Então,  
2180 eu queria lembrá-los a importância de nós também conseguirmos compartilhar essas  
2181 informações. Nós temos uma rede social com mais de oito mil seguidores, queremos  
2182 chegar a dez mil, e vocês podem nos ajudar nisso. Então, por favor, lembrem-se de  
2183 compartilhar, mandem para o Tráfico de Pessoas para que nós possamos inclusive  
2184 divulgar previamente, divulgar em tempo real e divulgar depois que aconteceu. Queria  
2185 muito fazer esse lembrete, esse pedido, de que é importante que o Brasil inteiro saiba

2186 tudo que vocês estão fazendo. Segundo, é o seguinte, produtos de conhecimento, que eu  
2187 vi que nós esquecemos de compartilhar aqui hoje, mas quais são os produtos que são de  
2188 conhecimento, de instrumentos para a rede que nós vamos lançar até o final do ano. Eu  
2189 vou só passar rapidinho, é um informe, na verdade. Além do Relatório de Dados de  
2190 2013, que a Helô já mencionou, nós estamos preparando um guia de atuação para os  
2191 postos, pensando a especificidade dos serviços. O único guia que existe hoje é aquele  
2192 Guia de Atenção a Deportados e Não Admitidos, nós não temos outro guia, a não ser o  
2193 nosso guia de atuação da rede, então, nós estamos preparando todo um guia para os  
2194 postos de atenção, também trazendo algumas questões da Agenda Migratória. Nós  
2195 vamos lançar, mês que vem, um produto, que é bem interessante, que é a análise das  
2196 sentenças brasileiras sobre tráfico de pessoas. Nós mapeamos em um banco com 154  
2197 sentenças, e essas sentenças estão sendo analisadas em uma perspectiva quali/quantitativa, e a  
2198 nossa expectativa é lançar esse produto agora em novembro. Além disso, nós estamos  
2199 preparando o balanço de meio termo do 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico  
2200 de Pessoas. Em dezembro, nós estamos chegando aí praticamente a metade do tempo do  
2201 Plano, nós vamos fazer uma publicação de um balanço de avaliação, e colocar os  
2202 desafios que ainda estão postos para a implementação do 2º Plano. Então, eu acho que  
2203 vai contar muito com o relato que vocês já trouxeram no primeiro semestre, e eu acho  
2204 que importante que vocês conheçam também esse produto. Além disso, vamos lançar os  
2205 cinco cadernos temáticos até dezembro, então, quem se comprometeu com artigo, por  
2206 favor, mandem lá para a Michele. Fazer o nosso muito obrigada para quem aqui da rede  
2207 está colaborando como comissão editorial, que está fazendo todo o processo de  
2208 releitura, e quem já mandou os seus artigos, e eu vou ficar feliz de saber que você já  
2209 mandou o seu. Comitês, nós tínhamos uma consultoria em andamento que estava  
2210 preparando o perfil dos conselhos existentes, o perfil dos membros dos comitês, e que ia  
2211 preparar um guia para a estruturação de um comitê local. Nós tivemos um problema  
2212 com o perfil da consultora, estamos substituindo a consultoria. Queremos fazer um  
2213 pedido, eventualmente pode ser que nós tenhamos alguma perda de memória, nós  
2214 vamos ter que acionar vocês para tentar recuperar os questionários. Nós estamos  
2215 acionando a segunda pessoa colocada na consultoria para tentar não perder esse trabalho  
2216 e se eventualmente tivermos algum problema nós vamos ter que contar com a  
2217 compreensão de vocês, que nós tivemos um problema na condução desse trabalho, e  
2218 queremos muito que ele siga e que nós tenhamos esses produtos até o final do ano. Os  
2219 dos comitês, são duas pesquisas nesse momento, que é a pesquisa dos comitês em si,

2220 como eles são, como se estruturam, dos membros, quem compõe, e isso geraria um guia  
2221 para a estruturação de comitês também. Então, esses três produtos, nós ainda esperamos  
2222 que a consultoria subsequente, que a pessoa que estava classificada no processo possa  
2223 conseguir entregar. E lembrando que nós ainda temos este ano o resultado dos seis  
2224 projetos de prevenção que foram apoiados pelo nosso projeto de cooperação técnica.  
2225 Então, a nossa ideia é que os projetos sejam relatados em formato de replicação, como  
2226 se fosse uma série de boas práticas. Os seis projetos são com a ONG Gerando Vida,  
2227 com a ONG Trama, no Rio de Janeiro, com o GTP Mais, em Pernambuco, Com o G  
2228 Gloss, no Piauí, com a Pastoral da Mulher, em Minas, e com a Sodireitos, no Pará.  
2229 Então, em breve, também teremos seis produtos de projetos de prevenção, que também  
2230 vão servir como possibilidade de experiência e replicação. Enfim, como vocês sabem, a  
2231 Marina está conosco agora, não está mais, e o produto dela, na verdade, é algo que nós  
2232 já desejamos há algum tempo, mas que essa consultoria ela só seria possível depois de  
2233 nós cumprirmos algumas etapas. Essas etapas que foram cumpridas era primeiro  
2234 entender como se dá o processo de registro de dados no Brasil, mapear as pesquisas já  
2235 produzidas, começar a suprir algumas dessas lacunas para gerar, nós ainda não temos  
2236 um nome, se é uma plataforma, se é um observatório, se é um arranjo, mas a ideia é a  
2237 construção de uma rede de conhecimento em torno da política nacional. Então, hoje nós  
2238 estamos conhecendo outros modelos de estruturação de redes de conhecimento, com a  
2239 expectativa de ter um repositório nacional de conhecimento sobre o tráfico de pessoas.  
2240 Que nome isso vai ter? Ainda o trabalho está em desenvolvimento, algumas pessoas  
2241 criticam o nome observatório, isso vem muito da política de segurança pública, outros  
2242 acham que é um nome interessante. Esse é o nome da consultoria, mas o nome dos  
2243 produtos nós ainda não temos, mas a ideia é estruturar uma rede de conhecimento e um  
2244 repositório de conhecimento em matéria de tráfico de pessoas. E essa rede seria feita por  
2245 grandes acordos de cooperação com universidades brasileiras, com universidades  
2246 internacionais, com centros de pesquisa que possam gerar, a partir do repositório  
2247 nacional de dados, que passará a ser o Sinesp, pela metodologia integrada, um conjunto  
2248 de análises quanti/quali, à medida que a nossa rede demande, o comitê nacional  
2249 demande, essa possa ser a rede que passe a produzir respostas. Então, na medida em que  
2250 nós chegemos a um consenso enquanto rede, precisamos aprofundar o conhecimento  
2251 sobre algum aspecto, a demanda, quem está demandando o tráfico de pessoas no Brasil.  
2252 Enfim, à medida que essa rede amadureça e tenha clareza sobre novos campos de  
2253 pesquisa que precisam ser aprofundados, essa nossa plataforma, observatório, esse seria

o espaço ou o arranjo de articulação que poderia gerar essa produção de saberes necessários ao desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Então, a Marina está nos ajudando no desenho dessa arquitetura, que não será algo simples, e esperamos muito que vocês possam nos ajudar a desenhar essa arquitetura, que na nossa visão é o que fecha o modelo de gestão integrada da política nacional. Se vocês se lembram, nós mostramos há muito tempo, no trabalho que nós estávamos desenvolvendo com a Ofélia, o que era essa arquitetura do modelo da gestão integrada da política nacional, e essa é a última peça que falta para fechar esse modelo, que tem um espaço de participação social, uma rede de produção e articulação de ações, um espaço de produção de conhecimento, especialmente articulados para uma resposta pública à questão do tráfico de pessoas. Então, era só para compartilhar com vocês alguns desses produtos de conhecimento que ainda virão até dezembro, então, aguardem cenas dos próximos capítulos, vamos compartilhar com vocês. E, por fim, só queria fazer uma síntese, que eu achei muito importante as apresentações que foram feitas hoje, e eu acho que elas já antecipam vários pontos da agenda de hoje à tarde, de amanhã de manhã, e eu fiquei em especial prestando muita atenção nesta questão da integração das redes. Eu acho que isso é um ponto que nós já conseguimos de alguma forma ir amadurecendo, e eu acho que esse ponto reverbera sobre toda a nossa agenda, e eu acho que em especial nós temos que prestar muita atenção, no momento dos nossos diálogos, sobre como qualificar e trazer as principais ideias-forças daquilo que na prática nós estamos experimentando. Então, era isso, muito obrigada. Fiquei muito feliz em ver a qualidade e impressionada mais uma vez com o que essa rede tem sido capaz de produzir.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Agora nós passaríamos, então, para a sessão três da programação, que é a avaliação da aplicação do formulário. Antes de entrar mesmo no formulário e no objetivo dessa sessão, eu queria só contextualizar um pouco para os integrantes novos da rede do que se trata este momento. Esse formulário foi um produto de uma consultoria, que se estendeu por mais de um ano, que teve todo um debate com a Rede de Núcleos e Postos para a construção desse documento. Então, ele foi um documento construído a várias mãos, toda a rede participou desse processo, e no final do ano passado nós fizemos um encontro de especialistas para fechar esse formulário, foi em dezembro do ano passado. Depois de todos esses ajustes, sugestões e

2288 contribuições, na última reunião técnica, nós pactuamos, então, que toda a rede utilizaria  
2289 o formulário, e que teriam seis meses de aplicação, para ver quais os campos fazem  
2290 sentido na ponta, o que não faz, se o formulário é extenso, se não é, qual a adaptação  
2291 que tem que fazer. Então, passados seis meses desde a última reunião técnica, este seria  
2292 o momento de rever esse documento e fazer as contribuições. Um ponto que eu acho  
2293 extremamente importante que nós vamos discutir ao longo dessa reunião toda, é a  
2294 questão da harmonização do trabalho da rede, da memória, dos legados, e esse  
2295 documento é extremamente importante em pensar nessa harmonia da rede. Eu falo isso  
2296 porque o relatório semestral da rede que vocês entregaram é espelhado com esse  
2297 formulário, então, para nós termos um relatório com dados coerentes com todos os  
2298 equipamentos, com todos os Núcleos e todos os Postos, também a forma como se coleta  
2299 esse dado tem que estar harmonizada, e a forma de coleta em relação ao atendimento é  
2300 esse formulário. Então, fica esse pedido e a importância de se entender esse formulário  
2301 como instrumento de utilização da rede. Analisando já o relatório semestral da rede, que  
2302 vai ser o segundo momento desta tarde, dos dezessete equipamentos de núcleos e postos  
2303 que entregaram o relatório semestral da rede, dez utilizam o formulário e seis não  
2304 utilizam e um não respondeu, desses relatórios que nós respondemos. O de vocês nós  
2305 colocamos como “utiliza”. Mas aí, esses ajustes. Assim, dez é um número até que nós  
2306 imaginávamos, um número menor, utilizava. Dez é um número bom? Sim. Mas ainda  
2307 temos seis equipamentos que não utilizam esse formulário, que utilizam um formulário  
2308 próprio, e isso tem um impacto no dado que nós coletamos. No relatório semestral isso é  
2309 refletido, e também na harmonia do trabalho, do trabalho da rede, na construção de um  
2310 conceito, e de qual é o entendimento que está sendo feito a partir do trabalho dos  
2311 Núcleos e Postos. Então, a ideia hoje é tendo essa visão, seis Núcleos ou Postos não  
2312 utilizam esse formulário, nós revermos esse documento. Não vamos abrir uma  
2313 discussão, que já foi feita em um ano de minúcias, é muito mais para ver o que na ponta  
2314 é interessante e o que não é, de forma bem objetiva e bem prática. Então, a minha  
2315 sugestão seria de passar o formulário, nós podemos dividir em quatro blocos. O  
2316 primeiro deles seria de Informação para gestão e identificação. O formulário está na  
2317 pasta de todo mundo. Nós poderíamos fazer uma rodada de vinte minutos do que nós  
2318 achamos que aplica, o que não aplica, que modificação poderia ser feita, lembrando,  
2319 discussões mais detalhadas já foram feitas durante um ano, hoje é só para rever esse  
2320 documento depois de seis meses de aplicação. Depois nós abriríamos um segundo bloco  
2321 para o perfil socioeconômico, mais uns vinte minutos, caso e experiência mais uns vinte



2322 minutos, e, por fim, encaminhamento, referência e monitoramento mais vinte minutos.  
2323 O que vocês acham? Pode ser? Então, nós vamos passando tanto na tela quanto no  
2324 documento, e fica aberta a palavra se alguém tem alguma avaliação, alguma  
2325 contribuição, para fazer, então, sobre informações para gestão e identificação, que são  
2326 os dois primeiros tópicos do formulário.

2327

2328 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** - Eu quero fazer uma  
2329 pergunta. Eu gostaria de saber quem foi que conseguiu tirar esse relatório do  
2330 computador colocando a sua logomarca direitinho para poder imprimir? Você o  
2331 imprimiu?

2332

2333 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2334 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Eu lembro dessa tua dúvida. Eu tenho essa  
2335 dificuldade tecnológica.

2336

2337 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** - Porque eu não consegui de  
2338 jeito nenhum. Juliana me mandou novamente para mim o arquivo. Toda vez que você  
2339 coloca a logomarca, quando chega naquela parte, eu estou esquecida agora, mas quando  
2340 chega a uma partezinha, o documento ele começa a sobrepor em cima do outro, e você  
2341 não consegue sair, então, eu não consigo tirá-lo do computador. Aí não vou poder  
2342 utilizá-lo porque realmente eu não consigo.

2343

2344 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2345 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – A Coordenação se compromete também a tentar  
2346 fazer esse ajuste, mas eu peço ajuda para quem conseguiu imprimir, colocar a  
2347 logomarca, também se puder orientar, nós também agradecemos. Então, está aberta a  
2348 rodada. Por favor, falem ao microfone e levantem a mão, porque as meninas estão tendo  
2349 dificuldade de passar os microfones. Então, sobre a parte de informação para gestão e  
2350 identificação.

2351

2352 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Na verdade, o seguinte,  
2353 eu queria fazer uma intervenção de um caráter mais amplo. Não sei se nós fazemos  
2354 agora no início, ou no final. É o seguinte, nós preenchemos o relatório, na época eu  
2355 estava no Rio de Janeiro, e um pouco nessa fala da Flávia, o formulário está

2356 contemplado nesse relatório, as informações do relatório que nós podemos buscar dos  
2357 casos do formulário estão nesse relatório, porém o Rio de Janeiro, apesar de ter feito o  
2358 relatório e tentar utilizar o formulário, nós temos o formulário próprio também. E aí o  
2359 que nós entendemos e tentamos casar de alguma maneira? Não descartar esse  
2360 formulário, porque foi de fato uma construção feita por nós em um momento, e depois  
2361 nós fomos tentar colocar isso na prática. O entendimento que eu fui tendo ao longo do  
2362 tempo é: como nós tínhamos poucos atendimentos direto à vítima, e muito mais  
2363 atendimento de casos que chegavam com muito poucas informações relativas ao que  
2364 nós encontramos no formulário, o formulário é ótimo, ele é completo, nos ajuda muito a  
2365 entender a dinâmica desse caso, mas nós tínhamos muito pouco contato direto com a  
2366 vítima, nós tínhamos muito mais atendimento com o caso em si, chegavam de diversas  
2367 formas, às vezes Disque-Denúncias, às vezes um ofício de algum órgão, ou por telefone  
2368 ou por e-mail, enfim, diversas formas, mas muito menos diretamente com a vítima.  
2369 Então, o que nós fizemos, foi até neste ano de 2014, nós elaboramos um formulário  
2370 nosso, muito mais simples do que esse, que desse conta de atender esses casos que  
2371 chegavam para nós que não eram a pessoa, então, nós conhecíamos ter muita pouca  
2372 informação do que tem aqui. Então, nós vimos quais eram as informações que nós  
2373 tínhamos que nós recebíamos em geral dos casos, que é mínimo, uma parte mais  
2374 descritiva, que nós dávamos, então, um relato sobre a dinâmica daquele caso, e depois  
2375 podia ir preenchendo para frente. Nós tentamos aplicar esse formulário quando nós  
2376 atendíamos a vítima, e aí aplicamos algumas vezes, mas bem poucas, mas aplicamos  
2377 muito mais o nosso formulário. Então, assim, eu entendo e compartilho de tudo que  
2378 você disse, inclusive de que nós precisamos ter um instrumento para poder depois isso  
2379 se reverberar em um relatório que é único para um país todo, tentar fazer esse esforço,  
2380 nós já discutimos isso longamente. Mas, então, eu queria fazer esse aparte de maneira  
2381 geral, que não é nem discutir o formulário em si, eu acho que nós já o discutimos tanto,  
2382 eu acho que ele tem pouca coisa para acrescentar ou para tirar, eu acho ele realmente  
2383 muito bom, mas na nossa realidade do Rio de Janeiro nós pouco conseguimos utilizá-lo,  
2384 e aí teve a necessidade de criar um formulário próprio que desse conta de informações  
2385 do caso, muito mais do que informações da pessoa. Então, eu queria falar um pouco  
2386 sobre isso só para dar um *start* aí.

2387

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Eu acho a proposta do Ebenezer de abrir, então, para uma avaliação, em vez de entrar em detalhes, mais interessante.

**A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** - Mais para deixar registrada. Assim, porque o Núcleo do Rio Grande do Sul nós não atendemos vítimas também, então, nós atendemos casos, acompanhamos casos. E ontem, conversando com a Flávia, a Flávia me falou também, já vou me antecipar um pouquinho, de um formulário que dá conta mais dessa situação de caso. Nós fazemos todos os registros, eu tenho todos esses casos registrados. Agora, vejo que o Ebenezer também tem um, e fiquei morrendo de curiosidade de ver os dois para de repente fazer. Porque de fato, assim, quantas vítimas eu atendi? Nenhuma, eu nunca tive oportunidade de botar em prática. Antes de ele existir eu até conversei pessoalmente com um grupo de vítimas que nós recambiamos, mas como nós fizemos o acolhimento junto com o Centro de Referência Vânia Araújo, que é o centro de referência a mulheres vítimas de violência do estado, e eles fizeram o atendimento e o acompanhamento, eles é que fizeram depois o atendimento mesmo, para ela não falar primeiro comigo, e meio minuto depois com o centro de referência. Como esse não é o nosso objetivo, nós não trabalhamos dessa maneira lá, nós acabamos não usando esse formulário. Eu ia até fazer essa fala no final, fiquei quieta esse tempo todo por causa disso, mas já que o Ebenezer falou, eu fiquei morrendo de vontade de ver o instrumento que vocês fizeram, assim como o de Minas. Nós não temos um instrumento estruturado, eu acho que seria bacana também para pelo menos nós, dessa forma, registrarmos mais ou menos parecido.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu tive um debate muito aprofundado com a equipe de Minas, com a equipe do Núcleo, que é de fato quem faz articulação dos casos. Então, eu queria trazer um pouco da leitura da equipe, especialmente dos técnicos também que aplicam o instrumento. E como eu participei também da comissão de especialistas, e aí eu queria também trazer a partir desse lugar e dessa construção, que eu fui representante da rede nesse espaço. Eu acho que o questionário é o meio, ele é ferramenta, ele é o meio, e aí o meio nós podemos pensar vários instrumentos, várias opções, várias questões, mas eu acho que nós ainda não temos muita clareza do conteúdo, do que nós de fato esperamos, queremos registrar, com qual propósito, e aí que se nós pensamos, por exemplo, essa ferramenta como a

2422 ferramenta unificada dos estados para registrar o que ocorre em decorrência dos casos,  
2423 então, o que esse instrumento diz e parece ser a expectativa? Parece, então, que tem uma  
2424 expectativa da nossa rede de que nós atendamos pessoalmente a vítima, porque ele só  
2425 pode ser preenchido se eu tiver contato com a vítima, isso é uma coisa que a equipe traz  
2426 muito. Então, Minas também não tem contato direto, ou quando tem são contatos muito  
2427 para conseguir informações estruturais, informação dos fenômenos que estão  
2428 acontecendo, quais são as principais demandas para a articulação. Então, são contatos  
2429 muitas vezes ou por telefone, ou ainda que presencial, mas que me permitem mapear um  
2430 diagnóstico do fenômeno para depois mapear a rede que vai responder a promoção e  
2431 proteção de direitos, esse é um ponto. E o outro ponto também dessa questão do não  
2432 acesso ou do registro é dos casos coletivos. Como a nossa predominância é de caso de  
2433 trabalho escravo, de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, desculpa, vamos  
2434 falar, porque não é toda a agenda de trabalho escravo que nós atendemos, mas tráfico de  
2435 pessoas para fins de exploração laboral, os casos são coletivos, às vezes nós temos um  
2436 caso que tem noventa haitianos, o pessoal lá do Maranhão eram quarenta e dois  
2437 trabalhadores, lá na Bahia também a mesma coisa, então, são casos com grandes  
2438 coletivos. Como é que nós usamos um instrumento desse? Não funciona. Então, a  
2439 questão da operacionalização do instrumento nesses últimos seis meses, ele não foi  
2440 viável enquanto o formato que ele coloca, então, da não viabilidade de algumas das  
2441 questões, deixar claro também. Então, a equipe me pede para fazer essa pergunta,  
2442 quando nós dizemos instrumento nós estamos dizendo é dessa expectativa? Somos nós  
2443 que temos que dar conta das informações das vítimas, de enquanto perfil da vítima,  
2444 idade, gênero, classe, raça. Esses tipos de informações, será que é a rede que tem que  
2445 dar? Será que é o Núcleo que tem que dar? Ou isso deveria, por exemplo, vir de um  
2446 Creas? Ou isso deveria vir de um equipamento que de fato tenha um contato  
2447 aproximado de articulação e tudo mais, que receba as nossas articulações? E aí nesse  
2448 sentido, Helô, o que nós também discutimos? Estou falando para a Helô, mas estou  
2449 falando para a rede toda, desculpa, é porque ela está ali anotando e balançando a cabeça.  
2450 Nós fizemos, então, outro instrumento tentando responder um pouco da gestão do caso  
2451 mais ampla, que é isso um pouco o que o Ebenezer traz, deixamos as questões do  
2452 nacional dentro do instrumento tentando preencher, e aí após esses seis meses de análise  
2453 nós tentamos levantar algumas das informações preenchidas, e nós vemos que a maioria  
2454 fica em branco, e o que nós preenchemos é sobre um fenômeno, e não sobre a  
2455 informação de pessoas ali mais estritamente. Então, eu acho que isso é um ponto que

2456 nós precisamos talvez também conversar, não sei como é que estão nos outros estados,  
2457 se nós estamos alinhados quanto a isso ou não, qual é de fato aí o conteúdo e a  
2458 expectativa da atuação dos Núcleos. Porque eu acho que nos Postos ainda tem outra  
2459 especificidade, o Posto tem o contato direto com quem está ali, e aí eu fiquei muito me  
2460 perguntando se esse instrumento será que ele não responde muito a uma prática mais do  
2461 Posto até do que nós, você sabe? E como é que nós poderíamos contribuir, aí eu vou  
2462 deixar para outro momento, peguei mais o gancho aqui do Ebenezer de avaliação geral,  
2463 mas eu queria mais contribuir, trazer como que Minas tentou resolver isso. Já pode  
2464 fazer?

2465

2466 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2467 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Eu acho que com a fala do Ebenezer e a fala de  
2468 vocês, em vez de passar o formulário, já começa a contribuição.

2469

2470 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Então, vamos pegar essa  
2471 primeira parte da questão ali da informação para gestão. Nós ampliamos. Nós temos um  
2472 instrumento de registro de caso, que ele é mais amplo, então, das questões da gestão. E  
2473 aí ele traz uma série de outros elementos que nós achamos que é importante o registro.  
2474 Deixa-me ver aqui pela lógica do nosso questionário. A questão do consentimento, por  
2475 exemplo, é outra informação que para nós não procede, se eu não tenho contato direto  
2476 como é que eu vou pegar consentimento? Então, essa é uma parte que fica muito vazia.  
2477 Da questão do responsável das relações de parentesco, documento de identificação, nós  
2478 achamos que isso aqui também está muito enxuto frente ao que nós vimos na realidade.  
2479 Então, nós fizemos, eu não sei se eu compartilho com vocês, eu não imprimir vários, mas  
2480 vou tentar fazer uma coisa que funcione, nós temos alguns blocos, então, bloco sobre  
2481 entrada de caso, como é que o caso chega, quem encaminha, por onde que passou  
2482 aquele caso, com que tipo de registros, e aí todas as instituições por onde ele passou,  
2483 documentação da instituição que vem anexada. Então, por exemplo, vem do Ministério  
2484 do Trabalho e Emprego? Vem com que documento do Ministério do Trabalho e  
2485 Emprego? E uma série de questões. Se a demanda é individual ou coletiva, para que a  
2486 equipe consiga depois articular com a rede o que é referência coletiva, porque nem  
2487 sempre nós vamos conseguir responder a demanda dos noventa haitianos, por exemplo,  
2488 do caso lá de Conceição do Mato Dentro, que foram lá depois para o Rio Grande do Sul  
2489 e Paraná, mas ali tinha um fenômeno que era coletivo, tinha problemas de acesso à

2490 saúde de boa parte deles, problema de língua, de tradução, então, alguns haitianos que  
2491 sabiam fazer a tradução do crioulo para o português nós víamos, por exemplo, o uso  
2492 disso para outra situação também de violação de direito, então, nós conseguimos, então,  
2493 um tradutor, por exemplo, com o Centro Zammi para tradução de crioulo para português,  
2494 então, isso é uma demanda coletiva, então, pontos nesse sentido. E aí nós depois  
2495 desdobramos, na verdade, um instrumento para uma avaliação de indício ou não de  
2496 situação de violação de direito correlata a tráfico de pessoas, pensando, então, o  
2497 conceito a partir do Protocolo de Palermo, tentando registrar os indícios de violação de  
2498 direitos que podem sinalizar ocorrência do tráfico. Então, desde o período da  
2499 ocorrência, o perfil global das vítimas, as ofertas ou ato ou meios, aí nós usamos muito  
2500 que tem nesse formulário, e aí sim essa parte do formulário funciona, mas não por uma  
2501 demanda, então, de que eu vim, eu, Flávia, lá em uma situação coletiva, por exemplo,  
2502 traficada, mas o que aquele grupo em geral aponta. Nós também separamos da questão  
2503 da atenção a vítima, direta ou indireta, depois toda essa parte que lá no final do nosso  
2504 instrumento vai falar de rede, da articulação para o encaminhamento, nós também  
2505 achamos que é uma parte boa, e ali nós fizemos só alguns acréscimos para dar conta do  
2506 monitoramento mais amplo da rede. Eu estou achando difícil falar assim. A questão do  
2507 monitoramento...

2508

2509 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2510 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Você tem esse arquivo?

2511

2512 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Tenho.

2513

2514 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2515 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Você quer passar? Que vá passando? Pode ser  
2516 assim, nós colocamos aqui projetado?

2517

2518 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Pode.

2519

2520 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2521 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Você está com ele impresso, Flávia? Nós  
2522 podemos já pedir para fazer cópia. Pode ir seguindo, depois nós vamos acompanhando.  
2523 Você pode continuar, Flávia? Olá, dona Graça. Tudo bem, Graça? Seja bem-vinda.

2524 Enquanto isso, também vou apresentar, quem tem convênio com a Coordenação já  
2525 conhece, o nosso Erivelton, talvez não conheça pessoalmente, mas ele é o rapaz que vai  
2526 resolver os problemas, ou tentar resolver os problemas de quem tem convênio conosco,  
2527 já deixo apresentado aqui o Erivelton. Enquanto, então, chega o documento de Minas,  
2528 Ju, a sua avaliação é geral sobre o formulário. Então, você quer ir falando enquanto  
2529 chega, e nós retomamos para a Flávia, pode ser?

2530

2531 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – O que eu observei, eu estava até  
2532 anotando aqui enquanto nós estávamos nos organizando, eu tenho três pontos para  
2533 colocar, e uma conclusão para apresentar sobre a questão do formulário. Tem muita  
2534 gente nova, a Flávia acompanhou a discussão do formulário desde aquela reunião, que  
2535 eu acho que foi em março de 2012 aqui em Brasília, naquele hotel que ficamos todo  
2536 mundo, foi março de 2012, quando nós demos o primeiro passo da reunião da rede  
2537 nessa questão que estava se desenvolvendo sobre o porquê do formulário. Então, o  
2538 primeiro item é a origem do formulário. A origem do formulário está aqui registrada no  
2539 próprio documento que vocês receberam, então, para aqueles que estão chegando  
2540 tenham a curiosidade de ler, não o formulário apenas, mas o conteúdo descritivo da  
2541 história do formulário, que tem, na verdade, esta finalidade que era não só, primeiro, de  
2542 sedimentar um conhecimento visando criar um padrão mínimo de informações, mas  
2543 também que era um objetivo de criar informações importantes voltadas à identificação  
2544 de políticas públicas onde as vítimas pudessem estar inseridas. Vou dar um exemplo,  
2545 quando nós falávamos de estrangeiros em geral ou falávamos de brasileiros retornados,  
2546 quantos deles, a exemplo dos deportados, vinham sem documento, ou quando vinham  
2547 estrangeiros os documentos ainda estavam em um processo, seja mercosulino, seja de  
2548 outra nacionalidade, precisavam de documento, então, os postos estão sacudindo a  
2549 cabeça aqui. O que no formulário ficou claro? Tentar identificar de onde essa pessoa  
2550 veio, por que ela veio, porque você está olhando para a parte... Por que esse documento  
2551 prevê isso? Porque você está tentando identificar na pessoa uma necessidade, registrar  
2552 essa necessidade e encaminhar para a solução dessa necessidade. O formulário, então, a  
2553 origem do debate era essa de padronizar, vamos dizer assim, de uniformizar, harmonizar  
2554 o atendimento, gerar para muitos a identificação das demandas, também, por exemplo,  
2555 aqui eu lembro muito bem da Michele colocando coisas, principalmente na área de  
2556 fronteira, então, cada um falou sobre especificidades de atendimento que muitos de nós  
2557 não conhecíamos, principalmente na época, porque nós estávamos muito distantes,

2558 óbvio, da realidade. A realidade do Rio eu não conheço profundamente, o dia a dia do  
2559 Amazonas, e assim sucessivamente, isso permitiu a origem do formulário, portanto, ter  
2560 todas essas questões. Aí a finalidade, é isso que eu falei para vocês, nós não só  
2561 padronizamos, mas como a partir de todas essas inúmeras análises e perguntas eu posso  
2562 verificar, por exemplo, agora São Paulo, estrangeiro, vítima de tráfico, o que ele  
2563 precisa? Não tem documentação, não é Mercosul, não tem nem representação consular,  
2564 às vezes nem embaixada no Brasil tem, então, nós temos as opções de encaminhar,  
2565 conseguir documento lá com o CNIg. Essa pessoa tem direito a um benefício social, se  
2566 ele vem com família? Tem, o Bolsa-Família. Então, outras questões de natureza de  
2567 assistência social eles têm? Tem, isso está no formulário, então, a finalidade do  
2568 formulário é direcionar a pessoa para acesso à política pública. Saúde, nós sabemos,  
2569 Sistema Único de Saúde, e aí vai. Aí você pega esses dois pontos e os agrega um ponto  
2570 importante, que tem muito a ver com essa coisa de cada um ter um formulário, também  
2571 tem a ver com as respostas negativas de “eu não aplico o formulário”, que é o ponto,  
2572 qual o perfil da nossa atuação. Então, nós sabemos que somos, por mais padronizados  
2573 sob o ponto de vista das nossas finalidades, nós vamos discutir amanhã a portaria para  
2574 falar do que temos de diretrizes comum, nós sabemos que temos coisas comum, mas  
2575 nós sabemos que nós temos realidades primeiro muito diferentes, cada estado, cada  
2576 município, cada núcleo e cada posto por si só são organismos com muitas  
2577 especificidades. Segundo, não só com relação ao nosso perfil de atuação nas nossas  
2578 diferenças mas também no nosso perfil de atuação como articuladores, então, está  
2579 Minas aqui e Rio Grande do Sul falando assim: “Nós não atendemos diretamente, nós  
2580 temos uma rede que atende, nós somos articuladores”. Quanto dos atendimentos, leia-  
2581 se, principalmente para o pessoal novo, traduzindo, atendimento é igual casos, o que nós  
2582 conhecemos de caso? Não é necessariamente é atendimento de pegar pelo braço, levar  
2583 ali, atendimento pelo sentido amplo, nos casos que nós acompanhamos, tomamos  
2584 conhecimento e articula, quanto não vem de nós mesmos, mas vem de Cras, Cres,  
2585 polícia, Polícia Federal, saúde, ou às vezes chega ao nosso colo? Chega lá ao Posto, bate  
2586 na porta do Núcleo de São Paulo, bate na porta lá ao Núcleo de Mulher de Alagoas, bate  
2587 aqui no Núcleo de Ipojuca, e aí bate, vai batendo na nossa porta às vezes. Quanto da  
2588 nossa articulação o atendimento vem direto de nós? O que acontece com o formulário?  
2589 É óbvio que nós não vamos chegar... Eu vou dar um exemplo, vou pegar esse  
2590 formulário e dizer assim, por gentileza, Defensora Pública da União que atende  
2591 estrangeiro pode usar o formulário da Rede de Núcleos e Postos? Aí nós não podemos,



2592 portanto, impor a essas instituições múltiplas que usem esse formulário. Então,  
2593 colocadas essas premissas, qual é a minha conclusão sobre a questão do formulário? Ele  
2594 idealmente é para ser usado, possivelmente ele não é usado, é possível que eu não  
2595 consiga usá-lo, e aí a conclusão que nós tivemos em São Paulo, nós não criamos um  
2596 formulário próprio, nós temos algumas perguntas comuns para casos que atendemos ou  
2597 recebemos encaminhamento. Primeiro, então, nós não temos um formulário próprio, nós  
2598 usamos esse conteúdo desse formulário. Eu conheço cada item desse formulário e sei  
2599 por que cada item existe, e sei como cuidar de cada encaminhamento, por quê? Porque  
2600 quando nós discutimos isso nós tentamos na equipe de São Paulo se empoderar no  
2601 conhecimento de cada uma das questões de identificação. Primeira coisa, nós em São  
2602 Paulo pegamos esse formulário na reunião do comitê, entregamos na mão de todos os  
2603 representantes que vocês possam imaginar, até de juiz, nós fizemos isso. Aí o que nós  
2604 fizemos? Na hora de um interrogatório judicial, na hora de um atendimento de Cras,  
2605 conheçam as perguntas e as informações que esse formulário tem que podem no  
2606 atendimento do caso, seja ele em que instância for, auxiliar não só no registro do  
2607 problema, mas no encaminhamento para uma solução. E aí dentro das nossas condições  
2608 de atendimento, digamos assim, daquilo que nós sabemos, às vezes eu recebo  
2609 telefonema em São Paulo, literalmente um telefone de alguém dizendo assim: “Nós  
2610 estamos com um caso aqui no Creas de não sei onde”, ou já aconteceu da polícia ligar:  
2611 “Nós estamos com um atendimento aqui”, o caso que teve até dos meninos de futebol  
2612 no artigo que eu escrevi, eu recebi o telefonema do Conselho Tutelar: “Eu estou na  
2613 polícia com o pessoal da Guiné-Bissau, seis meninos da Guiné-Bissau, o que eu faço?”  
2614 Aí o que eu fiz? Conhecendo o conteúdo desse formulário também auxiliei a ela a  
2615 buscar a registrar no atendimento dela o que era importante constar. Isto na hora que  
2616 ela, Conselho Tutelar, me mandar o relatório dela, vai ter muita coisa que esse  
2617 formulário, digamos assim, indica como importante para nós podermos saber. Então, a  
2618 minha conclusão, portanto é, ele é idealmente obrigatório, ele é possivelmente  
2619 utilizável, então, é possível que nós usemos e é possível que nós não usemos. Ele pode  
2620 permitir derivações? Sim, está aqui Minas Gerais, está aqui Rio de Janeiro, para mostrar  
2621 que tem a sua própria metodologia, e isto é esperado porque cada um tem sua  
2622 especificidade regional, a especificidade de atendimento. O que fazer, então? Desistir de  
2623 usá-lo? Não, levá-lo ao conhecimento para quantas mais instâncias vocês puderem, para  
2624 que essas instâncias se empoderem, se instrumentalizem das informações que estão aqui  
2625 constantes, então, a Asbrad, a Graça quando atende lá, estou dando esse exemplo de

sociedade civil por exemplo, cada um tem a sua metodologia de atendimento, mas todo mundo tem que estar ciente do porquê essas informações aqui são importantes, porque no dia em que nós conseguirmos não só aplicar isso, ou em uma análise do conteúdo do trabalho de todo mundo você vai ver que de repente em que pese o formato do atendimento do formulário não seja esse, talvez os dados batam. Foi essa a minha conclusão de trabalho, e o que eu provoço vocês a olharem. Então, quando nós formos começar aqui uma discussão importante de mostrar a atividade do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, por favor, não se animem para dizer: “Vamos agora cada um criar de novo o seu formulário”, mas também não digam: “Agora eu não vou criar formulário nenhum”, não. Entendam somente que cada um pode ter as suas especificidades, mas que nós temos que realmente tentar usar esse formulário quando der, às vezes não dá, tem noventa pessoas no atendimento, às vezes não dá, às vezes tem uma. Eu vou dar um exemplo de um caso que nós atendemos há um mês, a Grazi ficou de onze da manhã às oito da noite atendendo a vítima. Não estou exagerando, ela ficou o dia inteiro com a pessoa. Desculpa, não deu para pegar o formulário: “Por gentileza, a senhora pode responder esse formulário para mim?”, sob o ponto de vista da complexidade da pessoa com a cabeça dela, que chora, que volta. Então, às vezes não é só pelo número, é pela condição da pessoa, nós sabemos que não dá. Então, o que eu queria, a minha provocação de chamar vocês a isso é, entendam a origem do formulário, entendam a finalidade do formulário, se entendam nas suas diferenças, mas façamos isso, vamos usar o que nós temos de melhor, que nós somos órgãos de articulação, pegar o formulário, replicá-lo, tentar usar, quando não der também nós podemos tentar fazer um relatório. Não deu para usar o relatório, repito, não deu para usar o formulário inteiro, mas você vai perguntando para a pessoa no bate-papo com ela o dia inteiro lá, você já vai perguntando: “Você vem de onde? Tem algum benefício? Você trabalhava?”, e aí você vai registrando tudo isso no seu atendimento. As minhas colocações são nesse sentido, de tentar só chamar a atenção de todo mundo, principalmente para quem está chegando, para não perder.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Natasha, chegou o formulário de Minas? Nós podemos retomar com a Flávia?

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Então, Helô, já dessa fala da Juliana, eu estou até aqui pensando, eu posso até depois compartilhar talvez o instrumento, mais do que entrar no ponto a ponto. Porque o formulário nacional está em alguma medida contemplado no nosso formulário estadual, vamos dizer assim, mas a forma de organização da informação ela muda, e a lógica de organização da informação é que muda, e aí eu acho que esse que é o ponto que eu acho que nós deveríamos rever no nosso nacional, porque a parte do preenchimento, especialmente da seção de identificação, ela volta muito para o contato só da vítima, e aí a Juliana está trazendo uma experiência, uma saída de tentar com a rede. Agora, para nós pode ser claro que nós articulemos, tentemos fazer, ainda mais pegando o perfil dos nossos casos, que Minas é quase que um estado de transição, a maioria dos nossos casos, senão eu vou ter que mandar lá para a Rede do Maranhão, pedir o preenchimento e me devolver com esses dados, então, assim, tem isso também. E aí eu acho que duas sugestões para esse formulário, que nós melhoremos formas de registro do caso como um todo, de dados do caso como um todo, então, desse perfil, da dinâmica. Porque essa parte da dinâmica da exploração, o meio, o ato e a rede final ela é boa, o problema está nessa seção da identificação, e atrelar essa questão também de consentimento, porque aí ainda que eu tenha contato também direto com a vítima, com uma pessoa para aplicar esse instrumento, eu não vejo, a leitura nossa lá, de todo o grupo de Minas, como fazer algumas perguntas que estão aqui, e aí algumas perguntas que estão aqui deveriam ser autodeclaradas. E aí como é que eu faço e abordo questões do tipo, qual que é a diferença, para que perguntar para o que é, se você é homo, hétero, bissexual, entendeu? O que isso tem a ver com a dinâmica do tráfico de pessoas? Então, eu acho que nós ainda temos problemas no questionário, especialmente a esses pontos. Isso importa para entender o fenômeno? Entendeu? Então, eu acho que é esse ponto, que eu acho que é o que nós precisamos avançar. Então, ter dado de uma gestão mais ampla do caso, e que nós não atrelemos que algumas dessas questões sejam autodeclaradas assim. Ou se especialmente é relevante essas questões para entender a dinâmica do tráfico? Porque se for nós vemos o como, agora se não for aí nós não precisamos de estar atrelado o registro a isso.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – A Fernanda agora se inscreveu.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
Flávia, eu acho esse ponto, assim, a pinçada. Por que esse ponto é a pinçada? A Ju fez um esforço bem importante, recuperação de memória. Nós entendemos que precisávamos de um instrumento que fizesse o registro dos atendimentos. Quer dizer, os atendimentos são inúmeros, é valorizar também o trabalho que é feito pela rede, para além de ser ou não o caso de tráfico de pessoas, nós nos debruçamos várias vezes sobre esse instrumento. Nós lá atrás desejávamos que ele fosse menor, mais enxuto, mas essa rede entendeu que não, que era importante explorar ao máximo. Então, vamos aproveitar este momento para inclusive fazer uma avaliação de fôlego e de fundo sobre o quanto tudo que está aqui faz sentido, porque daqui a pouco de fato nós estamos indo lá, e não faz sentido nenhum essa questão estar colocada para dentro desse instrumento ou para dentro desse formulário. Nós fizemos um grande esforço de que esse instrumento estivesse alinhado com outros instrumentos, como é hoje a metodologia integrada, e levar esses dados também para outros instrumentos do sistema federal, então, essas informações estão tentando ser reproduzidas para dentro do Sinan, que é o sistema, a ficha de notificação do Ministério da Saúde, nós estamos levando esse instrumento para dentro do MDS, para os dois Disque-Denúncias, então, nós temos um esforço, e aí dizer que o que nós estamos fazendo aqui de alinhar esse instrumento como outros instrumentos de coleta, mas de fato nós temos que ver, ele é um instrumento muito grande, nós sabíamos disso, e ele pensa a situação pessoa a nossa frente, sendo atendida, e ele pensa o encaminhamento posterior, ele dá conta dessas duas etapas. Agora, eu acho que é uma novidade, uma complexidade, que é da característica da rede, que precisa de fato eventualmente ser agregada, que é a complexidade, eu não estou com a pessoa na minha frente, mas eu estou acompanhando o caso, eu estou acompanhando a situação, e como é que eu registro isso? Eu acho que não é o caso de nós criarmos um segundo instrumento, mas eventualmente aproveitar as duas experiências que estão sendo compartilhadas aqui para ver se é um preâmbulo ou se é um pós-atendimento, enfim, um campo novo em que nós abramos para caracterizar essa situação que é monitorada, que é acompanhada permanentemente pela rede. Então, é só para trazer algumas memórias e entender que eu acho que esse era mesmo o objetivo da reunião, e se há novidades que precisam ser trazidas à mesa para nós aperfeiçoarmos esse instrumento, que bom que elas estão vindo.

2726 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2727 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – A Juliana se inscreveu. Quem se inscreveu, por  
2728 favor, vira o prisma. Tem a Annie. Está sem prisma? Vou começar a Juliana, depois a  
2729 Ane, depois Jeanne.  
2730  
2731 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu vou pegar a fala da Fernanda, e a  
2732 pergunta da Flavinha. Eu preciso registrar, a pergunta é essa, eu preciso registrar que é  
2733 uma questão de autodeterminação, religião, identidade de gênero, orientação sexual,  
2734 raça, tudo isso em autodeterminação. Então, aí a pergunta é, eu preciso perguntar isso?  
2735 Insisto de novo naquela questão, e até a Flávia me ajudou a enxergar isso, porque é o  
2736 que eu falo, eu sou advogada, a Flavinha tem uma sensibilidade, e trouxe isso na nossa  
2737 fala de debate deste próprio formulário quando nós estávamos aí tentando identificar o  
2738 que é atendimento e acolhimento, lembra disso, Flávia? Então, a explicação quando eu  
2739 falei para vocês “Aperta a tecla SAP”, atendimento é meio-tudo, assim, nós entendemos  
2740 como o acompanhamento do caso ou como pegar a criatura pelo braço para levar para  
2741 uma atenção. A resposta é talvez sim, depende do caso, depende da oportunidade, e eu  
2742 acho que você vai ter que criar linguagem. Nós temos um formulário que é seco, isto  
2743 aqui é papel, isto é seco, quando nós falamos de atendimento, que vai estar lá no Creas,  
2744 ou vai estar no Núcleo, ou vai estar no Posto, ou vai estar na boca e no contato de um  
2745 advogado, de um psicólogo, de uma assistente social, de um policial militar, de um  
2746 gestor público formado em administração, enfim, nós precisamos criar uma linguagem,  
2747 e isso foi uma das coisas que nós debatemos e conversamos naquela época. Esse  
2748 conteúdo aqui é um conteúdo orientador de criação de linguagens, linguagens que vão  
2749 permitir a linguagem do atendimento do psicólogo, que é óbvio que com o tempo,  
2750 contato, cuidado vai poder obter daquela pessoa uma informação onde ela vai declarar  
2751 se ela tem uma orientação sexual x, y, z, se a identidade de gênero... Então, vamos lá, aí  
2752 a segunda pergunta, a primeira pergunta era se precisa, a segunda pergunta é: “Mas é a  
2753 sua equipe que preenche?” Se a pessoa que atende, faz a escuta, se ela vai usar isto aqui  
2754 ou não, não tenho dúvida nenhuma, é a pessoa que preenche, não é a vítima quem  
2755 preenche. Eu acho que em nenhum momento quando nós criamos esse formulário, nós,  
2756 em nenhum momento eu me recordo, de ter tido nenhuma orientação no sentido de que  
2757 nós daríamos à vítima isso aqui para ela preencher. Então, espera aí, então, volta. A  
2758 pergunta é, você preenche? Depende de quem estiver com a pessoa no atendimento.  
2759 Esse formulário, repito, ele serviu para orientar a nós, rede, eu é que tive um olharzinho

mais ousado e joguei ele para fora da nossa rede, o joguei para dentro da minha Rede, e o joguei para dentro da minha rede com a proposta de fazer as pessoas compreenderem isso, olha, seja lá como vocês vão atender, tenham um cuidado na atenção com isto. É um trabalho que tem um pouquinho a ver com o que nós fazemos diretamente, repito, e com o nosso papel de articuladores. Eu realmente acho que nem toda informação para atenção da vítima é fundamental ser adquirida ou respondida naquele momento, por exemplo, mas às vezes a médio prazo, principalmente com quem está acompanhando, que não é o meu caso, como Núcleo, mas pode ser o caso de um Creas, pode ser o caso de um atendimento de saúde, pode ser o caso, vou falar de política com as travestis no atendimento do Centro de Referência da Diversidade em São Paulo, que são pessoas que ficam permanentemente acompanhando as meninas travestis. Talvez para elas a questão da identidade de gênero no atendimento primário ou a médio prazo no atendimento é fundamental para dizer assim: “Encaminharei você para um tratamento hormonal”, “Não encaminharei você para um tratamento”. Então, o que eu quero dizer é que esse formulário serve para nós nos orientarmos, o ideal, eu repito, o ideal era usá-lo, pode responder de cabo a rabo, com calma, tudo bonitinho, não dá, às vezes não dá, mas eu acho que nós nem temos que criar um novo obrigatoriamente, mas nós podemos criar um novo? Pode, bacana, a experiência do Rio e de Minas mostrando que é legal, às vezes funciona naquela estrutura, para outras estruturas não funciona. Mas, sob o ponto de vista de formulário de Rede Nacional, do debate de dois anos que esse grupo acumulou, eu não vejo, com todo respeito, sentido de nós criarmos necessidade de um novo, talvez nós tenhamos que realmente rever a ordem das coisas, a forma como elas se colocam aqui no documento. E ele foi extenso, Fernanda, só para lembrar também, nós insistimos na rede que fosse desse tamanho mesmo, extenso, estafante quase ler esse formulário às vezes porque a nossa vontade era de que não tivesse faltando aqui nenhuma informação que as pessoas precisam saber por onde uma vítima de tráfico possa passar. Então, ele é quase parecido com a Constituição Federal brasileira, bem detalhada, para identificar todos os direitos possíveis e imagináveis para nós pensarmos em encaminhar o caso, então, por isso ele é extenso.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Nós vamos ter que começar a determinar um tempo, que já são 15h15. Passar para a Annie. Se puder falar de forma objetiva, em

2793 dois, três minutinhos. Depois tem ainda inscritos a Jeanne, o Valdir e o Ebenezer. Dois  
2794 minutos, então, pessoal.

2795

2796 **A Sra. Annie Vieira de Carvalho (NETP-DF)** – Vou tentar correr na fala, então.  
2797 Concordo com a Juliana quando ela coloca que esse instrumento aqui construído por  
2798 nós da rede é realmente uma ferramenta para balizar a interpretação, a linguagem de  
2799 cada local, de cada região. No DF a linguagem que nós pudemos interpretar é que  
2800 realmente esse é um instrumento que deve ser utilizado pela Rede de Núcleos e Postos.  
2801 Então, lá no Núcleo, nós, com a nossa equipe, temos a intenção sim de atender vítimas,  
2802 nós inclusive passamos isso para a nossa rede de serviços disponíveis geral, que são  
2803 portas de entrada para possíveis casos. Que nós sejamos, então, referência para esse  
2804 encaminhamento dessas vítimas, então, nós vamos utilizar esse formulário, já utilizamos  
2805 no caso no atendimento que nós pudemos realizar durante esse tempo até agora, foi  
2806 quase quando nós concluímos esse modelo, no atendimento, eu sou assistente social e  
2807 realizei esse atendimento junto com uma advogada parceira nossa, nós não utilizamos  
2808 logo de cara na hora da entrevista com 22 estrangeiros que nós atendemos. Eu me  
2809 apropriei, assim como a Juliana citou, eu me apropriei do conteúdo, e na conversa eu fui  
2810 colhendo as informações para depois preencher nos campos desse formulário. Então, eu  
2811 acho que é uma metodologia que nós adotamos própria, mas sempre buscando  
2812 responder os campos, porque a interpretação foi de que isso aqui serviria como uma  
2813 fonte de dados estatísticos, então, nós repassamos todas essas informações para o  
2814 relatório nacional, então, eu acho que tem dados aqui que vão ser importantes para se  
2815 montar um diagnóstico. Quando eu citei também de uma etapa agora que o comitê se  
2816 debruçou a respeito do formulário da rede, aí que está um pouco a diferença, eu repassei  
2817 também à rede, Juliana, para os nossos parceiros do comitê, o formulário completo, com  
2818 essa orientação de ser estudado, ser apropriado os dados aqui que contém, mas eu acho  
2819 que para a rede que atende pessoas e vítima de violência, que fazem atendimento direto,  
2820 realmente é muito extenso, então, o que nós estamos fazendo agora no comitê? O  
2821 esforço de estudar esse formulário completo aqui da nacional, e colher, enxugar mais  
2822 ainda, no máximo duas páginas, as informações principais para coleta, principalmente  
2823 para se identificar com as características da identificação que tem aqui dessa vítima para  
2824 se colher as características para se saber se realmente se é caso de tráfico ou não. Então,  
2825 é isso que nós estamos fazendo agora no Comitê, um formulário para a rede, para os  
2826 serviços de assistência, de saúde, da educação, da segurança pública, que fazem esse

2827 atendimento direto a vítimas de violência que pode surgir aí um caso, uma suspeita de  
2828 tráfico de pessoas, contendo alguns elementos aqui do nacional. Então, no sentido até de  
2829 se notificar nos serviços disponíveis, e também para quando essa demanda for passada  
2830 para nós essas informações de identificação já estarem colhidas, para quando nós  
2831 formos aplicar isso aqui, esse grande não ser repetitivo.

2832

2833 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2834 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada, Annie. Jeanne.

2835

2836 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Eu só queria somente, o  
2837 que ela falou e o que a Juliana falou complementou um pouco o que eu ia dizer. Eu acho  
2838 que também é importante é esse formulário, mesmo que você não vá atender a vítima de  
2839 imediato fazer preencher, mas ela pode aos pouquinhos ir preenchendo, e nós termos  
2840 um formulário completo daquela vítima, mesmo que ele vá para o Cras ou vá para outro  
2841 serviço que nós encaminhamos, nós também podemos procurar saber com aquele  
2842 serviço e ir complementando também o formulário. Eu entendo esse formulário também  
2843 como uma forma e uma fonte de nós criarmos um banco de dados, e estar subsidiando  
2844 também a Secretaria Nacional de Justiça. Então, se nós não tivermos um bom esforço de  
2845 tentar trabalhar isso, então, não valeu nada todo aquele trabalho que foi feito, e que nós  
2846 mesmos discutimos cada item que está aqui, somente.

2847

2848 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** – Eu quero dizer o seguinte, o  
2849 formulário é bom, foi uma discussão, inclusive eu participei dela, todo mundo falou e  
2850 colocou, então, cada estado faz aquela complementação. E se você faz um trabalho,  
2851 igual eu fiz de trabalho escravo lá no meio do mato, depois eu designei a equipe para  
2852 poder andar cem quilômetros, ir lá atender, a assistente social com a psicóloga fez,  
2853 preencheu todinho, porque é necessário ter esses dados para poder dar substância para  
2854 todo o conteúdo. É isso que eu imagino. Eu não vou mudar, eu vou usá-lo.

2855

2856 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Eu também participei  
2857 desse processo, concordo com o que a Jeanne falou. Eu acho que esse formulário é  
2858 extenso justamente porque a ideia é aqui, essa foi a grande discussão, acho que tem um  
2859 momento que nós paramos e dissemos: Vai ser extenso ou vai ser curto? E nós  
2860 acabamos optando pelo extenso para que subsidiasse informações relativas ao fenômeno



do tráfico de pessoas, e aí sim todas as questões ligadas a gênero, a cor, a idade, enfim, uma série de elementos que são superdetalhistas, mas que têm esse perfil. Eu também queria lembrar que nós também deixamos pactuado posteriormente de que se algum estado quisesse modificar um pouco o relatório ele poderia para adaptar à sua realidade, então, poderia modificar. Natasha, eu não vou especificar, não vou detalhar não, Helô, mas só para dizer o seguinte, que apesar disso que eu estou dizendo, de alguma maneira reforço que no nosso caso, assim, quando eu estava lá, o nosso esforço foi casos coletivos, que era a maioria dos casos. Então, até nesse nosso formulário lá no Rio de Janeiro, com a licença, Miguel, de utilizar aqui o exemplo, nós colocamos o número de pessoas envolvidas, e aí nós temos a possibilidade de trabalhar nesse formulário individualmente, mas tem muito mais a possibilidade de trabalhar com ele coletivamente. Ele tem informações individuais, mas ele, quando não é possível, nós preenchemos o que é coletivo e tem o espaço descritivo. Ele é muito simples, na verdade, ele tem uma página, e o descritivo ele tem o tamanho que for, porque depende de cada caso, nós colocamos algumas coisas que estão nesse formulário também, imigração, um pouco como é que chegou o caso no Núcleo, para quem nós encaminhamos, e algumas outras informações, então, ele é muito simples e todas as vezes que nós utilizamos esse formulário ele foi bastante útil para nós. E aí reforçando, eu acho que esse formulário nosso que é pactuado deve continuar, talvez pensando alguns elementos e talvez pensando como é que nós podemos adaptá-lo para casos coletivos e casos que nós não atendamos a pessoa e atendamos o caso. Lá, a minha experiência no Rio de Janeiro foi raramente atendia a pessoa, e mesmo quando atendia a pessoa, atendia a pessoa em um coletivo, aí eu vou fazer trinta, quarenta, cinquenta formulários em um atendimento, que às vezes vai ser muito rápido, porque nós já vamos encaminhar para a rede, então, nós perdemos rapidamente o contato com aquela pessoa. Então, como é que nós podemos contemplar nesse nosso formulário esses casos que são coletivos e que nós não vamos ter esse detalhamento, mas vai ter pelo menos um descritivo e poder continuar lidando com esse instrumento.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Inspetora Tatiana, e nós fechamos a rodada, pode ser?

2894 **A Sra. Tatiana Teixeira Mendes Pereira Rodrigues (Posto Galeão – RJ)** – Só para  
2895 complementar, eu estava conversando com o Cruz, nós já lidamos direto com a vítima,  
2896 então, nesse caso aqui, esse questionário todo ele, dentro do atendimento que nós  
2897 fazemos lá, nós conseguimos responder isso aqui, lógico, tem uma ou outra questão que  
2898 é mais difícil, mas na grande maioria isso responde até no estatístico que nós fazemos,  
2899 porque agora nós estamos apurando com o estatístico os nossos casos. Eu estava  
2900 olhando aqui os itens, e isso facilita muita coisa para a identificação do que nós  
2901 queremos em dados, porque ele é muito apurado esse questionário aqui. Então, assim,  
2902 eu acho que para dentro do posto avançado, por isso que quando a Juliana falou nós  
2903 estávamos com a cabeça balançando, por quê? Porque é o tempo todo, quando nós  
2904 recebemos o deportado nós conseguimos fazer isso aqui. Como você falou, ficou o dia  
2905 todo em atendimento. Quem falou que ficou de oito às dezoito? A Juliana. Lá também,  
2906 por isso que nós botamos até o posto de atendimento 24 horas, porque às vezes ele pega  
2907 o caso de manhã, e ele estende. Eu não sei se isso é... Só para complementar o que eu  
2908 estou falando. Você quer falar? Só para complementar, pode? Obrigada.

2909

2910 **O Sr. Milton Nunes Cruz (Posto Galeão – RJ)** – O formulário, realmente, ele é  
2911 extenso, às vezes nós não conseguimos responder todos os itens, mas com a experiência  
2912 nós conseguimos até, mesmo que a pessoa no momento ela não esteja pronta para dar as  
2913 respostas necessárias, nós conseguimos depois, em outro momento, complementar.  
2914 Então, ele é possível, ele é exequível, como diz.

2915

2916 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
2917 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada. Eu acho que todo esse esforço, o  
2918 formulário foi construído, foi um tempo, foi um esforço, um empenho da rede. Talvez  
2919 nós realmente tenhamos desenhado o formulário, nós quisemos mapear todas as  
2920 informações que nós poderíamos extrair no atendimento, e realmente essa avaliação  
2921 depois de seis meses é um pouco para ver isso, o que acontece na ponta. Porque quando  
2922 foi pensado aqui, talvez vocês que construíram o formulário talvez não tivessem a noção  
2923 que na hora de aplicar, tinha um caso coletivo, “Nós não atendemos vítima”, e aí? Eu  
2924 acho que este é o momento mesmo de rever esse documento, ele vai continuar valendo.  
2925 Eu acho que uma questão que alguns apontaram, eu lembro na fala da Jeanne, de ser um  
2926 banco de dados, é uma possibilidade também dos Núcleos e Postos começarem a tabular  
2927 essas informações, ter um perfil. Isso não aparece, por exemplo, para o relatório

semestral, então, esse formulário por mais que talvez no dia a dia ele tenha limitações, ele tem si uma função para nós termos dados sobre a vítima, sobre a política, e a tabular esses dados. Então, ele continua valendo. Agora a sugestão nossa é de como pensar, então, esses outros campos para agregar a esse formulário, é o que nós temos que colocar de diferencial para ele ser mais utilizável, ser mais palatável no dia a dia. Então, a minha sugestão é de que todos os Núcleos e Postos que tenham esses campos ou que agregam formulário para ele ser utilizado no dia a dia, encaminhar para nós tentarmos validar e circular, mas nós não vamos mexer nesse modelo, continua valendo. Peço que os seis Núcleos e Postos que não utilizam façam o esforço dentro dessas possibilidades de preencher os campos que esse formulário traz, e daqui a seis meses, quem sabe, nós refazemos essa avaliação, e ver, talvez na próxima avaliação esteja fluindo melhor. Mas, eu acho que o esforço não se perde, ele é um documento importante, traz informações importantes, então, eu acho que vai exigir esse esforço de todo mundo. Flávia.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Helô, eu estou também só aqui pensando se nós não mantemos talvez ou o grupo que já estava como referência, até mesmo para consolidar essas informações e pensar, porque por exemplo, nós ainda temos algumas dúvidas do próprio formato como está. Dar um exemplo, a questão número três, “Descreva quais documentos portava ao chegar”, será que é importante nós sabermos se ele está com identidade, CPF, está tudo na carteira da pessoa, e ela está ali quando ela chega, ou isso aqui nós estamos querendo saber se ela está tendo retenção de algum outro documento? Ou não tem outros documentos que promoveriam acesso a direito e cidadania? Entendeu? Então, tem questões aqui que é o formato. Então, tem alguns pontos aqui que eu ainda tenho dúvida, como a questão da comunidade específica, e o cigano que está preso, onde eu preencho? Posso ter mais de uma opção? Então, são pontos mesmo de dúvidas e da operacionalidade dele, que aí eu não sei se nós deixamos isso para a próxima reunião técnica de fato, mas que nós não percamos talvez um pequeno grupo, se o Ebenezer topar também, e nós pensarmos.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Nós podemos reativar, então, o grupo que discutiu o documento, e o que vocês forem enviar para agregar ao formulário nós rediscutirmos. Lembrando, não vamos abrir de novo a discussão do formulário, mas talvez pontos de dúvida que mereçam esclarecimento para alinhar com toda a rede.

2962

2963 **A Sra. Juliana Felicidade Armele (NETP-SP)** – Proponho até o seguinte no grupo  
2964 que vai ser formado, que os estudos de caso possam auxiliar na compreensão, seja na  
2965 melhoria, seja no entendimento do porquê eu pergunto. Por que eu pergunto para a  
2966 pessoa se ela tem documento? Por exemplo, no caso que eu vou apresentar agora tem  
2967 tudo a ver com a identificação da situação de exploração, vocês vão entender quando eu  
2968 apresentar, mas por exemplo, eu não vou falar agora para não tomar tempo, mas talvez a  
2969 partir do estudo de caso, e isso é um troço que eu lembro da Dalila encher a nossa  
2970 paciência, estudo de caso, realmente o estudo de caso permite... Se nós pegarmos o  
2971 formulário e bater item a item do caso, nós vamos conseguir falar isso aqui não é útil ou  
2972 como isso aqui é útil, nós vamos compreender como isso aqui que está tão seco,  
2973 objetivo, pouco claro às vezes fica claro quando nós vamos olhar caso a caso, é só uma  
2974 sugestão. Façam a análise através... O grupo, se formar, a sugestão é, pegue o  
2975 formulário, pegue a memória da origem do formulário, e analisem caso a caso, é só uma  
2976 sugestão.

2977

2978 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Legal. Isso também  
2979 facilita para quem está chegando, porque às vezes você sai e quem chega está ali toda  
2980 aquela memória também para você poder trabalhar.

2981

2982 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Dois  
2983 pontos de memória, já que está todo mundo lembrando. Lembrando que esse é um  
2984 instrumento compartilhado entre todos, logo, um caso atendido por Goiás que vai para  
2985 São Paulo, segue junto o instrumento, de forma criptografada, com todo o nosso termo  
2986 de confidencialidade. Então, assim, tem memórias que são importantes, até porque tem  
2987 gente nova chegando. Ele é um instrumento repassável, para que nós não tenhamos que  
2988 repassar para uma nova pessoa que está chegando no posto e já passou por um sistema  
2989 anterior nosso, toda a situação de novo, com todo o processo de sigilo. E temos sim,  
2990 como a Jeanne lembrou, a pretensão de que esse instrumento venha a se tornar um  
2991 sistema informatizado no futuro, então, nós também queremos lançar mão dessa base  
2992 comum. Só para recuperar esses dois pontos. E aquilo que você falou da... Perdão.  
2993 Falou, não? Lembrando que esse não é um instrumento para ser lido sozinho, esse  
2994 instrumento tem que ser lido junto com o protocolo de atendimento. Quem se lembra e  
2995 utiliza o protocolo de atendimento? São três instrumentos que andam lado a lado: o

fluxograma, o protocolo de atendimento e a ficha de atendimento. A ficha é o registro, o protocolo é a orientação de como deve ser o atendimento. A Juliana estava até lembrando aqui, se vocês se lembram lá do debate da construção com a consultoria, a orientação é que hajam duas pessoas produzindo o atendimento, o atendimento quando possível seja em dupla, para que um registre a informação, e o outro faça todo o processo de atenção centrado na informação e na pessoa que está sendo atendida naquele momento. Então, por favor, vamos lembrar, esse é um instrumento kit, devemos ler esse, com o fluxograma, com o protocolo de atendimento.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Dois minutos, então, Juliana.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – E tem uma provocação, que nós sempre tendemos a achar que nós vamos nos deparar com pessoas que são vítimas de tráfico, quando nós podemos nos deparar com pessoas que não são vítimas de tráfico, nós podemos nos deparar mais com isso, com vítimas de tráfico que fazem parte de uma rede de exploração de pessoas. Então, eu me lembro, é tudo memória, eu lembro que quando houve essa discussão de “Tenha mais de uma pessoa atendendo”, seja lá qual for, se são dois psicólogos e dois assistentes sociais, dois advogados e dois policiais, não interessa, porque o olhar de um e o olhar do outro auxilia nessa maturidade. Então, é nesse sentido, e no sentido do que a Jeanne falou, de dados. Só por curiosidade, tenham depois a curiosidade de olhar o site da Secretaria de Estado da Justiça de São Paulo, tem um link lá “Tráfico de pessoas”, e tem um link “Base de dados”. Nós, com base no formulário, estamos construindo 2013 e 2014, mas nós temos um link onde vocês vão ver lá, com base no atendimento a partir desse formulário, esses dados aqui estão registrados em um procedimento que nós referendamos um formulário, o fluxo, tudo bonitinho, esses dados aqui foi uma metodologia de tornar público o perfil dos atendimentos no Estado de São Paulo, que não vieram só de nós, mas vieram. Outra coisa que o formulário não me permitiu, quando eu recebo um procedimento que não é meu mas é de outra instituição, eu tento pinçar nesse procedimento as informações que o formulário ache importante para depois eu dizer que são tantas vítimas, tal gênero, nacionalidade, tal origem de exploração, porque isso gera base de dados, que quem sabe em um futuro próximo nós não tenhamos essa base de dados da rede toda nacional. Então, é isso, é orientador, é norte, não é prisão, é só orientação.

3030

3031 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
3032 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Eu acho que de toda forma essa avaliação é  
3033 importante, e também de todo mundo ter a consciência de que é um documento  
3034 importante que tem que ser aprimorado, mas que ele faz um sentido, não é um esforço  
3035 em vão. E um ponto também, que agora na próxima seção do relatório o que vai ficar  
3036 muito claro é como essas informações quando elas são repassadas para a Coordenação  
3037 Nacional para a elaboração de um relatório, do alinhamento. Eu acho que além da  
3038 questão da formação de um banco de dados, de nós termos dados sobre casos de  
3039 atendimento, isso reflete também na transparência que nós queremos dar das atividades  
3040 do Núcleo. Então, quando nós vamos falar de atendimentos que a rede tem feito. **Se nós**  
3041 **não temos os dados coletados de uma forma um pouco harmonizada, isso reflete**  
3042 **também no relatório da rede. Então, dos encaminhamentos deste momento, nós**  
3043 **vamos reativar o GT que trabalhou no formulário, os núcleos que tem aqueles**  
3044 **aspectos diferenciais que já são utilizados no dia a dia, como Minas e Rio de**  
3045 **Janeiro apontaram, encaminhar para nós que nós vamos agregar no formulário e**  
3046 **circular pelo GT, e depois dar um retorno também para a toda a rede ainda esse**  
3047 **ano. O formulário continua sendo aplicado, o mesmo formato. Vamos colocar,**  
3048 **então, mais daqui a seis meses para a próxima reunião técnica, nós colocamos seja**  
3049 **um momento talvez um pouco mais breve, mas que nós tenhamos também esse**  
3050 **momento também para rediscutir esse documento novamente.** Dito isso, nós  
3051 passamos, então, para o momento da seção quatro, que é a devolutiva sobre o relatório  
3052 semestral da Rede. Bem lembrando, eu tenho que resgatar das últimas memórias das  
3053 reuniões técnicas. Lembro que é Minas, Goiás fazia parte? Quem lembra? Distrito  
3054 Federal. É, eu lembrava de Minas e Goiás. Alguém mais lembra? Que isso aí eu vou ter  
3055 que resgatar. Eu resgato e circulo, porque eu mesma confesso que não sei. Guarulhos?  
3056 Foi? Eu resgato essa memória. Senão, até amanhã nós trazemos isso, para fechar nos  
3057 encaminhamentos de amanhã. Não, foi aqui em Brasília, e eu já estava. Não lembro se é  
3058 a anterior. Não, Flávia, você veio foi para o encontro de especialistas, acho que já tinha  
3059 um GT antes. Então, era a Fernanda antes. Nós vamos ter que resgatar. E aí os Núcleos  
3060 e Postos que querem enviar as contribuições, nós enviamos até dia 30 de novembro. Até  
3061 30 de novembro, pode ser? Se quiser fazer algum ajuste, enfim, os formulários, e manda  
3062 para nós no dia 30 de novembro. Deixando claro, toda essa avaliação do documento não  
3063 impede, não tem viabilizando que eles continuem sendo aplicados, é para continuar

3064 utilizando. Entramos, então, na seção quatro da nossa reunião, “Devolutiva sobre o  
3065 relatório semestral”. Qual que é a ideia desse momento? Foram enviados os relatórios  
3066 semestrais que contabilizam de 1º de janeiro a 30 de junho. O esforço que a  
3067 coordenação fez foi de tentar ler e analisar esses relatórios, levantar os principais pontos  
3068 dessas atividades, o que chamou a nossa atenção do trabalho da rede, e também nessa  
3069 primeira análise do primeiro relatório trazer algumas lacunas de preenchimento do  
3070 relatório e tentar alinhar um pouco a informação nesse momento. Aqui também eu conto  
3071 com a presença da Ariane, que ela que também auxiliou toda a construção do  
3072 formulário, então, é o momento também que nós vamos poder conversar e ela vai poder  
3073 auxiliar em alguma dúvida que tenha ficado em relação ao preenchimento do  
3074 formulário. Quais foram os aspectos gerais do relatório? Só colocando aqui para quem  
3075 também está chegando para a primeira vez. O objetivo do relatório era de registrar as  
3076 inúmeras atividades da Rede e complementação dos sistemas de monitoramento e  
3077 avaliação do segundo plano. Esse é um plano muito caro para nós, nós respondemos ao  
3078 segundo plano com os dezessete ministérios que compõem o grupo interministerial que  
3079 tenha ações das 115 metas do segundo Plano, mas com o relatório semestral da Rede,  
3080 ele também vai agregar informações para a implementação do segundo Plano. Quem  
3081 respondeu esse primeiro relatório? Foram treze núcleos que encaminharam para nós as  
3082 informações, e quatro Postos que preencheram também o primeiro relatório, então, ao  
3083 todo foram 17 equipamentos que forneceram informações. Foi um período  
3084 compreendido, então, de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014, e a Coordenação fez uma  
3085 leitura e análise dos documentos, e extraiu alguns pontos relevantes das informações  
3086 apresentadas pela rede. Eu vou apresentar esses pontos, depois nós abrimos para um  
3087 debate sobre esse relatório. Quais foram os principais pontos trazidos? Atualmente nós  
3088 temos quinze comitês estaduais de enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, entre os  
3089 dezesseis estados que contam com o núcleos cinco deles elaboraram planos estaduais de  
3090 enfrentamento ao tráfico de pessoas, mas apenas dois monitoram a implementação do  
3091 plano estadual. Três equipamentos entre Núcleos e Postos são institucionalizados,  
3092 quatro não são. A rede atendeu 340 casos no primeiro semestre de 2014; a Rede atendeu  
3093 1.407 vítimas, isso aí é um ponto depois que nós temos que jogar lá na frente, que é um  
3094 dado que nós temos que entender um pouco como são essas 1.407 vítimas. E aí vocês  
3095 vão ver, a discussão do formulário e de alinhamento de informação impacta em uma  
3096 informação que chega até isso, como é que nós divulgamos o atendimento de 1.407  
3097 vítimas em um semestre, então, isso aí já vai... Dez equipamentos utilizam o formulário

de atendimento pactuado pela Rede, seis não utilizam e um não informou. 21.725 pessoas foram capacitadas na temática no primeiro semestre do ano, entre o público capacitado encontram-se membros da igreja por ocasião da Campanha da Fraternidade de 2014, atores do sistema de segurança e de Justiça, entre outros. 11 equipamentos relataram ou utilizaram matriz de formação nas capacitações. A maioria dos equipamentos promoveu ou participou de campanhas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, isso aí foi um número que nem precisou colocar, que eu acho que só um Núcleo não relatou nenhuma atividade de campanha, mas todos os outros equipamentos fizeram, promoveram alguma campanha ou participaram em alguma campanha. Entre os temas correlatos que a Rede tem interlocução foram identificadas as áreas de refugiados, criança e adolescente, violência contra a mulher, LGBT, trabalho escravo, mobilidade humana, pessoas desaparecidas e sub-registro civil, que também é uma informação bem interessante como nós estamos dialogando com outras áreas, outras temáticas correlatas e com interface no tráfico de pessoas. Então, esses foram os principais pontos que nós extraímos desse primeiro relatório. Eu acho que tem informações muito interessantes. Se nós conseguirmos disponibilizar para o relatório da Rede, ele está lá no site, nós colocamos o relatório por equipamento, nós só fizemos um texto introdutório apresentando alguns desses dados, desses pontos que nós extraímos dos relatórios. Agora, o outro momento é sobre o preenchimento do relatório, aqui mostrar algumas lacunas e dificuldades que nós percebemos em relação ao preenchimento, e aqui já de início eu coloco de novo a importância da leitura do guia de preenchimento do relatório, muita informação estava lá, e enfim, não sei pela dificuldade ou pela falta de tempo, uma leitura talvez estivesse alinhado um pouco mais a apresentação do relatório, mas aqui nós apresentamos as lacunas e também com o guia de preenchimento resolve algumas questões. Então, na parte um do relatório, que é aquele arranjo institucional, a parte do arranjo institucional que é a parte do relatório que tende a sofrer poucas variações de semestre para semestre, mas ela deve ser continuamente revisitada, e caso tenha alguma alteração, ou seja, do responsável que preencha aquele relatório, sempre está atualizando no envio. Essa parte foi praticamente toda preenchida por todos os equipamentos, não apresentou muitas lacunas, apenas o ponto 3.6, que solicitava previsão orçamentária, onze equipamentos deixaram esse campo em branco ou com informações incompletas. Essa informação sobre a previsão orçamentária é fundamental, e aqui eu queria registrar a importância, tanto por atender três metas do plano, e também responde a uma demanda feita pelo Conatrap. O



3132 Conatrap, o Comitê, ele solicitou para o GI que nos relatórios de monitoramento do GI  
3133 tivesse uma previsão orçamentária, é uma demanda, e também isso se aplica à Rede de  
3134 Núcleos e Postos. Nós sabemos da dificuldade que é muitas vezes extrair e colocar essa  
3135 informação no relatório, mas aqui deixo registrado a importância de ter esse esforço,  
3136 onze equipamentos não conseguiram dar essa informação, então, tentar fazer esse  
3137 esforço para o próximo relatório haver o preenchimento desse campo no relatório  
3138 semestral, esse foi o único ponto mais sensível na parte um do relatório. Na parte dois  
3139 do relatório, que aí é mais específico das ações e atividades da Rede, alguns pontos que  
3140 chamaram a atenção: seis equipamentos não utilizam o formulário de atendimento  
3141 pactuado pela Rede, e aí que nós reforçamos de novo, a utilização desse instrumento é  
3142 fundamental para harmonizar o trabalho da Rede, como nós discutimos anteriormente, e  
3143 também para coleta de informações sobre os atendimentos, além de responder a Meta  
3144 2.1 do segundo Plano. Então, acho que além de tudo que nós discutimos sobre o  
3145 formulário, ele alinha um pouco as informações que vão transparecer depois no  
3146 relatório. Em incompreensão geral sobre o monitoramento dos casos, isso é 6.1 e 7.1, e  
3147 aí aqui muitos equipamentos não souberam fazer distinção entre as colunas dois, três,  
3148 quatro, cinco e seis, e aqui eu coloquei quais são os pontos de cada uma dessas colunas  
3149 para nós tentarmos alinhar um pouco essa informação. A coluna dois pedia a quantidade  
3150 total de casos, então, a quantidade geral existente ou que já existiram no Núcleo ou no  
3151 Posto, então, era a coluna dois. A coluna três é a quantidade total de casos em  
3152 andamentos, então, aí nós retiraríamos os casos já arquivados e encerrados, então, era só  
3153 para colocar os casos em andamento. E a coluna quatro era a quantidade de casos  
3154 arquivados ou encerrados, então, era a quantidade de casos que já foram finalizados ou  
3155 arquivados, e que não são mais monitorados. A coluna cinco pedia a quantidade de  
3156 casos por semestre, então, só aqueles casos que iniciaram o atendimento, apenas a  
3157 quantidade de casos registrados no semestre, aqueles casos novos que deram entrada, e  
3158 a coluna seis o total de vítimas. Qual que foi a grande confusão? Muitas vezes a coluna  
3159 dois, que é de quantidade geral que o Núcleo já atendeu era o mesmo número que a  
3160 quantidade de semestre, então, para quem fazia a leitura eu entendi o quê? Que todos os  
3161 casos que já passaram no Núcleo eram daquele semestre, ou também eram só os casos  
3162 em andamento, colocava o mesmo número em casos em andamento em casos do  
3163 semestre, então, parecia que todos os casos que estavam em andamento eram daquele  
3164 semestre. Essa foi uma confusão bem generalizada em relação a essas colunas, então,  
3165 deixar isso, que foi um ponto que impactou muito na leitura do relatório. Para alguns

3166 Núcleos e Postos eu cheguei a ligar para ver se era essa informação mesmo, e aí a  
3167 pessoa: “Está equivocado mesmo”, então, ter clareza entre todas essas colunas. E aí a  
3168 coluna seis, que aí realmente eu também ontem conversando com a Ariane ela não ficou  
3169 clara, ela pede o total de vítimas, só que nós ficamos em dúvida se é o total de vítimas  
3170 atendidas em todos os casos ou o do semestre, e isso para a leitura do relatório não ficou  
3171 claro, então, tinha uns números muito grandes de vítimas, por isso nós questionamos  
3172 1.407 vítimas, realmente todo mundo registrou só o do semestre ou colocou todas as  
3173 vítimas que já passaram no Núcleo? Então, o número de vítimas nós não publicizamos,  
3174 como nós publicizamos o número de capacitações e casos atendidos, vítimas nós  
3175 ficamos nessa dúvida de qual informação era essa, e esse era um ponto que não está  
3176 claro mesmo, e nós temos que definir aqui se nós vamos deixar para o relatório  
3177 semestral o número de vítimas do semestre ou já atendidas. Então, sobre os casos  
3178 atendidos esses foram os pontos mais críticos. Depois, ainda para o preenchimento do  
3179 relatório, outra incompreensão geral também, foi bem generalizada, foi sobre a  
3180 capacitação. Nesse ponto, muitos dos equipamentos não souberam fazer a distinção  
3181 entre realizar, colaborar e participar de uma capacitação. E quando eu falo “Tantos  
3182 atendimentos e capacitação” eu não estou falando que foi um ou outro não, foi bastante,  
3183 eu achei que por isso que não ficou claro mesmo. Então, como é que está determinado,  
3184 como é que está indicado pelo guia de preenchimento? Realização de evento, aquela  
3185 capacitação, seminário ou palestra e a diferença entre capacitação, seminário e palestra  
3186 está já no guia de referência realizar um evento, se organizou o evento, se o Núcleo  
3187 tomou a iniciativa e realizou aquele evento, organizou o evento. Colaborar é um evento  
3188 que é realizado por outra instituição, e você foi convidado para dar uma palestra ou para  
3189 auxiliar na organização, enfim, colaborar com outra entidade que está organizando o  
3190 evento. E o terceiro item que é participou de um evento, e aí é participar como um  
3191 aluno, é para verificar como que o Núcleo está sendo capacitado, como que os técnicos  
3192 estão recebendo informação e estão sendo formados. Então, são três campos bem  
3193 distintos, mas que na entrega da maioria dos relatórios ficou extremamente confuso, e  
3194 isso teve um impacto, por exemplo, quando nós queríamos fazer a análise de quantas  
3195 pessoas foram capacitadas pela Rede para publicizar essa informação, era extremamente  
3196 complicado, porque muita gente tinha colocado informação como participante, mas  
3197 você via claramente que não era como participante, tinha colaborado provavelmente  
3198 com um evento. Então, para conseguir divulgar e publicizar essa informação foi difícil.  
3199 Então, assim, são alguns pontos que nós temos que alinhar, tem que ficar claro para

3200 todo mundo preencher para nós conseguirmos uma transparência, senão nós vamos ter  
3201 um relatório com informações frágeis e com informações que não vão poder ser  
3202 publicizadas por nós não sabermos se estão alinhadas, todo mundo está falando a  
3203 mesma coisa. E outra informação sobre a capacitação, que chamou também um pouco a  
3204 nossa atenção, que muitos falaram que utilizam a matriz de formação, e aí eu fiquei um  
3205 pouco em dúvida se essa informação realmente estava acontecendo, porque tinham  
3206 muitos campos em que colaboradores, então, outras organizações que estão fazendo  
3207 evento utilizavam a matriz de informação, então, eu até queria checar essa informação  
3208 se realmente está sendo a matriz de formação, ou se a pessoa preencheu ali, porque  
3209 chamou a atenção, muitas capacitações utilizaram a matriz. E aí uma preocupação nossa  
3210 também, que saiu na última reunião do Conatrap, quando nós apresentamos esse dado  
3211 da Rede de 21.705 pessoas capacitadas, uma pessoa da sociedade civil levantou e falou  
3212 assim: “Eu tenho receio de como é que estão sendo capacitadas essas pessoas”, é um  
3213 ponto interessante, como é que estão sendo, como é a formação dessas 21.000? Mas, se  
3214 eu falo que essas 21.000 pessoas, a grande maioria seguiu a matriz de informação, é um  
3215 dado sim, eles estão seguindo um documento, eles estão seguindo uma linha, é uma  
3216 informação interessante, então, você qualifica um pouco o dado de 21.000 pessoas que  
3217 foram capacitadas ou 21.000 pessoas foram capacitadas seguindo uma matriz de  
3218 formação com a colaboração dos Núcleos, então, me chama a atenção e eu queria  
3219 verificar com vocês essa utilização da matriz de formação, e também fomentar que ela  
3220 seja utilizada sim, mas que nós tenhamos isso colocado de forma realística nos  
3221 relatórios. E sobre a capacitação, então, é fundamental a distinção desses tópicos  
3222 “Realizou”, “Colaborou” e “Participou”, para harmonização das atividades da Rede,  
3223 além de só esse campo de capacitação responde, eu não sei quantas metas têm aí, mas  
3224 são várias metas, desde capacitação e como que está sendo formado a equipe dos  
3225 Núcleos também. E, por fim, essas foram as principais lacunas e os principais achados  
3226 do relatório, e algumas recomendações. Aqui a primeira delas, da utilização do  
3227 formulário, apenas em Word, eu queria ver o que vocês acham. Nós subimos esses  
3228 relatórios para o site um por um, você abre lá no site, está lá relatório, você clica,  
3229 relatório do Rio de Janeiro, relatório de São Paulo, relatório do Ceará. O relatório em  
3230 Word nós conseguíamos passar para PDF e subia bonitinho, o em Excel nós não  
3231 conseguimos passar para PDF, então, o que nós fizemos? Tivemos que imprimir,  
3232 digitalizar e subir para o site. A leitura não está agradável, esteticamente falando não  
3233 fica interessante, e também é cansativo e é difícil de ver. Então, a sugestão, enquanto

nós não conseguimos, não temos fôlego para com as tabelas em Excel cruzar todos os dados, somar e apresentar um relatório só da Rede, enquanto nós estamos subindo um por um, a minha sugestão é que ficasse só em Word, não sei se todos estão de acordo, mas facilita também a nossa leitura dos relatórios. A outra recomendação é a leitura do guia de preenchimento do relatório. Tirando aquele ponto da vítima se ela é do semestre ou se ela é total do Núcleo, os outros equívocos no relatório todos estão explicados no guia de preenchimento, e é uma forma também de alinhar para as próximas, as pessoas novas que estão entrando, de fazer ter essa preocupação também com a mudança de gestão, com a entrada de novas pessoas nas equipes, de reforçar a importância da leitura do guia, até mesmo para as pessoas conseguirem preencher o relatório. A utilização do formulário de atendimento por todos da Rede para alinhamento das informações prestadas no relatório, também é um ponto que nós reforçamos aqui. Pedir no relatório também registrar o maior número de informações, isso é um documento de memória de trabalho da Rede, então, explicitar mesmo quem foi o público capacitado, quais as pesquisas realizadas. A Juliana trouxe hoje de alguns pesquisadores que visitaram, colocar tudo de forma mais explícita, que isso mostra a riqueza do trabalho, então, tentar preencher todos os campos e trazer o maior número de informação nesse relatório, entre as outras informações solicitadas. Estados que tenham plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas que fomentem a criação de um sistema de monitoramento, como foi colocado no início, cinco já têm um plano estadual, apenas dois monitoram, então, os estados fazerem esse esforço de monitorar os seus planos. E outra sugestão saída, é que a entrega do relatório seja assinado pelo responsável final, mandar escaneado, que isso também dá transparência legítima quando nós colocamos no site. E, por fim, dar os parabéns mesmo para toda a Rede, acho que tem informações, apesar dos pontos e das lacunas ainda que existem, foi um relatório que deu para ver a quantidade de trabalho que a Rede utiliza, o número de capacitações chamou muito a nossa atenção o tanto de pessoas que foram capacitadas no primeiro semestre, então, deixar os parabéns para todos. E essa foi a análise do relatório. O relatório, não sei se todos já viram, ele está no site do Ministério da Justiça. Eu esqueci de colocar ali o link, mas depois nós mandamos o link para vocês, já foi compartilhado também onde estão todos os relatórios. Dito isso, está aberta para uma rodada de contribuições. E depois, só lembrando, quem quiser se posicionar a respeito daquele campo das vítimas, que é um campo que nós temos que fechar porque ele está em aberto. Aléxia, Ju, Flávia.

**O Sr. Aléxia Meurer (NETP-RS)** – Para mim, a minha dificuldade foi justamente nesse item dos casos. Até lancei algumas, mesmo lendo o guia, lancei algumas perguntas para o pessoal no grupo, no WhatsApp, conversei com a Ariane, porque aquela velha questão, assim, nós consideramos que quantidade total de casos aquilo que eu suponho que é tráfico, por que qual o momento que eu vou ter certeza que esse é um caso de tráfico de pessoas? Quando ele já está lá no Judiciário? Quando terminou a investigação policial? Ou é o caso que chega até mim o pedido de ajuda, a situação que eu identifico e vejo como um caso? Isso para mim, é claro, com as nossas conversas todas acabei mais ou menos organizando para mim de uma forma, mas eu não sei se é claro para todo mundo. Lá no Rio Grande do Sul, nós temos uma parceria muito grande com a Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas, mas aí tem que ter um cuidado porque eu recebo muito caso de pessoa desaparecida que não tem nenhum outro elemento que me leve a pensar que possa ser um caso de tráfico de pessoas, está lá registrado, nós damos o encaminhamento, até porque eu estou dentro da Secretaria de Segurança Pública, encaminho para a polícia, acompanho, mas eu sei que aquele não é um caso de tráfico de pessoas, mas ele passou pelo Núcleo pela questão da... Me faltou a palavra. Enfim, vocês entenderam. A questão da migração é a mesma coisa, chegou um grupo de imigrantes na rodoviária, vieram de Santa Catarina, com uma história meio estranha, acho que são vítimas do tráfico de pessoas, nós vamos, conversamos, não é, encaminha, acompanha o caso daqueles imigrantes em situação regular, é um caso de tráfico de pessoas? Pois é, eu ia dizer, não computei. Então, para mim essa foi a grande dúvida, assim, se é claro para todo mundo, porque pelo menos para a nossa experiência ainda nós não temos nenhum caso, por exemplo, que já esteja no Judiciário, alguns, claro, com a investigação policial, que já dá essa indicação, mas tem outros que têm fortes elementos que ao tudo indica é caso de tráfico, então, acabei considerando. E essa questão do número total de vítimas, eu confesso que eu acho que eu coloquei o do semestre, e com o teu questionamento me parece, talvez, que seria interessante o total de vítimas do semestre e da existência toda, que eu botei nas minhas anotações da existência e do semestre, então, eu acho que talvez pudesse separar os dois, não sei, porque nós temos casos.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Colocar outra coluna?

**O Sr. Aléxia Meurer (NETP-RS)** – É, porque a quantidade total de casos é a quantidade total de sempre. Aí o que está em andamento, o que foi encerrado, a quantidade de casos do semestre, que pode não ser a mesma quantidade de vítima. Eu acho que poderia ter da vítima das duas situações, como tem de casos, sei lá, a minha sugestão. E aí, claro, poder ouvir um pouco de vocês o que é um caso de tráfico de pessoas para cada um, assim, quando apareceu aquele número de vítimas também eu digo, eu estou atrasada mesmo, porque eu achei enorme o número, mas enfim, muito provavelmente seja e eu queria entender o que é, talvez eu esteja deixando passar alguma coisa.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Mas, pode ter casos ali também que eram de pessoas que colocam geral, que o Núcleo atende desde da época... Por isso que eu acho que não é do semestre, eu acho que teve Núcleos ou Postos que colocaram desde o início da existência.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – O que foi pactuado, retomando a memória, foi que nós iríamos fazer o preenchimento com base em dados do semestre. Foi isso que nós pactuamos na Bahia, e as discussões rolaram no WhatsApp, rolaram no e-mail, mas eu me lembro que nós pactuamos isso, até por conta desse questionamento que foi feito sobre, por exemplo, tinha gente que não estava estruturada, tinha gente que não estava... Então, o que daria mais visibilidade sob o ponto de vista estrutural? Falar dos casos e do que nós fizemos, sem antes tendo com muita clareza como ia ser contabilizado e como nós podíamos registrar, ou falar de casos que seriam de casos, na medida, o primeiro semestre de 2014 onde todos os Núcleos, seja de uma maneira, abre aspas, adequada ou não, utilizaram o formulário, utilizaram uma metodologia, utilizaram, o fluxo, então, a ideia de ter colocado o primeiro semestre de 2014 foi para dizer assim, nós já temos o acúmulo de diretrizes que, minimamente, pelo menos neste primeiro período do ano, nós poderíamos estar dando com um pouco mais de segurança a essa referência. Então, partindo dessa premissa, a exemplo, São Paulo utilizou critério apenas e tão somente casos registrados no primeiro semestre. Aí uma coisa que é interessante: como eu defino o que é vítima de tráfico ou não, primeiro, e segundo, no caso de São Paulo, como eu contabilizo isso, então, não é só o conceito, mas é a quantidade, como eu contabilizo, o quanto e como. São Paulo, na Secretaria, nós

criamos uma metodologia, aquilo que nos chega é caso, nos chega e bate à nossa porta literalmente, e aquilo que nos é informado, então, não é que batem à nossa porta, mas nós temos seja porque os nossos parceiros nos replicam informações, nos mandam cópia de ações, de boletins de ocorrência, de fichas de atendimento de Conselho Tutelar, de Creas, de atendimento de refugiados, Cáritas, enfim, tem muita gente que replica a informação para o Núcleo de São Paulo, e nós transformamos essa informação em um procedimento, que seguindo aquele nosso protocolo de encaminhamento de casos, ele vira um caso, então, eu contabilizo casos aqui a partir, no semestre, do que eu atendi, bateu à minha porta, ou daquilo que me mandaram e que aconteceu, naquele semestre. Quantidade de vítimas, como que eu identifico, então, como é e quanto é? O princípio que nós utilizamos é o princípio da autoridade competente, declarando a situação de tráfico de pessoas, ou a nossa identificação como situação de possível tráfico de pessoas. Não é possível nós declararmos com certeza, nós temos o indício de tráfico de pessoas, salvo o trânsito em julgado na última instância e recorrível e tal dizendo, ninguém pode dizer hoje, nem o STJ, nem o STF, se não transitar em julgado, que aquilo é tráfico de pessoas, se nós formos seguir a lógica restrita da lei, mas nós utilizamos também o bom-senso, então, você tem um atendimento local, você tem um psicólogo, você tem a própria pessoa se declarando na sua história. Então, o caso é identificado em quantidade, e as vítimas são identificadas em quantidade também através do que nós atendemos, com base no critério do que nós identificamos do problema e também com base naquilo que as autoridades públicas acabam nos identificando. Então, nós recebemos, por exemplo, um relatório do Crea dizendo “Essas pessoas foram vítimas de tráfico”, ou “Existe um indício de que essas pessoas são vítimas de tráfico”, tem uma declaração de uma entidade que cuida de pessoas. Ou se eu identifico um relatório de atendimento de trabalhadores dizendo: “X número de trabalhadores foram resgatados, eram vítimas de tráfico de pessoas e estavam em situação de exploração de trabalho”, eu não vou dizer que aquela declaração da autoridade é uma declaração falaciosa, até porque a declaração dela bate com todas as provas, porque nós lemos. Outra coisa, nós lemos, em São Paulo, o conteúdo daquilo que nós recebemos, até porque às vezes nós recebemos uma coisa que está escrito que não é caso de tráfico, e ficar claríssimo pela oitiva da pessoa que é caso de tráfico, e vice-versa. Então, a contabilidade passa tanto por uma questão de análise quantitativa, mas de análise qualitativa. Sugestão que eu sugeriria é de que quem sabe nós pensarmos nos relatórios mesmo a partir do período em que eles estão sendo elaborados. Então, o

segundo semestre de 2014 são casos do período, então, julho a dezembro de 2014 é julho a dezembro de 2014, não é julho de 2012, salvo se nós possamos identificar aí, não em um relatório semestral, mas aí em um relatório que fosse de um histórico da vida, de tudo, da existência, os números totais. Eu acho que fica didático se nós formos pensar nos relatórios semestrais e identificar dados semestrais. É didático para quem, para mim? Não, é didático para quem quer conhecer a política da Rede de Núcleos e Postos, eu acho que fica didático porque é relatório semestral, não é isso que está escrito? Aí a pessoa vai abrir e vai ter os dados do semestre, fica didático. Com relação à capacitação, eu acho que sugeriria que... Esse manual aqui de preenchimento é bem legal, tem muita gente nova que tem que conhecer esse manual aqui do preenchimento do relatório, é tudo o que você sempre quis saber sobre como preenchimento do relatório e tinha vergonha de perguntar, então, isso aqui é bacana, vale a pena dar uma lida, ajudou para caramba, é superbacana. Então, eu acho que a questão da capacitação sob o ponto de vista do que nós podemos organizar é legal, a pergunta da sociedade civil sobre como as capacitações estão sendo feitas, eu queria jogar aqui uma reflexão para todo mundo, todo mundo que trabalha com órgão de poder público ou com representante de sociedade civil sabe que as pessoas têm, seja por competência normativa, seja por ideologia, filosofia, religião, enfim, formas e linguagens de lidar com a questão do tráfico de pessoas. Eu acho que essa questão é uma questão importante para nós pensarmos, que nós não temos como padronizar uma linguagem de capacitação sobre tráfico de pessoas. Isso seria de uma imposição tão, para mim, na minha opinião, porque eu acredito na democracia na pluralidade, inclusive daquilo que eu mais odeio, democracia é isso, é pluralidade de nós vivermos até mesmo com aquilo que nós odiamos, porque nós não podemos destruir aquilo que nós odiamos, e também não podemos enaltecer tudo que nós amamos, a democracia é a capacidade de tudo viver em harmonia. Então, assim, veio essa fala no Conatrap, amanhã nós conversamos com mais calma, mas vamos tentar identificar no nosso relatório como as nossas capacitações são feitas para mostrar o quanto nós seguimos, apesar de não serem usadas as matrizes do MJ por aqueles que não são da nossa rede, o quanto nós quando participamos dessas capacitações, como participantes ou não, direta ou indiretamente, nós nos utilizamos desses conceitos da matriz, porque senão fica parecendo que nós não temos aqui um diálogo uníssono, cada um fala um negócio, é só nesse sentido.



**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Só a questão da matriz, é porque também ficou explícito que a maioria não usa no relatório. Então, só assim, para avaliar mesmo se essa informação é essa mesma que está no relatório ou não. E lógico, a matriz não é uma ideia engessada, mas ela te dá uma linha para alguém que queira fazer uma capacitação ter minimamente como se desenvolve alguns conceitos e como se desenvolve o trabalho e debate em torno do tráfico. Flávia, depois Ebenezer.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Helô, no nosso relatório nós fizemos uma observação no item sobre o quadro de casos, lá na letra “I” “Outros: quais?”, ali nós destacamos casos sem indícios de tráfico de pessoas. E aí eu acho que isso nós deveríamos, de alguma forma, deixar esse campo também já um pouco mais claro, porque aí nós já temos casos com violações de direitos. Na verdade, em Minas, nós trabalhamos com uma metodologia que é a seguinte, tudo que chega é caso, igual a Juliana traz, mas é onde nós temos um diagnóstico da situação desse caso, e aí no nosso caso nós dividimos em alguns itens. Às vezes, a Rede me manda um caso, mas que sequer teve violação de direito correlata a tráfico, por exemplo. Às vezes, a Rede está confusa, é uma situação às vezes de exploração sexual infantil específica.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – E tudo isso contabilizou como tráfico.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – E isso estava lá como caso. Mas, isso precisa ficar claro, porque senão na estatística final, 1.024 casos, se é uma Rede de tráfico de pessoas que está dizendo isso, parece que é 1.024 em situação de tráfico de pessoas.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – São atendimentos. Lá são 340 atendimentos, colocou casos. São casos?

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Casos.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Não, são atendimentos, e 1.400 vítimas. Que essa é a informação...

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Isso. E aí parece que é vítima de tráfico. Então, a sugestão, como que nós estamos trabalhando? Nós separamos vítimas de violações de direito correlatas ou não a tráfico de pessoas. Porque pode ter, então, situação encaminhada que ela é vítima de violação de direito, mas que ela não tem nada a ver com tráfico de pessoas, ou às vezes eu recebi para orientação, um caso chega pedindo orientação ou manifestação sobre orientação de rede, então, nós dividimos assim.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Mas, ele não entraria como vítima, só como atendimento.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Não entraria como vítima, mas ele entraria como caso. Então, nós trabalhamos com a ausência de violação correlata, violação correlata a ser averiguada, violação correlata em averiguação, em averiguação e confirmada, ou averiguadas e não confirmadas, uma metodologia interna nossa. Mas, para preencher depois o formulário nacional como que nós dividimos? Deixamos na observação, caso os outros estados não tenham lido o de todo mundo, então, nós colocamos da seguinte forma, total, no nosso caso, de casos totais, 43, total de vítimas, 341, e fizemos uma observação: “Os casos contabilizados como sem indícios de tráfico de pessoas são aqueles nos quais durante ou após o seu acompanhamento verificou-se a inexistência de indício de tráfico de pessoas apesar da presença de violação de direito. Então, o número de vítimas totais, 341, refere-se àquela contabilizada pelo Núcleo como possível vítima de tráfico de pessoas durante o acompanhamento do caso, então, o número pode sofrer modificação no decorrer do acompanhamento do mesmo tendo em vista os trâmites de averiguação da situação do tráfico de pessoas em cada caso, o que poderá levar tais vítimas a serem incluídas nos casos sem indício de tráfico de pessoas”. Porque às vezes chega para mim assim, mas daí a seis meses, oito meses, um ano depois que a Polícia Federal consegue fazer toda a investigação, toda a averiguação, deixou de ser, eu o retiro da estatística e volto e categorizo de outra forma. Então, eu acho que esse

3470 é um ponto que nós precisamos alinhar na Rede, como que nós vamos trabalhar a  
3471 questão do que nós estamos entendendo de violação de direito correlata a tráfico, então,  
3472 com indício, e eu acho que essa Rede em expertise para minimamente dizer do que  
3473 chega para ela como que ela identifica isso, e depois como que nós fazemos com o  
3474 remanejo de casos, porque se for pegar uma série histórica para quem depois trabalha  
3475 com esse tipo de registro e pesquisa, esses números podem variar. Por que lá, então,  
3476 Minas, naquele primeiro semestre dá um número X, depois aquilo não passa a ser X –  
3477 Y? Porque pode ser que aquele menos é o que a Rede depois, de repressão, por  
3478 exemplo, identifica que não era mais, e aí nós temos que ver como que nacionalmente  
3479 nós vamos alinhar esse conceito e trazer isso para dentro do quadro.

3480  
3481 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
3482 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Ebenezer, depois a Graça.

3483  
3484 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Só retomar uma coisa  
3485 aqui que a Juliana falou, apesar de ser um relatório semestral, eu também lembro que  
3486 nós falamos o seguinte: nesse primeiro relatório nós vamos tentar trazer todos os dados  
3487 que nós tenhamos até então, e tentar, por exemplo, casos arquivados ou encerrados,  
3488 tentar colocar nesse primeiro relatório todos os nossos casos, a partir de então, do  
3489 segundo, nós vamos trabalhar com casos do semestre. Eu lembro que nós tivemos uma  
3490 discussão e pactuamos isso, até porque era isso, era um esforço, o que for possível de  
3491 resgatar de outros semestres vocês tragam e coloquem nesse primeiro relatório para nós  
3492 sabermos, e aí depois, a partir de então, já tem um primeiro lá registrado, não precisa  
3493 fazer esse exercício novamente. Então, nesse caso, nós fizemos esse esforço, e acredito  
3494 que outros estados fizeram também, não sei, mas era para fazer mesmo, para pensar em  
3495 todos os casos anteriores. Acho que essa discussão de vítimas, eu acho que vai precisar  
3496 se debruçar mesmo em cima disso, porque primeiro tem esse elemento que a Juliana  
3497 falou, nós não podemos, até o transitado em julgado, nós não podemos dizer que é um  
3498 caso de tráfico de pessoas. Para além disso, nós temos um problema do transitado em  
3499 julgado, está muito mais relacionado aos códigos penais existentes, que são muito mais  
3500 restritos ao que nós trabalhamos de fato. Quando o cara coloca lá Art. 149 ele não está  
3501 nem pensando em tráfico de pessoas, mas é um correlato superimportante ou mais  
3502 importante em relação ao tráfico. Então, não vai estar transitado em julgado o tráfico de  
3503 pessoas com o Art. 149, e mesmo o Art. 149 nós não temos quase decisão transitada em

3504 julgada para ninguém. Então, assim, nós temos um problema aí, porque ninguém nesse  
3505 país é condenado por trabalho escravo, criminalmente quicá empresas, então,  
3506 pessoalmente ninguém é condenado. Então, assim, nós nem temos esse número  
3507 estabelecido de maneira formal e legal, então, o que nós temos é sempre indícios, ou no  
3508 caso do trabalho escravo, outros órgãos que administrativamente fazem o seu  
3509 julgamento, vamos dizer assim, fazem a sua autuação, no caso do Ministério do  
3510 Trabalho e Emprego, que vai lá e diz é um caso de trabalho escravo, você vai ter que  
3511 pagar os direitos trabalhistas, então, você contabiliza como casos, 45.000 pessoas foram  
3512 resgatadas no Brasil de trabalho escravo, é um número oficial e que dessas ninguém foi  
3513 condenado praticamente. Então, nós temos um problema aí, primeiro é isso, quer dizer,  
3514 que vítima é essa, é uma vítima de tráfico, mas que vítima de tráfico? Eu concordo com  
3515 esse caminho do indício, eu acho que mais importante para nós é pensar indícios de  
3516 casos de tráfico de pessoas, indícios de vítimas do tráfico de pessoas, e aí nós, por ser  
3517 indício, nós podemos fazer uma leitura do Protocolo de Palermo, que é mais amplo, nós  
3518 utilizamos isso como a nossa normativa e dizemos: “De acordo com o Protocolo de  
3519 Palermo os indícios desse caso é um indício de caso de tráfico de pessoas para fim de  
3520 exploração laboral”. Acho que isso precisa ficar claro, mais claro nesse nosso relatório,  
3521 até porque realmente foi bom vocês não soltarem o número porque no final das contas  
3522 ninguém está preocupado com aquela observação que Minas Gerais vai fazer, aqueles  
3523 três parágrafos explicando o que é, a vítima não tem, ele vai querer saber que são 340  
3524 casos de tráfico de pessoas em Minas Gerais, e todo mundo vai soltar esse número em  
3525 todos os lugares, e depois você não consegue mais pegar. Então, por exemplo, aquele  
3526 exercício que vocês fizeram com aquela consultoria de ir lá aos tribunais e ver os casos,  
3527 os artigos correlatos, aquilo ali está dado, e aquele número fica oficial, e todo mundo  
3528 divulga aquilo, e aquilo tem como facilmente comprovação. Nesse caso não, nós  
3529 perdemos o controle disso. Então, eu acho que nós precisamos fazer um exercício nesse  
3530 sentido de tornar isso mais claro aqui, que são vítimas, que são indícios, que não são  
3531 vítimas de tráfico *ipsis litteris*, porque nós não conseguimos chegar a essa  
3532 especificidade. Eu acho que nós já discutimos bastante, em vários momentos, conceitos  
3533 de tráfico de pessoas aqui na nossa rede, de diversas maneiras, concordo que nós temos  
3534 essa capacidade hoje de dizer: “Esse caso tem indício por esse e esse elemento”, já  
3535 trabalhamos legislação, uma série de coisas, então, eu acho que essa é um exercício. Eu  
3536 não sei se é um exercício para essa reunião, se é para a próxima reunião, para pensar no  
3537 próximo relatório, se é por e-mail, não sei, mas eu acho que vai ter uma reunião antes

3538 para o próximo relatório? É verdade, é agora, tem que fechar agora. Acho que a  
3539 principal contribuição é essa, dar um tempo para nós podermos discutir isso mais.

3540

3541 **A Sra. Graça Gadelha (Instituto Aliança)** - Boa-tarde a todos e todas. Agradecer aqui  
3542 a gentileza aqui de vocês. Dizer de que lugar eu estou falando agora, nós integramos o  
3543 Conatrap pela representação do Instituto Aliança, e compomos a Comissão Permanente  
3544 de Fortalecimento e Articulação, que faz uma interface muito grande com o trabalho de  
3545 vocês, de Núcleos e Postos. Uma das definições que tivemos, por ocasião da última  
3546 reunião do Conatrap, da segunda, é que nós deveríamos designar um conselheiro para  
3547 participar dessa reunião. Submetemos essa proposta aqui à Coordenação, e fomos muito  
3548 bem acolhidos, razão pela qual nós estamos aqui fazendo esse acompanhamento, muito  
3549 mais observando do que propriamente tentando já trazer algumas colocações. E já de  
3550 antemão, coloco para vocês que em relação a algumas questões que aqui foram  
3551 pontuadas, já nos trouxeram algumas reflexões, alguma necessidade de maior  
3552 aprofundamento. Então, eu continuarei na posição de observadora, farei um relatório  
3553 para a Comissão Permanente que repassarei aqui para o grupo. E dizer para vocês que  
3554 independentemente da minha condição de conselheira pela minha militância na área da  
3555 infância e da adolescência, gostaria muito de poder também contribuir com essa  
3556 discussão, sobretudo no campo desse formulário do atendimento, que me pareceu  
3557 alguma questão que talvez merecesse uma melhor reconsideração em algumas falas que  
3558 aqui tive a oportunidade de acompanhar. Estou fazendo essas observações, continuarei  
3559 com elas, e compartilharei com o grupo em uma perspectiva de poder contribuir, de  
3560 enriquecer esse trabalho que para mim é da maior importância, esse trabalho de vocês lá  
3561 nos estados, nas cidades, pela possibilidade que nós possamos ter de trabalhar isso de  
3562 forma conjunta. Eu acho que esse é o grande objetivo, o Conatrap como instância de  
3563 definição dessa política com certeza dará também as suas contribuições do ponto de  
3564 vista das diretrizes mais gerais no campo dessas falas que aqui foram colocadas, tanto  
3565 do ponto de vista da questão do atendimento, como também essa preocupação que  
3566 vocês estão tendo aí em relação aos dados. Eu lembro que dado referencia política, sem  
3567 eles, definitivamente, nós não vamos alcançar resultados sustentáveis do ponto de vista  
3568 da formulação da política, principalmente no campo do tráfico de pessoas. Lembra um  
3569 pouco o texto da Clarice Lispector, que diz que nós não somos um número, e dentro  
3570 dessa perspectiva eu acho que nós podemos contribuir muito para melhorar e aprimorar

3571 os instrumentais que aqui estão sendo colocados. Vale a pena essa discussão de casos e  
3572 vítimas, vamos continuar com ela. Obrigada.

3573

3574 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
3575 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Mais alguém? Ariane.

3576

3577 **A Sra. Ariane** – Olá a todos e todas, que eu não tinha visto. Só mais uma  
3578 complementação, Helô, em relação ao que nós discutimos, é que na primeira coluna,  
3579 quanto à modalidade, nós precisamos, eu queria só destacar que nós conversamos um  
3580 pouco ontem, porque no caso de Minas sugeriram incluir o item da letra B, “Exploração  
3581 laboral da prostituição”, e o formulário não consta esse item. Então, eu queria só  
3582 lembrar, porque é um ponto para ser dialogado.

3583

3584 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Ótimo, Ariane. Aqui, na  
3585 verdade, até a sugestão ela veio a partir de uma preocupação que nós também temos em  
3586 Minas, e que nós temos trazido muito para a Rede, qual que é a leitura e a harmonização  
3587 da nossa leitura sobre esse fenômeno. E aí o que muitas vezes nós percebemos, assim, o  
3588 que pode acontecer de confusão é da questão relacionada à prostituição ou da migração  
3589 das prostitutas especialmente, ser entendido como modalidade de exploração sexual em  
3590 função dos problemas que nós já sabemos do Art. 231 e Art. 231-A. Então, eu não sei se  
3591 caberia talvez, o ideal é que fosse exploração laboral, e que todo mundo entendesse que  
3592 o problema da prostituição é um problema... No formulário, exato, é porque tem “Da  
3593 prostituição”, tem na letra B. O ideal seria que todos nós conseguíssemos estar  
3594 alinhados e entendêssemos que o problema da prostituição é um problema de  
3595 exploração laboral como de qualquer outro trabalhador. Mas, como a preocupação era  
3596 dessa não leitura, ou será que estava ou não alinhada a isso, veio, então, essa sugestão,  
3597 mas o que pode ser resolvido talvez com uma nota ou com uma orientação, com um  
3598 alinhamento aqui, então, conceitual, um alinhamento da Rede de Núcleos e Postos de  
3599 que nós estamos falando, então, de problemas de exploração laboral, como nós  
3600 falaríamos da exploração laboral relacionada ao trabalhador na construção civil e em  
3601 outros contextos de trabalho. Mas, como isso parece que não é claro, não sei nem em  
3602 que ponto se é consenso, então, por isso que nós tínhamos pedido a inclusão do item, e  
3603 aí eu acho que é importante que a Rede esteja alinhada também.

3604

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Ontem, que eu tinha conversado com a Ariane, a questão de ele aparecer no relatório é que ele não está no formulário. E dentro do formulário, eu sei que é uma questão que Minas Gerais já vem colocando várias vezes em relação ao formulário, de incluir a exploração laboral da prostituição, sendo que nós entendemos que ele entraria dentro de exploração sexual, eu lembro que a Flávia já fez várias vezes a defesa da diferença entre exploração sexual e exploração laboral da prostituição. Aqui nós temos esse impasse, não está no formulário, não foi uma discussão refeita com toda a Rede. No comentário do formulário. Foi na reunião de encontro de especialistas que se colocou.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Encontro de especialistas. Isso, isso mesmo.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Mas, tem que alinhar o que está no formulário com o que está no relatório, não dá para ficar desalinhado, porque senão essa informação não vai ter como registrar no relatório se ela não aparece no formulário.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Inclusive, eu fiquei me perguntando por que não foi para o formulário, ou se é por que ele não teve oposição no encontro de especialistas e não entrou depois na revisão.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Também não teve consenso. No encontro de especialistas não fechou, não. Está no relatório da Verônica dos Anjos que esse ponto ainda estava em suspenso, que ainda não tinha tido um alinhamento, por isso que ele não entrou no formulário final, e aí foi um pedido de Minas para entrar no relatório, mas nós temos que chegar a um ponto porque não dá para ficar os dois documentos descompassados. Gera, e aí isso impacta na informação.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu não acompanhei. Porque assim, pelo que consta do manual aqui sobre o preenchimento... Vamos distinguir as coisas, uma coisa é o formulário, que era o que nós estávamos falando, outra coisa é o relatório,

que é o que nós estamos falando agora. Então, do relatório, nesse documento aqui que é do preenchimento do relatório, no item 6, “Monitoramento de casos”, subitem 6.1, está lá o item A “Exploração sexual”, e está lá o item D “Exploração laboral da prostituição”. Eu pediria que a Flávia me explicasse melhor a colocação. Por que, por exemplo, como que nós preenchemos o nosso em São Paulo? Colocamos duas modalidades distintas, que era exploração sexual, e nós colocamos uma anotação, como uma nota de rodapé “Os casos envolvem adolescentes, mas elas foram encontradas junto com adultas, e os dados de adultos estão demonstrados no item abaixo”, que é o item D “Exploração laboral da prostituição. Fizemos uma distinção clara entre exploração sexual e exploração laboral da prostituição. Então, o que eu queria entender, e nós seguimos isso aqui, esse documento aqui, então, eu queria que a Flávia explicasse, porque eu realmente não entendi.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É isso mesmo, Ju. Mas, a perspectiva é essa. A questão é que no nosso reformulário de caso, esse, então, da consultoria da Ariane aqui, ele tem essa previsão, mas no nosso formulário de atendimento não tem, e aí como no formulário de atendimento... Agora, se vocês pegarem nas orientações o item exploração sexual, está escrito aqui no registro na página... Não está numerada.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Desculpa. Vamos falar do formulário, que era o item que nós estávamos falando antes.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Anteriormente. Nas apresentações do documento feita na reunião técnica de encontro de especialistas. Depois disso a quarta página, tem um item aqui “Exploração sexual”. Esse mesmo seu aí, só que a parte de texto de orientação.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Parte de conteúdo, inicial, Juliana. Bem no início aqui, quando explica, contextualiza o formulário.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Metodologia de elaboração, é isso?



3673 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Vai para frente aí, que eu não sei  
3674 quantas páginas são.

3675

3676 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Considerações?

3677

3678 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Isso, considerações. Três páginas  
3679 depois disso. Aí começa assim: “Tempo que durou a experiência?”, aí embaixo  
3680 “Exploração sexual”, aqui tem uma síntese um pouco do que nós debatemos nesse  
3681 encontro de especialista, só que não foi consenso. E aí qual é o problema? Se nós não  
3682 colocamos no nosso formulário... Esse é um dos pontos de dúvidas, por isso que eu pedi  
3683 a retomada do GT, porque nós precisamos de alinhar essas questões. Se nós não  
3684 registramos no nosso formulário de atendimento que nós temos uma compreensão,  
3685 então, de que exploração sexual é diferente de exploração laboral quando envolve a  
3686 prostituição, o risco é nós termos parte aqui talvez da Rede jogando preenchimento de  
3687 casos de exploração de prostituição como se fosse exploração sexual. Ou nós alinhamos  
3688 isso talvez com uma nota técnica como uma questão de conceito, e aí fica, então, a  
3689 questão de conceito para os dois formulários que quando for exploração da prostituição  
3690 em decorrência da atividade de trabalho da prostituição, então, que nós coloquemos isso  
3691 em uma categoria de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral, essa prostituta  
3692 como um trabalhador da construção civil está sendo explorado nas suas condições de  
3693 trabalho, diferente das situações de exploração sexual forçada, que não tem nada a ver  
3694 com a prática da prostituição livre, autônoma, quando ela é assim. Talvez nós podemos  
3695 resolver isso como uma questão de alinhamento de conceito, e na hora de preencher  
3696 marca o item correto lá, alinhar os dois instrumentos, não dá para ficar um de um jeito e  
3697 o outro de outro.

3698

3699 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Mas, aí eu retomo ao texto. Quem  
3700 puder pega o formulário de atendimento, abre no item 29, que é C “Tráfico de pessoas”.  
3701 O formulário, galera, o item C “Tráfico de pessoas”. Olha lá na tela, que é onde repousa  
3702 a questão da definição para nós. Então, está escrito lá, você vai identificar cidade, onde  
3703 foi de origem, depois ocupação, quando recrutado, se é trabalho formal, informal, se era  
3704 estudante “Se trabalho formal ou informal quando recrutado, marque qual a atividade  
3705 exercida”. Aqui houve a questão de identificação de profissional do sexo.

3706

3707 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Isso. Agora, lá na finalidade,  
3708 essa mesma questão, vai lá para o penúltimo quadro “Finalidade”, ele não tem, ou você  
3709 marca exploração sexual ou você coloca que é uma condição de trabalho análoga  
3710 escravidão, entendeu agora?

3711

3712 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Perfeito. Desculpa, eu não tinha  
3713 pegado isso, a finalidade. Está certo.

3714

3715 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É, a finalidade final, tem que  
3716 ficar claro. Nós estamos entendendo que uma prostituta explorada laboralmente é  
3717 trabalho escravo e não exploração sexual, a Rede inteira entende isso e registra isso, ou  
3718 não?

3719

3720 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Isso é importante. Então, só para  
3721 responder, São Paulo entende que sim, existe uma... É que para nós é tão claro, mas está  
3722 certo o que você está colocando, Flávia. Desculpa, eu não tinha entendido. Então, está  
3723 certo mesmo. No nosso, a Ariane foi perita, cuidadosa em desdobrar, quando nós  
3724 fizemos o relatório, em distinguir exploração sexual de exploração laboral da  
3725 prostituição. Mas, quando nós vamos pensar no formulário, que é o critério que nós  
3726 adotamos para identificar finalidade, ela está falha mesmo, você tem toda a razão, nós  
3727 precisamos melhorar. Talvez uma simples nota, talvez uma nota de modificação desse  
3728 item “Finalidade” no nosso formulário, só isso, talvez só isso.

3729

3730 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É só  
3731 o seguinte, essa não é uma discussão simples, isso não é um debate que nós achamos  
3732 que vai se encerrar aqui. Existem algumas questões, e aí eu quero trazer um acúmulo do  
3733 que vem acontecendo no nosso diálogo enquanto tripartite para ajudar. Porque assim, no  
3734 Brasil o termo exploração sexual está muito bem cunhado pela política de proteção da  
3735 infância para se referir à proteção da infância e adolescência. A grande questão é que o  
3736 termo exploração sexual sob o manto da convenção significa toda a forma de violação  
3737 do direito da dignidade sexual contra mulheres, crianças e adolescentes, portanto, a  
3738 expressão que vem dada na convenção, portanto, se internaliza para o nosso contexto  
3739 nacional, ela abarca tudo, a prostituição forçada, a mulher não prostituta em situação de  
3740 tráfico e criança e adolescente. Então, até aqui esse termo exploração sexual, conforme

está dado na política, é um termo que abarca as três situações que não se confunde em hipótese alguma com a prostituição autônoma, o que lamentavelmente a nossa legislação de forma inadequada, porque é inadequada inclusive em relação à convenção internacional, fazer essa mistura ao não colocar o termo “Exploração da prostituição”. Então, eu acho que essas questões conceituais eu acho que são muito importantes que nós sempre fiquemos o tempo inteiro retomando elas. Hoje 231, 231-A trazem um grande equívoco ao não colocarem a palavra “Exploração da prostituição”, porque qualquer forma que hoje a política não admite de exploração é quando essa prostituição é forçada, portanto alguém obtém vantagens financeiras sobre essa prostituição forçada não autônoma. Agora, o conceito “Exploração sexual” para fins da política nacional engloba as três situações, por mais que nós tenhamos muita clareza no bojo da política nacional dado em especial pela Secretaria de Direitos Humanos, que o conceito, somente o conceito exploração sexual, sem ser tráfico para fins de exploração sexual, inclui tão somente situações de exploração de crianças e adolescentes. Eu não sei se vocês sabem, mas em 2011, a SPM chegou a construir um documento muito interessante, que ajuda um pouco a desmistificar algumas questões em relação à política de gênero, porque eu acho que é muito importante nós sempre termos, todo o tempo, recupere a discussão de política de gênero para dentro da política de tráfico. Então, quando nós usamos a expressão “Tráfico para fins de exploração sexual” nós estamos falando do conceito do tráfico, e ele, portanto, engloba estas situações, e isso foi uma grande argumentação para dentro da tripartite sobre em que medidas não poderia gerar um problema para a rede da infância, mas ao mesmo tempo para a rede de mulher é uma forma de exploração da dignidade sexual da mulher. Então, isso também precisa ser considerado e precisa ser debatido, portanto, há essa diferenciação, exploração sexual somente isolada, criança e adolescente, tráfico para fins de exploração sexual e aí nós seguimos o que vem da política nacional, engloba as demais situações. Então, assim, eu não sei o quanto nós separarmos, e aí é o que eu quero ponderar para a Rede agora. Aqui nós separamos o caso da prostituição forçada, nós deixamos de englobar nesse aspecto um grupo, e a mulher que não é prostituta e sofre uma exploração sexual pelo tráfico de pessoas? Então, eu não sei... Mas, aí eu não estou reduzindo a exploração sexual à criança e adolescente? Por que eu estou separando a prostituta explorada da mulher que não é prostituta? Dúvida.

3774 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Vou fazer uma provocação nessa  
3775 pergunta da Fernanda. A sua pergunta é perfeita. Porque é o seguinte, se eu pego e boto  
3776 adulta, Juliana não é prostituta, Juliana pode ser explorada sexualmente, leia-se, eu  
3777 posso ser colocada em um prostíbulo, e lá obrigada a praticar sexo de maneira forçada  
3778 para que alguém lucre com isso? Sim. Juliana é prostituta, Juliana pode ir para qualquer  
3779 lugar e entrar em um prostíbulo para trabalhar e ser obrigada a trabalhar nos termos que  
3780 ela não quer, e ser explorada como prostituta? Sim. Aí são duas situações muito  
3781 distintas, mas ela tem uma raiz única, que quem defende sob o ponto de vista do direito  
3782 da prostituta, do direito da profissional do sexo, ela tem uma raiz que une essas duas  
3783 distintas situações. Seja qual for a condição dessa mulher ela foi explorada e merece sim  
3784 ser reconhecida na exploração com direito à indenização. Quando eu faço uma distinção  
3785 e não reconheço a raiz única da exploração dessa situação como exploração laboral,  
3786 porque eu posso não ser prostituta, só que está catalogado pelo Ministério do Trabalho e  
3787 Emprego a atividade profissional de profissional do sexo. Se eu sou explorada ali eu  
3788 tenho direito a ter os meus direitos todos reconhecidos, inclusive o direito de... Aí tem  
3789 discussões outras de natureza trabalhista, mas sob o ponto de vista de indenizações, por  
3790 exemplo, essas mulheres, ainda que não prostitutas, será que elas não têm o mesmo  
3791 direito de receber uma indenização? Então, assim, essa discussão, Fernanda, você tem  
3792 toda razão, é muito profunda, muito complexa. Nós temos dois momentos que talvez  
3793 tenhamos que fazer nessa rede, uma que é como vou registrar o dado. Nós temos que  
3794 simplificar essa conversa, porque os relatórios do segundo semestre estão aí. Outra  
3795 coisa é a continuidade na nossa Rede de debate de direitos, porque por exemplo, quando  
3796 eu digo assim, reconheçam o direito da mulher como profissional do sexo, o que vocês  
3797 fazer? Vocês vão dar uma carteira de trabalho para ela e botar lá prostituta? Será que ela  
3798 vai querer isso na carteira de trabalho dela? É uma pergunta que eu já ouvi gente  
3799 respondendo que não, e era prostituta. Então, assim, essa discussão é mais complexa,  
3800 mas eu acho que nós temos... Desculpa, eu estou falando isso que é para nós separarmos  
3801 o joio do trigo. Vamos fazer essa discussão na nossa rede? Ok, mas vamos pensar  
3802 objetivamente como vamos preencher o relatório com esses dados importantes, para nós  
3803 não nos perdermos na discussão, só isso.

3804

3805 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Então, Ju, eu vou tentar  
3806 responder seus dois pontos, e pegando esse gancho seu, Fernanda. Eu acho que, então,  
3807 tem que ficar claro para a Rede o conceito de tráfico de pessoas para fins de exploração

sexual, Então, quando nós temos situações de crianças exploradas sexualmente, mulheres forçadas às práticas de prostituição, forçadas, então, com ganhos financeiros e tudo o mais desse exercício, e a situação em que também eu posso ter inclusive a prostituta sendo explorada, forçada sexualmente. Então, nós precisamos de entender qual a natureza do caso, como que nós vamos fazer esse tipo de registro. Mas que fique claro também para a Rede que eu posso ter a prostituta sendo explorada laboralmente, e aí eu acho que esse é que pega, porque foge, então, da questão da exploração sexual, do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, e entra uma outra modalidade além dessas três que você explicou bem, Fernanda, que é a questão de como que aquela prática da prostituição pode ser explorada laboralmente. O ideal seria se nós inclusive conseguíssemos entender que ela, então, é profissional, que ela está lá na CBO, e que da mesma forma, então, que um pedreiro está sendo explorado laboralmente, eu estou entendendo que aquela prostituta também está, e vim aqui marcar inclusive essa opção. Agora, um outro ponto é, queria também deixar de sugestão para essa Rede, eu acho que, nós em Minas temos uma especialista nessa agenda, que é a Letícia Barreto, que é a gerente do programa, e sugiro também que nós façamos esse debate da prostituição na Rede, talvez uma capacitação, um espaço de ampla discussão sobre esse fenômeno, e aí sugiro o nome inclusive da Letícia e de outros especialistas que nós já temos de referência.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ – Flávia,** aí eu queria só trazer eu acho que algumas ponderações, porque esse talvez seja um debate até para nós aproveitarmos para levar para o comitê nacional. Nós estamos tratando de questões conceituais profundas de fundo sobre as quais o Brasil já se debruçou no momento lá atrás, vem produzindo alguns avanços importantes, e aí eu vou dizer um exemplo de um avanço importante, é o que entra no novo marco da lei geral. A lei geral já passa a garantir o direito de indenização trabalhista para fins de exploração sexual e do trabalho. Agora, qual é a grande questão? Nós temos convenções internacionais, e a OIT já considera recentemente o trabalho forçado da prostituição como uma das formas atuais de trabalho forçado. No conceito brasileiro, trabalho forçado está dentro do conceito do trabalho escravo, portanto, há uma discussão conceitual feita pelo mundo do trabalho de que a prostituição forçada é uma forma de trabalho forçado, e portanto está dentro do conceito de trabalho escravo, portanto, tem todas as garantias que o estado brasileiro tem que assegurar para fins de reparação em

3842 função do trabalho escravo, porque no Brasil escravo inclui o forçado, que na  
3843 perspectiva atual da OIT inclui toda a discussão da prostituição forçada, da prostituição  
3844 não autônoma. Agora, para fins da política nacional, nós temos que recuperar a memória  
3845 da nossa política. Esse tema entra pela perspectiva da exploração sexual, agora, esse  
3846 processo de aproximação dos dois temas é um movimento mais recente, e ele é um  
3847 movimento mais recente porque mais recentemente nós estamos percebendo os  
3848 movimentos migratórios que estão gerando a exploração laboral no Brasil. Então, eu  
3849 acho que é da natureza da evolução do debate que em algum momento nós possamos  
3850 revisitar os conceitos. Então, neste momento, à luz da política nacional, esse é um tema  
3851 da exploração sexual. Isso não impede, e é muito bonito ver o que já vem acontecendo  
3852 no nosso país hoje, que muitas vezes a equipe da inspeção do trabalho, o Ministério do  
3853 Trabalho, já enxerguem nessa situação de exploração da prostituição uma condição de  
3854 exploração laboral, uma condição de trabalho degradante, e muitas vezes uma  
3855 caracterização do conceito do trabalho escravo. Então, o que nós temos? Nós temos uma  
3856 virada na nossa conjuntura, uma mudança de entendimento, e é natural que esses  
3857 conflitos conceituais e que nós estamos avançando, eles surjam na nossa mesa, na nossa  
3858 arena de debate, isso não significa que nem o conceito A, nem o conceito B estão  
3859 equivocados, isso significa que nesse momento nós temos um cenário em que o  
3860 conceito está se amadurecendo porque as duas políticas estão se aproximando. Na  
3861 medida em que nós temos uma aproximação das duas políticas nós temos o referencial  
3862 por detrás dessas duas políticas, também se colocando em um momento de serem  
3863 coformatados, de serem, portanto, consolidados enquanto numa nova perspectiva e um  
3864 novo conceito. A nova lei que está vindo, e nós esperamos que venha até o final do ano,  
3865 vamos lá, Arnaldo Jordy que nos ajude, enfim, ela vai ajudar um pouco ainda mais  
3866 nesse processo de aproximação, agora, esse processo de aproximação, isso que vocês  
3867 estão trazendo ele vai exigir que nós possamos nos reposicionar sobre a política,  
3868 continuaremos enxergando a condição da prostituição forçada como uma condição da  
3869 exploração laboral ou da exploração sexual? E eu acho que esse gancho não está dado  
3870 ainda, é um momento que demanda maior aprofundamento, e eu acho que às vezes nós  
3871 temos que fazer ele em uma perspectiva referenciada também na pessoa em situação de  
3872 atendimento. Talvez esse não vai ser um processo de definição muito claro dado se nós  
3873 não respeitamos a autonomia daquele que está lá em um processo de atendimento,  
3874 porque ela pode entender que ela estava em uma condição laboral. Não sei, eu estou

3875 fazendo agora uma grande especulação, porque eu acho que esse processo só está  
3876 começando.

3877

3878 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Vou na sua linha, então, e que é  
3879 isso. E quando não é forçada, e eu estou lá, sou puta, estou lá trabalhando, mas estou  
3880 sendo violada nas minhas práticas trabalhistas daquela atividade, a Rede, então, registra  
3881 onde? Entendeu?

3882

3883 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Mas,  
3884 aí tem uma grande questão, essa não é uma profissão regulamentada, aí é um grande  
3885 outro debate, um grande outro desafio. Então, assim, para saber o que é a condição  
3886 adequada, eu tenho que ter uma mínima regulamentação, eu só tenho uma classificação  
3887 ainda. É um grande desafio, e eu não sei...

3888

3889 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Mas isso é difícil, Fernanda,  
3890 porque se nós formos nessa lógica nós só vamos fazer o 231 e o 231-A. Então, o que  
3891 nós estamos fazendo em Minas? Eu vou pegar a experiência mineira, nós estamos  
3892 relacionando com o 206 e o 149, 206, 207 e o 149 para prática também quando for da  
3893 livre prostituição com a violação trabalhista dela, essa é a harmonização que nós  
3894 conseguimos, inclusive, levar para o próprio MTE. Então, nós vamos registrar...

3895

3896 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Isso  
3897 está vindo, por exemplo, da inspeção do trabalho.

3898

3899 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É, exatamente, justamente por  
3900 isso, essa harmonização inclusive nacional. Então, Minas vai aparecer estatística lá na  
3901 exploração laboral, ainda que eu também tenha casos sim diferentes, outra natureza, na  
3902 sexual. Mas, aí Minas só vai registrar isso?

3903

3904 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Nesse  
3905 momento é isso que eu quero trazer, esse debate não está acumulado. Seguindo a  
3906 política, na política está caracterizado como exploração sexual, nós estamos em um  
3907 momento de mudanças. Mas, aí a livre prostituição não é tráfico, prostituição autônoma  
3908 não é tráfico de pessoas, equívoco do 231 e do 231-A.

3909

3910 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Mas, quando ela é explorada  
3911 laboralmente, ela foi aliciada e está em situação, por exemplo, de condições de trabalho  
3912 degradante. A nossa política não menciona, na verdade, deixa fora esse item.

3913

3914 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É  
3915 porque é sempre bom ler o documento da política com todos os textos que  
3916 referenciaram aquele momento, e naquele momento, para se ter a noção, o conceito de  
3917 turismo sexual entrava dentro do conceito de exploração sexual. Então, nós precisamos  
3918 um pouco reler não só o texto seco da política que trata como exploração sexual, mas  
3919 tem o livrinho que recupera toda a discussão e o debate com os textos que  
3920 fundamentaram, e naquele momento nós tínhamos até o termo do turismo sexual  
3921 aparecendo dentro desse debate. Então, assim, faz parte oito anos depois, dois ciclos de  
3922 gestão de políticas públicas depois, nós nos vemos em um novo cenário. Como  
3923 aprofundar esse diálogo, como aprofundar esse debate? Seguimos à luz da política?  
3924 Pedimos uma revisitação desse debate na política? Nós podemos começar a revisar  
3925 esse debate na política, um novo marco regulatório, enfim, a nova lei geral vai nos  
3926 solicitar essa reflexão. A provocação que eu fiz é que eu acho que é importante também  
3927 o escutar da pessoa em situação, porque pode ser que ela se encontre enxergando que  
3928 ela estava em uma perspectiva laboral, e portanto se sentiu... É que esse seja um debate  
3929 centrado na perspectiva da vítima, da pessoa, porque ela pode se sentir explorada em  
3930 uma condição sexual ou explorada em uma condição de trabalho, então, eu acho que  
3931 isso também tem que estar no nosso horizonte de diálogo. Então, assim, eu acho que  
3932 esse conceito nos mobiliza o tempo inteiro, ele nos provoca o tempo inteiro, e ele é um  
3933 conceito em construção. A clareza dada na política é que nós não podemos misturar a  
3934 questão da prostituição autônoma, a clareza que vem da política no momento da sua  
3935 formulação, e que isso é uma violação da dignidade sexual, até porque oito anos atrás a  
3936 prostituição estava entrando no catálogo brasileiro, então, assim, ela sequer um tema  
3937 reconhecido pelo estado. Neste momento a guinada já é distinta, o mundo do trabalho já  
3938 está avançando nesse diálogo, a inspeção do trabalho brasileiro, junto com o Ministério  
3939 Público, já está avançando nesse diálogo, e nós podemos eventualmente provocar que  
3940 essa rediscussão venha para a mesa de novo, por que não? Pedir eventualmente que o  
3941 comitê nacional estabeleça alguma diretriz para clarear se é exploração da prostituição e  
3942 está dada por algum contexto ou por outro, nós podemos levar essa devolutiva para o



comitê diante dessa conjuntura, oito anos depois o debate mudou, nós estamos em um outro lugar, a conjuntura do país é outra, como que nós avançamos a partir dessa perspectiva?

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Miguel. E depois da Juliana nós encerramos.

**O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Boa-tarde. Só para trazer mais uma questão a esse debate da prostituição, que eu acho que é importante, eu acho que cabe também para nós coletarmos dados, são das mulheres que vão para fora por livre e espontânea vontade, entram nessa situação de querer esse tipo de profissão e tudo o mais, e quando são pegas pela polícia se autodeclaram exploradas. Eu acho que isso é uma coisa muito importante para nós discutirmos, porque isso mascara uma coisa que nós não estamos visualizando, se autodeclaram exploradas porque são totalmente violentadas pela polícia local. Então, como que nós vamos trabalhar isso? Como que nós apontamos isso no relatório para poder trabalhar com as polícias também? A polícia do Rio de Janeiro, por exemplo, tem um histórico muito grande de demonizar a prostituição, não é considerado. Eu sei que é uma discussão recente, mas não é considerado como um trabalho decente que pode ser, não se separa a exploração sexual da questão do livre exercício profissional. E como é que nós vamos trabalhar isso com as polícias também? Eu acho que é um dado importante para nós conseguirmos construir a política para trabalhar com as polícias, com a parte repressiva. Era só isso. Obrigado.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Olha, como complexo é esse assunto. Eu vou puxar mais uma memória, eu estou hoje toda cheia de memórias, lembranças tão pequenas de todos nós. (*Risos!*) E aí eu vou apresentar dois encaminhamentos para, quem sabe, nós analisarmos. Espanha, viagem da Rede de Núcleos e Postos, julho de 2012, cidade na Espanha, nós fomos para a região da Junta da Galícia, quem estava lá? Valdir estava lá? Quem estava lá desta Rede, levanta a mão quem se recorde? Juliana, São Paulo, Ceará, nós três. Vocês vão lembrar, eu tenho isso gravado, tenho mesmo. Teve uma reunião com a sociedade civil, dentro da reunião tinha uma pesquisadora da Universidade Vigo, daí nessa reunião ela chegou e falou assim: “Existe uma situação de brasileiras que vêm para cá que não são prostitutas. Nós começamos a entrevistar essas mulheres, elas vieram para cá”, algumas eram no caso de

chamado Cariocas, era um caso que a Polícia Federal interferiu, mulher do Mato Grosso, Goiás e Rio de Janeiro, e Carioca porque tinha gente do Rio de Janeiro, nós achamos que era só do Rio, mas eram desses três estados. “Algumas mulheres vêm para cá e não são prostitutas, mas elas vêm para cá e elas afirmam assim: ‘Estou cansada de apanhar do meu marido, cansada da vida que eu vivia, vim migrar para cá, e aí decidi ser prostituta aqui, e aí na verdade quando eu entrei nessa nova atividade laboral eu me tornei uma escrava do sexo’”, olha só como é difícil nós definirmos esses casos e identificar se é prostituição laboral, se a pessoa já era uma profissional do sexo ou se não era. Então, assim, sigamos na melhoria das compreensões dos temas. E aí eu tenho dois encaminhamentos para tentar nós, quem sabe, colocarmos. O primeiro é aqui de registrar para a nossa rede uma adequação do formulário, é o que está em tela aí para vocês, da finalidade, adequar o formulário à perspectiva do que deve ser feito no relatório. No relatório já está clara a diferença entre exploração sexual e exploração laboral da prostituição, e aí, portanto, eu tenho nessa proposta de adequação dois encaminhamentos. O primeiro é, nós podemos fazer inclusão nessa finalidade do item exploração laboral da prostituição, é uma proposta, ou utilizar aquele espaço escrito “Outros, quais?”, e fazer uma anotação identificando que aqui nesse “Outros, quais?” nós entraríamos com o item exploração laboral da prostituição. Eu estou propondo esse encaminhamento, por quê? Porque esse relatório e esse formulário são iniciativas para instruir o trabalho da nossa Rede, então, nós podemos decidir por fazer isso agora? Podemos. O Conatrap pode liberar sob o seu ponto de vista no âmbito mais macro, mas a nossa Rede delibera sobre o que ela pode trabalhar, como ela pode se orientar. Então, o que eu jogaria talvez para vocês era talvez, se vocês aceitassem, nós pensarmos nisso, nós harmonizaríamos o formulário e harmonizaríamos o relatório já pensando para esse próximo relatório nisso, é só para nós podermos fechar alguma coisa concreta desse debate todo aqui. É isso.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Ju, eu só acho um ponto que a Fernanda colocou aqui, da política nacional, eu acho que tem que amadurecer o conceito. Talvez eu acho que a Rede, que eu não sei se agora seria esse momento de tomar essa decisão, nós temos sim que alinhar o formulário ao relatório, só que eu não sei se chegar à conclusão agora de discussão aprofundada, nós vamos manter a exploração laboral da prostituição e passamos isso em formulário ou encaixar em outros, porque esse outros, imagina, o

4011 dado vai pulverizar demais, para nós levarmos isso depois para o relatório semestral vai  
4012 ficar muito... Vai desfazer. E hoje nós já temos um conceito, que está dentro da  
4013 exploração sexual. Talvez outro encaminhamento, a partir desses dois, seria de nós  
4014 levarmos para a próxima reunião técnica a discussão desse conceito, eu acho que é um  
4015 ponto, em paralelo com o comitê nacional, de nós acumularmos, que eu acho também  
4016 que se nós vamos modificar um documento, apresentar em um relatório semestral, nós  
4017 temos que ter esse acúmulo, ter clareza da linha do conceito que nós estamos seguindo.  
4018 Então, você propôs os dois encaminhamentos, a Rede sim é autônoma para fazer essa  
4019 decisão, e eu coloco outro encaminhamento também de na próxima reunião técnica de  
4020 nós trazermos essa discussão, e aí fazer a discussão em torno disso, e não como um item  
4021 de um formulário de um relatório, e levar essa discussão para o Conatrap, e aí manteria,  
4022 então, alinhado o relatório semestral junto com o formulário “Exploração sexual”, e aí  
4023 entraria o caso da exploração da prostituição, entraria dessa forma. Mas, aí não entraria  
4024 exploração laboral da prostituição, nesse momento até nós acumularmos, ficaria igual  
4025 está o formulário, “Exploração sexual, servidão por dívida, assim, e na próxima reunião  
4026 técnica nós faríamos um momento para discussão desse tema, assim como no Conatrap.

4027

4028 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ –** Eu  
4029 estou fazendo uma especulação, que eu acho que o debate referenciado na perspectiva  
4030 da pessoa é que pode ser uma especulação, porque esse não é um debate simples, e aí  
4031 conceitualmente nós estamos ainda no marco de oito anos atrás, e na conjuntura atual  
4032 nós já temos outra perspectiva que está em consolidação, que não está consolidada,  
4033 então, se ela diz que é exploração laboral é laboral, ponto.

4034

4035 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4036 **Pessoas do Ministério da Justiça) –** A questão só que eu acho que nós não vamos  
4037 conseguir avançar no conceito a partir dos dois documentos, nós precisamos de um  
4038 momento para ter isso mais tranquilo na rede e discutir isso também com o Comitê para  
4039 avaliar.

4040

4041 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** Helô, eu tenho uma  
4042 dúvida. Tentando compreender essa complexidade e a dificuldade de nós chegarmos a  
4043 um consenso. Como é que entrou no relatório a exploração laboral da prostituição? Isso  
4044 que eu não entendi. Como é que entrou aqui?

4045

4046 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4047 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Foi um pedido de Minas.

4048

4049 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Foi um pedido de Minas Gerais.

4050

4051 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – É uma dúvida, eu estou  
4052 realmente tentando (*Ininteligível*).

4053

4054 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Foi um pedido de Minas Gerais.

4055

4056 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Quer dizer, ele entrou  
4057 aqui, mas ele não estava aqui, não é isso? A minha sugestão é a seguinte, eu sei que eu  
4058 vou desagradar metade da torcida, a minha sugestão é a seguinte, ou nós incluímos no  
4059 formulário e nós dissemos que não é possível porque nós precisamos fazer a discussão,  
4060 ou nós excluimos, então, do relatório.

4061

4062 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4063 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – É isso. Esse é o ponto, Ebenezer, é chegar qual  
4064 que é o ponto.

4065

4066 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Ou uma coisa ou outra.  
4067 Ou nós incluímos no formulário, ou exclui do outro.

4068

4069 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4070 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Ou inclui um, ou retira, esse é o ponto.

4071

4072 **A Sra. Ariane** – Deixa só eu dar uma sugestão técnica, que aí se eu entrar em conteúdo  
4073 eu vou ser parcialmente. Mas, só para lembrar, Ebenezer, toda e qualquer alteração  
4074 que eu fiz dentro, tanto para o manual do guia, quanto para o relatório, foi embasada nas  
4075 demandas da Rede, e a Coordenação validou tudo aquilo que foi demandado. Então,  
4076 dizendo tecnicamente de onde veio.

4077

4078 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Não, claro. É uma  
4079 dúvida realmente. Quando eu fui preencher o relatório eu não me dei conta desse  
4080 debate, e provavelmente não devo ter preenchido nada nesse ponto, e aí agora que isso  
4081 apareceu que me chamou a atenção de como é que entrou aqui e no outro não tinha  
4082 entrado.

4083

4084 **A Sra. Ariane** – Aí só para também, tecnicamente, acho que é importante, eu acho que  
4085 a sugestão da Heloísa acho que é a mais, vamos dizer assim, no momento para produção  
4086 de dado, que é o que o relatório vai fazer, ela é a mais racional. Não quer dizer que o  
4087 debate precisa ser priorizado, que me parece ter sido, então, o encaminhamento. Então,  
4088 o que eu sugiro também tecnicamente para o relatório, porque quando nós vamos  
4089 preencher um documento nós tendemos a preencher aquilo que nós achamos que é  
4090 dentro dos pontos que estão ali, então, precisa ter talvez, Helô, eu acho que isso também  
4091 está no formulário, tem uma explicação sobre cada uma dessas letras, precisa ter um  
4092 alinhamento sobre onde cada um vai preencher os dados que constam, os dados aqui no  
4093 relatório, conforme consta na orientação do formulário. Então, todo mundo, na hora de  
4094 preencher, precisa, talvez nós montamos aqui uma nota no guia, acho relativamente  
4095 interessante fazer um copia e cola, e colocar aqui para que todos preencham igualmente  
4096 a informação coletada das pessoas atendidas vítimas etc., só para não criar depois uma  
4097 confusão mesmo: “Eu preenchi exploração sexual porque eu achei isso”, “Eu preenchi  
4098 trabalho em condição análoga de escravo porque eu achei aquilo”, então, colocar uma  
4099 nota orientadora dentro do manual para facilitar no momento do manuseio, enfim, a  
4100 compreensão e o alinhamento de toda a Rede. Só isso.

4101

4102 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4103 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada, Ariane. Podemos, então, encaminhar  
4104 dessa forma de levar essa discussão para a próxima reunião técnica e no Conatrap?  
4105 Então, são três opções, é isso que nós temos?

4106

4107 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Tem  
4108 duas coisas aqui. Uma coisa é, o debate precisa ser aprofundado, diretrizes mais claras  
4109 precisam ser dadas. Vamos pedir que o Conatrap e a Rede sigam nessa discussão?

4110

4111 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Sim.

4112

4113 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ – Esse é**  
4114 **o encaminhamento. A Rede entende que esse é um encaminhamento válido, está**  
4115 **esclarecido, podemos entender que esse é o encaminhamento que entra para a**  
4116 **agenda. Conceitualmente precisamos aprofundar a perspectiva da política, o**  
4117 **Conatrap e Rede seguem fazendo isso. Encaminhamento dois, e aí tem uma**  
4118 **perspectiva que se atrela ou não. Se atrelamos que o instrumento formulário**  
4119 **reflete o instrumento relatório, temos que tomar uma decisão, certo? Se**  
4120 **entendemos que um não reflete o outro, não há que se tomar decisão, segue tudo**  
4121 **tal como está. Agora, até aqui todo o esforço é de que haja um alinhamento para**  
4122 **que no final o relatório reflita como nós registramos, não é isso? Então, posso**  
4123 **entender que há uma clareza de que um vai refletir o outro e que todos estão**  
4124 **concordando que um vai refletir o outro? Está todo mundo esclarecido, formulário**  
4125 **igual a relatório. Agora entra um terceiro momento, o que contém o formulário**  
4126 **igual a relatório, se nós separamos ou não separamos neste momento, este é o**  
4127 **ponto central, e aí nós temos duas propostas na mesa, uma proposta que é: retira-**  
4128 **se o tema exploração laboral da prostituição se no processo do atendimento neste**  
4129 **momento é uma pista, é um indicativo, a pessoa entende que estava em uma**  
4130 **condição laboral de trabalho, registra-se como trabalho em condição análoga de**  
4131 **escravo. Uma outra perspectiva é mantém-se separado, ou se ela entende que é**  
4132 **uma exploração da dignidade sexual, registra-se como exploração sexual, é uma**  
4133 **perspectiva centrada na leitura que a pessoa em atendimento realiza da sua**  
4134 **situação, é como ela se vê no seu processo e na sua história, então, é olhando para o**  
4135 **indivíduo que está em processo de atendimento. Então, assim, é uma opção neste**  
4136 **momento até que a leitura possa se aprofundar à luz do que o Conatrap e a Rede**  
4137 **irão debater no futuro, é uma linha. Uma segunda linha é: pega-se a exploração**  
4138 **laboral da prostituição e neste momento leva ela para o formulário. Está claro**  
4139 **quais são os dois debates que estão postos na mesa?**

4140

4141 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) – Questão de ordem. Nesse item três**  
4142 **eu entendi de outra forma, eu queria esclarecimento da Mesa, e manifeste-se Flávia, que**  
4143 **colocou essa questão em debate. Minha dúvida é: aceita a premissa de que o relatório**  
4144 **implica no formulário e vice-versa?**

4145

4146 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Sim.

4147

4148 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Aceita essa premissa? Eu coloco  
4149 primeiro.

4150

4151 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Ju, sim.

4152

4153 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Então, partindo dessa premissa, está  
4154 posta. Partindo dessa premissa, não é sim, eu já sei que é sim. E sendo o relatório uma  
4155 análise mais amadurecida da nossa rede, que foi quando formulado na última reunião  
4156 identificado sim uma distinção entre exploração sexual e exploração laboral, o  
4157 formulário foi feito há um ano atrás, o relatório foi feito há seis meses atrás. Então  
4158 existe uma maturidade dessa rede, que reconhece que existe uma distinção entre  
4159 exploração sexual e exploração laboral, esta premissa ainda não está fechada, mas eu  
4160 vou partir dela como segunda premissa para pedir que nós analisemos a seguinte  
4161 votação: mantenhamos no nosso relatório a distinção entre uma coisa e outra e façamos  
4162 a inclusão no formulário também desta distinção, como iniciativa de (*Ininteligível*).

4163

4164 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Você  
4165 está encaminhando ou é uma questão de ordem? Porque a Mesa se perdeu agora  
4166 totalmente.

4167

4168 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – É uma questão de ordem para se  
4169 colocar para votação desse item três. Eu acho que a discussão passa por aí, então, assim,  
4170 eu entendi que a votação do item três seria nesse sentido de nós colocarmos, mantermos  
4171 no relatório a distinção, e incluindo no formulário também a distinção, isto foi o que eu  
4172 entendi. Então, a minha pergunta é para a Mesa e para a Rede, se é isso que nós vamos  
4173 votar mesmo ou não?

4174

4175 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Eu queria fazer a  
4176 observação do seguinte, eu entendo o argumento da Flávia, mas eu queria um  
4177 entendimento melhor no seguinte sentido, e aí você pode esclarecer e isso pode ser sua  
4178 defesa desse ponto. Nós entendendo, acho que a Fernanda fez uma boa colocação ali,  
4179 nós colocamos quando a prostituta se enxerga em uma condição de explorada

laboralmente, nós vamos classificar como trabalho condicionado como escravo, se ela se entende como violada do ponto de vista da sexualidade vai ser apontado como exploração sexual. A minha pergunta é: e aí é realmente de entendimento, há realmente a relevância de nós fazermos essa distinção de dois tipos de exploração laboral, quer dizer, uma da prostituição e toda a outra para trabalho escravo para todas as outras categorias, ou nós não podemos ter esse entendimento da condição análoga escravo para qualquer categoria, incluindo o da prostituição, e aí eu colocaria aqui. Isso, ela se entende não como sexual mas sim como trabalho, então, é trabalho, trabalho condicionado a escravo. Há essa necessidade, ou nós podemos ser contemplados por esse entendimento?

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)**– Eu acho que aqui quando Minas traz isso nós estamos fazendo inclusive uma afirmação para um debate que tem, claro, o interesse de uma afirmação até política disso, de que nós estamos, então, nesse movimento, que nós estamos nesse amadurecimento, que nós não podemos confundir 231 e 231-A, que é um problema, nós sabemos, mas eu vou repetir isso porque nós temos gente nova na Rede, mas que aquele artigo é um problema e ali fala prostituição, e isso tem sido alvo, de forma inclusive pertinente, de críticas dos movimentos relacionados inclusive à questão das prostitutas, é um problema aquele artigo. E aí, então, se nós já viemos amadurecendo esse debate na Rede cabe, então, nós deixarmos, ou deixa separado para que fique explícito, inclusive um posicionamento explícito, porque isso aqui está lá inclusive no site do MJ de como que nós entendemos, ou que isso venha também como orientação na hora desse preenchimento que fique explícito, que nós estamos entendendo que existe possibilidade de registro da condição de exploração laboral da prostituição, que é possível essa existência. Exemplo, nós tivemos um caso lá em Contagem de três travestis que vieram de Pernambuco, se não me engano acho que foi Pernambuco mesmo esse caso, e as meninas estavam em situação de cárcere privado e tudo o mais, e o próprio delegado colocou no boletim, no *(Ininteligível)* que foi feito de que ali era uma condição de exploração laboral da prática da prostituição delas, que não era... O 149, 206 e 149, que saíram de Pernambuco com uma promessa, uma promessa de dançarinas na boate, mas chegou lá elas, na verdade, eram mantidas em cárcere privado, que ao sair na noite para práticas relacionadas à prostituição, que elas eram revistadas quando voltavam, revistavam a bolsa, revistavam todo o corpo, revistavam as partes íntimas para saber se não estavam escondendo



4214 dinheiro do cafetão no caso ali. Então, se entendeu que havia um combinado de  
4215 trabalho, um contrato de trabalho ainda que não registrado, mas averbado, e que aquele  
4216 contrato trabalhista foi violado, então, isso é importante. E olha a sensibilidade de um  
4217 delegado, que nunca conversou conosco lá em Minas, não recebeu capacitação nossa,  
4218 mas superalinhado, atento para a questão da exploração laboral, e isso saiu inclusive na  
4219 imprensa lá em Minas. Então, isso é importante, esse debate, e se nós não fazemos esse  
4220 movimento, aí eu vou muito no que a Ju está trazendo, assim, eu acho que essa Rede  
4221 também tem, esse instrumento é um instrumento que diz da nossa atuação e foi criada a  
4222 partir da realidade da nossa atuação, nós temos, então, autonomia e legitimidade  
4223 enquanto esse grupo para também sinalizar isso nos nossos instrumentos, e aí eu acho  
4224 que é pertinente sim. Agora, Ebenezer, com toda sinceridade, ou alinha os dois e aí  
4225 trazendo isso aqui para o nosso registro de formulário de atendimento, ou que isso  
4226 também fique claro no manual de preenchimento, mas eu acho que isso não pode fugir  
4227 do registro em algum momento do nosso instrumento. E mais do que isso, eu acho que  
4228 aí um segundo passo, que é o que a Helô está trazendo, que nós promovamos um debate  
4229 profundo para esta Rede, porque aí nós precisamos em um próximo encontro talvez,  
4230 mas nós não podemos esperar mais seis meses para poder avançar nisso.

4231

4232 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ – Duas**  
4233 **questões, que eu acho que às vezes dá para tentar extrair um consenso. O que eu estou**  
4234 **entendendo é que tem uma questão que é de demarcar uma posição, quer dizer, nós**  
4235 **temos clareza sobre isso, estamos avançando nessa compreensão, estamos pedindo que**  
4236 **isso entre no marco legal, e na ponta atuamos assim. Essa demarcação pode vir de**  
4237 **distintas formas, uma sugestão que o Ebenezer está dando é, atenda, perceba, e nós**  
4238 **registramos isso lá na alteração do manual, o manual vai esclarecer se ela está se**  
4239 **entendendo em uma situação de um ou em uma situação de outro, e aí a partir do**  
4240 **manual isso vem esclarecido. Só porque é o seguinte, deixa eu concluir só rapidinho**  
4241 **Flávia. Eu entendo que essa questão da demarcação ela pode existir agora nessa reunião,**  
4242 **amanhã nós vamos ter momentos de balanço, nós vamos ter momentos de**  
4243 **entendimentos, hoje à tarde vamos ter momentos de definições de caso. É o formulário**  
4244 **o instrumento para isso neste momento? É essa a pergunta que eu devolvo um pouco,**  
4245 **porque eu acho que nós temos condições de seguir demarcando, nós já viemos fazendo**  
4246 **isso desde o momento em que nós começamos lá nos *workshops* de legislação a dizer**  
4247 **que nós tínhamos que atrelar, a dizer que isso tinha que ter reparação, indenização,**

4248 inclusive seguro-desemprego. Então, assim, esse debate está sendo acumulado  
4249 claramente pela Rede. Neste momento eu só não tenho certeza, e aí é uma dúvida  
4250 mesmo, o quanto na ponta isso está claro para cada um de nós. Eu tenho clareza que  
4251 Minas está acumulado, mas eu não tenho certeza e eu não fui capaz de ouvir, por quê?  
4252 Porque em Minas a aproximação do debate do trabalho escravo com o debate do tráfico,  
4253 como em São Paulo, como no Pará, como no Rio de Janeiro, de alguma forma acontece  
4254 pela característica do órgão, agora isso não necessariamente é a realidade para todo o  
4255 resto da Rede. Então, eu não sei o quanto a Rede acumulou nesse debate, que pela  
4256 primeira vez nós estamos trazendo aqui, isso veio enquanto uma sugestão no formulário  
4257 que não foi debatido. Então, assim, vamos considerar que tem uma maturidade natural  
4258 do diálogo, nós já viemos acumulando nesse sentido, nós estamos acumulando na  
4259 necessidade de aproximação das duas políticas, precisamos demarcar que  
4260 conceitualmente esse é um ponto relevante, agora, é um formulário para isso? De  
4261 repente nós não podemos fazer essa demarcação amanhã no momento dos desafios, do  
4262 legado, da perspectiva? É uma questão. E deixar que no formulário isso seja a partir do  
4263 olhar da pessoa que está no atendimento, com toda a característica no manual? Isso seria  
4264 uma proposta de consenso? É uma questão que a Mesa está trazendo. Se não há  
4265 consenso, nós voltamos em uma votação. Eu estou tentando ver se é possível  
4266 encaminhar por consenso de que o tema vá para o manual, o atendimento e o registro se  
4267 deem conforme o processo do atendimento, e nós consigamos demarcar o texto, esse  
4268 tema amanhã, e aí eu já pediria que no exercício que nós vamos fazer à tarde esse tema  
4269 apareça, que conceitualmente nós também registremos os avanços de entendimento da  
4270 Rede. Então, não há um consenso? Então, a Mesa retira a proposta, e seguimos a  
4271 discussão.

4272

4273 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** - É porque agora quando você estava falando eu  
4274 fiquei pensando, assim, se nós não colocamos no formulário agora eu acho que fica  
4275 mais difícil para nós percebermos a clareza de cada um dos lugares, aí cada um vai ter o  
4276 seu entendimento. Não sei, agora quando você falou, eu disse, acho que justamente por  
4277 isso talvez nesse momento nós precisemos colocar. Ebenezer, a sua pergunta para a  
4278 Flávia para mim é sempre presente também, nós discutimos muito isso no Rio Grande  
4279 do Sul também, e é muito comum as pessoas perguntarem isso, mas por que distinguir  
4280 uma das explorações? E aí, claro, vem por todo movimento, por todo o caminho que já é  
4281 feito nessa questão da prostituição no Brasil, de ser reconhecido de fato como uma

profissão. Talvez daqui um tempo essa Rede possa entender que não precise mais essa distinção no relatório e no formulário, não sei, me parece agora, mas eu acho que para o momento que nós estamos me parece que é mais adequado que nós pudéssemos manter no relatório e incluir no formulário.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ –** Então, a Mesa retira a ideia de consenso. Eu vou perguntar agora, nós temos duas propostas na Mesa, saber se alguém ainda sustenta. Uma proposta é, mantém-se a ideia da exploração laboral da prostituição no relatório, e leva ela para o formulário, é uma proposta número um. Eu estou entendendo que já há algum acúmulo do debate. E uma proposta número dois é: retira o tema da exploração laboral do relatório, leva-o para o guia, à luz do debate que nós fizemos, não precisa ficar fundamentando mais. Alguém sustenta alguma das propostas, ou pelo que eu percebo já há algum consenso? Alguém gostaria de sustentar a proposta A, mantém-se nos dois? A proposta B, alguém mantém, de levar isto para o manual? Retira do relatório e vai para o manual a explicação, alguém mantém essa proposta? Então, nós já temos um consenso. Então, vamos lá, vamos levar, não tinha um consenso até há pouco, o consenso está se formando agora. A exploração laboral da prostituição, portanto, permanece no relatório e passa a compor o formulário de coleta de dados, correto? Independentemente disso nós vamos pedir uma atualização de perspectiva, que é a diretriz da política nacional, se prostituição forçada é um tema da exploração sexual ou da exploração laboral, e isso é um debate que vai ocorrer no âmbito das duas instâncias, de preferência conjuntamente, e esse é um bom diálogo que vai ficar para 2015, e aí isso um dos nossos desafios.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Mas, não é a forçada, Fernanda. Mas, cuidado, porque não é a forçada, é a exploração laboral da prostituição.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ –** Não, porque assim, dentro da Convenção da OIT de trabalho forçado é o tema da exploração forçada, que entra dentro do conceito de trabalho escravo.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Mas, tem um documento da OIT que ele distingue isso também, colocando a questão da exploração laboral da prostituição, diferenciando da condição da exploração forçada. Nós lemos esse

4316 documento, tem o documento até em inglês da OIT, há pouco tempo que nós tivemos  
4317 acesso a ele para ler, e aí posso mandar depois para vocês também. Exatamente, Graça.

4318

4319 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ – É**  
4320 **porque assim, é isso, eu estou falando à luz da convenção de trabalho forçado, eu não**  
4321 **estou falando de violação da condição e do ambiente de trabalho não, condição do**  
4322 **trabalho forçado. Então, ponto superado? Eu acho que tivemos um avanço de debate**  
4323 **muito importante. (Palmas!) Eu não sei como estão se sentindo, mas eu acho que esse é**  
4324 **um ponto que merece uma bela salva de palmas.**

4325

4326 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4327 **Pessoas do Ministério da Justiça) – Só para finalizar antes do *cooffe break*, o**  
4328 **Ebenezer lembrou bem a questão das vítimas. Então, nós podemos colocar dois campos**  
4329 **de vítimas, um de vítimas e possíveis vítimas de tráfico de pessoas, e outras vítimas de**  
4330 **violações de direitos correlatos à ETP, que entraria as outras? Seriam casos do semestre.**

4331

4332 **A Sra. Ariane – Então, assim, então é por semestre?**

4333

4334 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4335 **Pessoas do Ministério da Justiça) – Por semestre, isso aí já está de acordo, são vítimas**  
4336 **do semestre.**

4337

4338 **A Sra. Ariane – Quantidade de casos.**

4339

4340 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4341 **Pessoas do Ministério da Justiça) – Não seriam vítimas ou possíveis vítimas, e aquela**  
4342 **questão de violação de direitos correlatos? Então, coloca vítimas de tráfico de pessoas**  
4343 **no último semestre, vítimas.**

4344

4345 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) – Eu acho que é um problema**  
4346 **colocar só vítima, nós estamos misturando o trigo com o joio, igual você falou, Ju, nós**  
4347 **estamos colocando tudo dentro do mesmo pacote. E aí colocar que o Brasil tem 1.034**  
4348 **vítimas de tráfico de pessoas, quando ali dentro, por exemplo, tem dados de Minas que**

4349 nem todos são vítimas, nós estamos fazendo um falso registro de divulgação do dado,  
4350 então, eu acho que nós precisamos clarear a estatística.

4351

4352 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Concordo com você, não vou me  
4353 desdizer aqui, mas coloco uma situação. A questão de violação de direitos, pessoas  
4354 atendidas... Eu acho que da forma...

4355

4356 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4357 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Aqui está o total de vítimas.

4358

4359 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Mas, parece que é  
4360 vítima de tráfico de pessoas.

4361

4362 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4363 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Então, o total de pessoas atendidas. E no semestre.

4364

4365 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – No semestre.

4366

4367 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4368 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Total de pessoas atendidas no semestre.

4369

4370 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Eu acho que nem  
4371 precisa escrever no semestre, porque realmente o relatório ele é semestral.

4372

4373 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4374 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Não, é porque realmente isso não tinha ficado  
4375 claro no primeiro, então, agora já alinhar que é o total de pessoas atendidas, e no guia  
4376 nós atualizamos que é do semestre. **E só para finalizar essa seção, temos dois pontos**  
4377 **para decidir da entrega do segundo relatório semestral, tem duas propostas. Uma**  
4378 **se nós ainda quisermos publicar este ano uma data provável para a entrega do**  
4379 **segundo relatório, seria no dia 15 de dezembro, mas aí ficaria com a ausência de**  
4380 **dados de 15 a 30 de dezembro, mas nos publicaríamos até o final do ano, ou para 5**  
4381 **de janeiro, e nós fechamos o mês de dezembro inteiro, são as duas propostas.**

**Janeiro, 5 de janeiro? Preferem? Então, nós circulamos o e-mail, mas nós fechamos, então, a entrega do segundo relatório semestral em 5 de janeiro.**

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Helô, volta aí. Só uma sugestão. Porque nós estamos colocando o total de pessoas atendidas, então, uma sugestão é que no glossário nós coloquemos o que nós estamos atendendo por atendimento, que ele inclusive pode ser de orientação, que ele pode ser inclusive para casos sem indícios, e deixar isso claro no glossário.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) –** Eu só queria aproveitar uma fala da Flávia, já que nós estamos falando do relatório, fechar a questão também da modalidade. Aqui no relatório, Ariane, está aqui servidão por dívida. A Flávia me chamou a atenção a isso, e eu estou abrindo o texto da Instrução Normativa nº 91 do Ministério do Trabalho e Emprego. O item “Servidão por dívida” é uma forma de restrição da locomoção do trabalhador, item que isoladamente e unicamente já configuraria trabalho análogo ao escravo. Qual é a minha sugestão? Que nós incluamos no glossário, enfim, nessa parte introdutória do relatório, esta explicação que se entende trabalho escravo conforme Instrução Normativa do Ministério do Trabalho e Emprego nº 91 e Art. 149, e tiraríamos o item “Servidão por dívida” como modalidade autônoma, e tira do formulário também. Para que eu estou falando isso? Para fortalecer uma política que nós estamos transversalmente atuando, e não criar amanhã ou depois calcanhar de Aquiles para gente, outras pessoas que não levam essa política a sério afirmarem que servidão por dívida não é trabalho escravo. É só isso.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Todos de acordo? Então, acatada as três últimas contribuições. Total de vítimas muda para total de atendidos, glossário passa a esclarecer o que é o número de atendidos, esse processo do atendimento, e três cai servidão por dívida, porque isso está englobado no conceito de trabalho escravo, cai em todos os lugares. Perfeito? Salva de palmas. (*Palmas!*) Bom *cooffe break*. Nos vemos em quinze minutos.

*(Pausa)*

4416 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4417 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Já são 17h50, nós temos o estudo de casos ainda, e  
4418 ainda escolher dois representantes para a reunião da OEA. Chamo a Ju, Bahia, Leila e  
4419 Admar para apresentarem os casos. Nós tínhamos proposto para inicialmente vinte  
4420 minutos, se vocês puderam reduzir um pouquinho, alguma coisa, já abre o debate, e nós  
4421 finalizamos com vinte minutos geral, pode ser? Como a Leila já voltou, Ju, você quer  
4422 começar? Então, quinze minutos, cronometrado.

4423

4424 **A Sra. Juliana Felicidade Armele (NETP-SP)** – Eu não fiz nenhuma apresentação,  
4425 depois se vocês quiserem cópia dos procedimentos, vocês mandem e-mail lá para nós,  
4426 que nós escaneamos e mandamos para vocês. Então, quatro pontos que nós tínhamos  
4427 que identificar na apresentação de casos: qual o conceito de tráfico de pessoas que nós  
4428 adotamos, analisando a questão da lacuna de leis e Protocolo de Palermo, dados do  
4429 caso, utilização do fluxo e do formulário e os aspectos importantes que motivaram a  
4430 escolha do caso. O caso que eu escolhi foi o caso, e aí eu vou para os dados do caso.  
4431 Nós recebemos de um parceiro, a Missão Paz, que está atendendo os imigrantes lá em  
4432 São Paulo há setenta anos, recebemos em agosto um telefonema no final da tarde  
4433 dizendo que no curso do atendimento dos imigrantes um que solicitou orientação para  
4434 tirar carteira de trabalho e solicitou informação para viajar com crianças, estava com  
4435 duas crianças lá na Missão Paz, dois adolescentes, esses dois adolescentes foram  
4436 apartados do adulto, não por qualquer critério de atendimento especial, mas só para eles  
4437 ficarem lá ocupados com alguma coisa, e a assistente social continua no atendimento  
4438 com o adulto. E aí quando ele foi perguntado da viagem ele estava com uma viagem  
4439 marcada para Guiana dois dias depois da data do atendimento, era uma terça-feira, eles  
4440 iam viajar na quinta-feira, e aí o adulto apareceu com o documento das crianças, com a  
4441 dos adolescentes, que eram os passaportes, pedidos de refúgio, e no caso dele o  
4442 passaporte, pedido de refúgio, e ele queria a carteira de trabalho. Aí começaram a se  
4443 indagar sobre, na escuta do cara, do adulto, e aí também as assistentes sociais  
4444 começaram a ouvir também as crianças ali em um outro momento, e aí as crianças  
4445 diziam que tinham, acabaram ali conversando com as assistentes sociais, isso assim para  
4446 mais de duas horas de conversa, atendimento, brincadeira... O adulto falou: “Eu não sou  
4447 tio delas, eu não sou nada delas, mas estou trazendo elas para cá porque eu estou  
4448 levando elas para Guiana para encontrar com a família.”, e as crianças disseram que  
4449 para chegar do Haiti até São Paulo, então, dentro inclusive do território brasileiro, elas

4450 faziam alguns favores, a menina tinha 13 anos, uma menina amadurecida sob o ponto de  
4451 vista de ser uma menina que estava cuidando do irmão, que era mais novo, e aí ela  
4452 falou: “Eu sou obrigada a ter que me relacionar com caminhoneiros.”, e ela descreveu  
4453 para a assistente social isso. Foi entrado em contato com o Núcleo, nós, enfim, levamos  
4454 o caso para a delegacia, e aí, então, portanto a questão que se colocou para a escolha do  
4455 caso foram dois aspectos: o primeiro que é essa questão da migração insegura, então,  
4456 esse ponto é um ponto que em São Paulo ao menos houve um grande conflito que gerou  
4457 bons resultados sob o ponto de vista da criação da política, mas também gerou um olhar  
4458 infelizmente que se deparou com situações graves como essa. Então, a questão da  
4459 migração insegura não existe um cuidado migratório, não só com haitianos, mas com  
4460 ganeses e senegaleses, eu estou falando passando por território não aéreo, mas sim  
4461 entrando, eles vêm em rota Equador, Peru, que é Porto Maldonado, passa pela Bolívia e  
4462 entra pelo Acre. Em todos os relatórios de escuta do Núcleo dos casos desde abril que  
4463 nós fomos identificando, nós tivemos outros casos, os imigrantes informam que houve  
4464 tráfico de imigrantes, contrabando de imigrantes, tiveram muitos deles que pagar para  
4465 muita gente para poder chegar onde chegaram. Nesse caso específico, essas crianças  
4466 pagaram sexualmente para poder chegar onde chegaram, então, a contrapartida não era  
4467 dinheiro, era atividade sexual e exploração sexual de criança, foi isso que nos chamou a  
4468 atenção. Mais do que isso, na delegacia o adulto levou... Detalhe, esse adulto, esse  
4469 grupo familiar, que era tido como familiar, estava abrigado em um abrigo que a  
4470 prefeitura havia aberto, não este novo, mas no antigo, em frente à Missão Paz. A menina  
4471 que é uma estudante de assistência social, aluna da assistência social da Missão Paz,  
4472 então, você vê que o mundo é bem pequeno naquele universo, falou assim: “De repente  
4473 tem duas crianças que eu não sei dizer se são familiares desse adulto”, ao ser ouvido no  
4474 abrigo, no momento em que a polícia foi buscar as coisas do adulto para levá-lo até a  
4475 delegacia, a assistente social falou: “Realmente, eles estão aqui há dois dias”, a menina  
4476 estudante de assistência social: “Eles estão aqui há dois dias e nós não sabemos em que  
4477 condições está abrigado criança com adulto”, então, segundo ponto que nos chama a  
4478 atenção, questão do acolhimento que ocorreu naquele momento. Terceiro ponto, então,  
4479 o cidadão pegou as coisas dele e foi à delegacia, que ele foi pegar documentos, o que ele  
4480 tinha, para a nossa surpresa ele apresentou na delegacia uma autorização de viagem com  
4481 os adolescentes, então, um menino de doze e uma menina de treze, irmãos,  
4482 documentalmente comprovado irmãos. Ele apresentou uma autorização, eram duas  
4483 autorizações judiciais emitidas pelo Tribunal de Justiça do Acre, Vara da Infância e



4484 Juventude, uma que era de uma guarda, não era esse o nome que eles deram, mas era  
4485 como se fosse, que era da permanência e autorização de retirada de documentos do  
4486 adulto frente às crianças, então, aquele adulto tinha uma autorização para ele,  
4487 representando as crianças, obter os documentos que elas precisavam, de refúgio.  
4488 Segundo, foi uma autorização de viagem desse adulto com esses dois adolescentes, e  
4489 quando você for olhar os passaportes deles existia para as crianças uma data de entrada  
4490 no Brasil, para o adulto uma outra entrada no Brasil, existiam duas datas distintas no  
4491 passaporte, o carimbo de entrada dos dois, tanto dos adolescentes quanto do adulto.  
4492 Quando eu vi aquele documento a primeira coisa que eu pensei eu falei: “Oba,  
4493 falsificação documental”, mais um para incluir no boletim de ocorrência. Para o meu  
4494 susto, entrando no site, eu estava com o meu telefone, nós entramos no site, eu  
4495 advogada na Missão Paz na delegacia, nós entramos no site do Tribunal do Acre, e o  
4496 que ele apresentava de autorização não era falsa, era verdadeiro. Então, o segundo ponto  
4497 que me chamou atenção no caso, o Tribunal do Acre, não sei sob em que condição,  
4498 emitindo autorizações de viagem espontâneas, não sei qual foi o procedimento adotado,  
4499 que o procedimento é sigiloso, da infância e da juventude, mas ele estava emitindo  
4500 autorizações judiciais para adultos que não são parentes desses adolescentes que  
4501 acabaram de chegar ao Brasil, que ninguém sabe a condição que eles estão, e detalhe,  
4502 esse cidadão já tinha rota para ir para Guiana, passagem comprada de avião para ir para  
4503 Guiana. Esse caso me chamou a atenção. Utilização do fluxo do formulário, nós não  
4504 utilizamos o formulário na hora, fizemos isso que eu disse para vocês, nós fizemos um  
4505 atendimento que foi na verdade complementar ao atendimento primário da Missão Paz,  
4506 então, as assistentes sociais da Missão Paz fizeram o atendimento, chamamos ali, isso já  
4507 era 20h00, chamamos o conselho tutelar da região central de São Paulo, que fez o  
4508 acolhimento desses dois adolescentes. Não houve prisão em flagrante, os adolescentes  
4509 na escuta da polícia, que foi péssima, a polícia agiu bem no que tange à compreensão do  
4510 fenômeno, no interrogatório do adulto, mas na escuta da criança isso é um problema, eu  
4511 não sei se no estado de vocês é, no Estado de São Paulo eu posso dizer que é um grande  
4512 problema, vítima de violência sexual é ouvida pela polícia em uma escuta descuidada.  
4513 Então, retirar de uma criança circunstâncias de violação sexual é algo que demanda uma  
4514 escuta cuidadosa, o que não foi feito. O que aconteceu com as crianças? Elas negaram  
4515 tudo, então, o que elas disseram para a assistente social na Missão Paz três horas antes  
4516 não foi o que elas disseram na delegacia, não houve prisão em flagrante, ele saiu, não  
4517 houve prisão em flagrante, não tinha como, saiu, o boletim de ocorrência foi lavrado

4518 como tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, porque era esse o  
4519 relato que nós tínhamos do que ele falou ao longo do interrogatório e do que ele já havia  
4520 dito anteriormente, e aí as crianças saíram de lá abrigadas, nós levamos elas para o  
4521 exame de corpo de delito, e aí estão abrigados até hoje. Não saiu resultado ainda. Eu  
4522 não tenho esse resultado ainda, eu estou aguardando, nós oficiamos, eu estou  
4523 aguardando o inquérito policial e o juízo da infância me passarem esse documento. É  
4524 claro que nós poderíamos pular isso, mas eu não quis pular esse procedimento, eu quero  
4525 aguardar as vias corretas para obter esse laudo físico, que foi feito exame de corpo de  
4526 delito nesses adolescentes. Qual foi o conceito do tráfico de pessoas usado nesse caso, e  
4527 a questão da lacuna da lei? Então, assim, a situação foi mesmo pautada pelo Protocolo  
4528 de Palermo, mas principalmente também pelo Art. 231 e Art. 231-A. Nós nos utilizamos  
4529 dessa situação, e teve um agravante, nós tivemos aí na lacuna da lei pensando que essa  
4530 exploração, o tráfico de pessoas estava ali incidente, porém não havia, pelo menos no  
4531 relato, nenhuma dúvida da exploração sexual, foi fundamentado também, agora me  
4532 fugiu o artigo, acho que Art. 218-A do Código Penal, que é a questão da exploração  
4533 sexual de vulnerável, que é um tipo penal que se encaixaria também ao problema.  
4534 Colocação que eu faço, portanto, com relação a esse caso para reflexão de vocês, tem  
4535 muito a ver com a nossa fala, que vai ser amanhã, da questão dos papéis dos Núcleos,  
4536 da questão da política migratória, nós transpassando aí as nossas realidades. Essa não  
4537 foi a primeira situação envolvendo a questão migratória, esse para mim foi o caso que,  
4538 assim, eu descobri que nesse atendimento, digamos assim, eu não tenho nenhuma  
4539 condição psicológica de atender, eu fiquei muito perturbada com esse caso,  
4540 pessoalmente falando, Juliana. Eu cheguei em casa às 3h00, sentei, chorei e pedi perdão  
4541 para Deus. Foi uma coisa de eu ter que testemunhar aquilo, para mim foi muito ruim. Eu  
4542 estou trazendo esse caso porque pessoalmente eu descobri que eu sou péssima no  
4543 atendimento, eu não aguento, eu sofro muito, mas também para dizer que é possível,  
4544 você tendo uma rede qualificada que cuida de imigração, essa rede compreender que às  
4545 vezes os fenômenos que estão ali são de tráfico de pessoas, então, você tinha uma  
4546 assistente social qualificada na escuta para entender o problema. Nós articulamos bem  
4547 com a Rede, principalmente pensando no fluxo para o acolhimento desses jovens,  
4548 acionamos, é claro, depois o Conselho Tutelar e também o juízo da Infância dizendo do  
4549 nosso monitoramento do caso, então, sabemos que eles estão abrigados, que existe um  
4550 procedimento de abrigamento junto ao juízo da Infância, estamos monitorando isso.  
4551 Então, a questão do fluxo e dos requisitos do formulário nós seguimos, tentamos seguir

4552 ao máximo, e é isso, é só uma reflexão para vocês. Se vocês quiserem tirar depois  
4553 dúvidas ou quiserem depois cópias do atendimento é só falar.

4554

4555 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4556 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada, Ju. Leila, pode ser?

4557

4558 **A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA)** – Eu vou trazer dois casos aqui, que  
4559 na verdade esse ano foi a primeira vez que nós atendemos, que foi a questão de...  
4560 Valdir, não foge, que é contigo o caso, pode voltar. Obrigada. Tem que falar na  
4561 presença. *(Risos!)* Nós tivemos dois casos este ano que foi de adoção ilegal, então,  
4562 foram os primeiros registros que nós tivemos no Pará de adoção ilegal, mas nós  
4563 sabemos que existe por detrás, só que não são denunciados. O primeiro caso que nós  
4564 atendemos ele veio do Ministério Público de São Paulo. O Ministério Público de São  
4565 Paulo acionou o Ministério Público do Pará, do estado, só que não obteve resposta do  
4566 Ministério Público, e aí eles por conseguinte mandaram todo o inquérito, e pediram para  
4567 que nós ajudássemos eles a verificar em que situação estava e se existia no município x  
4568 casos de adoção ilegal. E tinha sido investigado o caso e tudo, e aí nós ficamos  
4569 assustados, porque quando chegou o processo todo para nós, nós ficamos assustados  
4570 porque não tínhamos registro, nem o Ministério Público do estado tinha nos acionado  
4571 para verificar a situação, aí foi que nós fomos correr atrás dessa Rede. E, infelizmente,  
4572 aí é uma reflexão que eu vou fazer no final, mas eu digo diante desse processo que eu  
4573 acho que a questão da adoção ilegal, eu acho que ela precisa ser muito mais debatida,  
4574 ela precisa ser muito mais amadurecida pela Rede. E aí o segundo caso foi com o doutor  
4575 Valdir, de Goiás, que foi muito legal, porque o Valdir na mesma hora em que ele  
4576 recebeu a denúncia, funcionou, não é, Valdir? Ele encaminhou a denúncia, no mesmo  
4577 momento em que ele me encaminhou a denúncia nós acionamos o Ministério Público do  
4578 Estado, mais do município de Tucuruí, e na mesma hora a promotora deu a resposta e  
4579 entrou em contato com o delegado da Polícia Federal lá de Goiás, e o Valdir já tinha  
4580 passado para o delegado da Polícia Federal de Goiás a situação, então, foi bem legal, tão  
4581 quanto legal na situação que foi de São Paulo no início deste ano também, que foi a  
4582 questão do trabalho infantil, que foi bem assim, bem rapidinho também. Então,  
4583 funcionou, tanto é que a promotora deu até voz de prisão para a conselheira, e nos dois  
4584 casos, infelizmente, nós tivemos o envolvimento de Conselho Tutelar. E o que está  
4585 acontecendo? Assim, eu vou colocar enquanto Rede Pará, eu não sei se acontece no

4586 estado de vocês. Existe um tal de termo de adoção que o Conselho Tutelar repassa para  
4587 a família adotar essa criança. Esse termo de adoção é registrado no cartório, esse mesmo  
4588 termo de adoção que é registrado no cartório não passa pelo Tribunal de Justiça, não  
4589 passa pelo sistema nacional, o cadastro nacional de adoção, para vocês verem como é  
4590 que está essa situação, e esse mesmo termo é anexado a uma ficha de cadastro de  
4591 crianças, nós descobrimos em dois municípios isso, e aí pensa a dor de cabeça, porque  
4592 quando aconteceu o primeiro caso, que foi antes do caso do Valdir, nós começamos a  
4593 fazer o levantamento, e provocamos, por meio da Coetrap, o Tribunal de Justiça, para  
4594 essa situação nos municípios, e provocamos o Conselho Estadual do Direito da Criança  
4595 e do Adolescente para fazer um levantamento de que capacitação, porque o relato tanto  
4596 da conselheira do primeiro município, quanto do município de Tucuruí, é que eles  
4597 estavam bem orientados porque eles foram capacitados, e na capacitação tinham  
4598 passado que poderia ser feito isso, e aí nós fomos atrás de quem está capacitando essa  
4599 rede de conselho tutelar, que está passando essa informação totalmente equivocada, e  
4600 pior ainda, por que os cartórios estão autenticando sem o aval do Tribunal de Justiça? E  
4601 aí foi que nós indagamos a rede de cartórios também para verificar todas essas  
4602 informações. O que eu tiro disso? Primeiramente, as duas redes novamente, tanto o  
4603 Ministério Público de São Paulo, que foi fundamental, Juliana, eles lá, o Ministério  
4604 Público de São Paulo, cidade, foi capital. Vou te passar o relatório. E o Valdir lá  
4605 também foi fundamental, porque nós conseguimos resgatar a criança, e a criança de São  
4606 Paulo foi retirada dessa família que envolve gente da companhia aérea, que envolve  
4607 Conselho Tutelar, que envolve toda uma rede, nós conseguimos ter sucesso com relação  
4608 a essas duas crianças. Primeiro, a criança de Goiás hoje ela está com o pai, já foi para o  
4609 pai, conseguiu a adoção, a conselheira vai responder, bem como a mãe também pela  
4610 situação. A mãe tem um problema de saúde muito grave, mas não justifica o que ela fez,  
4611 o que ela pretendia fazer. E não justifica ainda essa outra senhora, que ia sair com essa  
4612 criança para Portugal, fazer esse traslado. E assim, o que eu faço essa reflexão?  
4613 Rapidinho, Valdir. A reflexão que nós fazemos hoje no nosso comitê é que nós  
4614 precisamos amadurecer a questão sobre a adoção ilegal, eu falo enquanto Estado do  
4615 Pará, porque hoje nós trabalhamos muito a questão de exploração, exploração sexual,  
4616 exploração da prostituição, trabalho análogo à escravidão, e as outras finalidades nós  
4617 acabamos não trabalhando com informação, tanto é que nós ficamos assim: Como  
4618 vamos lidar com essa situação agora? Quando o Ministério Público mandou o catatau  
4619 do processo nós não tínhamos ninguém, nós só tínhamos o processo, aí você lê todo o

processo. Começa por onde? Aí você vai dar de cara com o juiz, mas antes nós vamos estudar sobre tudo que é de adoção ilegal, o que é, o que não é, por onde é a rede, fizemos uma micro capacitação de uma psicóloga que é especialista em adoção, ela veio dar uma aula para nós, para nós sabermos quais são os caminhos, como é o sistema, por que o sistema tem que ser implantado, porque senão nós não íamos conseguir debater, vocês sabem que nós temos que ter argumentos, e aí nós começamos a argumentar o juiz do município, por que ele não implantou, por que ele deixou sair, mas com a informação necessária. Mas, isso nós fizemos em praticamente uma semana, oito dias no máximo, mas aí veio a reflexão. Nós já começamos a refletir, e aí quando veio a situação que o Valdir nos trouxe veio ainda mais a aguçar o nosso sentimento de que nós precisamos amadurecer mais essa discussão, e aí hoje dentro do comitê da Coetrap, nós estamos montando essa discussão para que se defina mais, para que nós avancemos nos municípios, para que nós falemos mais sobre o assunto, porque a região Norte e Nordeste têm essa peculiaridade de às vezes a situação é, eu vou pegar aquela menina lá do interior e trazer para a minha casa. Pode até ser que eu leve essa criança para uma situação, mas pode também ser para outra finalidade, e a isso nós não atentamos. Por isso que eu digo sempre, nós não podemos rotular as finalidades, mas nós temos que ter conhecimento para poder debater o assunto. Fala, Valdir.

**O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** – Todo mundo que falou aqui hoje falou que a Polícia Federal não funciona. Em Goiás funciona, na pessoa do doutor Humberto, que é um delegado federal regional, funciona muito bem, e lá certo de imediato, é de noite e de madrugada, é ligar e ele atende, e conosco funciona. Graças à Deus em Goiás funciona tudo.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Só para organizar. Você conseguiu finalizar, Leila? É só porque a ideia, nós poderíamos abrir depois a apresentação, porque são três casos. Só a Leila ainda está no tempo dela, você finalizou? Você quer fazer mais uma colocação? Nós passamos para o Admar, depois nós abrimos para a rodada de debates, pode ser?

4652 **A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA)** – É isso. Aí quem quiser mesmo a  
4653 situação do caso, eu posso passar também para vocês terem conhecimento de como é  
4654 que foi, tudo direitinho. Obrigada.

4655

4656 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
4657 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Nós passamos para o Admar. Você já está  
4658 inscrito, Miguel.

4659

4660 **O Sr. Admar Fontes Júnior (NETP-BA)** – Primeiramente, eu gostaria de agradecer  
4661 muito ao Núcleo de Minas Gerais, à coordenação de Minas Gerais, que está sendo  
4662 parceiro, bastante solícito com o Núcleo da Bahia, nessa parceria aí Minas  
4663 Gerais/Bahia, Bahia/Minas Gerais. Nós não estamos, infelizmente, alcançando todo o  
4664 Estado da Bahia devido a algumas peculiaridades, que não cabe ressaltar aqui, no  
4665 entanto está funcionando sim essa rede, tem funcionado bastante, e estou agradecido em  
4666 receber os casos, minha amiga, dá lá o abraço lá de toda a equipe, e em breve estou  
4667 encaminhando todos os ofícios, todas as solicitações que estão sendo feitas para a  
4668 reinserção e o atendimento às vítimas, que eu acho que isso é o mais importante dessa  
4669 Rede aqui. O caso que eu venho contar para vocês aqui é de um adolescente, vulgo  
4670 Bruno. E esse adolescente ele foi retirado de Eunápolis. Na verdade, ele é de Itamaraju,  
4671 e foi retirado de Eunápolis, aliciado em Eunápolis, e foi para Salvador, mais  
4672 precisamente em Lauro de Freitas. Infelizmente, a triste notícia é que foi um policial da  
4673 reserva que está aliciando menor de idade e recrutando para trabalho análogo escravo,  
4674 foi o que ele relatou. Esse menino fugiu do local por volta das 10h30. Esse adolescente  
4675 tem quinze anos de idade, e foi muito sofrido o relato dele. Quando Juliana fala isso é a  
4676 pura verdade, porque a minha assistente social chorou, a psicóloga chorou, o único que  
4677 não chorou foi eu, que sou macho mesmo, sou arretado, mas é triste, é triste o caso. O  
4678 caso dele foi muito triste, porque a estrutura física dele já não é mais de um adolescente,  
4679 já é de um homem. E eu tive que ouvir, eu acompanhei esse menino no IML,  
4680 acompanhei esse menino no posto de saúde, acompanhei esse menino para cortar  
4681 cabelo, acompanhei esse menino para fazer exame de sangue, em tudo acompanhei esse  
4682 menino, esse adolescente. E a perita, o mais engraçado é que eu digo do despreparo da  
4683 Rede, a perita olha para o menino e diz: “Mas essas marcas nesse corpo ele já adquiriu  
4684 no interior”. Eu saí da sala e deixei a conselheira tutelar na sala, porque eu estava já  
4685 discutindo, e já tinha feito uma besteira dessa em um atendimento com uma vítima, que

4686 eu queria tanto salvar ela e a filha dela de um ano de idade, para não deixar ela retornar  
4687 para a Espanha, que eu acabei quase o trabalho da psicóloga, botei quase no lixo, mas aí  
4688 a psicóloga segurou a minha mão e eu saí da sala, e foi o que aconteceu também com o  
4689 atendimento desse adolescente, porque nós vamos com tanta ânsia, com tanta vontade  
4690 de ajudar, e eu tive que ouvir isso Às 19h30 no IML, de uma perita. Aí respirei fundo e  
4691 falei: Eu não vou discutir isso com a senhora agora, e o papel da senhora é registrar aqui  
4692 as fotos e fazer o exame, mas eu vou deixar a senhora com a conselheira. Esse menino  
4693 fez todo o exame de corpo de delito, e aí no outro dia nós continuamos o atendimento.  
4694 Mas, pasmem, o sofrimento dele começou na noite em que ele fugiu, ele andou do  
4695 aeroporto até Iguatemi, quem conhece Salvador, é muito longe. Ele fugiu de Tinga,  
4696 Lauro de Freitas, que é o aeroporto, diz ele que pegou um ônibus, e cada vez que tinha  
4697 uma parada ele saía correndo. E eu dizia: Quantas horas você trabalhava? Ele: “Eu  
4698 trabalhei quatro horas de manhã, mais oito horas de tarde, mais doze horas de noite”, o  
4699 menino não tinha mais noção de horário. O miserável, desculpa o termo, acordava esse  
4700 menino de murro e com balde de água, a cama desse menino ficava empoçada de água.  
4701 O menino estava com processo de erisipela de pele avançado, muito avançado, os pés  
4702 daquele menino, as mãos. E aí fui para o posto médico, e o médico falou assim: “É gato.  
4703 Quer me enganar? Essa identidade dele é falsa, isso é gato, isso é jogar de futebol?”, aí  
4704 eu falei: “Não, doutor, vou te explicar a situação dele”, e andava para cima e para baixo  
4705 com B.O., com tudo, e aí sentei, e o médico sentou, e falou: Isso acontece aqui? Se uma  
4706 pessoa com um nível desse não está sabendo do que acontece em um estado da Bahia,  
4707 ou no Brasil, nunca ouviu falar em tráfico, então, em alguma coisa eu estou falhando,  
4708 não é o governo, eu que estou falhando, sempre eu me cobro, sempre estou me  
4709 cobrando. E aí eu conversei com ele, e ele não acreditou, até se dispôs de ajudar no que  
4710 fosse necessário e tudo, deu todos os encaminhamentos, e muito assustado também  
4711 ficou. Ele falou: “Esse menino está com mãos, as mãos dele são de homem de trinta  
4712 anos, a face deste menino é de um homem já de vinte, vinte e cinco anos”, é terrível, foi  
4713 muito duro. E quando Juliana falou que ela chorou, imagine lá a minha assistente social,  
4714 a psicóloga, como é que essas meninas estavam, elas saíam da sala, choravam e  
4715 voltavam. Era conselheira chorando, era todo mundo chorando. Aí eu via, segurava ele,  
4716 ficava, e ele me abraçava e falava assim: “Eu não quero voltar”. Mas ele voltou, na  
4717 noite em que ele fugiu, quando ele foi para a Derc infelizmente não foi a delegada que  
4718 compõe o comitê, foi a plantonista, e eu também não sei se foi no afoito, na ansiedade  
4719 também dela de finalizar logo, prender a pessoa, autuar logo a pessoa, os agentes

4720 levaram ele para o local e falaram assim: “É esse aqui?”, para reconhecimento, e ele  
4721 falou: “Tio, não deixa eu voltar, porque ele anda armado e ele vai me matar”, para você  
4722 ver a fragilidade da rede. Quando nós vamos nós mandamos ofício, falamos para a  
4723 Secretaria de Segurança Pública. Eu não estou reclamando, eu sei que há mil e uma  
4724 tarefas que os policiais civis e militares federais têm, mas o olhar para o tráfico de  
4725 pessoas, para o trabalho análogo escravo, para a adoção ilegal, nós temos que começar a  
4726 ampliar esse olhar, e está acontecendo no nosso lado mesmo, e o mais assustador é que  
4727 sabemos que vem da família, para depois o vizinho, para depois o turista, e nós só  
4728 acreditamos quando acontece no nosso lar, e esses erros não podem acontecer, seja com  
4729 menor, seja com adulto, eu não posso levar a vítima e dizer: “É esse aqui?”, para com  
4730 isso, isso não é o que essa Rede vem discutindo o tempo todo, isso não é o material que  
4731 nós viemos distribuindo, e houve essa falha. No dia seguinte, isso em quarenta e oito  
4732 horas, eu consegui oficializar todos os órgãos, e graças a Deus houve um início, um  
4733 meio e um fim nesse caso, esse menino já foi atendido pelo PPCam, já foi atendido pelo  
4734 Ministério Público, o Cras, o Creas, Conselho Tutelar, já foi localizado, estão todos  
4735 aguardando-o no município dele, uma vez que o PPCam disse que não... Eu estou  
4736 aguardando também esse ofício do PPCam, que eu não vou me responsabilizar com  
4737 isso, porque o pai do menino fugiu, a mãe é morta, o irmão mais velho é traficante, e o  
4738 outro também está fugido, e quem cuida desse menino é a irmã de vinte e dois anos de  
4739 idade, que já tem dois filhos. Eu não queria deixar ele retornar para o município dele,  
4740 mas eu também não posso abraçar o mundo, como vocês também não podem abraçar o  
4741 mundo. Eu estou fazendo de tudo para inseri-lo na escola, já tem contato com a  
4742 Secretaria de Educação, ele vai ser reinserido na escola e nos programas sociais do  
4743 governo, mas eu também não posso querer pegar todo mundo e colocar na minha casa  
4744 ou colocar no núcleo, que não vai poder morar em um abrigo, que nós não vamos  
4745 conseguir, não tem nem condições de gerir essas pessoas, infelizmente. Mas, o que eu  
4746 quero dizer é que no final foi bom, que nós conseguimos movimentar a Rede, que a  
4747 Rede foi rápida, e nós conseguimos oficializar todos os órgãos, foi feita uma operação  
4748 com o Ministério Público do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho e  
4749 Polícia Federal. Eu tenho que parabenizar também, Valdir, que está sendo muito rápido.  
4750 Agradecer também à Jeanne, que deu os contatos com a da Polícia Federal, à Juliana,  
4751 que tem nos ajudado também abrindo os caminhos para o Ministério Público do  
4752 Trabalho. Esse trabalho da Rede, que tem facilitado bastante o meu trabalho. A parceria  
4753 com Minas Gerais e Ceará também, que iniciou com Livia essa parceria que está sendo



de grande valia para que o Núcleo da Bahia esteja em crescimento, esteja em evolução. Esse garoto foi assistido em todos os programas, ele já foi reinserido, a história dele é dura, mas ele está sendo agora assistido pelos programas, e eu estou retornando com ele em breve, dia 27, após o ofício do Ministério Público e do PPCam informando que ele não corre risco de vida. Mas, essa foi a história, e pelo menos eu acho que está tendo um final feliz. Obrigado.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Seguindo a ordem aqui, nós temos, então, meia hora para fazer um debate, antes da próxima seção. Primeiro Miguel, Flávia e Jeanne. Você quer se inscrever? Miguel.

**O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Eu só queria chamar a atenção no caso do Pará, na verdade eu queria chamar as pessoas também, é uma discussão séria que nós temos que fazer, que é com relação ao Conselho Tutelar, aos Conselhos Tutelares. Lá no Rio nós tivemos o mesmo problema com o Conselho Tutelar em um caso envolvendo também meninos traficados do Norte, Nordeste do país para jogar futebol no Rio de Janeiro, com um conselheiro tutelar no ônibus, ele foi levando as crianças no ônibus, e deixou as crianças lá no Rio de Janeiro. E nós temos a informação de que não foi o começa, segundo ele já foram mais de quinhentas crianças, e o Conselho Tutelar foi parado, o ônibus foi parado na estrada pela Polícia Rodoviária Federal, e continuou, seguiu viagem. Então, assim, existem milhares de reclamações com relação ao Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar tem autonomia funcional, ele não se liga a nada, é uma coisa surreal, se liga ao quê? Pois é. O pior é isso. Então, assim, eu acho que é uma situação séria que nós temos que enfrentar, que é o Conselho Tutelar, e como trabalhar com o Conselho Tutelar para esses casos de crianças.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu queria só dar parabéns, Leila, pelo caso, e colocar que eu acho que o tema da adoção também tem sido um desafio para nós em Minas, então, eu faço o pedido aí para que a Conatrap também possa debater o tema, e talvez soltar aí algum tipo de nota e algum tipo de esclarecimento. E essa questão da adoção. E aí, Ju, aquele caso que nós acompanhamos junto lá em São Paulo, saiu uma matéria na Band, não sei se você viu, daquele caso daquela criança de Nova Lima, saiu uma matéria na Band, e a irmã procurou o jornal e faz uma série de

4788 denúncias de ausência de resposta, e estava para ter agora a audiência, a última  
4789 audiência para validar a questão da adoção daquele menino, e aí a irmã a única saída  
4790 que ela tem é jogar na mídia, e aí o pessoal da Band de São Paulo procura o juiz, o  
4791 defensor, e todo mundo de Minas envolvido com o caso, e ninguém quis se pronunciar  
4792 com o caso. Então, Minas nós temos, isso uma fala do defensor do estado que trabalha  
4793 com adoção, uma rede, pelo menos por parte do defensor ele fala que existe sim uma  
4794 rede, processos graves de favorecimento de adoção ilícita, e aí nós ficamos muito sem  
4795 elementos na hora de atuar. Então, esse caso, quando nós procuramos o representante do  
4796 Tribunal de Justiça também para discutir o caso, e aí nós esbarramos: “Não mexe com  
4797 isso lá não, o juiz lá é meu amigo”, e ele era representante no comitê, “O juiz lá é meu  
4798 amigo, não mexe com isso não, porque a questão da adoção, olha o bem que ele está  
4799 fazendo para a criança, então, nós não podemos falar que tem erro, que sem tem erro  
4800 naquela adoção. Olha só, ele era morador de rua, ela era usuária de drogas”, olha que  
4801 confuso. E nós acabamos, na hora de ir com a Rede, na hora de acionar o Ministério  
4802 Público, na hora de acionar a defensoria, nós acabamos nos deparando com violações  
4803 institucionais, e isso está muito difícil, de como tratar o tema da adoção e ter clareza de  
4804 quando a adoção é para fins de tráfico de pessoas, e como que nós vamos trabalhar e  
4805 ampliar a noção de exploração, qual que é a finalidade da exploração nesse caso, ou não  
4806 sei se já tem um outro documento internacional que nos oriente, não sei se a  
4807 Coordenação conhece, a Fernanda conhece esse debate talvez em nível internacional,  
4808 que poderia trazer para nós podermos... Eu lembro até, Fernanda, naquele último  
4809 encontro que nós tivemos aqui em Brasília, de uma representante do CMPB que tinha  
4810 feito um doutorado dela, se eu não me engano, com casos de adoção de crianças  
4811 brasileiras para a França, se eu não me engano. Eu lembro que na época vocês ficaram  
4812 de compartilhar a tese dela, vocês lembram disso? Ela estava junto com o grupo do  
4813 pessoal do CMPB, na formação de multiplicadores. Uma loirinha, clarinha. A Claire.  
4814 Mas, que eram levadas para fins de adoção e mendicância, não era alguma coisa assim  
4815 não? Só mendicância mesmo. Então, eu posso estar me confundindo. Mas, se tiver,  
4816 compartilhar conosco, porque esse é um problema, e nós temos tentado aproximar lá em  
4817 Minas de redes que debatem a questão da adoção, mas o que nós vemos é um  
4818 despreparo mesmo e uma dificuldade de lidar com o tema dentro das instituições,  
4819 especialmente de justiça.

4820

4821 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Eu só queria, assim, falar  
4822 até para a Rede mesmo. Os estados que são estados do Nordeste se tiver alguma  
4823 dificuldade de contato, tanto com os entes, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de  
4824 Bombeiros ou Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e secretários de estados,  
4825 vocês podem ligar, porque eu como faço parte dessa Rede, então, nós temos a forma  
4826 mais rápida de vocês serem atendidos imediatamente. Eu como secretaria, tenho contato  
4827 direto, então, eu falo com ele no celular, não é questão de você marcar reunião para  
4828 poder falar não, e graças a Deus, eles são todos acessíveis.

4829

4830 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** – Eu quero aproveitar que o colega falou  
4831 ali que o Conselho Tutelar não funciona. Nessa operação lá de setembro na cidade de  
4832 Santa Bárbara de Goiás, dos jogadores de futebol, os meninos lá, o presidente da  
4833 instituição era do Conselho Tutelar. Mas, acontece também, igual eu fiz a pergunta para  
4834 a senhora que esteve hoje de manhã, que ela falou que era do Departamento de  
4835 Estrangeiros, porque o pessoal tem participado da nossa reunião igual participou o  
4836 Marcelo, que é o coordenador, eu tenho oito meses que eu estou tentando falar com  
4837 aquele indivíduo, você deixa recado para todo mundo e eles não retornam, ele tem três  
4838 secretárias, não adianta você falar com A ou com B, ninguém retorna, ninguém faz  
4839 nada, e o Conselho Tutelar no Estado de Goiás não funciona de jeito nenhum com  
4840 ninguém, e todo ato que tem envolvendo adolescente ou criança tem um membro do  
4841 Conselho Tutelar envolvido, não sei por quê, mas toda. E recentemente houve também  
4842 uns casos de índios também, de criança também, estava o Conselho Tutelar no meio  
4843 também. Então, tudo que você vai fazer tem, e você tenta um retorno para ter uma  
4844 conversa, para poder ver se faz um trabalho e tudo, e ninguém está nem aí, ninguém te  
4845 dá um retorno, ninguém respeita o seu trabalho, você fala, fala. Eu já saí de Goiânia e  
4846 vim aqui direto para ir à sala da pessoa, chega lá e não tem ninguém, e nem assim eles  
4847 registram, nem assim eles dão retorno para você, então, chega um determinado  
4848 momento que você deixa, aí você usa os outros canais. Então, eu queria fazer esse  
4849 registro. E queria também fazer um registro, infelizmente eu não posso passar, mas essa  
4850 semana está chegando da Europa uma pessoa de outro estado que vai ficar em Goiás,  
4851 por enquanto duas pessoas só que estão sabendo, e a partir do momento que ela estiver  
4852 em Goiás, eles vão fazer a operação na Europa. Segundo a informação, diz que é uma  
4853 rede de tráfico, e muito grande, então, vamos ver o que vai dar isso aí. Então, Goiás está  
4854 recebendo essa pessoa lá, e está ajudando no acolhimento. E eu queria pedir para a Rede

de um modo geral, a doutora Fernanda tem o conhecimento, eu estou com uma portuguesa lá, e ela tem me custado muito caro, porque sou eu que estou pagando esse trem lá, então, quem puder ajudar, que vai nascer o menino agora em janeiro, e ela não quer ir embora, disse que vai ficar, e ela vai dar à luz em janeiro, depois ela pode ficar lá mais uns três meses lá nessa instituição, mas só que lá dá tudo para o pessoal lá, e daqui até dezembro eu tenho que levar para a instituição cinquenta e duas caixas de leite, que tem outros meninos também lá, então, você tem que acolher. Eles te ajudam, mas você tem que ajudar todo mundo. E ela tem que fazer um curso, ela quer fazer um curso de cabeleireira lá, e tem que comprar todos os equipamentos. Quem quiser ajudar em alguma coisa, tem lá, eu não tenho o número da conta dela lá para poder colocar para poder ajudar. Obrigado.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ –** Como não tem ninguém inscrito, eu vou aproveitar para trazer mais algumas preocupações, porque nós sempre compartilhamos dúvidas, preocupações. Eu vou começar pela questão do Admar, que é quando a Rede não funciona. Que eu acho que nós temos que ter muita atenção para esses casos em que a Rede não funciona. Amanhã no balanço tem um ponto que eu gosto muito, desses últimos quatro anos, que é o seguinte, nós temos guia para quase tudo, se tem uma coisa que nós conseguimos acumular nesses últimos anos é guia, é manual, é capacitação. Eu não sei o quanto nós passarmos a entender onde está o elo fraco da nossa Rede, e de alguma forma tentar aproximá-los dos nossos comitês, dos nossos espaços, mesmo que não formalmente, porque já teve um processo eleitoral, mas trazer como convidado, sempre que nós percebemos que há um ponto da Rede que está falhando, em que medida nós não conseguimos também provocá-los de alguma forma para tentar realizar alguma atividade para suprir essa lacuna. Ainda bem que você conseguiu acionar a Jeanne, e a Jeanne de alguma forma te ajudou, super Jeanne, mas eu acho que nós precisamos olhar também para a questão quando ela é institucional, quando a falha está sendo dada na nossa frente, e enfim, quando entender que cabe algum papel da União lançar mão também de que nós possamos colaborar de alguma forma. Os profissionais da segurança pública, seja na PF, seja na segurança pública estadual, a Senasp pode cumprir um papel relevante, ela está em um grupo interministerial, está na coordenação tripartite, quando nós sentimos que estamos falhando, lá na ponta não consegue, também eu acho que lançar mão das parcerias, seja com município, seja com a União, para nós tentarmos não deixar que esse elo estoure

4889 em algum lugar. É claro que é um processo de aprendizado, às vezes foi a primeira  
4890 experiência da polícia, mas de repente armar uma reunião logo na sequência da  
4891 operação e dizer: “Vamos avaliar como foi a operação, vamos olhar o fluxo, vamos  
4892 entender como é que foi”, para nós também termos um processo de avaliação conjunta  
4893 da Rede. Um momento que está sendo muito interessante que nós estamos aprendendo é  
4894 com o processo da Agenda de Convergência, e a Agenda de Convergência nada mais é  
4895 que o simples funcionamento do ECA, a concretude do ECA, que é a rede de proteção  
4896 da infância funcionando. E hoje eles estão em um processo de avaliação que está sendo  
4897 bastante interessante, quer dizer, pós uma atuação conjunta e coordenada, o que nós  
4898 ganhamos, quais foram os pontos fracos que nós precisamos melhorar? Então, de  
4899 repente pegar uma situação concreta em um caso, chamar a Rede de novo, “E aí, como é  
4900 que nós atuamos? Onde nós falhamos? Quais foram os processos que nós precisamos  
4901 passar a melhorar, passar a reconstruir?” Será que todas essas instituições estão  
4902 preparadas? Vamos envolvê-las um pouco mais. Às vezes a concretude do caso ela nos  
4903 apresenta um problema que nós temos que passar a nos debruçar sobre ele depois, e  
4904 quando a Rede não funciona é algo que nós temos que também na sequência ter uma  
4905 estratégia, um plano B, que é como fazer, portanto, essa Rede passar a funcionar, e  
4906 lançar mão das parcerias e do processo avaliativo para isso, eu acho que isso ensina  
4907 muito, Admar, os processos que vocês construíram, e vocês poderiam construir um  
4908 processo de aprendizado do como foi, onde acertaram, onde erraram, quais os desafios  
4909 que estão postos, pensando na concretude desse caso que está dado. E eu gosto muito  
4910 dessa ideia de nós termos guia para tudo, é impressionante. Às vezes nós precisamos,  
4911 em uma reunião como essa que está chegando gente nova, lembrar a riqueza do que já  
4912 conseguimos produzir ao longo desses últimos anos. Sobre os problemas com o  
4913 Conselho Tutelar, isso já começou a aparecer tem o quê? Umas três reuniões. Na  
4914 reunião passada nós convidamos o Marcelo, que é SDH que é um articulador nacional e  
4915 responsável pela política de fortalecimento dos conselhos. Ele se colocou à disposição  
4916 para contato. Quando nós percebemos que há problemas nós temos que acionar os  
4917 mecanismos, seja o Disque-100, seja Ministério Público, quer dizer, nós também temos  
4918 que ter um papel ativo de produzir as denúncias quando necessárias, de produzir as  
4919 aproximações quando necessárias, e de chamar os atores que fiscalizam também quando  
4920 necessário, eu acho que muitas vezes também nós vamos ter que contar com o  
4921 Ministério Público, quando nós percebemos que a atuação dos conselheiros tutelares  
4922 está indo na contramão daquilo que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente ou até

4923 mesmo a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Sabemos que a  
4924 maior agenda de aproximação recente, de nossa parte estamos tentando realizá-la cada  
4925 vez mais, acho que temos uma porta aberta para isso, e eu acho que essa porta está  
4926 aberta porque muitas vezes as instituições elas são feitas de pessoas também, nós vemos  
4927 lugares que algumas instituições funcionam, em outro lugar nem tanto, mas aí a  
4928 instituição B ou C funciona, nós temos que lançar mão permanentemente de fortalecer a  
4929 Rede local, fortalecer os acordos locais, utilizar e nos empoderar dos nossos  
4930 instrumentos, e ao mesmo tempo fazer as denúncias necessárias quando nada disso  
4931 funciona. Então, nós nunca esquecermos também desse esforço e dos compromissos que  
4932 nós precisamos ter. O tema dos conselhos tutelares não é um tema simples, eu acho que  
4933 nós precisaremos seguir com ele nessa Rede certamente, não sei se é o caso de tirar  
4934 algum encaminhamento concreto sobre isso, mas não é a primeira vez que aparece, e  
4935 tendo em uma mesma situação de violação de direitos que é para o contexto do futebol,  
4936 pelo que eu entendi, em dois ou três estados aparecido, é algo que já nos acende uma luz  
4937 amarela para nos chamar a atenção: “Espera aí, dois ou três estados a mesma forma de  
4938 violação envolvendo os mesmos exploradores, que são conselheiros tutelares?”, luz  
4939 amarela, temos que levar isso para a SDH e temos que fazer uma reunião, isso é um  
4940 encaminhamento para nós, mas cabem outros para essa Rede, eu acho que nós temos  
4941 que também pensar sobre isso. Tema da adoção ilegal, esse não é um tema simples, e eu  
4942 tenho feito tanta reflexão sobre isso, Flávia, muita reflexão, porque esse é um tema que  
4943 a realidade desabou sobre a nossa cabeça, literalmente. Uma novela desaba sobre a  
4944 nossa cabeça, uma CPI desaba sobre a nossa cabeça, e a Rede não sentou para olhar  
4945 para isso. E não sentou para olhar para isso eu não sei se é porque é um problema da  
4946 Rede, enfim, é porque esse é um tema que não está dado. Nós fizemos um debate agora  
4947 dentro do governo, mas muito pensando no PL, porque ficou a história de como é que  
4948 trata a adoção dentro do PL, e nós começamos a fazer algumas pesquisas muito *en*  
4949 *passant* internacionais, vimos alguns documentos de orientação da Unicef, eu até posso  
4950 tentar recuperar, mas assim, aparece como nota de rodapé, você vê que  
4951 internacionalmente o tema não está acumulado ainda. Então, em uma nota de rodapé de  
4952 um documento da Unicef nós vimos uma orientação que se trataria de um caso de  
4953 tráfico quando o presente componente da exploração, ou seja, os três elementos têm que  
4954 estar presentes para uma situação ser considerada de adoção ilegal. Vimos as legislações  
4955 internacionais dos países, fomos vendo como é que os países vão tratando esse tema nas  
4956 suas legislações internacionais, aí vimos, por exemplo, que a China trata do tema, mas a

4957 questão da venda de bebês na China, eles têm uma legislação muito forte, mas a forma  
4958 como eles atuam, o governo chinês também é muito diferente, a Tailândia trata isso na  
4959 sua legislação, e o Egito eu vi também que traz a questão do tráfico para fins de adoção  
4960 ilegal. Mas, a forma como eles aplicam é muito distinta, alguns vão considerar o  
4961 elemento da exploração e outros não, vão entender que se houve um abuso da posição  
4962 de vulnerabilidade, quer dizer, que é o elemento dois, não é o elemento três da  
4963 exploração, isso já seria suficiente para caracterizar algum grau de violação de direitos  
4964 da família e da criança. Então, veja que do plano internacional, se você olha os  
4965 documentos orientadores do UNODC ainda não tem uma posição construída, isso não  
4966 está dado, o conceito é A, o conceito é B, o conceito é C. Os documentos mais recentes  
4967 começam a apontar que a partir do *workgroup* do ano passado que o tema tráfico para  
4968 fins de adoção ilegal existe, e trazem um conjunto de questões, e pedem que os países se  
4969 manifestem sobre isso, portanto, não há qualquer conclusão, não há qualquer avanço, e  
4970 eu não consegui encontrar grandes *papers* que dissessem é o caminho A, é o caminho B,  
4971 é o caminho C, então, é um contexto complexo. Eu tendo a achar que a Rede da Infância  
4972 está muito mais preparada para lidar com isso do que se esse sistema desaba sobre a  
4973 nossa cabeça. E eu não tenho clareza em que medida esse é um tema da proteção da  
4974 infância, e em que medida esse é um tema da exploração do tráfico de pessoas, quer  
4975 dizer, na pesquisa, que é a única que nós conseguimos acumular minimamente no Brasil  
4976 sobre isso, é a pesquisa Enafron. Ela traz o conceito que é o tráfico internacional, a  
4977 venda internacional de crianças, que é o conceito do ECA, logo mecanismo de proteção  
4978 de infância e adolescência, garantia de direito de infância e adolescência, não é  
4979 mecanismo do tráfico, e o que ela encontra no campo, a pesquisa do Enafron, é a  
4980 situação do pegar para criar, e o pegar para criar é você trazer em um processo  
4981 migratório e colocar em uma condição de exploração, mas nesse processo não há  
4982 necessariamente um ciclo formal de adoção para ela se considerada inclusive ilegal,  
4983 porque algumas das suas peças não foram devidamente instruída, e portanto algum vício  
4984 de legalidade em um processo de adoção, mas veja que é um mecanismo que nós  
4985 encontramos empírico que está acontecendo na prática, pegar para criar, trago do  
4986 anterior, trago para trabalhar no meu ambiente doméstico e exploro dizendo que vou dar  
4987 uma oportunidade de vida melhor. Então, assim, é o que aparece na pesquisa brasileira,  
4988 agora, isso é o que nós achamos que pode estar mais próximo de um conceito porque  
4989 isso envolve um terceiro elemento, que é exploração. Então, eu acho que esse tema  
4990 desabou, está começando a bater na Rede para que a Rede responda, mas eu não sei o

quanto nós devemos entrar no tema na medida em que ele trate de problemas da adoção, sem envolver o terceiro elemento, exploração. E eu acho que nós precisamos acumular sobre isso, nem sei se é o Conatrap neste momento que vai ter o acúmulo, porque está batendo é na nossa porta. Esse tema não está acumulado no Brasil, não está acumulado na literatura, não está acumulado nas convenções internacionais, e desaba sobre a nossa cabeça a partir da perspectiva da CPI. E aí veja que o PL da CPI não cria um conceito próprio do tráfico de pessoas, ele vai à legislação da criança e do adolescente sob o manto de uma lei de tráfico. Então, assim, o perigo é ainda pior quando nós misturamos a bola de tudo, enfim, que é um problema que nós estamos vendo agora, que nós estamos discutindo com o relator da comissão especial dizendo: “Este é o tipo próprio, ele deve ser um tipo próprio, porque ele se compõe de três elementos, e não vamos misturar a bola porque nós já passamos por isso, e isso não está ajudando o Brasil hoje”. Então, esse é um debate que nós estamos fazendo com o relator, e o mínimo que nós conseguimos acumular foi: se esse tema tiver que aparecer que apareça na condição de tráfico com elemento exploração, porque dissociado dele o acúmulo que hoje nós temos para dar a resposta é da rede de proteção da infância, não é da Rede de tráfico. Então, isso também eu acho que nós temos que começar a fazer perspectivas do quanto essa Rede vai dar conta de lidar com tudo isso, se de fato é tudo isso que nós temos que lidar, ou se nós temos que lidar com a violação concreta e real do direito humano em um contexto migratório e em um contexto de abuso da posição de vulnerabilidade ou por algum meio de exercício de poder, que é o segundo elemento. Então, eu estou problematizando, não estou trazendo resposta nenhuma, só quero dizer, buscamos essas respostas e elas não estão dadas, elas estão em alguns países em experimentação, nas convenções, nos documentos internacionais em notas de rodapé, porque não há acúmulo, e na literatura, óbvio, eu acho que nós precisamos fazer uma pesquisa mais profunda, a nossa pesquisa foi muito rápida tentando responder uma questão pontual que a nossa Casa Civil nos colocou, mas a nossa sensação é de que esse tema ainda não está acumulado em vários lugares.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Mais alguém? Temos mais cinco minutos. JU, você já estava inscrita.



5024 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Só para fechar, falar de problema,  
5025 então, eu não trouxe aqui, a Lu tinha comentado comigo, “Eu já falo com a das  
5026 paraguaias”. Então, só para abrir um parêntese para falar de instituições e problemas.  
5027 Então, nós tivemos um caso em São Paulo envolvendo adolescente e adulta, migração,  
5028 em uma situação das meninas terem ido com a família cedendo mesmo a essa migração  
5029 para elas virem à São Paulo, para trabalhar em serviço doméstico, e aí eram exploradas  
5030 sexualmente. A Polícia Militar pegou, porque elas fugiram, uma delas fugiram, a Polícia  
5031 Militar pegou. Aconteceu em Ribeirão Preto, que nós temos uma rede de infância muito  
5032 articulada, Polícia Federal, Ministério Público do Trabalho. Em resumo, quando  
5033 pegaram já instruíram criminalmente o processo, parte da infância foi acionada,  
5034 responsabilidade por exploração trabalho infantil, por exploração sexual e trabalho  
5035 doméstico foram objeto da ação de indenização, essas meninas voltaram para o Paraguai  
5036 com direito a indenização, com produção de prova criminal em juízo feita, foi  
5037 sensacional, isso tudo porque tem articulação lá do comitê regional. Mas, o que eu  
5038 queria chamar a atenção? O Conselho Tutelar funcionou para cuidar disso das meninas  
5039 lá? Funcionou. Só que não só nesse caso, como em casos de futebol, que nós tivemos  
5040 em São Paulo, que tinham coreanos, paquistaneses e chineses, sabem quem era o corpo  
5041 estranho que deu problema? Consulado. Então, assim, o consulado é um parceiro desde  
5042 que nós olhemos para ele e diga que ele tem que cumprir a função consular dele, que é a  
5043 de promoção de cidadania para aquele nacional do país dele. Então, no nosso caso nós  
5044 chamamos o consulado do Paraguai para que ele pudesse verificar a questão do contato  
5045 com a família, o retorno, a documentação dessas meninas, auxiliou na tradução, ele  
5046 estava dentro da audiência criminal. Mas, quando eu coloco isso que é um problema é  
5047 porque nós não podemos deixar de ver que consulado tem a questão das isonomias, das  
5048 imunidades diplomáticas, então, eu fico brincando que essa imunidade diplomática  
5049 permite que o cara trucidado, corte em pedacinhos, sirva no almoço a vítima, e ele tem  
5050 imunidade para isso, então, como trabalhar com isso? Então, eu chamo a atenção de, por  
5051 exemplo, eu sei que o Pará está lá com o pessoal da Guiana, que é lá do consulado, eu  
5052 acho que o Amapá deve ter a realidade da fronteira e de consulados que estão ali nesse  
5053 trânsito, enfim. Eu acho que o Rio Grande do Sul também não sei se tem a questão  
5054 consular ali perto. Nós em São Paulo temos muito, nós não conversamos, por exemplo,  
5055 com nenhum consulado de país africano, nenhum, eu não tenho diálogo com nenhum, o  
5056 que tentou chegar mais próximo era o de Angola, depois de três meses teve a operação  
5057 de mulheres sendo traficadas envolvendo o governo de Angola. Então, assim, eu só

chamaria à Rede a atenção de quando for trabalhar com a questão consular, nesse caso, por exemplo, das paraguaias, nós amarramos o consulado como? Nós levamos o consulado para dentro da audiência criminal, e ficou consignado minimamente que se essas meninas desaparecessem ou acontecesse qualquer coisa nós saberíamos que pelo menos estava consignado isso, e o Conselho Tutelar acompanhou o município, liberou uma conselheira tutelar para acompanhar o trânsito dessas meninas de Ribeirão Preto para o Paraguai, então, o consulado e o Conselho Tutelar levaram as meninas de volta para a casa da família, para ver se estava tudo bem. Mas, eu só estou levantando isso porque... O caso dos coreanos, o Conselho Tutelar, em Campinas isso, o Conselho Tutelar e o Ministério Público, em uma audiência chegaram para o consulado da Coreia e falaram: “Esses meninos aqui que estavam na exploração de futebol, pode ficar com eles aí para vocês tomarem conta deles”, a pergunta que até hoje não quer calar é: Onde eles estão? Ninguém sabe, nem o Ministério Público, nem o Conselho Tutelar, e o consulado não prestou mais informação no processo judicial. Não sei onde eles estão, eles voltaram para a Coreia? Não sei. Então, trabalhar com consulado, não é só o Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar acreditando que a representação consular é que essa visão de que o consulado vai resolver tudo.

**A Sra. Rosa Augusta Oliveira de Melo (NETP-AL)** – Para ilustrar o caso dos meninos do futebol, lá no Estado de Alagoas alguns foram para o Rio de Janeiro, e nós tivemos também a denúncia da questão do tráfico. Ao retornarem, eles foram recebidos pelos conselheiros tutelares, nesse caso não havia envolvimento de conselheiro tutelar. Dos municípios a que eles pertenciam, os conselheiros foram recebê-los, então, a Rede não detectou isso aí. Alguns técnicos, que foram muitas pessoas que foram acompanhar esse caso, detectaram que não havia tráfico, agora, isso é até a subjetividade de cada um, é o olhar de cada um, porque os meninos estavam dormindo em colchões, quando dormiam, só se alimentavam com sanduíche, com pão, e o menino que vai jogar futebol ele tem que ser bem alimentado, ele é um adolescente, uma criança. Então, tinham várias características aí que apontavam para a questão do tráfico, porém, as mães dos meninos não queriam que eles voltassem para casa, quando eles chegaram do aeroporto elas: “Por que vocês trouxeram eles?”, porque o sonho da mãe é que esse menino vá render, dê certo. Então, tivemos muita dificuldade com a família ao recebê-los, e eles também não estavam muito satisfeitos não por terem voltado, porque eles entendem que para chegar ao sonho tem que passar por tudo, isso é normal para eles. Então, eles foram

passar no Rio de Janeiro, saíram do Sertão, foram passar no Rio de Janeiro, vieram com cabelos cortados, de modelito, todos cheios de apetrechos, que conseguiram como eu não sei, acho que deram, então, para eles foi muito bom. E eu gostaria também de fazer um adendo de enaltecer a Defensoria Pública lá em São Paulo, porque nós tivemos um caso também de um rapaz do interior que foi trabalhar em uma cidade chamada Batatais, plantação de laranja, foi um caso muito complicado, não foi o tráfico, o Núcleo já estava desativado, e o centro recebeu e deu andamento. Então, um defensor público, o rapaz ficou preso, inclusive, nessa questão foi uma coisa muito séria, foi preso, e para nós conseguirmos tirá-lo da cadeia, conseguimos por telefone, junto com o Ministério Público, então, assim, foi muito bom, ele voltou para a cidade dele, lá em Alagoas. Ele foi preso porque como ele não tinha dinheiro para voltar, deram a ele uma balança e disseram que ele podia vender, só que a balança era da empresa, aí ele se envolveu, ele não tinha onde dormir, ele não tinha onde ficar, ele vendeu, enfim, foi tido como ele que vendeu a balança, e aí depois ele não tinha como provar, ele ficou incomunicável, a família ficou enlouquecida. E nós conseguimos, com todos os contatos, e o Ministério Público o advogado foram preponderante para resolver o caso muito bem. E nós achávamos que não íamos conseguir, porque era muita dificuldade no caso, tinha prisão, interior de São Paulo, e a Defensoria não era na cidade, era vizinho, mas a pessoa foi assim, foi um atendimento nota dez. Parabéns.

**O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Eu queria falar duas coisinhas, eu acho que uma com relação ao consulado, também chamar a atenção. Nós lá no Rio estamos tendo muita dificuldade com o consulado chinês, nós estamos com muitos casos de pessoas traficadas da China, aliás, nós já mapeamos com o Ministério Público Federal que existe uma rede internacional de tráfico de cantoneses da China para trabalhar em pastelarias no Rio de Janeiro, no Brasil todo. E o que tem acontecido também é que são sempre crianças que chegam, nós estamos com um caso hoje de um garoto de dezessete anos de idade, e nós sabemos que não pode recambiar, não pode botá-lo junto com a família porque existem indícios de que a família está envolvida. Então, assim, como que nós vamos tratar este caso de um cantonês que não fala mandarim, e as pessoas que falam mandarim aqui do Brasil não falam cantonês, já existe uma dificuldade, como é que eu vou fazer essa inserção social desse caso, como é que eu vou fazer a alfabetização dessa criança? E o consulado, só para não fugir da questão consular mesmo, no ano passado, até o Ebenezer está aqui, acompanhou o caso do outro chinês, e que foi muito, para nós

5126 agora pelo Ministério Público do Trabalho, foram muito incisivos de que quando se  
5127 procurou o consulado para se ter um tradutor, o consulado indicou uma pessoa que fazia  
5128 parte da rede, e o pior é que existe uma dificuldade imensa, porque se fosse inglês, pelo  
5129 menos francês, que as pessoas por não serem, apesar de não terem o conhecimento do  
5130 idioma, mas conseguem ter o entendimento, isso fica muito mais fácil, agora, quando é  
5131 cantonês, só foi descoberto ou se desconfiou porque existia um tradutor de mandarim  
5132 que falava um pouquinho de cantonês dentro da sala, de confiança, um americano, e ele  
5133 começou a fazer gestos para as pessoas que estavam, ele estava acompanhando também  
5134 a entrevista e começou a fazer gestos, começou a desconfiar, então, assim, só  
5135 fortalecendo essa questão consular. E com relação aos meninos de Alagoas, o Rio de  
5136 Janeiro entende sim que é tráfico, nós fechamos o relatório essa semana que passou, por  
5137 alguns requisitos. As crianças foram iludidas para irem para o Rio de Janeiro, por falsas  
5138 promessas, por um aliciador, na solicitação de retorno para casa ele não retornava com  
5139 as crianças, ele obrigava as crianças a fazerem trabalhos domésticos sob coação, e  
5140 coação como? “Se vocês não trabalharem vocês voltam para Alagoas, e o sonho de  
5141 vocês acabou”. Eles não estavam na escola, não estavam com acompanhamento  
5142 educacional, para se ter uma noção o único acompanhamento de educação física que  
5143 eles tiveram foi subir correndo a Serra de Teresópolis, descer, jogar os meninos todos  
5144 em uma piscina, o que nove passaram mal, e eu não sei como nenhum deles morreu,  
5145 porque eles não tiveram atendimento médico, não se alimentavam, dormiam em  
5146 colchões, e o aliciador cobrava das famílias para que se profissionalizassem, então, “Me  
5147 dá mais dinheiro”, e ele era candidato a deputado estadual em Alagoas. Mais uma coisa  
5148 que nós entendemos como tráfico de pessoas e trabalho infantil sim, esse foi um caso  
5149 que o rapaz levou os garotos, pelo menos alguns deles, para o consulado da Bélgica, e  
5150 nós sabemos aqui que a Bélgica e Holanda são os principais receptáculos de crianças,  
5151 para fazer um suposto envio dessas crianças para treinar futebol na Bélgica por um time  
5152 que ninguém conhece e que tem representação aqui no Brasil que ninguém nunca ouviu  
5153 falar, e com contratos em que as próprias crianças assinaram os contratos. Então, assim,  
5154 por isso que nós entendemos sim, e nós vamos mandar esse relatório para vocês como  
5155 tráfico de pessoas, e acionamos a Rede, acho que foi um trabalho muito integrado, tanto  
5156 do Ministério Público, que nesse caso funcionou perfeitamente, do juízo da Comarca de  
5157 Guapimirim, que foi onde o caso foi descoberto, porque entendeu, conversou conosco  
5158 para dar a decisão dele, e o Ministério Público também para tomar as diretrizes do que  
5159 fazer, a ponto de obrigar. Nós falamos assim: Nós podemos fazer o recambiamento, são

quarenta crianças, e nós vamos fazer de avião, é um gasto muito grande para o estado, mas, então, obriguem judicialmente a nós fazermos essa devolução porque nós não temos como fugir. Então, assim, foi tudo muito coordenado para que tudo desse certo, inclusive a Casa de Direito de Alagoas, que é do Ministério da Justiça também, fez a recepção desses meninos com acompanhamento psicossocial, e um trabalho durante uma semana que nós fizemos no local com os garotos para que eles não entendessem que aquilo era a destruição de um sonho, mas evitar um pesadelo, e de que o sonho continuava, só tinha que seguir algumas regras, e o trabalho com as famílias para que essas famílias também tivessem uma recepção boa dessas crianças. No começo foi um pouco contestado e tudo mais, é lógico, mas depois parece que todas aceitaram e foi uma comoção geral. Então, assim, só para trazer que o Estado do Rio de Janeiro entende como um caso de tráfico para fins de estelionato e com agravamento da questão do trabalho infantil sim.

**A Sra. Ivone Antunes (Posto Guarulhos–SP)** – É só para ilustrar também um pouquinho essa questão. Nós do Aeroporto Internacional de São Paulo – Guarulhos, nós temos, graças a Deus, um apoio muito grande dos consulados mesmo. Ao contrário, Ju, vou te apresentar alguns, amiga. (*Risos!*) Eu só vou comentar uma coisa, que eu até comentei com a Ju no dia do seminário, na noite anterior nós tínhamos recebido três senhoras, cinquenta e um, cinquenta e três e cinquenta e seis anos de idade, e elas estavam vindo da Bolívia. E por uma questão de Deus, que eu até falei por Deus, uma delas não estava com a carteirinha da Anvisa, então, elas estavam indo para a Índia, e esqueceu, sei lá, Deus tirou na hora, então, elas foram para o posto humanizado, porque lá tudo que acontece é posto humanizado, vamos ajudar o povo, aí fomos lá. Como a Anvisa trabalha, olha só as coincidências da vida, como a Anvisa trabalhar em horário comercial, elas chegaram lá em torno de 20h00, três senhoras, e por cargas d'água algumas totalmente nervosas. Conclusão, como nós temos esse conhecimento e esse atendimento com esse pessoal do consulado, nós ligamos para o consulado da Bolívia, que inclusive estava o Raul, que estava em um seminário no dia, e aí nós conversamos com ele, e ele disse: “Espera um pouquinho que eu já estou indo aí”. Elas estavam sendo traficadas para trabalharem na Índia como costureiras, e era naquele dia exatamente eles foram lá os dois, o cônsul e o outro, desculpa, eu não lembro o nome, é que é emoção, mas assim, eles chegaram lá 22h00, conseguimos embarcá-las 1h00, e elas voltaram para a casa delas, e são senhoras, não era tráfico sexual, era trabalho, e

eram três senhoras que tinham deixado a família delas com filhos, netos, duas tinham netos. E aí o consulado nos ajudou muito, então, por isso que eu estou, assim, o contraponto de um e o contraponto de outro. Então, assim, nós temos essa ajuda, ainda bem. Era só para dar uma ilustrada. Obrigada.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Legal. Obrigada, Ivone. A Dani, da Coordenação, queria fazer só uma ponderação, acho que sobre a fala do Miguel.

**A Sra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo (NETP-RJ)** – Primeiro, eu quero agradecer porque está sendo uma rica experiência, tudo que vocês estão discutindo e compartilhando para mim está sendo uma escola. Eu cheguei aqui no finalzinho de julho, nunca trabalhei com a temática, e enfim, está sendo um grande desafio, e de todos os momentos que eu já participei esse é o que está sendo mais rico para mim, assim, todo esse debate, até esses questionamentos todos têm me instigado, então, muito obrigada pela experiência que vocês estão me proporcionando. Certamente quando eu for para uma próxima reunião do Conatrap eu vou com muito, com a bagagem. *(Risos!)* E assim, pulando este ponto só falar para o Miguel, eu trabalhava com proteção às testemunhas, Miguel, e nós acolhemos o caso de um jovem exatamente dessa situação que você colocou, que ele era um cantonês jovem, e era vítima de tráfico. Ele entrou no programa federal de proteção, e foi o maior desafio do programa, como proteger uma pessoa em um programa que é cheio de restrições, de regras, não se fala a língua, o acompanhamento direto entre a equipe técnica tinha que ter intermediário que compreendesse a língua, foi raríssimo encontrar no Brasil uma pessoa que falasse. Então, eu queria somente colocar como sugestão que de repente seria interessante vocês consultarem, e aí eu posso também estar intermediando esse contato, o programa federal de proteção, porque ele já está há mais de um ano no programa, quase dois eu acho. Então, como é, quais os desafios que eles enfrentaram? E a última informação que eu tive antes de sair de lá é que o processo de reinserção social dele estava sendo fantástico. Então, é claro, vocês não vão poder ficar sabendo o local que ele está, quem são as pessoas, mas a equipe federal que intermedeia a proteção, eu posso te passar o contato para você saber como é que foi essa experiência. Não é mais a Luciana, mudou a coordenação, mas depois nós conversamos sobre isso. Mas, é interessante ver as boas práticas, e é um caso idêntico, igual, é o caso, o único.

5228

5229 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
5230 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Dois minutos, que nós vamos passar...

5231

5232 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Tradução para chinês e tradução de  
5233 cantonês, nós temos a sorte de ter lá no Núcleo um rapaz que namora com uma das  
5234 tradutoras do Ministério das Relações Exteriores para os dois idiomas. Então, no caso  
5235 dos chineses é surreal, é inacreditável, não tem explicação. Ele não pode largar, a  
5236 Andréia ela é uma santa. Você conheceu, aquela loira do Ricardo, você viu. Como que  
5237 nós trabalhamos? Foi uma bela coincidência. Quando teve o caso, o Ministério Público  
5238 do Trabalho nos chamou para acompanhar o caso dos chineses, a primeira pergunta dos  
5239 procuradores foi: “Meu Deus, nós precisamos de uma tradutora”, e na hora eu liguei  
5240 para o Ricardo e falei: “O telefone da Andreia”. A Andreia foi contratada pelo  
5241 Ministério Público do Trabalho para acompanhar os procuradores na oitiva. Então,  
5242 assim, uma das coisas que eles colocaram, porque eles também pegaram jovens  
5243 japoneses no Paraná, foi o problema de tradução. Então, se vocês precisarem de uma  
5244 referência, ela é uma tradutora que acompanha o Ministério das Relações Exteriores, ela  
5245 é segura na tradução, mas aí a contratação se dá no âmbito do instituto, então, no caso  
5246 da fiscalização do Trabalho eles contrataram ela. É uma referência que eu faço para  
5247 todo mundo que pergunta, é única, a Andreia é única.

5248

5249 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
5250 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Pessoal, é porque já são 19h00.

5251

5252 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Tradução português-criolo, para  
5253 quem está com casos de haitianos, não só crioulo, mas também outros dialetos que  
5254 também são falados no Haiti, porque o crioulo ainda é uma língua que nem todos  
5255 também acessam, é o Centro Zammi, posso passar depois no Google Groups aqui, no  
5256 nosso WhatsApp, o contato. Eles são de uma ordem religiosa, e é extremamente de  
5257 confiança também, superparceiros. O Centro Zammi fica em Belo Horizonte, mas eles  
5258 têm também uma série de outras redes, não só aqui no Brasil, mas também no próprio  
5259 Haiti. Então, inclusive para localização de familiares, uma série de questões.

5260

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Obrigada, Flávia.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Última sobre a rede consular. Gente, é porque nós temos uma questão contratual às 7 horas. Tal como o Brasil tenta criar uma rede lá fora e se comprometer, nós fazemos um grande esforço na nossa cooperação internacional de colocar a atenção consular como requisito em tudo quanto é plano, acordo, em tudo que nós negociamos, nós colocamos o tema da atenção consular como um tema relevante e prioritário nas negociações internacionais que o Brasil estabelece. Só isso.

**A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça)** – Devido o avançar da hora nós vamos passar o momento que seria hoje, agora, da escolha dos dois representantes para amanhã de manhã. Mais um tempinho, tem que contextualizar, nós fazemos amanhã cedo. Só lembrando, a programação está marcada para oito e meia da manhã, vamos tentar chegar às oito e meia. Vamos tentar não, vamos chegar às oito e meia, vamos assumir o compromisso. Nós também temos um dia longo amanhã, e a previsão é terminar um pouco mais cedo para quem tem que retornar. Então, oito e meia da manhã, tragam os tíquetes de viagem para dar para a Franciele. E é isso, tenham uma boa-noite. Se for beber cerveja, lembrem-se de estar aqui às 8h30. Obrigada. Se for beber, não dirija.

**22/10/2014**

**MANHA**

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Pessoal, bom-dia. Prazer em reencontrá-los e reencontrá-las. Nós já demos uma tolerância minimamente razoável, são 9 horas da manhã, então a mesa está entendendo que já tem um quórum muito mais do que qualificado para começar a reunião. Nós vamos retomar um ponto que ficou pendente de ontem que é a questão de indicação dos



5295 representantes da Rede de Núcleos e Postos que vão compor a delegação brasileira junto  
5296 à Reunião de Autoridades em matéria de tráfico de pessoas da OEA. O Brasil é o país-  
5297 sede, o anfitrião. Ele organizando essa atividade que será um momento bastante  
5298 importante. Eu queria contar o contexto desse processo para vocês, o objetivo, e depois  
5299 entraremos no processo de indicação. Essa é a quarta reunião de altas autoridades em  
5300 matéria de tráfico de pessoas. Já foram realizadas três reuniões anteriores. A primeira  
5301 que faz de fato um processo de identificação da situação nas Américas e que propõe a  
5302 construção do plano; a segunda reunião que constrói o Plano do Hemisfério Ocidental  
5303 de Ação em Matéria do Tráfico de Pessoas. A terceira reunião foi realizada na  
5304 Guatemala dois anos atrás e resolver prorrogar o plano. Então o plano é de 2010 que foi  
5305 prorrogado dois anos atrás e nós estamos no meio do processo de revisão do novo  
5306 plano. O Brasil está conduzindo junto a um Grupo de Trabalho que está organizado no  
5307 âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA o processo de revisão do plano,  
5308 e nós gostaríamos inclusive de pedir apoio para vocês porque neste momento está aberto  
5309 o Fórum da Sociedade Civil. Na OEA, o processo de participação da sociedade civil e  
5310 por um fórum próprio. Então, neste momento, está aberto e nós temos divulgado as  
5311 informações. As meninas já compartilharam com vocês na Rede a informação sobre a  
5312 participação nesse Fórum da Sociedade Civil e este é o momento, a oportunidade em  
5313 que a sociedade civil pode contribuir com o processo de revisão do plano. Então é muito  
5314 importante que vocês difundam essa informação nos comitês estaduais para que as  
5315 organizações que são da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas possam estar  
5316 cientes desse momento. A participação da sociedade civil neste fórum não depende de  
5317 prévio credenciamento junto à OEA. Então qualquer organização, mesmo que não  
5318 credenciada que deseje participar exclusivamente desse momento poderá fazê-lo. Para  
5319 participar da reunião que vai se realizar nos dias 4 e 5 de dezembro aqui em Brasília, a  
5320 Organização da sociedade civil tem que ser credenciada junto à OEA. Nós já mandamos  
5321 em julho um processo de orientação sobre como realizar o credenciamento junto à OEA.  
5322 Nós mandamos lá atrás essa informação porque esse credenciamento é longo. Ele  
5323 precisa da aprovação dos 34 países da OEA para que a organização possa ser  
5324 formalmente credenciada. Na verdade, os países apresentam a não oposição. Então  
5325 qualquer ONG das Américas que queiram se credenciar junto à OEA precisa de uma  
5326 não oposição de qualquer um dos países membros das Américas para poder ser  
5327 formalmente credenciada. É um processo relativamente moroso, por isso que nós já  
5328 estávamos alertando as organizações para que se desajassem credenciar que o façam

com certa antecedência. Essa reunião tem dois objetivos principais. O primeiro é esse processo de aprovação do plano revisado, e o segundo, que foi uma proposta feita pela delegação peruana, é aprovar a Declaração Interamericana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Então o Brasil também está junto com o governo peruano construindo a proposta da Declaração Interamericana de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. São dois instrumentos muito importantes. O plano provavelmente passará a orientar a ação das Américas para os próximos quatro anos e a declaração é um documento político de demanda de princípios e de valores para os Estados extremamente relevante. Então esses são os dois objetivos principais da reunião. Além disso, o país-sede propõe uma agenda estratégica para a reunião. E o Brasil já apresentou a proposta de agenda que está sendo submetida à avaliação dos países. Quando nós decidimos a agenda estratégica, optamos por três temas centrais: o primeiro tema são os mecanismos de coordenação das políticas, que é um tema que vem sendo pautado pela Relatoria Especial do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos que busca, em especial, levantar boas práticas e conhecer como os países criam seus mecanismos locais de gestão das suas políticas, planos, ou ações estratégicas em matéria de tráfico de pessoas. O Brasil tem um modelo a mostrar, o Brasil teve seu modelo reconhecido, então colocamos esse tema como sendo um dos temas prioritários da agenda. O segundo tema que o Brasil apontou para a agenda estratégica é o tema do conceito de exploração e modalidades de exploração. Nós entendemos que esse ainda é um tema que também vem sendo bastante debatido agora já no âmbito do UNODC que precisa de uma clareza maior de como os países vêm interpretando e produzindo seu processo de internalização do conceito de Palermo e, ao mesmo tempo, seria uma grande oportunidade de entender as modalidades, e como tema ou a questão do tráfico vem de fato se manifestando nas Américas. E nós certamente poderíamos, enquanto bloco, também nos prepararmos melhor para os fóruns internacionais de forma mais organizada. E o último tema que nós colocamos, são três temas em geral que os países apresentam, é o tema da proteção à vítima. Todo processo de atenção e proteção às pessoas em situação de tráfico. E aí entrando todo o aspecto da proteção, desde o atendimento, indenizações, enfim. Colocando um conjunto de questões que seja focadas na atenção integral à vítima, desde uma perspectiva dos direitos humanos. Esses são os três temas apresentados como temas centrais de debates. Eles produzem um deslocamento muito grande da agenda histórica dos encontros anteriores. Havia uma tendência muito grande no âmbito das Américas de se discutir sempre a temática do tráfico desde uma perspectiva de law

5363 *enforcement*. Então, pela primeira vez, o Brasil dá uma guinada muito grande na agenda  
5364 histórica que foi produzida pelos 3 encontros anteriores e para sustentar a construção  
5365 dessa agenda nós desenhamos uma nota conceitual. Então nós apresentamos a proposta  
5366 de agenda e desenhamos uma nota conceitual que dá subsídio ao por que o Brasil está  
5367 propondo uma guinada na agenda para a Quarta Reunião. Acho até que poderíamos  
5368 compartilhar com vocês a proposta da agenda e a nota conceitual para vocês verem  
5369 quais são os argumentos. Ali nós não fazemos defesa de posição, nós só fazemos a  
5370 defesa da pauta, o porquê a pauta deve ter uma perspectiva do que historicamente a  
5371 OEA vem tratando e apresentando. Esse é o contexto do debate e a reunião se realiza  
5372 nos dias 4 e 5 de dezembro, aqui em Brasília. Nós estamos fazendo essa reunião em  
5373 parceria com o Ministério das Relações Exteriores, inclusive o evento será no Palácio  
5374 do Itamaraty. E nesse processo de convites, eu já vi que alguns de vocês, algumas  
5375 organizações, começaram a pedir para serem convidados para o evento. Esse não é um  
5376 processo que demande uma deliberação da OEA. A OEA convida os países e os países  
5377 montam as suas delegações. A delegação brasileira está sendo montada pelos órgãos do  
5378 Estado brasileiro - é óbvio que estamos chamando não só o Governo Federal, mas o  
5379 Ministério Público, as instituições da República - e estamos compondo também como  
5380 uma representação do Comitê Nacional e queremos que essa representação e a  
5381 delegação brasileira seja composta com a Rede de Núcleos e Postos. Entendam que a  
5382 delegação assim não há espaço de voz, não há espaço de fala, é um processo muito de  
5383 observação porque na reunião quem nos representa é a alta autoridade brasileira, que é o  
5384 nosso secretário nacional, e ele fará isso como o *hostess* do evento, compartilhando essa  
5385 representação com o Itamaraty. Mas, há um momento em que o Brasil apresenta suas  
5386 posições, faz toda a defesa da agenda que está sendo apresentada e um grande momento  
5387 de circulação também em que questões de fundo, uma troca de experiências e um  
5388 grande ambiente de debate estará sendo colocado, mas muito mais acho que na parte  
5389 externa do que exatamente na mesa de reuniões. É uma mesa que acontece como esta,  
5390 em U, cada delegação tem um assento e ficam duas pessoas sentadas atrás da delegação,  
5391 formato padrão da OEA e os trabalhos são dirigidos pelo secretariado da OEA, não é  
5392 nem dirigido pelo próprio país. Então somos país anfitrião da reunião que já tem toda  
5393 uma dinâmica própria e todo um regramento estabelecido para o seu funcionamento.  
5394 Bom, o fato é que nós queremos muito que essa Rede esteja conosco na delegação  
5395 brasileira, nos acompanhe nesse processo até porque nós entendemos que a história que  
5396 construímos com a Rede de Núcleos e Postos precisa ser revelada para as Américas e

pode ser entendida como uma prática inclusive para ser eventualmente experimentada e aproveitada em outros países. E gostaríamos de convidá-los. Agora, infelizmente, não comportamos todos vocês na nossa delegação e a nossa sugestão eram que duas representações pudessem estar conosco na delegação brasileira. Não pensamos se poderia ser um de Núcleos e Postos, pensamos em duas representações dessa Rede, e a ideia agora seria abrir intervenção para vocês para quem tiver dúvidas ou que quiser um pouco mais de informação ou fazer sugestão de como querem eventualmente produzir esse processo de indicação, ou até se já quiserem se autoindicar. A palavra está aberta e a mesa já está captando as inscrições. O evento será 4 e 5 de dezembro, é uma quinta e sexta, aqui em Brasília. E só para registrar, o Brasil sediará também nos dias 2 e 3 o evento de Cartagena+30. Cartagena foi um grande marco na construção da política de refúgio, em especial para a América Latina, e depois nos dias 4 e 5 a Reunião de Autoridades em Matéria de Tráfico de Pessoas. Palavra está aberta, quem se habilita? Já temos uma candidatura de São Paulo e uma do Rio de Janeiro. Temos três candidaturas, já estamos abrindo a candidatura, vamos lá, é uma reunião importante.

**O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** - Eu queria só defender por que o Rio tem interesse em participar: primeiro por toda a situação que está acontecendo com o Rio de Janeiro, vamos sediar as Olimpíadas, o que para nós tem sido um processo que tem demandado muito a nossa atenção em todos os aspectos, tanto do trabalho escravo como do tráfico de pessoas, quanto tudo na verdade, o Rio de Janeiro está com uma vitrine assim, tudo que acontece lá acaba reverberando em todos os lugares com muita amplitude. Então existe o nosso interesse e também existe interesse em participar da Cartagena+30 por conta do Plano de Refugiados que lançamos no Rio este ano, que é o primeiro do Brasil e toda questão de refúgio que está se dando, o grande processo migratório para fins de refúgio também, acho que São Paulo também está sofrendo bastante com isso, o Acre também. Por isso temos interesse, mas fica aberto aí para lógico para o processo democrático.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Obrigada. Tem mais gente? A candidatura ainda segue aberta, por favor, os demais.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** - No caso de São Paulo, temos uma situação também muito parecida com o Rio de Janeiro, sob o ponto de vista de

5431 visibilidade internacional, aquelas coisas de acharem que a capital do Brasil é o Rio de  
5432 Janeiro (risos), internacionalmente acham isso, de fato São Paulo ou Rio de Janeiro, por  
5433 conta da visibilidade internacional ou pelo conhecimento de que existem naquelas  
5434 cidades oportunidades de acesso a trabalho, no caso de São Paulo principalmente no que  
5435 tange a refugiados, os dados, por exemplo, temos uma parceria com a Acnur lá na  
5436 Secretaria de Justiça, os dados migratórios, o pessoal do Conare e do Acnur que passam  
5437 isso para nós, a Taís está lá, são de mais de 150% de aumento de 2013 para 2014 no  
5438 estado de São Paulo. Primeiro, eu nem sabia que esse evento de Cartagena iria ser  
5439 realizado aqui no Brasil. Isso é coisa importante e interessante para participar. Segundo,  
5440 a questão de tráfico de pessoas e a questão imigratória, a nós é muito interessante  
5441 também visibilizar de que maneira essa política está sendo interpretada no âmbito do  
5442 Mercosul, no âmbito do nosso bloco territorial, que são os Estados americanos. Pois  
5443 sabemos, por exemplo, em São Paulo nós temos um problema detectado e buscamos  
5444 solucionar que é a questão de compreender a imigração latino-americana. Então, não só  
5445 temos uma imigração africana muito forte, mas muito maior do que isso é o número de  
5446 latino-americanos dentro da cidade de São Paulo seja numa situação de refúgio, então  
5447 eu não imaginava o nº por exemplo de colombianos, pessoas do Equador que são  
5448 refugiadas, problema de perseguição política, e muitas vítimas de tráfico de pessoas em  
5449 situações vindas desse bloco, que é o nosso bloco latino-americano. Particularmente,  
5450 sim, é muito interessante. Eu tive essa demanda da nossa Assessoria Internacional  
5451 dizendo da importância da participação, eu não sabia, depois eles me copiaram no e-  
5452 mail, eles achavam isso importante por conta das relações que estão se firmando com os  
5453 consulados, os aspectos econômicos que estão se desdobrando das relações que estão se  
5454 firmando no âmbito do estado de São Paulo, coisas que são muito típicas de cada  
5455 estado, mas que, não tenho dúvida nenhuma, acabam por influenciar em situações que  
5456 passam sim pela política de direitos humanos, por uma compreensão, que não é só  
5457 econômica, não vou fazer só pacto econômico, eu tenho que olhar para a parte de  
5458 direitos humanos. Então na Secretaria de Justiça nós acabamos por balizar um pouco o  
5459 papo dos direitos humanos dentro das políticas de relação internacional que para São  
5460 Paulo é muito focado no âmbito econômico. Então conseguimos de alguma maneira  
5461 influenciar. Dentro dessa perspectiva é a perspectiva que eu coloco de interesse do  
5462 estado de São Paulo participar, sobre o ponto de vista de Núcleo. Agora eu vou falar da  
5463 Rede. Eu não me lembrava quem eram os representantes que estavam do Conatrap, nós  
5464 vamos falar daqui a pouco do Conatrap, que é outro ponto de defesa que eu faço com

relação a minha representação e aí fica aberto. Acho que é importante de alguma maneira tentar equalizar a Rede dentro do Conatrap, seja a Juliana, seja quem for a pessoa que vir para frente, que nós consigamos sempre equalizar de maneira clara, transparente e forte essa rede. Hoje eu não tenho dúvida nenhuma, eu sempre falo isso para todo mundo, o melhor trabalho de articulação que o Brasil hoje desenhou e isso é um mérito do Ministério da Justiça é a construção dessa Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas a partir dos Núcleos e Postos. Nós temos as nossas diferenças sob o ponto de vista das dinâmicas do trabalho, até sob o ponto de vista das nossas formas de pensar, mas nós somos um grupo coeso e coerente que é o mais importante. Então estou me defendendo no bom sentido porque nessa oportunidade vai estar uma representação da sociedade civil que para o Conatrap é importante, mas eu acho que para a Rede de Núcleos e Postos precisamos nos posicionar, no bom sentido, ou seja, de estar presente, de estar acompanhando isso. São essas duas questões que amarramos também com o papo que vem pela frente.

**A Sra. Annie Vieira de Carvalho (NETP-DF)** - Bom, a priori, nós conversamos aqui entre nós, e pelo evento ser em Brasília, nós já despertamos interesse. Mas, pelo histórico do Distrito Federal, vocês sabem que aqui é uma região de imigrantes, com certeza são poucos os nativos que nasceram em Brasília, estão começando a surgir de um tempo para cá, mas acreditamos que Brasília é o centro do país e percebemos pelos dados, pelos índices, um grande número de migrantes e imigrantes que vem para cá justamente com proposta de trabalho. Então Brasília desde sempre foi um cidade estruturada e nova no Brasil que tem esse atrativo pela questão do trabalho. Muitos imigrantes que vêm para cá, vêm com essa intenção também. Inclusive no caso que atendemos de Bangladesh, nós percebemos essa dinâmica, esse interesse, o aliciamento surgiu por conta dessa oferta, desse aliciamento com esse interesse de trabalho e aqui se percebe que existem vários campos de trabalho que são interessantes, despertam o olhar das pessoas, por exemplo, a construção civil que se apresenta hoje aqui em avanço. E nós desde então percebemos que o nº de imigrantes é cada vez maior, principalmente de países do Oriente Médio. A sociedade civil, nós percebemos que tem algumas instituições que lidam com o acolhimento de imigrantes com orientação adequada, com encaminhamento adequado, mas o governo precisa também tomar isso para si, essa responsabilidade de atendimento, de acolhimento e de encaminhamento dessa população. O Núcleo não consegue abraçar toda a população, então focamos muito nas

5499 pessoas que têm essa característica de pessoas traficadas. Nós participamos do processo  
5500 de discussão da Comigrar lá em São Paulo, além das regionais aqui em Brasília, e da  
5501 Distrital, quando fomos para a Comigrar, nós despertamos esse interesse do Núcleo, de  
5502 abranger o nosso trabalho e no caso pensar até na criação de um núcleo maior, de um  
5503 centro de atendimento ao migrante. Essa é uma intenção nossa e por ser em Brasília  
5504 temos essa facilidade. E como representante da Rede, já há muito tempo que nós  
5505 acumulamos algum conhecimento aqui com todo mundo e pretendemos então  
5506 representar a Rede com muito prazer, se for da vontade de todos, nós nos colocamos à  
5507 disposição.

5508  
5509 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** - Só uma pergunta que para nós do Rio é  
5510 importante. Como se daria essa participação, pois temos um fato no Rio de Janeiro, não  
5511 sei como é nos outros estados, desde o dia dez nosso orçamento fechou por conta da  
5512 questão de transição do governo.

5513  
5514 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Duas  
5515 questões. Eu fiz uma explicação de como é compor a delegação e essa vinda a Brasília é  
5516 financiada pelo Ministério da Justiça. E só esclarecer: o convite é para a Reunião de  
5517 Autoridades. Cartagena tem uma dinâmica própria de composição, outra história, o  
5518 processo já está completamente avançado porque eles tiveram toda uma etapa  
5519 preparatória etc. Então é para os dias 4 e 5, 4ª Reunião de Autoridades em Matéria de  
5520 Tráfico de Pessoas. Consulto agora se mais algum estado gostaria de apresentar  
5521 candidatura? Se todos já estão esclarecidos com as defesas de candidaturas que foram  
5522 realizadas? Podemos então passar para a próxima etapa de deliberação da nossa  
5523 representação?

5524  
5525 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** - Tem tradução o tempo todo da reunião?

5526  
5527 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Sim.  
5528 A reunião funciona nos quatro idiomas oficiais da OEA, português, inglês, espanhol e  
5529 francês, e ela é integralmente traduzida o tempo todo, inclusive todos os documentos  
5530 que circulam na reunião.

5532 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** – Eu teria interesse também de participar. Confesso  
5533 que fiquei preocupada porque se for depender do meu inglês vai ser difícil depois  
5534 repassar alguma coisa para vocês, mas pela mesma fala das outras candidaturas, pela  
5535 pertinência do tema, por estarmos tentando fortalecer essa política no estado do Rio  
5536 Grande do Sul, acho que seria importante participar, poder acompanhar um momento  
5537 importante como esse, levar essas questões para o estado. É do nosso interesse também.

5538

5539 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
5540 Vejam que a coragem já está aumentando. Já temos mais candidaturas.

5541

5542 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** – Eu estarei em férias, fiquei pensando, e agora?

5543

5544 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – 4 e 5  
5545 é uma quinta e uma sexta da primeira semana de dezembro. Bom, temos então quatro  
5546 candidaturas para esse processo de composição e duas vagas. A mesa gostaria de sugerir  
5547 um processo de eleição, pode ser? Temos duas vagas e quatro candidaturas: Núcleo do  
5548 Rio de Janeiro, Núcleo de São Paulo, Núcleo do Rio Grande do Sul e Núcleo do Distrito  
5549 Federal. Em geral, nós chamamos a lista dos Núcleos e dos Postos para o processo de  
5550 votação, pode ser? Vamos começar então pelas listas. Eu peço, por favor, que ao votar  
5551 vocês indiquem em qual Núcleo vocês estão votando.

5552

5553 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Gente, eu acabei de receber este e-  
5554 mail do Núcleo. Esse e-mail é da Mônica Quenca, assistente social que trabalha na  
5555 Missão Paz. Foi ela quem me acompanhou naquele caso dos dois adolescentes  
5556 haitianos. Ela acabou de me mandar um e-mail, fiquei feliz e queria ler para vocês: “Oi,  
5557 Ju, ontem fui ao Parque do Carmo com a Vovó Matilde...”, é o lugar onde as crianças  
5558 estão abrigadas. “...além de visitá-las, fui conversar com a assistente social e o gerente  
5559 do abrigo que não entendem por que a conselheira tutelar que atendeu o caso até hoje  
5560 está com alguns documentos originais das crianças. Até onde sei, ninguém pode reter  
5561 documentos originais de ninguém, enfim, desde o primeiro momento até hoje, poderiam  
5562 reter os documentos originais, leia-se os passaportes, se houvesse qualquer tipo de  
5563 problema com o passaporte, e a autoridade competente seria a Polícia Federal. Desde o  
5564 primeiro local onde as crianças ficaram a reclamação é a mesma: a conselheira tutelar  
5565 não atende e se o faz diz que não tem tempo para resolver problemas relacionados a



documentos. Tanto o protocolo quanto aquela autorização judicial, os papéis do Pérola Byington e o BO só foram passados via e-mail hoje, ou seja, escaneados para os locais que abrigam os irmãos, sendo que deveria sempre acompanhá-los, de maneira que as crianças só contam com o passaporte. Conforme nos prometeu, o pai da criança enviou, via fax, certidão de nascimento dos dois que entreguei às mãos dos responsáveis oficiais. O endereço para entrega foi o da Missão Paz. Problemas burocráticos à parte, as crianças estão ótimas. Fiquei impressionada em ver o desenvolvimento físico dos dois, sabendo que o hormônio do crescimento é excretado durante o sono e acredito que há muito tempo eles não dormiam tão bem. Além óbvio da alimentação balanceada em horários regrados. Você poderá ver nas fotos anexas, eles sorriem o tempo todo e contam mil histórias que aconteceram nos últimos em virtude da programação especial do Dia das Crianças. Já construíram vínculos com os funcionários. Fiquei um bom tempo conversando com eles. No final da visita, disse que eles poderiam escolher ficar onde quisessem ou poderiam voltar comigo para o abrigo da igreja. De imediato, fecharam o semblante. A Beatrice, a menina, disse de maneira incisiva que não sai de onde está. E o Filó, irmão dela, se pôs a conversar em crioulo com ela. Ri e pedi que ele falasse em português. Mas aquele sorriso que estava permanentemente no rosto dele sumiu. A irmã veio em seu socorro e disse que nenhum dos dois quer voltar a lugar nenhum, disse que não desejam ir para lugar algum. Quando concordei e disse que poderiam ficar lá o sorriso voltou e começaram a se abraçar aliviados. Acredito que o desafio agora é fazer com que eles se aproximem desse possível pai. Mas, aí já estamos falando de outro capítulo. Mais do que nunca percebo que tomamos a decisão acertada ao separá-los daquele suposto tio. Grande beijo. Mônica”. Isso aqui é um serviço de rede. Eu estou feliz porque a Mônica é a assistente social da igreja que acompanha na unha, caso a caso dos imigrantes que passam pela Missão Paz. Então, ao Rio de Janeiro, quando vocês perguntaram como é que conseguimos fazer o Ministério Público destinar valores para instituições que são boas, é porque o Ministério Público do Trabalho foi; passou um dia inteiro na Missão Paz; entendeu o que é abrigo de 150 imigrantes. É isso aqui que eles fazem. Então, fortalecer a sociedade civil é isso aqui. É gente que faz, não é gente que manda fazer.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
Obrigada, Ju. Vamos para o processo de votação? Nós vamos fazer a chamada dos Núcleos por ordem alfabética e depois vamos fazer a chamada dos Postos. São 4

5600 candidaturas apresentadas: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do  
5601 Sul. Todos esclarecidos? Começamos o processo de votação?  
5602  
5603 **A Sra. Rosa Augusta Oliveira de Melo (NETP-AL)** - Pode ser dois votos, escolhe  
5604 dois votos. (*Voto sem microfone*).  
5605  
5606 **A Sra. Rosângela Cristina Tavares Pinheiro (NETP-AM)** - Eu voto para o Núcleo de  
5607 São Paulo e Rio de Janeiro.  
5608  
5609 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
5610 Núcleo do Amapá?  
5611  
5612 **A Sra. Maria Raimunda dos Santos Nascimento (NETP-AP)** – Eu voto no Núcleo  
5613 do Rio Grande do Sul e no Núcleo de São Paulo.  
5614  
5615 **O Sr. Admar Fontes Júnior (NETP-BA)** - Eu voto no Rio Grande do Sul e Brasília.  
5616  
5617 **A Sra. Livia Maria Xerez de Azevedo (NETP-CE)** - São Paulo e Distrito Federal.  
5618  
5619 **O Sr. Philipe Teixeira Campos (NETP-DF)** - Brasília e São Paulo.  
5620  
5621 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** - Rio Grande do Sul e Brasília.  
5622  
5623 **A Sra. Amanda Borba Soares (NETP-MA)** - Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.  
5624  
5625 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** - São Paulo e Rio Grande do Sul.  
5626  
5627 **A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA)** - Rio Grande do Sul e São Paulo.  
5628  
5629 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** - Foi uma pena eu ter  
5630 chegado atrasada, mas não foi por conta nossa, foi por conta do hotel que teve um  
5631 probleminha lá e infelizmente não deu para estar aqui, pois gostaria também de estar  
5632 participando da candidatura. São Paulo e Distrito Federal,.  
5633

5634 **A Sra. Stella Maria Machado Natal (NETP-PR) - São Paulo e Rio Grande do Sul.**  
5635  
5636 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ) - Rio de Janeiro e São Paulo.**  
5637  
5638 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) – Rio e São Paulo.**  
5639  
5640 **A Sra. Jacielma Maria dos Santos (NETP-Ipojuca) – São Paulo e Rio Grande do Sul.**  
5641  
5642 **A Sra. Ivone Antunes (Posto – Guarulhos) - São Paulo e Rio.**  
5643  
5644 **O Sr. Milton Nunes Cruz (Posto – RJ (Galeão)) - São Paulo e Rio de Janeiro.**  
5645  
5646 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-SP) – Rio Grande do Sul e São Paulo.**  
5647  
5648 **Prefeitura de São Paulo - São Paulo e Rio Grande do Sul.**  
5649  
5650 **Posto do Ceará - São Paulo e DF.**  
5651  
5652 **Posto do Pará - Rio Grande do Sul e São Paulo.**  
5653  
5654 **Posto do Amazonas - São Paulo e Rio de Janeiro.**  
5655  
5656 **Posto de Alagoas - São Paulo e Rio de Janeiro.**  
5657  
5658 **Posto do Rio Grande do Sul – Rio Grande do Sul e São Paulo.**  
5659  
5660 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
5661 **Então, pelo escrutínio da mesa: 19 votos para São Paulo; 11 votos para Rio Grande**  
5662 **do Sul; 8 votos para Rio de Janeiro; e 6 votos para o Distrito Federal. Ok? Nós**  
5663 **colocamos como a representação São Paulo e Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro**  
5664 **na primeira suplência na impossibilidade da vinda das representantes desses dois**  
5665 **estados. Muito bem. Que os nossos representantes sejam muito bem-vindos à**  
5666 **delegação brasileira junto à 4ª Reunião da OEA. O nosso próximo ponto de pauta, e**  
5667 **aí vou pedir já para que as nossas representações agora vão ter que nos ajudar um**

pouquinho no tempo, nós começamos a reunião com meia hora de atraso. É sobre a demanda do Conatrap para a rede. Durante a última reunião do Conatrap foram apresentadas algumas demandas sejam nas comissões permanentes que funcionam no âmbito do Comitê Nacional, seja na própria reunião do plenário para que alguns temas pudessem ser debatidos com essa Rede e que, portanto, esse acúmulo de debate da Rede pudesse ser também devolvido ao Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. A condução deste momento será feita pela representação da Rede junto ao Conatrap, portanto, Juliana, Leila e Jeanne que participaram da última reunião e, neste momento, passo a palavra para vocês para que possam conduzir esse processo de apresentação das demandas do Conatrap para a Rede. Já lembrando a importância de sermos bastante objetivos em função do nosso tempo.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – O Conatrap teve três reuniões até agora. Na última reunião, eu queria fazer um informe importante, até para vocês tomarem ciência da dinâmica. O Conatrap, na sua segunda reunião que foi realizada em São Paulo quando teve a Comigrar, já deu andamento ao que eles chamam de comissões permanentes. Então o Conatrap hoje tem quatro comissões permanentes. Uma de monitoramento do orçamento do 2º Plano Nacional; uma de articulação e fortalecimento da Rede, isso é uma coisa no sentido amplo, não é só a nossa Rede, é tudo que tiver de sociedade civil, de Poder Público; o de marco legal, que é o estudo de legislações etc. e uma de comunicação e produção de conhecimento. São 4 comissões permanentes. Eu tinha me colocado na segunda reunião na Comissão Legislativa de Marco legal, mas eu mudei porque temos que tentar fortalecer a Rede em outros assuntos que são importantes para nós, principalmente em assunto meio nebuloso que é a questão da construção de orçamento público nas nossas atividades, por exemplo, do que aconteceu nesse nosso primeiro relatório que tivemos que identificar quem tinha no PPA, quem não tinha no PPA, e aí eu mudei. A Leila ficou numa área bacana que era de articulação e fortalecimento da Rede e a Jeanne me acompanha, às vezes andamos meio de parzinho sempre, nós nos dividimos entre Núcleo e Posto. Para quem está chegando agora, só para vocês saberem, nós fizemos uma eleição no Conatrap, Núcleo e Posto tem um único assento, isso quer dizer que ninguém vota em dupla, ou vota em consenso ou não, e esse consenso é um consenso a partir do que nós conversamos aqui, pode ser a Juliana, pode ser a Leila, mas não é a Juliana quem decide é o que o grupo aqui tiver deliberado dentro das circunstâncias de importância para o grupo. Isso foi uma coisa

5702 que quando fizemos a eleição no Rio de Janeiro no ano passado batemos forte, a  
5703 representação não é do Núcleo, é da Rede. Isso só para fazer esse informe para vocês.  
5704 Por conta dessas comissões permanentes, a Graça veio ontem aqui, porque a Comissão  
5705 Permanente de Articulação quer saber sobre a articulação da Rede de Núcleos e Postos.  
5706 Na comissão que eu participo, de monitoramento do orçamento, o Ministério da Justiça  
5707 também publicou no site deles o relatório de monitoramento do 2º Plano, foi passado a  
5708 nós, se não está publicado no site novo, a Dani pode mandar de novo se a nossa Rede  
5709 não recebeu porque como Conatrap eu recebi. E nesse relatório vocês vão ver que sob o  
5710 ponto de vista do orçamento, a dinâmica é a não criação de um orçamento próprio para  
5711 tráfico de pessoas, mas, sim, identificar dentro dos múltiplos orçamentos dos  
5712 ministérios, que eles informam ao Ministério da Justiça, identificar, por exemplo, como  
5713 a Saúde, nos programas que já estão trabalhando, inclui o tema transversalmente do  
5714 tráfico de pessoas, portanto, não precisa ficar criando uma coisa própria, eu já utilizo  
5715 aquele serviço que sabemos que é bom, que funciona, que está mais fortalecido, mas aí  
5716 transversalmente eu coloco o tema de tráfico de pessoas. Então, o orçamento é visto  
5717 muito sob esse ponto de vista, que é um ponto de vista estratégico, maduro, afinal de  
5718 contas não dá para pegar e mudar, a própria Fernanda colocou que mudar o PPA é  
5719 muito complexo, mas esse acompanhamento é feito desse jeito. Bom, sob o ponto de  
5720 vista de orçamento, eu acho bacana talvez conversarmos um pouquinho mais para  
5721 frente, se vocês tiverem dúvidas, mas grosseiramente falando do 2º Plano o orçamento  
5722 está sendo analisado primeiro sobre aquilo que nós informamos, das nossas ações no  
5723 âmbito de estado e dos municípios. E no âmbito federal, através das informações  
5724 colhidas nesse grupo que o Ministério da Justiça participa de maneira a acompanhar as  
5725 políticas e os orçamentos das políticas incluindo o tráfico de pessoas através de ações  
5726 transversais e não com rubricas específicas e próprias. Da Comissão Permanente de  
5727 Articulação também veio uma demanda, principalmente para aqueles que eram da  
5728 sociedade civil, e vou identificar a demanda. Então o Pará que tem a Sodireitos, o  
5729 Marcel, que é o representante da Sodireitos, conversou e disse que quem trabalha na  
5730 área de fronteira sabe das dificuldades e dos problemas vividos naquela região. Isso  
5731 significa que estamos falando de problemas de exploração de pessoas, mas também de  
5732 problemas migratórios. A Rede de Núcleos e Postos lida com essa realidade. A pergunta  
5733 que se faz é: como ela lida com essa realidade? Então veio essa demanda da Comissão  
5734 Permanente de Articulação e essa demanda veio a partir do olhar da sociedade civil: o  
5735 que os Núcleos estão fazendo? E estão fazendo sob 3 aspectos. A Leila ontem à noite

5736 me lembrou bem: primeiro, o que fazem e como fazem em lidar com o tema tráfico de  
5737 pessoas e imigração. Segunda questão que se coloca: como eles trabalham esse  
5738 conceito; como se distingue imigração, tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes,  
5739 como a Rede trabalha com isso. Terceiro, fronteira. Então, quando vem a fala no  
5740 Conatrap sobre fronteira, vem uma fala muito dos espaços de limite do Estado brasileiro  
5741 para com outro país. Nós vamos discutir daqui a pouco a nossa portaria e quem leu as  
5742 minhas observações quando eu enviei dos comentários da portaria, nós colocamos na  
5743 nossa Rede, fronteira, não só como uma área tecnicamente falando, de divisão entre um  
5744 país e outro, mas também compreendemos fronteira a partir das regiões de trânsito, que  
5745 são de entrada e saída do país, a exemplo dos nossos portos e aeroportos. Guarulhos não  
5746 está na fronteira com nenhum país, Guarulhos é uma área de fronteira onde há trânsito  
5747 de pessoas que entram e saem do nosso país. Então, temos uma compreensão de  
5748 fronteira, o Pará também, o Pará tem o posto e tem gente que vem nessa migração,  
5749 nesse trânsito. Galeão não está na área de fronteira com país nenhum, mas vocês são  
5750 uma área de fronteira. Então, temos uma concepção de fronteira que difere daquela  
5751 compreensão. Pensando como coloco isso para vocês, eu, Leila e Jeanne conversamos e  
5752 ponderamos, estou fazendo uma pergunta, vocês compreenderam as dúvidas e  
5753 questionamentos que estão sendo colocados pelo Conatrap? Beleza. O que nós  
5754 propusemos? Que pudéssemos desenvolver a partir da nossa Rede a seguinte  
5755 metodologia de resposta para o Conatrap. Primeiro: nós pegaríamos o nosso relatório  
5756 que tem ali nossas atividades, identificaria a partir dele e das nossas atividades, os  
5757 assuntos e as atividades que caracterizam a nossa atuação no âmbito migratório. Vou me  
5758 colocar no exemplo: São Paulo botou no relatório um monte de coisas envolvendo  
5759 haitianos. Isso é tráfico de pessoas? Não sei dizer. Eu posso dizer que não é de cara, é  
5760 migração. Só que eu atuo com essa temática. Então muitas coisas que o Núcleo faz  
5761 estão ligadas à visibilidade dos direitos migratórios, e sabemos que uma vez violados  
5762 podem gerar situações de exploração. Guarulhos, sabemos que eles lidam com a mesma  
5763 realidade. Eles não ficam procurando: “Esse aqui é vítima de tráfico, eu atendo, esse  
5764 não é, não atendo”. Não é assim. Sabemos que eles atendem pessoas em estado  
5765 migratório, brasileiros e estrangeiros. E aí dentro desse atendimento podem ter que dar  
5766 conta de situações de contrabando, de tráfico de pessoas etc., e assim sucessivamente  
5767 com todo mundo. Então eu acho que o relatório é uma boa fonte e imediata. E por que o  
5768 relatório e não outro instrumento? Porque é um documento que está público, é um  
5769 documento que foi pactuado pela Rede, é um documento que demonstra organização, é

5770 uma informação que vai ser perpetuada sob o ponto de vista de transparência da política  
5771 pública, então é um excelente ponto de início para identificarmos as nossas atividades  
5772 para qualquer pessoa, inclusive o Conatrap. Segunda coisa: quando identificarmos no  
5773 relatório as nossas atividades, vamos mostrar a todos as características diferentes de  
5774 Núcleos, Postos e mais do que isso das nossas características regionais, vamos ver que  
5775 um posto do Amazonas, eu imagino o que não são os postos no Amazonas, imagino que  
5776 os rios ali devem ter, com certeza, caminhos que levam a outros limites de fronteira,  
5777 diga-se, de países, cidades, municípios comunidades indígenas etc. Tem toda uma  
5778 implicação que é muito da sua região. Quando você pegar no seu relatório e for falar da  
5779 sua atividade, conseqüentemente a sua característica regional vai aparecer. Estão são  
5780 essas duas questões para identificarmos no relatório. Segundo ponto que aí vamos  
5781 amadurecer também para dar essa resposta. Nós vamos distinguir o que é migração,  
5782 tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes para o Conatrap, como a nossa Rede  
5783 enxerga esses três fenômenos que têm características próprias, fundamentação legal  
5784 própria e política muito própria. Nós tivemos esse debate ontem e eu acho que isso  
5785 ficou claro aqui, nós estamos a cada dia amadurecendo conceitos. E a nossa Rede está  
5786 muito mais amadurecida às vezes do que a própria Rede que cuida às vezes de assuntos  
5787 migratórios na hora de conseguir distinguir uma coisa da outra, e eu dou o exemplo  
5788 também por São Paulo, desculpa é porque é o que eu conheço, não posso falar de outra  
5789 pessoa sob pena de falar bobagem. Quando eu vou falar, por exemplo, com algumas  
5790 instituições que cuidam de migração, migração no sentido lato, elas têm muita  
5791 dificuldade de vincular a migração com o tráfico de pessoas porque elas têm medo de  
5792 misturar uma coisa com a outra. E nós dissemos assim: “Isso é muito forte”. E também  
5793 elas têm muito medo de misturar com o contrabando de imigrantes. Eu e Ivone temos  
5794 hoje em mãos um caso em andamento que demonstra exatamente isso. Só que nós da  
5795 nossa Rede não temos medo de falar desses dois assuntos porque para nós é muito claro  
5796 uma coisa é distinta da outra, e lidamos com essa realidade o tempo inteiro. Então  
5797 poderemos fazer um segundo momento de resposta que é dessa distinção conceitual a  
5798 partir da nossa experiência prática, de forma a dar ao Conatrap e a todo mundo que  
5799 tentar compreender essa questão de diferença e querer compreender o nosso trabalho,  
5800 que se nós não temos com absoluta clareza, nós temos com muita segurança e  
5801 responsabilidade cuidados para distinguir uma coisa da outra. Talvez não tenhamos  
5802 clareza em alguns casos, mas temos responsabilidades e cuidados para distinguir uma  
5803 coisa da outra. E a terceira coisa para fechar mesmo uma resposta ao Conatrap frente à

demanda do nosso trabalho seria explicar para eles a questão de fronteira para a nossa Rede. E aqui, Leila, me ajuda, porque você falou umas coisas legais ontem que eu não tinha me dado conta porque você é da região e entende do riscado. Falar de fronteira em área amazônica, em territórios do Brasil onde as fronteiras são cuidadas não apenas pela Polícia Federal, mas às vezes e tão somente pelas Forças Armadas, nós vamos ter que demonstrar aqui não só o que entendemos por fronteira, mas os desafios e os sucessos que a nossa Rede tem e isso vai ficar muito mais um desafio para quem está no Amapá; no Amazonas; Acre não está aqui, mas se tiver em andamento a coisa vai ser; Rio Grande do Sul, desculpe a ignorância, não sei se a área de fronteira de vocês tem Forças Armadas, acho que não, é só PF, não é? (*Intervenção fora do microfone*); Basicamente PF no Rio Grande do Sul; vai ser desafio para o Pará. Pegar e explicar, não só conceituar fronteira, mas de conceituar de que maneira os Núcleos estão se relacionando com essas instituições que são muito distantes das outras áreas de fronteira que temos que é posto rodoviário, onde você se relaciona com Polícia Civil, Polícia Militar ou os aeroportos onde fundamentalmente você está se relacionando com as três polícias, federal, civil e militar; Ceará, a mesma coisa, você não tem uma área de fronteira com Forças Armadas. Então aqui seria o terceiro ponto de construção de resposta e conhecimento, onde fronteira seria vista na explicação conceitual para a nossa Rede e na articulação que a nossa Rede desenvolve. É isso.

**A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA)** – Como bem Juliana colocou, eu vou só fazer alguns esclarecimentos diante da Comissão de Articulação e Fortalecimento que essa demanda também das fronteiras surgiu de uma análise que viemos conversando sobre essa questão de fronteiras e como os Núcleos e Postos estão trabalhando com relação ao atendimento a essas vítimas, como estão se inserindo nos espaços para que ajudem a fortalecer a garantia de direitos dessas pessoas, porque, como bem falei ontem, às vezes temos o rótulo de achar que o migrante pode ser um violador e não é bem assim, então precisamos entender esses espaços e há uma discussão muito ampla que precisamos ter conhecimento, principalmente nós que estamos em áreas de fronteiras. E aqueles que não estão também porque é uma discussão que deve ser alinhada entre Redes de Núcleos e Postos porque a demanda perpassa por todos os estados, independentemente de onde estiver vai ter uma demanda que vai recair, por exemplo, no estado de Goiás que não tem, mas vai cair ali, então ele tem que ter conhecimento como é que está esse fluxo. É bem nesse sentido dessa



5838 garantia e como está essa articulação dentro da rede de entendimento. Essa rede de  
5839 atendimento está conseguindo dar apoio a essas instituições que estão fazendo essa  
5840 política de fronteira? Sim? Não? Nós, enquanto Núcleos e Postos, estamos preparados  
5841 para discutir isso em nossos estados para também trabalhar em conjunto? São reflexões  
5842 que devemos fazer dentro dessa garantia e ampliar. Eu acho que é uma resposta que  
5843 devemos dar ao Conatrap de verificar de como estamos nessa situação também porque  
5844 veio um demanda de lá, das comissões, e que precisamos fazer uma reflexão muito séria  
5845 dentro das informações que temos e dentro dos vários estudos que estão sendo feitos.

5846

5847 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – A pergunta que eu queria fazer é:  
5848 vocês compreenderam a proposta dessa resposta? Vocês acham que isso é possível? Que  
5849 esse caminho é o caminho que podemos trilhar para dar essa resposta? Sim? Ok.

5850

5851 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
5852 Posso fazer uma sugestão? Pontua de novo os aspectos que são importantes para a Rede  
5853 ter bastante clareza do que está sendo demandado. Vamos lá, objetivamente, quais são  
5854 os pontos de demanda do Conatrap para a Rede compreender e ficar bem claro?

5855

5856 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Daniela, você tem aquele texto que  
5857 eu redigi para seguirmos exatamente aquele conteúdo? É melhor seguir por ele não é?  
5858 Nós redigimos juntos aqui, o qual que deveria ser o texto base, digamos, de nos dar  
5859 resposta. Então melhor pegá-lo.

5860

5861 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É,  
5862 isso. Deixa-me só aproveitar porque são três aspectos e a Juliana trouxe um terceiro  
5863 elemento que não é da agenda da próxima reunião do Conatrap. Um tema é o  
5864 orçamento. É uma demanda apresentada pela Comissão de Orçamento e Monitoramento  
5865 para que os relatórios da Rede busquem traduzir com mais clareza as fontes  
5866 orçamentárias para sustentação das políticas estaduais ou municipais. Isso é uma  
5867 demanda. Não é ponto de pauta para a próxima reunião. Então, alguns relatórios já  
5868 trouxeram essa informação muito claramente, ontem a Heloísa fez essa análise com  
5869 vocês da informação do relatório. O Conatrap na sua primeira reunião pediu que  
5870 gostaria de ter informação sobre o orçamento executado para a política como um todo.  
5871 O grupo interministerial e o governo federal estão fazendo a sua tarefa e estão

informando isso no relatório de monitoramento do plano. A Rede começou a fazer essa tarefa no seu relatório semestral. Então há um pedido que essa informação venha claramente traduzida nos relatórios semestrais. Isso é um pedido realizado, fecham-se os parênteses. Conatrap pede: estados e municípios informem claramente o orçamento que executam de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o que é orçamento próprio e o que é orçamento fruto de convênio. O nosso relatório já permite traduzir as duas informações. Ponto dois: a próxima reunião do Conatrap vai tratar de duas agendas estratégicas que o Conatrap gostaria de ter uma posição da Rede sobre como a Rede realiza esse debate, essa discussão. Um tema é sobre a integração de agenda. E aí estamos falando de trabalho escravo, tráfico de pessoas e migrações. Esse é um tema. O Conatrap quer discutir isso, e aqui temos experiências múltiplas, alguns que já estão integrando por uma perspectiva ou por outra, isso é um tema de agenda para a próxima reunião. Um segundo tema de agenda entra fortemente marcado pelas características regionais. Aí entram as especificidades, e o Conatrap colocou bastante ênfase nas características das regiões de fronteira amazônica. Então esses são os dois pontos de pauta do Comitê Nacional e que as nossas representantes precisam, portanto, de uma articulação para que essa Rede possa produzir informações e respostas. A Juliana está trazendo uma sugestão que é de nós darmos destaque e ênfase a essas informações no próximo relatório. Então no relatório semestral que essa caracterização de como o fenômeno está ocorrendo nas nossas regiões, porque quem está no centro do país tem uma característica, quem está no Sul tem outra, quem está no Nordeste é outra história e quem está na região de fronteira, dependendo de onde está, enfim, cada um com a sua própria confusão. Então, que essa caracterização venha revelada no relatório. É uma sugestão que a Juliana está trazendo para que essa especificidade possa ser traduzida numa informação pública daquilo que já é realizado pela rede. Independentemente desse pedido e dessa sugestão, o que este plenário precisa avaliar se o debate segue aberto sobre esses dois pontos de agenda. Ficou claro? Ebenezer tinha uma dúvida.

**O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Se nessa demonstração do orçamento para além da fonte que o recurso está vindo, pelo que vocês sentiram no debate, o nível de detalhamento do uso do recurso, quer dizer, eles vão falar se é fonte de convênio ou de recurso próprio, e a ideia é que detalhemos o gasto desse dinheiro e em quais atividades exatamente. É essa demanda do Conatrap para além da fonte?

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Não.** Vejam que o nosso relatório é bem rico, ele já traz a informação sobre como nós executamos a política no estado. Tem lá o que se faz de campanha, de capacitação, de pesquisa, de produção de informação etc. e temos o campo do orçamento, o que é o orçamento próprio e o que é o orçamento fruto de cooperação. E aí pode ser do governo federal, do governo estadual etc., fruto de cooperação. O que eles pedem aqui é essa informação do quantitativo e da fonte seja traduzida claramente. O relatório segue sendo o mesmo. Não muda o nosso relatório. A questão é que muita gente não prestou essa informação no relatório passado. É uma insistência para que essa informação venha de forma objetiva e clara para que essa informação possa ser estudada e analisada pelo Comitê Nacional. Está claro? (*Intervenções fora do microfone*). Já tem, mas o problema é que a informação não veio. E ontem a Heloísa fez toda uma análise do relatório exatamente para dizer: “Olha, algumas informações estão frágeis, outras não seguiram o manual e outras não apareceram”. É essa recuperação de ponto que gostaríamos de fazer. É um pedido. Ponto dois, dois temas para a próxima agenda de debate e que aí entram características e especificidades regionais com foco em especial na região amazônica e fronteiras e o tema de integração de agendas migratórias e trabalho escravo.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) –** A redação ficou assim: Aprovação do regimento interno. Nós fizemos os esforços possíveis para isso, mas não estamos sozinhos. Primeiro ponto: as ações da Rede de Núcleos e Postos e a atuação transversal dessas ações com a temática migratória no Brasil. Quando essa questão aqui foi colocada é dela que eu derivei esses três pontos para auxiliarmos na resposta que é pegar as atividades do nosso relatório, é identificar as características regionais, dar a compreensão e a distinção dos conceitos, migração, tráfico etc., e o conceito de área de fronteira. Segundo ponto para a nossa rede, que é o que a Fernanda acabou de colocar, a redação é a seguinte: A atuação dos comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas e a integração com as políticas de erradicação do trabalho escravo e migração. Então o que o Conatrap pede? Rede mostre o que vocês fazem, comitês mostrem o que vocês fazem sobre o tema migratório. Foi isso. A Leila falou que talvez seria interessante se vocês quisessem colocar, apontar, auxiliar. Talvez fosse interessante cada um se manifestar, enfim, vamos ouvir vocês.

**O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Eu estou de pleno acordo que façamos um debate realmente muito mais profundo de integração das políticas de migração e de trabalho escravo. Nós já viemos discutindo desde ontem inclusive dessa integração, alguns comitês estão indo nessa direção de integração de comitês inclusive, mas para além disso, temos discutido aqui essa necessidade de lidar com o tema do trabalho escravo por ser a nossa maior demanda de casos de tráfico de pessoas para fins de exploração laboral. Então, acho que precisamos integrar, sem dúvida, nós que trabalhamos, quando eu estava no Rio de Janeiro trabalhava os dois temas paralelos e vemos que a demanda é muito maior para o tema do trabalho escravo de vítimas, e em São Paulo eu já tenho visto isso, e mesmo a questão de migração, apesar de toda dificuldade que vamos ter de enfrentar essa integração com o campo da migração por especificidades, por legislações, e mesmo por certas sensibilidades em relação ao tema da migração, quem milita nessa área de migração procura ter esse cuidado de: “Não vamos misturar porque já há uma violação do direito à migração”. E aí incluir um tema de tráfico de pessoas ou de trabalho escravo nós podemos recolocá-los numa posição de vulnerabilidades ou de fragilidades que eles estão tentando sair a partir de uma luta por um direito maior à própria migração, acho que é delicado, mas acho que temos que enfrentar. Falar de tráfico de pessoas, temos que enfrentar essa integração com a migração e mais ainda com o tema do trabalho escravo por essas razões que eu disse. Eu não sei se isso precisa ser demonstrado no nosso relatório, não sei nem se é possível, eu acho que não é possível nós demonstrarmos no nosso relatório como que é essa integração, mas buscar um caminho que façamos essa integração dentro da nossa rede aqui nacional, pensado que boa parte de nós já faz isso de alguma maneira, nos nossos estados ou nos municípios. Acho que temos que fazer isso e buscar um caminho para fazer esse enfrentamento.

**O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** - Eu queria colocar dois pontos. Eu acho muito importante a integração. Lá no Rio de Janeiro nós entendemos essa integração importante por dois aspectos: a primeira por conta dessa demanda mesmo que os temos acabam trazendo um do outro, e o Comitê e a Comissão de Enfrentamento ao Tráfico acabavam sendo compostos pelos mesmos órgãos, então veio uma demanda dos próprios órgãos que nós poderíamos juntar os dois grupos de trabalho, até a última reunião que tivemos, e isso nos deixou muito felizes porque desde o começo do ano temos buscado integrar todas as políticas, não existe mais ficarmos segregando política,

5974 o que acaba enfraquecendo. Outra questão foi por uma questão mais estratégica de  
5975 sobrevivência mesmo da política porque temos notado que alguns estados como o  
5976 nosso, a nossa Coetrae, por exemplo, está muito enfraquecida, ela não tem presença, as  
5977 pessoas não se interessam mais e isso esbarra na questão orçamentária também, são  
5978 pautas que não querem ser tratadas no orçamento, não ganham destaque nos nossos  
5979 PPAs, ninguém quer inserir isso dentro do orçamento da LOA. Então como trabalhamos  
5980 isso? Talvez a integração seja a melhor forma mesmo pelo ponto de vista estratégico lá  
5981 no Rio de Janeiro. A nossa experiência de integração tem dado certo. Os comitês e  
5982 comissões estão abertos a essa discussão. Eles já entenderam, inclusive o nosso  
5983 Ceiparm, que é órgão colegiado para a questão de migrantes e refugiados, desde o  
5984 começo do ano temos feito reuniões com integrantes da Coetrae e do CEPIT presentes.  
5985 E vamos vendo isso no trabalho e é tanto que vem sendo trazido dentro do Ceiparm  
5986 questões de tráfico, e aí temos que falar: “Não, isso daí nós discutiremos no outro  
5987 comitê porque esse não é o fórum adequado.” “Poxa, não é o fórum adequado, mas são  
5988 migrantes.” E como é que se faz essa intercessão, não é? Temos trabalhado isso muito  
5989 no Rio de Janeiro por uma questão de sobrevivência da política inclusive porque na  
5990 mudança de gestão o nosso medo é: pautas que não são muito agradáveis de serem  
5991 discutidas como o trabalho escravo, existe muito envolvimento político ainda nessa  
5992 questão, como é que se consegue vincular outras políticas que dão uma visibilidade  
5993 político-eleitoral para o tema, mas que não enfraqueça? Só queria trazer esta experiência  
5994 que foi bem rica: no Rio de Janeiro temos um equipamento com o Ministério da Justiça,  
5995 é o nosso parceiro, e com o EUROsociAL que Alagoas também tem, que é a Casa de  
5996 Direitos, e dois meses atrás, nos resolvemos, no Rio de Janeiro sempre sofremos com a  
5997 questão de orçamento para se fazer um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e  
5998 trabalho escravo que já era junto. O núcleo era até então composto por único assessor  
5999 que tinha que fazer tudo, todo o trabalho. Então a integração das políticas de acesso à  
6000 justiça e trabalho escravo e tráfico de pessoas foi uma forma que encontramos de  
6001 sobreviver a essa falta de quadro qualificado para lidar. Hoje efetivamente com a junção  
6002 da política como nós temos um grupo dentro da Casa de Direitos de atendimento  
6003 psicossocial multidisciplinar, nós conseguimos dar um atendimento qualificado para  
6004 essas pessoas que foram treinadas dentro da questão do trabalho escravo e tráfico de  
6005 pessoas estão sendo treinadas para entender a rede. E isso já é uma tentativa muito  
6006 grande de integração de políticas. Nós fizemos esse último trabalho de integração com  
6007 Alagoas dos meninos do futebol já também testamos um pouco esse sistema. Como se

6008 consegue trabalhar o acesso à justiça? Os órgãos que estão dentro desse núcleo da Casa  
6009 de Direitos? Como se entende o papel do Ministério Público? Como se consegue  
6010 dialogar e saber até onde vai a função de cada um, mas a ponto de conseguir cobrar que  
6011 eles funcionem com a nossa expertise de núcleo? Foi um trabalho muito rico. Nós  
6012 podemos disponibilizar a todos esse trabalho. Como é que aconteceu essa integração?  
6013 Nós do Rio de Janeiro apoiamos muito essa iniciativa em dois aspectos efetivos: na  
6014 questão da sobrevivência da política mesmo, nessas mudanças de gestão, como se  
6015 consegue trabalhar uma questão de política de Estado efetiva. E política de Estado é  
6016 fortalecendo órgão colegiado que vai conseguir cobrar o Executivo posteriormente  
6017 quando nós não estivermos mais lá. Eu sou muito claro com relação a isso dentro do  
6018 colegiado que eu coordeno. “Se nós não fortalecermos e vocês não cobrarem, nós não  
6019 conseguiremos continuar a política.” E segundo a publicização dessa política. Uma das  
6020 coisas que o CETIP e a Coetrae tiraram na última reunião foi que, as reuniões são  
6021 públicas e tem que ser, porque são políticas públicas, discussão da casa são questões  
6022 apartadas que discutimos em local apartado, então as reuniões do Rio de Janeiro dessas  
6023 comissões agora já juntas a partir da próxima serão gravadas em áudio e vídeo, nesse  
6024 formato de participação de sala, com disponibilização para os sites para que a população  
6025 veja e tenha conhecimento do que o estado se preocupa e discute o tema, é um tema  
6026 muito sério e é discutido por várias instâncias e o que está se discutindo. Então estamos  
6027 buscando transparência, fortalecimento da política, fortalecimento dos conselhos  
6028 integrados e a integração efetiva de execução política lá no Estado. Por isso que eu acho  
6029 que é discussão muito importante. E é uma discussão importante porque esse  
6030 fortalecimento traz a questão orçamentária também. Isso tem demonstrado a  
6031 possibilidade, por exemplo, para o MPT, que hoje tem sido o nosso grande financiador  
6032 da política por meio de TACs, e isso acontece tanto na política do tráfico de pessoas,  
6033 eles estão sensíveis a isso, quanto do trabalho escravo, que é o aporte de recurso desse  
6034 valor. No Rio de Janeiro nós já tivemos dois aportes. Uma para o início do programa  
6035 Ação Integrada, que é um programa que já vai trazer a integração mesmo das políticas  
6036 de tráfico de pessoas, trabalho escravo, migração e refúgio, aumentamos o escopo do  
6037 programa, e foi isso que apresentamos ontem no lançamento do Ação Integrada em  
6038 Cuiabá, que é uma reinserção psicossocial laboral, o Ação Integrada vai trabalhar com  
6039 educação, reinserção psicossocial e laboral. E no Rio de Janeiro temos outra perspectiva  
6040 que é a reinserção local também, então essa reinserção social acontecer não dentro de  
6041 uma perspectiva de abrigamento, mas já integrando outra política que temos no estado

que é o Aluguel Social. Já está em estudo para modificar o decreto de Aluguel Social para trazer a possibilidade de um migrante refugiado traficado ou egresso do trabalho escravo ser inserido numa política de receber uma quantia de aluguel social durante um período para que se mantenha na perspectiva de emancipação mesmo. Independência mínima da questão de abrigamentos e políticas que acabam não trazendo uma perspectiva de autonomia daquela pessoa. Então, todo o nosso apoio às duas perspectivas e toda a nossa contribuição também nesse trabalho.

**A Sra. Alexia Meurer ((NETP-RJ) -** Eu queria trazer como contribuição um pouco da nossa experiência lá no Rio Grande do Sul porque o nosso comitê é o Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas (Comirat), acho que foi o primeiro do estado nessa composição, e é justamente na intenção de poder a integrar essas agendas, a questão da migração, do refúgio e das vítimas do tráfico de pessoas. Ele é um grande desafio, mas tem aspectos extremamente positivos, quem promoveu e exigiu do estado que criasse o comitê e fez com que ele existisse foi a sociedade civil que trabalha principalmente com migração, que são extremamente articulados, fazem um belíssimo trabalho no estado e por sugestão deles mesmos surgiu a ideia de incluir vítimas de tráfico de pessoas nesse comitê. Lembro-me que até conversei com a Fernanda se não teria sido melhor ter juntado tudo, trabalhar num espaço só, não seria melhor ter um comitê só de vítimas do tráfico de pessoas e acabamos avaliando que poderia ser positivo, um desafio, mas que era importante. E, de fato, a minha avaliação no geral é de extrema positividade porque nós nos fortalecemos muito, nós tivemos agora especificamente uns meses atrás quando chegou ao momento de começarmos a criar a nossa política e aí com as questões todas políticas, de troca de governo ou não, criou meio que um sentimento dentro de comitê que se não fizéssemos logo ano que vem poderia não acontecer, e aí houve uma sugestão por uma parte do grupo de que nesse primeiro momento pelo momento que o estado está passando de recebimento de muitos imigrantes e já ter um trabalho da (?) junto à Acnur de refúgio no estado há muitos anos que seria importante então privilegiar nesses dois aspectos, e eu quase tive um ataque, nós iríamos deixar pessoas vítimas de tráficos de pessoas de fora. Conversei de novo com a Fernanda, mas na verdade acho que foi um momento do grupo porque na reunião seguinte já foi, nem tive muito trabalho, o grupo todo já veio pensando que deveriam continuar com as políticas fortalecidas, enfim, que não adiantaria correr agora e deixar passar porque aí todo mundo começou a avaliar tudo

que nós conseguimos de positivo para as distintas agendas. Todo mundo se fortaleceu podendo contar com esses diferentes integrantes, então sem sombras de dúvidas isso é fundamental. Fizemos também uma avaliação no que diz respeito mesmo, como o Miguel estava dizendo da sobrevivência mesmo dessas políticas, e é importante justamente ter espaço organizado, fortalecido porque são essas pessoas que de fato vão poder cobrar do Executivo e que o trabalho não se perca, que permaneça, que continue, independentemente de quem estiver lá representando o Executivo. Então é superimportante em relação ao Comirat nessa relação direta com a questão das migrações, e no Rio Grande do Sul nós trabalhamos muito com a questão do refúgio também. A questão do trabalho escravo a Coetrae passou um tempinho meio parado este ano e agora está num momento muito produtivo e as representações são muito parecidas, tanto da Comirat quanto do Coetrae. O que acontece é que estamos conseguindo potencializar isso também, nós já estamos organizando a agendas conjuntas, Comirat e Coetrae, para também juntar a questão ao trabalho porque também é pertinente a todos, nós só nos fortalecemos podendo fazer dessa maneira. E para o tráfico de pessoas, nós já temos um olhar para a questão da fronteira, que, claro, é absolutamente distinta da região amazônica, não tem a menor comparação, mas é muito interessante porque o trabalho, por exemplo, com migração e refúgio no estado trabalha muito pouco com a questão da nossa fronteira porque hoje os imigrantes que têm chegado e que têm sido atendidos e acompanhados, eles não vêm necessariamente da nossa região de fronteira. E com o nosso trabalho com relação ao tráfico de pessoas já identificamos um grupo de africanos e os chineses que já falei aqui que passam pela nossa fronteira e que também precisam de atenção dessas outras políticas. Estamos costurando agora também algumas ações nesse sentido.

**A Sra. Stella Maria Machado Natal (NETP-PR)** – Eu apresentei lá no meu estado, por escrito, uma solicitação, até troquei ideias com a Lucicleia e com a Alécia, pois na época pedia legislação solicitando o por que nós temos o comitê de enfrentamento criado, mas não está em funcionamento. E nós temos o comitê do imigrante refugiado que está em pleno funcionamento, atendendo bem a política, faz reuniões periódicas, tem algumas ações. Fiz por escrito, juntei a tendência e a discussão sobre a integração das políticas, fiz uma argumentação, juntei a legislação do Rio Grande do Sul. Foi avaliado pelo comitê do migrante e eles entenderam que não. Sugeri uma alteração no decreto de criação do comitê para incluir o tema, ele já faz uma menção ao tráfico de



6110 pessoas, mas bem uma linha. Sugerir então a revogação do decreto do comitê de  
6111 enfrentamento para ele integrar o migrante. Eles entenderam que são temáticas  
6112 diferentes e que migrante era migrante e que o tráfico iria cuidar de crimes e que são  
6113 ações diferentes, quer dizer, não temos orçamento nenhum para o enfrentamento, apesar  
6114 de insistirmos. Até podemos levar o tema novamente, mas essa decisão veio agora  
6115 menos de uma semana que retornou o processo administrativo com toda fundamentação  
6116 e com essa resposta.

6117  
6118 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO)** - Eu queria pontuar porque na nossa  
6119 última reunião do comitê interinstitucional foi votação unânime e foi pedida a colocação  
6120 da migração do refugio dentro do tráfico. Apesar de que temos feito isso no estado,  
6121 desde a Comigrar, temos assumido isso e também a questão do trabalho escravo. Temos  
6122 acompanhado todo mundo e o trabalho tem sido desenvolvido dessa forma. E temos  
6123 conseguido, inclusive nos 40 últimos dias atrás, nós fizemos um trabalho junto com a  
6124 Abin de levantamento no estado, porque hoje o estado tem haitianos, bengaleses,  
6125 peruanos e bolivianos. Esse trabalho foi feito em conjunto, junto a ABIN e foi  
6126 encerrado duas semanas atrás, então nós viemos desenvolvendo esse trabalho dessa  
6127 forma. Só para pontuar. É tudo junto, trabalho escravo, tudo. (*Interferência fora do*  
6128 *microfone*). Inclusive vamos pedir alteração porque se você verificar tem que ter a  
6129 comissão para ser núcleo, para ficar mais fácil, e nós vamos pedir alteração no decreto,  
6130 já terminei de fazer a minuta e já vou encaminhar à Casa Civil para que faça essa  
6131 alteração que muda também o decreto e nós ficaremos como núcleo, porque hoje somos  
6132 comissão executiva de enfrentamento ao tráfico de pessoas, então para facilitar até para  
6133 nós também, e aí já vamos fazer todas essas alterações, já estamos propondo isso. É  
6134 tudo junto, hoje tem a participação de 46 instituições que compõem.

6135  
6136 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu estou aqui organizando um  
6137 documento de proposta para fazermos essa resposta formal ao Comitê Nacional de  
6138 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, e aí sob o ponto de vista do item integração das  
6139 políticas de tráfico, migração, refúgio e trabalho escravo, nós também ponderemos algo  
6140 que foi ponderado quando começamos a falar de Rede de Núcleos e Postos que é a  
6141 articulação e as características dos assuntos de cada um dos estados que nós estamos.  
6142 Teve gente aqui que deu depoimento e que está dizendo assim: “Olha, foi possível fazer  
6143 essa integração, não, não foi possível fazer essa integração”. Em São Paulo, por

6144 exemplo, eu dou o exemplo de quando foi criada a Coetrae o quanto os órgãos que  
6145 trabalhavam com trabalho escravo foram insistentes a exemplos da sociedade civil que  
6146 tem hoje no assunto trabalho escravo talvez a maior experiência e expertise acumuladas  
6147 nos últimos dez anos que é a Repórter Brasil, que foi fortemente firme ao dizer: “Separe  
6148 as políticas”, naquele momento. Estou fazendo essa provocação para dizer que quando  
6149 formos pensar nessa integração também vamos olhar o quanto é enriquecedor unir tudo  
6150 ou às vezes o quanto é necessário separar. Por exemplo, Minas Gerais, nós encontramos  
6151 os auditores e procuradores de trabalho de Minas em São Paulo, por aí, e vemos que  
6152 eles estão se agregando à política de enfrentamento de tráfico de pessoas como uma  
6153 meta de incluir na pauta do estado a erradicação do trabalho escravo. Às vezes é  
6154 estratégico fazer isso, às vezes não é. Nós vamos ter que ter esse tom, como a Aléxia  
6155 colocou, de sabedoria de diálogo, de compreensão dos interesses, isso se formos pensar  
6156 em situações de pressão e temperatura adequadas, sabemos que por vezes tem gente que  
6157 não quer por questões de ideologia ou outra, unir assuntos, quer liderar sem integrar,  
6158 quer trabalhar sem dividir. Tem isso também, vamos falar o real aqui. Estou só  
6159 ponderando isso, fazendo o papel de advogada do diabo para ponderar isso também, tem  
6160 muita gente que trabalha com o tema de infância que não quer botar tema migratório no  
6161 meio; tem gente que trabalha com o tema de prostituta e que não quer botar de jeito  
6162 nenhum a questão de refugiados no meio, e assim sucessivamente. Vamos ter que  
6163 pensar nessa proposta de uma maneira cautelosa. Então, como eu sugiro o  
6164 encaminhamento? Que nós respondamos ao Conatrap explicando as características  
6165 regionais dos comitês e dos diálogos especiais, locais que nos diferenciam e nos  
6166 identificam e aí nós vamos propor isto, que sigamos num diálogo tanto no Conatrap  
6167 como também nas nossas redes locais para entender de que maneira poderemos de  
6168 repente colocar tudo junto numa construção única de política, sempre respeitando as  
6169 nossas autonomias de estados e municípios porque o Conatrap também tem que  
6170 compreender isso. Os representantes do Conatrap também precisam compreender isso,  
6171 principalmente a sociedade civil tem que compreender que o estado tem diálogo, mas  
6172 tem pacto federativo, especificidades, dinâmicas de trabalho, nós construímos isso em  
6173 dois anos, dois anos discutindo essa rede e ainda vamos discutir isso agora quando  
6174 formos falar da portaria. Então, o Conatrap terá que compreender isso com muita  
6175 clareza. Então, estou colocando isso aqui como assunto para discussão.  
6176

**O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** - Eu não sei se estou sendo repetitivo, mas é só uma dúvida mesmo daquilo que eu tinha colocado antes. Eu retomei aqui o relatório e estava dando uma olhada, de fato tem aquele campo que apresentamos se tem algum convênio e tal. O campo do PPA eu não preenchi porque era zero e daí não sabia se colocava zero ou, na verdade é um pouco confuso, porque específico para a política não tem, mas tem para a secretaria, e aí o campo só diz: “Valor do orçamento previsto no PPA”, de fato, é zero porque não é específica para a política, mas embaixo, apesar de estar zero, eu coloco um gasto não pequeno que eu utilizei da secretaria. Então fiz um gasto para a política, mas não com orçamento previsto específico. Então, o relatório não é tão específico assim, ele dá uma pincelada nessa questão, mas ele não deixa tão claro, até para quem vai ler que não faz parte daquele serviço e ele vai olhar e vai dizer: “Bom, mas está estranho porque está escrito zero aqui em cima, mas lá embaixo ele teve um gasto de cem mil reais, de onde saiu esses cem mil reais?” Eu não tinha campo para preencher os cem mil reais, porque não tinha convênio, no PPA eu não tinha específico, mas eu fiz uso do gasto da secretaria. A minha sugestão é que pensemos como vamos melhorar essa apresentação. E em termos do gasto, de fato, só temos a possibilidade de colocar quanto gastamos com campanhas. Nós só temos o campo das campanhas para dizer o material que utilizamos. Quaisquer outros gastos com a política, não temos campo no nosso relatório. É o orçamento geral, mas não diz como gastamos. Não tem aqui uma sugestão de dizer vamos especificar mais. Não há aqui neste momento uma sugestão nesse sentido. É só para pensar se é isso que queremos. “Bom, especificar melhor essa fonte, não é específico, mas tem outra fonte que no nosso caso era a secretaria e não tem como demonstrar, e se queremos especificar mais o nosso gasto para além de campanhas e quaisquer outros gastos dentro do nosso relatório aqui.”.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Bem, vou dar por encerrado, não tem mais nenhuma inscrição, as inscrições se encerraram na fala da Juliana. Começando a fazer um esclarecimento sobre esse ponto, Ebenezer, a tendência dos PPAs é serem cada vez menos específicos. É uma lógica mesmo programática dos planejamentos de não especificarem e deixar que dentro das metas a serem alcançadas de um grande programa, você especifique no detalhamento da meta. Então se a sua secretaria reserva um orçamento, como você disse, de cem mil reais, para implementar ações, viagens locais, campanhas etc., você tem o seu programa dado pelo

6211 programa geral da sua secretaria. É só você pegar o PPA da sua secretaria e dizer:  
6212 “Deste, eu tenho cem mil reais”. (*intervenção fora do microfone*). Isso significa que o  
6213 seu secretário de alguma forma está entendendo que esse é um tema relevante e está  
6214 separando o orçamento peculiar para que a agenda funcione. Então, é uma informação  
6215 que pode vir claramente colocada dessa forma. Acho que essa tua questão é interessante  
6216 para ajudar a esclarecer aos demais. Olha, se eu tiver cinco mil reais estará vindo de  
6217 algum programa específico e é relevante que esse programa seja mencionado.  
6218 Provavelmente ele não será específico sobre tráfico de pessoas, porque essa não é uma  
6219 tendência da montagem dos planos plurianuais. Então, fiquem muito tranquilos que, por  
6220 exemplo, o nosso orçamento, temos duas fontes: o programa da Política Nacional de  
6221 Justiça que é o geral da secretaria que entra tudo, combate à corrupção, a classificação  
6222 indicativa e tráfico de pessoas, não é específico, e um que é dentro do programa de  
6223 segurança pública, geral, tudo, lá dentro também tem fonte orçamentária de  
6224 enfrentamento ao tráfico de pessoas. Então fazemos menção aos dois programas de  
6225 onde a fonte do orçamento está sendo, portanto, utilizada, podem ficar muito tranquilos  
6226 com isso e é importante que esse dado venha. Lembrando sobre o nosso momento de  
6227 pauta, para ficar tranquilo para todo mundo, ponto 1 – atendermos a demanda de  
6228 orçamento no relatório. A Juliana trouxe agora algumas considerações sobre as falas. E  
6229 eu queria ressaltar algumas ideias porque acho que o debate foi muito rico. E algumas  
6230 ideias-chave foram colocadas e eu acho que elas não poderiam se perder, já que a  
6231 Juliana está fazendo esse esforço de síntese, não só uma resposta, eu acho que isso tem  
6232 que ser um memória da nossa reunião, quais são os grandes achados, como é que essa  
6233 rede vem experimentando isso na prática e acho que algumas falas trouxeram alguns  
6234 aspectos muito ricos que eu tentei fazer alguma síntese, eu vou tentar essa síntese  
6235 complementando a da Juliana e se alguém sentiu que faltou alguma coisa, eu vou  
6236 sugerir que seja um encaminhamento muito objetivo, acrescente isso ou retire aquilo.  
6237 Pode ser? A minha sugestão é que para além do debate, do encaminhamento, próximo  
6238 relatório transparecer essa informação e é lá no último campo do relatório temos um  
6239 campo em aberto, então o pedido é para que toda essa caracterização da rede venha dada  
6240 ou no preâmbulo, ou lá no final das observações da rede. Então, o esforço, primeiro  
6241 encaminhamento, de tradução de orçamento. Segundo encaminhamento, esforço de  
6242 tradução da riqueza do trabalho realizado no relatório de semestral. Terceiro  
6243 encaminhamento, produzir uma síntese das ideias-chave do que a rede vem  
6244 experimentando neste momento. A Ju começou um processo dessa síntese. E eu vou

6245 trazer algumas coisas que saíram das falas de vocês. A primeira é a necessidade de  
6246 observar a característica dessa rede. Nós estamos em lugares distintos e estruturados a  
6247 partir de distintas políticas públicas. Tem gente aqui que é da política de gênero, da  
6248 política de justiça, da política de direitos humanos, da política da segurança pública,  
6249 então temos lócus muito distintos de atuação. O que significa que a vocação local  
6250 precisa ser muito compreendida e respeitada porque ela pode favorecer ou em alguma  
6251 medida não criar uma ambiência para uma potencial integração. Então, compreender a  
6252 característica e o lugar dessa rede e as vocações locais são um pressuposto fundamental,  
6253 até para entender a riqueza e a potencialidade dessa rede. Um segundo, e isso me  
6254 pareceu uma tendência nas falas, seria a ideia de potencializar e ressaltar a importância  
6255 da integração. Nós temos casos práticos. Situações concretas em que a integração já está  
6256 ocorrendo ou já está a um pequeno espaço de ocorrer, Rio, Goiás, Rio Grande do Sul,  
6257 São Paulo deram grandes exemplos, Pará falou também acho que em vários momentos  
6258 sobre isso, então há uma diretriz que é de tentar potencializar, quando possível e  
6259 respeitando o princípio número um lá atrás. Há uma percepção de que nós estamos  
6260 muitas vezes lidando com as mesmas redes quando não integramos, ou seja, se eu estou  
6261 fazendo uma promoção de uma política ou um comitê de trabalho escravo, um comitê  
6262 de tráfico, um comitê de migrações, há uma tendência de aproximação das redes. Então  
6263 que essa tendência de aproximação das redes poderia ser potencializada também com a  
6264 integração das agendas. Outro tema que apareceu é de que a aproximação das políticas  
6265 qualifica a resposta pública porque eu tenho outros lugares para ajudar na resposta a um  
6266 determinado caso ou situação concreta. Outro tema que apareceu é que a aproximação  
6267 das agendas fortalece as estruturas de atuação. Portanto, fortalece a capacidade de  
6268 execução do estado. Outro tema que apareceu é que também potencializa os  
6269 orçamentos. Quando integramos há uma possibilidade de potencialização do orçamento.  
6270 E o último tema que eu anotei é a questão da transparência. A necessidade de que todo  
6271 esforço se dê sempre numa capacidade de diálogo, mas também num esforço de  
6272 transparência. O foco que também apareceu, acho que o Miguel trouxe isso muito rico,  
6273 a reinserção biopsicossocial, no nosso caso trabalhamos com reinserção, a rede, pelos  
6274 nossos protocolos, reinserção biopsicossocial educacional e produtiva. Eu não vou  
6275 colocar específico porque eu acho que o foco hoje na rede de tráfico é mais alargado do  
6276 que esse esforço que está sendo feito no âmbito do programa conjunto com a OIT. Não  
6277 é só o biopsicossocial, mas entra o educacional, entra o produtivo, entra um conjunto de  
6278 outras questões. Eu vou sugerir que isso não apareça, por mais que eu ache muito rico

6279 dar essa valorização, acho que essa rede já tem outro acúmulo distinto do que está lá  
6280 para o programa conjunto agora. Então foram alguns temas que eu fui captando que eu  
6281 achei extremamente valioso porque temos diretriz, temos caso concreto, temos  
6282 experiências reais ocorrendo, em alguns casos isso é permitido, isso é potencializado,  
6283 outros a conjuntura, como foi o caso do Paraná, a conjuntura neste momento não  
6284 permite. Pode ser que daqui a pouco a conjuntura mude, as circunstâncias se alterem e a  
6285 conjuntura local vá permitir. Então tem um último aspecto que acho que veio também  
6286 na fala muito presente da Juliana, que é a análise da conjuntura local. E a conjuntura é  
6287 distinta da vocação, pode ser que a vocação seja possível, mas naquele determinado  
6288 momento não é possível. Então, é outro aspecto que eu achei que foi muito rico das  
6289 falas, é a análise da conjuntura, assim: “Não deu agora, ok, daqui a dois anos tentamos  
6290 de novo, quem sabe haverá um ambiente que dê”, não é o locus onde está a política, mas  
6291 é o momento onde se está a discussão, o debate e o acúmulo. Achei que foi muito rico.  
6292 Eu acho que são três grandes encaminhamentos desse momento de debate e eu espero  
6293 que tenha ficado claro para todos o resultado desse momento muito rico. Podemos  
6294 avançar? (*Intervenção fora do microfone*). Ju, eu acho que são algumas ideias, são  
6295 valores e acúmulos da rede. A Flávia quer dar alguma pista também?

6296

6297 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Fernanda, tem algum debate  
6298 sendo feito com esses comitês, especialmente da rede de trabalho escravo e as questões  
6299 migratórias. Como que eles vendo essa aproximação ao nível nacional, se está tendo  
6300 essa integração, se tem o interesse, uma leitura positiva disso, como é que está isso  
6301 nacionalmente, até para vermos se dá para descer com essa experiência para os estados?

6302

6303 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Na  
6304 verdade, nós fizemos uma experimentação na composição do comitê nacional porque  
6305 ele se compõe de dez comitês nacionais. Na nossa estrutura de organização, a política já  
6306 é coordenada de forma tripartite, então já somos nós, a SDH e SPM, ou seja, também  
6307 temos uma aproximação muito grande com a discussão da política de gênero, que  
6308 alguns de vocês talvez tenham, por exemplo, Alagoas, o locus da política é gênero. A  
6309 nossa característica de gestão integrada da política já favorece essa ambiência de troca.  
6310 E a montagem do Comitê Nacional também tende a favorecer isso, já que Conselho  
6311 Nacional de Migração, Conatrae, Conselho Nacional da Mulher, Conselho Nacional da  
6312 Criança e do Adolescente, Conselho da Igualdade Racial já têm assento dentro do

Comitê Nacional. Então, nosso arranjo buscou valorizar os espaços participativos e potencializar que a nossa agenda tráfico se fortalecesse para dentro dos demais comitês existentes. Então, queremos que o tema vá para dentro do Conselho de Saúde, vá para dentro do Conselho de Assistência Social, e esse foi o arranjo que se montou do nosso Comitê Nacional. Ele foi fruto de muito diálogo. Começamos esse diálogo lá em Pernambuco no encontro de Recife sobre que arquitetura seria essa. O modelo de gestão da política já vem amadurecendo desde 2006, o modelo da gestão tripartite, três ministérios articulando suas políticas para responder ao fenômeno, muitas vezes acionamos a rede do SDH, acionamos a rede da SPM para conseguir dar resposta a um caso concreto. Então a nossa perspectiva de estruturação está fundamentada em textos, já está arregimentada num decreto da política e ela já está dada com o próprio funcionamento do Comitê Nacional. O que podemos compartilhar é um pouco o texto que fundamenta o modelo da gestão integrada que está no site, se não me engano, mas mandaremos de novo.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – ...que essa aproximação se dê nos estados ou não, chega ter esse debate?

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Eu acho que ele precisa amadurecer mais. Eu acho que isso vai acontecer na próxima reunião do Conatrap que inclusive é um ponto de pauta. Faz a proposição, Ju.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu vou aproveitar que a Graça Gadelha está aqui representando sociedade civil no Conatrap e a Comissão Permanente de Articulação para colocar uma situação, pensando na virada deste ano, virada política, toda essa renovação da nossa rede aqui, gente nova chegando e tal, gente que vai sair, eu também vou sair, mas a minha observação é a seguinte: são redes muito distintas, e aí eu vou falar da nossa rede, mas são redes fortalecidas, essa Rede de Núcleos e Postos é fortalecida. Acho importante que nós nos mantenhamos fortalecidos como rede, e que isso seja muito claramente disposto, tanto no Conatrap, como para as representações da sociedade civil locais que às vezes se cruzam conosco no Conatrap ou às vezes não, estão fora do Conatrap, mas trabalhamos, (?) está na Bahia, Asbrad em São Paulo que está dentro do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a Aliança está na Bahia, e assim vai, o Marcel, Sodireitos está no Pará. Nós vamos nos encontrando

6347 nesse caminho. É natural que a sociedade civil e é ainda bem natural e necessário que a  
6348 sociedade civil busque pedir a transparência para os estados sobre o que nós fazemos, e  
6349 também busque identificar e nos cobrar melhorias naquilo que fazemos ou até cobrança  
6350 daquilo que não fazemos. O que eu queria fazer de encaminhamento concreto para  
6351 vocês? Eu fiz uma redação aqui desses 3 itens, a questão das nossas ações, a questão do  
6352 comitê, e a questão do orçamento, na verdade são esses 3 itens, a Fernanda colocou aqui  
6353 as questões que temos que fazer enquanto rede do nosso relatório, mas eu queria que  
6354 talvez buscássemos uma construção juntas dessa resposta para o Comitê Nacional de  
6355 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Conatrap precisa, eu ressalto isso, compreender  
6356 o que essa rede faz. Graça, eu vou pedir que você se manifeste agora, eu vou pedir  
6357 porque a Graça é uma pessoa bacana, desculpa, eu gosto de você, Graça, eu tento não  
6358 fazer esse tipo de elogio, mas eu faço, eu realmente gosto porque o teu trabalho é muito  
6359 sério, você é uma pessoa muito ponderada e do pouco que estive com você, eu aprendi  
6360 muito, vamos lendo coisas da Aliança, pegando, eu queria pedir para você para que nos  
6361 dê um retorno agora desse panorama, de um dia e meio que você ficou aqui conosco e  
6362 até talvez um auxílio em outro encaminhamento que você ache que seja importante para  
6363 levar ao Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas porque eu estou aqui  
6364 para dizer que existem e sempre vão existir nessas transformações de momentos  
6365 políticos e de troca, ruídos. Qual é o nosso papel? Reduzir o ruído. E os reduzimos  
6366 como? Deixando tudo transparente e trazendo para a mesa todo o debate, pois coisas  
6367 que não ficam claramente debatidas, transparentes e resolvidas viram ruídos. Então, eu  
6368 queria pedir que você se manifeste, até para nós nos encaminharmos.

6369  
6370 **A Sra. Graça Gadelha (Instituto Aliança)** – Esta manhã que eu estive aqui com vocês  
6371 já me permitiu trazer algumas questões que vocês mesmos nos ajudaram a repensar  
6372 enquanto dentro da composição do Conatrap. O que eu vi aqui em síntese é um pouco  
6373 da angústia que temos que quando vamos fazer essa discussão sobre papeis,  
6374 competências relacionadas a esses diferentes espaços coletivos que tratam dessas  
6375 diferentes e distintas situações em que vocês colocam. Então temos hoje exatamente  
6376 talvez essa mesma preocupação que eu sei que independentemente de sociedade civil ou  
6377 de governo, nós precisamos construir. Alguns pontos que precisamos consensuar  
6378 relacionados principalmente a algumas situações que ainda não estão bem claras, eu  
6379 acho que a fala que a Fernanda traz, não estão dentro dos relatórios sejam relacionadas  
6380 às diferentes configurações que vocês dentro dos estados trazem como contribuição de



6381 atuação, o esforço que cada um de vocês fazem na integração dessas agendas, a questão  
6382 mesmo da transparência das informações, essa experiência muito interessante do Rio de  
6383 Janeiro e recolocar na discussão para dentro do Conatrap, eu acho importantíssimo  
6384 trazer essa discussão que de fato precisamos conhecer melhor e mais aprofundadamente  
6385 o papel e a função de cada um desses espaços, quando se discutem essas diferentes  
6386 temáticas. Reconhecer as diversidades regionais, reconhecer essas características e  
6387 especificidades regionais, reconhecer que temos isso, não está posto, não está traduzido  
6388 nos relatórios quando nós os acessamos nós não vemos isso de uma forma mais  
6389 consistente como deveríamos, eu acho que é uma dúvida não só de vocês, mas para nós  
6390 também. E eu acho que o esforço que o Conatrap tem que fazer a partir do acúmulo de  
6391 vocês, de toda experiência que está sendo vivenciada no cotidiano, lá na prática, vem  
6392 sendo trazida muito pela prática de vocês, ela vai ser importante na construção ou na  
6393 recomposição ou na reconfiguração desses diferentes espaços no Brasil todo. Então,  
6394 para mim foi uma experiência muito rica, apesar de ter ouvido só São Paulo, Rio,  
6395 Minas, talvez as outras regiões também tragam essa mesma situação de indefinição,  
6396 acho que a palavra é indefinição, acho que ainda não temos muita clareza como atuar. E  
6397 essa percepção é muito forte quando isso rebate na questão, não só do atendimento, mas  
6398 também dos encaminhamentos. Acho que essa é uma dúvida muito forte para nós  
6399 quando nos colocamos no espaço mais estratégico de definição de política, de  
6400 formulação de política, mas da execução da política. Eu estou anotando aqui cada um  
6401 desses momentos, dessas construções que vocês estão nos colocando para ver como de  
6402 fato poderemos sentar, além de conhecer mais, porque eu acho que não conhecemos, o  
6403 Conatrap não conhece, precisa conhecer mais e ninguém melhor de quem está lá na  
6404 ponta produzindo a partir de sua prática e que pode trazer para nós essas situações que  
6405 aqui foram assim o extrato do que ouvimos aqui já tem isso de uma forma bastante clara  
6406 para que possamos ao avaliar isso construir estratégias de como juntos poderemos  
6407 pensar ou repensar a construção ou a reformulação de algumas diretrizes ou  
6408 procedimentos que possam ajudar tanto aos postos ou aos núcleos, a rede de modo  
6409 geral. Para mim está sendo um momento extremamente rico, não só conhecer a riqueza  
6410 do que está sendo realizado, mas que não está sendo comunicado, que não está sendo  
6411 verbalizado, traduzido de fato pela ação que vocês fazem quando, por exemplo, na  
6412 questão dos relatórios. Então, eu acho que esses pontos são muito importantes para que  
6413 possamos fazer esse trabalho. A nossa vinda aqui, a acolhida de vocês e esse processo  
6414 de aproximação com o Conatrap, postos e núcleos, a rede nacional, eu acho que é um

6415 momento importante para que possamos independentemente das questões que possam  
6416 ser trazidas depois, e elas são naturais pela possibilidade que nem sempre podemos  
6417 convergir, mas da nossa parte naquilo que eu como membro dessa comissão posso  
6418 trazer é no sentido de ter essa abertura, receber aquilo que vocês de fato estão trazendo e  
6419 compartilhar com a Comissão na expectativa de que esse subsídio que vamos trazer aqui  
6420 de fato possa ajudar nesse processo de aproximação de diálogo. Essa é a nossa  
6421 expectativa e já dizendo para vocês da satisfação de poder estar nesta reunião para poder  
6422 fazer esse primeiro processo de abertura dessa discussão, que para mim é relevantíssima  
6423 em todos os aspectos, não só do ponto de vista nacional como do ponto de vista dos  
6424 impactos regionais e locais, sobretudo locais, pois sabemos que é lá onde a questão de  
6425 fato vai se fortalecer. A aproximação das redes, a integração das pautas, eu acho que  
6426 esses são um dos maiores desafios que nós temos que enfrentar e temos certeza que  
6427 vamos enfrentar sem considerar os próximos contextos políticos que aí virão.

6428

6429 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6430 Obrigada, Graça. Eu vi aqui a manifestação da Ju e da Flávia, e estou com uma questão  
6431 bastante objetiva que é tempo. Vocês querem fazer considerações bem rápidas? E eu  
6432 tenho uma proposta de encaminhamento a partir dessa consideração da Graça também.

6433

6434 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Eu queria, Graça, como  
6435 representante da rede, acho que posso falar em nome do grupo, mas agradecer o seu  
6436 retorno. Eu acho que numa mesa como esta de representantes aqui de políticas públicas  
6437 que estão se esforçando com todas as dificuldades, que não precisamos aqui retomar, e  
6438 aí quando a sociedade civil é legítima também e vem e nos dá esse retorno, isso é um  
6439 alento por tudo que estamos passando nos estados para de fato promover uma política  
6440 pública de enfrentamento às violações de direitos que são favoráveis e correlatas ao  
6441 tráfico de pessoas. Então, primeiramente, eu queria agradecer. E segundo dar uma  
6442 sugestão de que talvez possamos ampliar um pouco o ponto do relatório com relação ao  
6443 comitê, não só na última sessão aberta, mas que fique direcionada a um campo talvez  
6444 mais específico, eu estou tentando achar uma parte que fala do comitê, além de manter  
6445 aberta a última sessão, mas aqui talvez possamos trazer um pouco dos  
6446 encaminhamentos do comitê, das articulações, dos produtos, trazer um pouco mais  
6447 desse cenário, desse panorama de como estão as articulações do comitê, inclusive os  
6448 links para acesso, caso os estados tenham links, da visibilidade das atas, que também

tenhamos isso disponibilizado no relatório porque o link é uma forma de facilitar o acesso onde são disponibilizadas as atas dos comitês estaduais, fortalecendo o registro desse contexto de articulação e integração. É uma sugestão.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu queria então propor ver se a rede aprova o seguinte encaminhamento que é o encaminhamento também para a Graça que está representando a Comissão Permanente de Articulação que os membros do Conatrap, uma coisa é melhorarmos o que o papel está recebendo de informação. Falar de articulação de rede, sair do papel. Eu queria propor que, claro, do nosso lado vamos melhorar aqui da nossa parte, a nossa redação, a nossa transparência, mas eu também vou jogar porque é um via de mão dupla essa articulação que o Conatrap, em especial sociedade civil, também busque conhecer a nossa rede. Graça, vá lá conhecer a Admar, conversar, saber o que está acontecendo, como funciona, a Bethe na construção com Goiás, o pessoal do Rio também conhecer o núcleo do Rio de Janeiro manter diálogo, São Paulo, você vê que a Asbrad tem total transparência do que acontece em São Paulo, tem livre acesso franqueado a tudo que acontece lá, participa de todas as reuniões. Ir nas reuniões dos comitês, por quê? Porque às vezes a falta de informação da sociedade civil está ligada à falta de procura da informação da sociedade civil. Em São Paulo é quase impossível dizer que não tem informação do que acontece na política de São Paulo, até porque está tudo no site, reuniões, lista de contato, tudo. E, claro, a lei de transparência etc. É uma provocação do bem. Vamos nos aproximar, não vamos nos dispersar. Então, pedir para o pessoal da sociedade civil, por exemplo, quem não está em região que tenha núcleo, vou dar um exemplo, a Rede Feminista, que eu sei que tem uma representante que está numa região que não tem núcleo, essa rede está num lugar que não tem núcleo, então o que tem ali para fazer? O que essas representantes podem fazer? Unirem-se aos núcleos das regiões, tem o Paraná, tem o Rio Grande do Sul que podem auxiliar naquela região expertise para poder começar esse diálogo com representações que estão ali e que podem ajudar, se aproximar dos núcleos para conhecer as políticas porque isso também faz com que tenhamos articulação. Então, o papel precisa melhorar? Não tenho dúvida nenhuma, vamos melhorar. Mas também é preciso aproximar. É um pedido. Se essa rede aqui aprovar isso porque isso vai nos fortalecer como Rede de Núcleos e Postos e vai fortalecer o Conatrap porque ele vai estar se acoplando, sem falsa modéstia, e com muito carinho a uma rede que pode não

6482 ser a melhor do planeta, mas todos aqui são muito engajados. Então, se este grupo aqui  
6483 concorda, com a cabeça responde se sim ou se não, por favor, nos procurem, vamos lá.

6484

6485 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6486 **Tenho mais dois encaminhamentos novos e gostaria de sugerir um terceiro. Os três**  
6487 **anteriores eu entendo que já estão superados. Juliana, posso deixar contigo a**  
6488 **responsabilidade de produzir esse texto de reflexão da rede? Ela vai circular para**  
6489 **que todos também possam contribuir, qualquer coisa eu te ajudo também com as**  
6490 **anotações aqui. Uma quarta proposta é abrir um campo logo abaixo da parte dos**  
6491 **comitês para que possam ser detalhadas as especificidades, ações, local de**  
6492 **informação sobre publicidade do que o comitê local realiza etc. Podemos dar esse**  
6493 **encaminhamento por aprovado? Criar mais esse campo aberto dentro do**  
6494 **relatório? Sim? Todo mundo? Diante de nenhuma objeção, eu estou entendendo**  
6495 **que esse encaminhamento foi acatado. Há um quinto encaminhamento que foi**  
6496 **apresentado pela Juliana que é um pedido ao comitê nacional de que busque**  
6497 **conhecer a rede em funcionamento e, portanto, também fortalecer essa atuação**  
6498 **entre estado e sociedade civil. Podemos entender que esse também é um**  
6499 **encaminhamento aceito pela rede? Todos de acordo? E eu queria sugerir um sexto**  
6500 **encaminhamento desse ponto porque eu acho que a partir da fala da Graça, eu**  
6501 **achei que poderia ser interessante, Graça, nós, eventualmente, trazermos alguns**  
6502 **casos concretos nos quais a integração já estaria ocorrendo para esse momento de**  
6503 **debate para a próxima reunião do Comitê. Então, tivemos aqui a experiência do**  
6504 **relato dos estados Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Pará que**  
6505 **são estados que a integração já está ocorrendo e a minha proposta de**  
6506 **encaminhamento muito objetiva seria que na próxima reunião do Comitê Nacional**  
6507 **nós possamos levar essas experiências para o Comitê Nacional, portanto, convidar**  
6508 **esses demais núcleos para que possam apresentar essas experiências na reunião do**  
6509 **Comitê Nacional e possam participar da reunião como convidados. Podemos**  
6510 **também entender que esse é um encaminhamento para este momento e aprová-lo?**  
6511 **Então, fechamos este momento com seis encaminhamentos?**

6512

6513 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) – Eu achei essa ideia da tecnologia**  
6514 **do Rio de Janeiro incrível. Eu gostaria de pedir ao MJ analisar se na próxima**

6515 **reunião do Conatrap não daria para fazer uma transmissão on-line da reunião, até**  
6516 **para a nossa rede conhecer?**

6517

6518 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Dá.**

6519 Acho que podemos avaliar isso internamente. Nós vamos checar a viabilidade sim.

6520

6521 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) – Olha, rico é vocês verem o que é a**  
6522 **reunião do Conatrap. Acho que seria muito importante.**

6523

6524 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6525 **Temos dúvida ainda?**

6526

6527 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) – Uma dúvida aqui com a cola do**  
6528 **Ebenezer. Com relação à questão do orçamento, que você já explicou, mas tem a parte**  
6529 **aqui onde nós escrevemos, mas aí depois no como que eu fiz gastos, só tem um**  
6530 **quadrinho para falar de gastos relacionados a campanhas, não tem outro quadrinho no**  
6531 **qual eu possa escrever outros gastos vinculados à execução. Se poderíamos ter um**  
6532 **quadro aqui que descrevesse os gastos da execução do núcleo, da política, entendeu?**  
6533 **Pelo menos foi o que achamos aqui no item 8.2.**

6534

6535 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – A**  
6536 **Helô está fazendo uma ponderação de que talvez ao invés de deixá-lo lá o traz para o**  
6537 **item 2.6 para não ter que ficar detalhando gasto em cada um dos campos, qual é o**  
6538 **orçamento, detalha e a implementação. Pode ser?**

6539

6540 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) – Ótimo. Perfeito.**

6541

6542 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6543 **Então retira o campo gasto da campanha e o traz para o item 2.6, como uma**  
6544 **questão aberta, detalha a sua execução indicando e o pessoal vai dizer com o que**  
6545 **está gastando.**

6546

6547 *(Intervenção fora do microfone)*

6548

6549 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Ok.**  
6550 **Pode ser aprovado esse encaminhamento? O gasto sai da especificidade da**  
6551 **campanha e vem para um campo mais geral dentro do item 2.6. Oitavo**  
6552 **encaminhamento aprovado.** Bom, vamos para o próximo. O relatório? Temos duas  
6553 questões aqui: ajustes aprovados agora, nós encaminhamos a nova versão do relatório.  
6554 A despeito disso, tem o debate sobre a questão dos casos que vão para o ano que vem no  
6555 formulário. Relatório é uma coisa, formulário é outra. Só antes de passar para o próximo  
6556 ponto, a Jeanne tinha pedido para nós darmos um informe a respeito da terceira  
6557 recomendação que foi aprovada no Conatrap na reunião passada. Essa terceira  
6558 recomendação diz respeito a uma orientação que foi produzida para a Secretaria  
6559 Nacional de Segurança Pública para que núcleos e postos sejam convidados a  
6560 participarem das câmaras técnicas específicas sobre o enfrentamento ao tráfico de  
6561 pessoas nos Gabinetes de Gestão Integrada, sejam municipais, estaduais ou de  
6562 fronteiras. Portanto, foi aprovada uma recomendação que já foi encaminhada à  
6563 Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Nacional de Segurança Pública  
6564 já está repassando aos secretários executivos dos Gabinetes de Gestão Integrada. Então  
6565 é mais um espaço de integração, agora com os atores da segurança pública que está  
6566 assegurado, portanto, precisa ser agora fortalecido a partir dessa última recomendação  
6567 que foi aprovada pelo Comitê Nacional. A Dani, que é a nossa secretária executiva, está  
6568 dando o informe de que todo contato de vocês já foi repassado para a Secretaria  
6569 Nacional de Segurança Pública para que vocês possam ser também imediatamente  
6570 acionados pela rede da segurança pública. Eu vou pedir para a Dani para compartilhar  
6571 com a rede agora a Recomendação nº 3, mandando para o e-groups para que conheçam  
6572 e tenham em mãos o texto da recomendação que foi assinada. Lembrança: mantenham-  
6573 se sempre atualizados os contatos da rede conosco porque esse dado é fundamental, não  
6574 só para o portal, mas também para esses momentos de compartilhamento de redes.  
6575 Vamos para o próximo ponto. A nossa oitava sessão de trabalho é sobre a reformulação  
6576 da portaria de competência de Núcleos e Postos. E aqui eu queria um preâmbulo. O  
6577 preâmbulo é exatamente fazer esse esforço de memória de contextualização, em  
6578 especial para quem está participando pela primeira vez, de onde estamos e que debate é  
6579 esse. Como vocês sabem, nós temos lá a nossa política de 2006, o nosso primeiro plano  
6580 é de 2008 e temos em 2009 duas portarias que foram estruturadas a partir de um grande  
6581 debate com a rede existente para definir competências do que seriam esses  
6582 equipamentos que passaram a ser potencializados a partir da criação do Pronasci, que é

6583 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em 2007. A nossa rede  
6584 surge a partir de um esforço de criação de escritórios locais, e em 2007 quando se cria o  
6585 Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é assegurado um grande  
6586 aporte de recursos para se induzir o fortalecimento ou a criação dessa rede por meio de  
6587 realização de convênios para aporte de recursos para esse processo ou de indução ou de  
6588 fortalecimento dessa rede. De 2008 para cá começam, portanto, a existir esses  
6589 convênios com a sugestão de estruturação de dois equipamentos. Um seriam os núcleos  
6590 estaduais que teriam a tarefa de produzir a articulação e conduzir a política estadual  
6591 auxiliando na implementação da política nacional, e um segundo equipamento que  
6592 seriam os postos avançados de atendimento humanizado ao migrante que estariam em  
6593 locais de grande circulação de população migrante a partir da experiência que se iniciou  
6594 com a Asbrad no Aeroporto de Guarulhos e que foi, portanto, interpretada como  
6595 experiências exitosas que poderiam ser fortalecidas no bojo da nossa rede e que seriam  
6596 uma rede em especial destinada a atenção de brasileiros reportados e não admitidos.  
6597 Bom, isso, portanto, quer dizer, uma nova política de indução, equipamentos sendo  
6598 criados e estruturados a partir de experiências concretas, sejam dos antigos escritórios  
6599 locais, seja essa experiência que começa no Aeroporto de Guarulhos, temos o início a  
6600 criação da nossa Rede Nacional de Núcleos e Postos, 2007, 2008, 2009, 2010. Foi  
6601 criada uma portaria que é Portaria nº 31/2009 que trabalhava a partir de uma ideia de  
6602 que essa rede comporia um sistema próprio. Logo depois há uma crítica a esse processo  
6603 e essa ideia da criação de um sistema próprio é alterada e se passa a falar em atuação em  
6604 rede intersetorial que é a Portaria nº 41. Então, essa era uma competência que está dada  
6605 para a nossa rede lá de 2009 que foi o bojo e muito da mobilização para criação dessa  
6606 rede. O fato é que a prática e a vida cotidiana e muito do que vem acontecendo na  
6607 própria conjuntura brasileira ao longo dos últimos anos nos impõe certa necessidade de  
6608 revisão disso. E esse debate vem acontecendo desde 2011, dois anos depois, quando  
6609 fomos aprovar o segundo plano. No momento de aprovação do segundo plano, uma das  
6610 metas que são colocadas por toda a rede é a necessidade de se estabelecer e revisar o  
6611 instrumento normativo da Rede de Núcleos e Postos inclusive tratando dos comitês.  
6612 Então, meta do plano revisar as portarias. Começamos esse diálogo com as redes. E esse  
6613 debate já vem ganhando algum corpo desde o nosso sétimo encontro no Rio de Janeiro,  
6614 nós apresentamos a necessidade de reformular os instrumentos, debater isso  
6615 conjuntamente, o Conatrap ainda não estava estabelecido quando a rede começa o  
6616 diálogo sobre essas portarias e a rede vem acumulando esse debate sobre as portarias.

6617 Então, o que vamos apresentar ali agora, vocês vão entender um monte de marcação,  
6618 mas é só para entender o que está datado do nosso último momento de diálogo sobre  
6619 isso. Então começamos o diálogo no Rio de Janeiro, segue o diálogo na reunião de  
6620 Brasília e na reunião de Salvador. Este ano nós também trouxemos algumas conclusões  
6621 importantes. A principal conclusão que essa rede acumulou era que o debate com a  
6622 Rede de Postos precisaria avançar. Por quê? Porque esse equipamento que a priori tinha  
6623 vocação de atender deportados e não admitidos, na prática estava produzindo um rol de  
6624 atendimentos muito diferenciados, a agenda da migração estava muito fortemente  
6625 colocada para dentro desses equipamentos e que esse equipamento precisaria, portanto,  
6626 de uma reformulação muito mais profunda do que somente dizer: “Eu agora atendo  
6627 migrantes”, pois esses equipamentos inclusive em alguns locais, e aí nós tomamos  
6628 muito a experiência de Guarulhos como referência, eles passaram a ser indutores da  
6629 promoção da política local. Quer dizer, para além de serem equipamentos de atenção e  
6630 atendimento, eles ganharam uma forte característica de indutores da política local.  
6631 Então, o debate que a rede acumulou e isso foi o debate em especial da reunião de abril  
6632 deste ano, era de que a competência, portanto, não seria específica para núcleos e  
6633 específica para postos. Mas que teríamos uma competência geral dada aos dois  
6634 equipamentos, que é essa competência de estabelecer as redes, portanto, estruturar as  
6635 ações locais e que sim nós teríamos algumas competências específicas para os postos  
6636 que são da característica do atendimento que é realizado para eles. Então, teríamos  
6637 nessa reformulação nova que foi o debate acumulado em abril deste ano, competências  
6638 gerais, algumas específicas aos postos e ganhamos mais uma contribuição que veio da  
6639 reunião do Conatrap a necessidade de estabelecer também diretrizes para os comitês.  
6640 Então, vejam que a nossa portaria agora trata de Núcleos, Postos e Comitês com  
6641 diretrizes gerais e algumas específicas para os equipamentos de atendimento. Então é  
6642 isso que viemos acumulando. É um debate que se deixar nós vamos seguir mais três,  
6643 quatro anos acumulando, mas como vamos precisar em algum momento terminar o  
6644 acúmulo desse debate, a nossa expectativa é que hoje possa bater o seu martelo e dizer:  
6645 “Acumulamos, chegamos até aqui”, e esse debate não vai se encerrar na rede, essa meta  
6646 pressupõe que o Conatrap também se manifeste sobre ela. Então pelo menos a rede  
6647 fecha aqui seu acúmulo, sua posição, o seu consenso sobre esse instrumento e esse  
6648 instrumento segue agora para a próxima reunião do Comitê Nacional. Não sei se ficou  
6649 claro o preâmbulo, um pouco longo, mas é para contar também o caminho por onde  
6650 perpassaram as mudanças e a estruturação desses equipamentos. Podemos começar?



6651 Nós não imprimimos, peço mil desculpas, mas queríamos mostrar porque o que eu  
6652 queria muito que vocês tivessem como pressuposto? Não vamos nos pegar em textos,  
6653 em palavras. Vamos nos pegar aqui no debate, na ideia-chave. E aí seria bom recuperar  
6654 o debate que tivemos lá no Rio de Janeiro, na Guarda, que é o seguinte: essa portaria  
6655 estabelece diretrizes, ela nunca vai dar conta de atender a realidade da Prefeitura de São  
6656 Paulo, do Núcleo do Paraná etc. E essas diretrizes não podem reduzir o escopo da nossa  
6657 atuação. Então, a expectativa é que a portaria seja também potencializadora, quer dizer,  
6658 ela traga as diretrizes do que se espera, porque por mais que eu hoje não esteja nesse  
6659 lugar esperado, a minha estrutura e o meu equipamento, essa expectativa do que a rede  
6660 possa ofertar e possa oferecer de estrutura. Então no Rio de Janeiro nós deixamos isso  
6661 muito claro também. Não vamos reduzir, a portaria já traz diretrizes muito importantes  
6662 também. Nós não vamos recuar de nenhum avanço, de nenhuma construção de  
6663 diretrizes. Esse era um ponto de partida quando nós iniciamos esse debate. Não vamos  
6664 recuar de nenhum ponto, não vamos recuar porque hoje a nossa realidade não nos  
6665 coloca nessa posição, vamos trabalhar com ideias-forças, então não vamos nos prender a  
6666 textos, até porque isso ainda vai passar pelo Conatrap, por uma análise jurídica para  
6667 poder ser assinada, então perder tempo com palavras às vezes estamos perdendo o  
6668 tempo precioso do debate da ideia. Então que esses valores estejam recolocados neste  
6669 momento. A portaria tem um momento vermelho é o momento até onde fomos na  
6670 reunião de Salvador. Então só para vocês compreenderem: o que é vermelho, até  
6671 reunião de Salvador; verde entra após o debate de Salvador. E o debate de Salvador é:  
6672 vamos unificar as diretrizes gerais e vamos trabalhar com a ideia de migração. Então  
6673 decai da ideia de deportados e de não admitidos e entra com a ideia de trabalhar com  
6674 migração num contexto mais geral. E tem uma novidade que é o que está em azul que  
6675 entra após a reunião que é a ideia de trabalhar com os comitês. Está em azul que entra  
6676 após a reunião do Conatrap que é já uma proposta de diretrizes para os comitês. Então,  
6677 vamos lá. Em essência esse é o texto da portaria. Agora vai tratar da Rede de Núcleos e  
6678 Postos e comitês, então essa é a novidade que começa no preâmbulo. Eu vou falando e  
6679 na medida em que vou passando para o próximo tema, a minha sugestão é que se  
6680 alguém tiver alguma grande consideração ou se quiser fazer dá o destaque. Mas também  
6681 vou dizer, eu não tenho muito mais espaço de debate à proposta concreta, já é a quarta  
6682 reunião que debatemos a portaria. Então, o que entra de novidade são os dois decretos, o  
6683 decreto que revisita a política e coloca o modelo da gestão integrada, o decreto que  
6684 aprova o plano, e a portaria interministerial que dá também todo o conteúdo do plano.

Então, o que entra de novidade aí é a nova legislação de referência dos planos e da Política Nacional. A Juliana tinha feito uma sugestão de que pudéssemos destacar a questão da necessidade de cooperação federativa, respeitando a autonomia dos entes federados. Tínhamos feito um considerando ao final e ela faz uma marcação sugerindo que esse considerando venha logo no início. Então, em essência é essa a alteração sugerida pela Juliana. Podemos acatar a proposta? E esse é só um considerando que entra para dizer: a política nos pede cooperação federativa, vamos fazer isso no marco do pacto federativo. E essa é a nossa ideia. Pode colocar ok ao lado. Os de cima, em essência é acréscimo de legislação e lá em cima é só para dizer que agora tratamos também de comitês. A necessidade de articular, estruturar uma rede nacional de cooperação federativa para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, que era o que já estava lá, vejam que a palavra sistema nacional, isso já está cortado porque já era da primeira portaria, já tínhamos cortado isso na reunião do Rio de Janeiro. Vamos lá então: “Considerando a necessidade de articular, estruturar e consolidar a partir dos serviços em redes existentes uma Rede Nacional de Cooperação Federativa para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas...” e aí uma nova sugestão feita pelo núcleo de Goiás de que coloquemos tráfico de pessoas e migrantes. Flávia.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Com relação a questão “e migrantes”, eu acho que talvez o que possamos inserir é uma ideia de enfrentamento as violações de direito correlatas ou favoráveis, não sei, ao tráfico de pessoas. Porque aí nós dizemos então, que somos uma rede que visa enfrentar essas violações de direito, que pode ser tanto de direito migratório, trabalhista, violação que favorece inclusive uma adoção irregular que pode culminar então em situações de tráfico de pessoas. Que não é só o migrante.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Natasha, copia o texto, por favor, no novo campo. Posso só fazer uma consideração? Uma coisa é combater violação de direito e outra é prestar atendimento. Nós também precisamos pensar na vocação dos Postos, para não esquecermos isso.

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Mas aí estou partindo do pressuposto de princípio do enfrentamento, muito daquela política que a SPM usa, que ela trás aquelas quatro palavras chaves...

6719 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Sim,  
6720 o enfrentamento nosso inclui os 3P's, persecução, proteção, prevenção. Então a palavra  
6721 já dá conta. A questão é que em um momento que nós só restringimos enfrentamento às  
6722 violências correlatas, nós deixamos de pensar...

6723 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** - Favoráveis, que favorecem,  
6724 alguma coisa do tipo.

6725 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
6726 Então vamos pensar em uma redação. A Rede Nacional de Cooperação Federativa para  
6727 o enfrentamento ao tráfico de pessoas e às violações de direitos correlatas? Vamos lá  
6728 Natasha, enfrentamento às violações de direitos correlatas ao tráfico de pessoas. Juliana,  
6729 você tem uma sugestão?

6730

6731 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Tenho. Proposta de sugestão. “Uma  
6732 rede nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas e outras violações aos direitos  
6733 humanos que gerem exploração”. Eu acho que temos que focar na finalidade da questão  
6734 da exploração. E eu tenho um fundamento para isso. Quando nós colocamos “Violação  
6735 de direitos correlata”, tira “Violação de direitos correlata” e coloca “exploração”. A  
6736 ideia de ressaltar exploração é de ressaltar o fundamento elementar...

6737

6738 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** -  
6739 Gente, primeiro inscrição porque senão a mesa não consegue captar o debate, as  
6740 inscrições estão abertas, e nós também não podemos ampliar o foco para abarcar coisa  
6741 que não é competência dessa rede em termos de violação de direitos. Tem cuidados.

6742

6743 **O Sr. Admar Fontes Júnior (NETP-BA)** – Ju, desculpe, lá na Bahia, temos  
6744 dificuldade até com os delegados da Polícia Federal. Quando eu estava falando com a  
6745 Flávia em crimes correlatos, eles só querem atender 231 e 231-A. E com esse termo,  
6746 dizer exploração, eles vão dizer que é exploração sexual só.

6747

6748 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** - Só completando o que o  
6749 Admar está falando, se colocarmos exploração, nós entramos no debate anterior  
6750 novamente que não vamos dar conta, que fazemos, por exemplo, de adoção ilegal, a  
6751 adoção ilegal é exploração ou não é, então vamos nos colocar num lugar que não  
6752 precisamos nos colocar nesse momento ao colocar a palavra exploração porque aí

6753 teremos que explicar o que é exploração e aí vamos perder. Agora se falarmos  
6754 “correlatas”, nós conseguiremos passar mais fácil.

6755

6756 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Só acrescentando os dois  
6757 colegas, eu acho, Ju, que também é isso, se ampliamos para exploração pode dar ideia  
6758 de que a rede pode estar abarcando outras agendas que já existem, políticas e outros  
6759 espaços colegiados, inclusive de enfrentamentos mais amplos. Mas estamos falando de  
6760 exploração quando fechamos na modalidade do tráfico que pressupõe a finalidade de  
6761 exploração, acho que deixar o conceito pode ampliar demais e dá uma ideia equivocada  
6762 de que talvez enfrente de forma ampla essas outras violações de direito.

6763

6764 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6765 Então, vou pedir para a Natacha apagar todo aquele texto para frente do tráfico de  
6766 pessoas, tira a palavra migrantes e aí o texto novo seria este “Enfrentamento às  
6767 violações de direito correlatas ao tráfico de pessoas”. Aprovado? Muito bom. Próximo.  
6768 “Considerando a necessidade de ampliar e consolidar os serviços de atendimento a  
6769 migrantes, considerados brasileiros e estrangeiros em trânsito interno e internacional  
6770 para o território nacional” essa parte em amarelo foi acréscimo feito pelo Núcleo de São  
6771 Paulo “...a recepção de brasileiros não admitidos, retornados ou deportados nos  
6772 principais pontos de entrada e saída do país e de grande circulação de migrantes”.  
6773 Alguma consideração ao texto?

6774

6775 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Não falamos em atenção e não  
6776 atendimento? Nós não falamos sempre em promoção da atenção que é conceito mais  
6777 amplo inclusive?

6778

6779 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Ok.  
6780 Então, eu vou fazer a sugestão de que o tema “atendimento” quando aparecer seja  
6781 substituído pela palavra “atenção” em toda portaria. Pode ser?

6782

6783 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** Principais pontos e  
6784 saídas do país, Ju, é naquele sentido de que não é só fronteira, é essa a ideia? Então está  
6785 compreendido.

6786

6787 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6788 Podemos entender que este texto está acatado? É um consenso? Ótimo, vamos para o  
6789 próximo. Depois só limpamos e o traz para cá e compartilha a portaria versão final.  
6790 “Considerando o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania que prevê  
6791 dentre suas metas o apoio ao desenvolvimento dos núcleos de enfrentamento ao tráfico  
6792 de pessoas e os postos avançados de atendimento humanizados ao migrante...” não teve  
6793 nenhuma contribuição a esse ponto, alguma questão? Podemos dar por avançado?  
6794 “considerando a necessidade de cumprimento da meta 1 a 6 do Segundo Plano Nacional  
6795 de enfrentamento ao tráfico de pessoas que prevê a redefinição das competências dos  
6796 núcleos de enfrentamento ao tráfico de pessoas e dos postos avançados de atendimento  
6797 humanizado ao migrante dos comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas”, aqui  
6798 incluímos como novidade os comitês. Ok? Aprovado. “resolve...” aqui é uma sugestão  
6799 da Ju, acrescentar a palavra “nacional” “a rede nacional de enfrentamento ao tráfico de  
6800 pessoas e de postos avançados de atendimento humanizado ao migrante tem por  
6801 principal função articular e planejar as ações para o enfrentamento ao tráfico de pessoas  
6802 no âmbito estadual, do Distrito Federal e municipal”. Sugestão agora sendo realizada  
6803 pelo núcleo de Minas.

6804

6805 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Substituir a palavra “função” por  
6806 “atribuição” meio que na lógica das políticas nacionais, das competências e atribuições.

6807

6808 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6809 Aprovado? Aí tem um parágrafo único. “A criação dos núcleos e postos, conforme o  
6810 disposto no caput deste artigo, poderá ser implementado por meio de cooperação entre o  
6811 Governo Federal por meio da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e  
6812 dos governos estaduais, distrital e municipais”. Há uma sugestão do Núcleo de São  
6813 Paulo que desmembrou do caput e criou o parágrafo único.

6814

6815 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Fernanda, como nós mudamos lá  
6816 em cima “enfrentamento às violações de direito correlatas” eu sugiro que façamos isso  
6817 depois alinhado no texto...

6818

6819 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
6820 Dentro das competências trazer lá para cá? Aprovado. Você faz isso agora, Natacha,

6821 para não correremos o risco de esquecer. “A rede nacional ....tem como principal  
6822 atribuição planejar as ações para...” aí colamos esse final. Onde está enfrentamento ao  
6823 tráfico, nós vamos colocar “enfrentamento às violações de direito correlatas ao tráfico”.

6824

6825 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Quando você coloca ali “Comitê de  
6826 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas” a minha pergunta para a rede é: dá alguma  
6827 impressão a vocês de que o comitê é desmembrado dos núcleos e dos postos?

6828

6829 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Acho  
6830 que ele deveria vir aqui também. É essa a sugestão?

6831

6832 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Porque estamos falando de  
6833 integração. Se nós não amarrarmos bem amarrada a coisa daqui a pouco vai ter estado  
6834 que tem comitê e não tem núcleo, ou não compõe porque vão dizer que é autônoma a  
6835 política. Eu estou antevendo, por exemplo, Mato Grosso tem comitê. Aí de repente o  
6836 comitê é mais importante do que ter um núcleo, é mais importante do que ter um posto.

6837

6838 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
6839 Desculpe, Juliana, a mesa não entendeu. Qual é a proposta?

6840

6841 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Natacha, coloca no último  
6842 considerando. A meta fala na criação, não é isso?

6843

6844 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Não.  
6845 A meta fala na necessidade de redefinição das competências, da necessidade de revisar  
6846 as portarias que atribuem competência para núcleos, postos e comitês.

6847

6848 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Então, coloca assim “que prevê a  
6849 redefinição das competências.....” depois do comitê coloca assim...

6850

6851 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
6852 Juliana, qual é a proposta antes de ela redigir porque isso aqui é a redação da meta do  
6853 plano, então às vezes não seja o lugar pertinente.

6854

6855 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – A ideia era de dizer redefinir  
6856 competências dessas três instâncias, mas que essas três instâncias devem estar sempre  
6857 integradas, a ideia é essa.

6858

6859 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
6860 Então não é o lugar. Vamos pensar mais para frente. A rede é composta de núcleos, de  
6861 postos e comitês, acho que está no caput do artigo primeiro, não?

6862

6863 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Está ok.

6864

6865 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
6866 Então, alteramos a redação do artigo primeiro para falar dos núcleos, dos postos e  
6867 comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

6868

6869 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Vai jogar para dentro do artigo  
6870 primeiro? Então, o próximo parágrafo único fala da criação de Núcleos e Postos talvez  
6871 tenhamos também um parágrafo aqui falando que a criação dos comitês e sua atuação se  
6872 dê forma integrada às políticas de Núcleos e Postos, porque fica como um parágrafo...

6873

6874 **A Sra. Não Identificada** – Poderia ser colocado no finalzinho da portaria, acho que  
6875 ficaria melhor?

6876

6877 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É porque aqui já é um parágrafo  
6878 que menciona da criação dentro do artigo primeiro que fala dos três, não é isso?

6879

6880 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É.  
6881 Mas o parágrafo fala da indução financeira que é em cooperação. Por favor, copiem a  
6882 palavra “comitê de enfrentamento ao tráfico de pessoas” e coloquem no artigo primeiro.  
6883 Pronto? Parágrafo único, ok? Eu vou dar só uma passada geral da portaria, antes de  
6884 validarmos para vocês terem a noção de como está o texto, porque senão as pessoas se  
6885 perdem, às vezes alguém chegou agora e não se lembra como é o texto que já viemos  
6886 debatendo nas últimas quatro reuniões. Então, vamos rapidinho. Nós falamos, portanto,  
6887 da competência de núcleos e postos e aí entra toda a estratégia que passa a ser para  
6888 ambos, ok? Depois temos um artigo específico que trata da competência dos postos.

Esse artigo foi significativamente alterado porque antes a competência estava focada na atenção a deportados e não admitidos e essa competência é agora ampliada para atender migrantes, ok? Além disso, tem toda a questão da estrutura mínima que é o mínimo requerido, que já é da portaria anterior e se cria agora um novo artigo que se trata dos comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao final se revoga as duas portarias anteriores. Quer dizer a última portaria porque a anterior já estava revogada. Ok? Essa é a estrutura geral da nossa portaria. Agora vamos voltar ao artigo segundo. “Compete à Rede Nacional de Núcleos e Postos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas”, a Juliana faz duas sugestões: uma, colocar Rede Nacional e a outra é respeitar as competências. É porque essa parte já está lá em cima, eu não sei o quanto ficamos repetindo. Talvez o considerando já é pressuposto. Qual é a sugestão? A sugestão seria acatar a primeira parte e entender que esse segundo texto já está pressuposto de toda portaria. E ele terá que repetir o tempo inteiro. *(Intervenção fora do microfone)* Então, deixar de ser pressuposto? Então, pode cortar essa segunda sugestão, mantenha a primeira na sugestão de Rede Nacional, e aí vamos também ver onde tudo que estiver rede vamos colocar Rede Nacional para não ter que ficar revisitando isso a toda hora. *(Intervenção fora do microfone)* Aqui é competência específica. São 3 artigos que seguem tratando de competências. Esse trata das competências conjuntas e o outro trata das competências específicas dos postos e depois vamos tratar das competências dos comitês, ok? Então artigo primeiro “Articular e planejar o desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas e migrantes, visando a atuação integrada dos órgãos públicos e da sociedade civil”. Vou fazer uma proposta de sugestão aqui que é recuperar o texto lá atrás, para já colocar, tira a palavra “migrantes” e coloca “de enfrentamento às violações correlatas ao tráfico”. Ok? Você se sente contemplado, Valdir, com esse texto? E aí vamos tomar o cuidado depois no processo de finalizar a portaria e dar a devolutiva disso para vocês para ver se não deixou passar nenhum lugar que o texto tem que estar adequado. Dois: “Operacionalizar, acompanhar e avaliar o processo de gestão das ações projetos, programas de enfrentamento ao tráfico de pessoas” e aí vem a sugestão migrantes, o mesmo encaminhamento da anterior. “Instituir a política e o plano distrital, estadual e municipal de enfrentamento ao tráfico de pessoas e migrantes por meio do decreto ou outro instrumento legal, em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas aprovada pelo decreto tal”.



6923 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Fernanda, volta no anterior, por  
6924 favor. Eu fiquei na dúvida se avaliamos processo de gestão, ações, projetos e programas  
6925 porque como que eu avalio a atuação, por exemplo, lá do Creas que também faz o  
6926 atendimento?

6927

6928 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Você  
6929 avalia a perspectiva da atuação integrada que você coordena, enquanto gestora do  
6930 programa estadual de Minas.

6931

6932 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Não é um monitoramento?

6933

6934 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Não,  
6935 mas é um pressuposto do conceito da palavra gestão e você planejar, executar,  
6936 monitorar e avaliar. A palavra pressupõe isso.

6937

6938 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Então, talvez inserir o  
6939 monitoramento ali também?

6940

6941 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Sim.  
6942 Acompanhar, já está um pouco. Flávia, a palavra acompanhar está colocada.

6943

6944 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Aí eu vou retomar, Flávia, o que  
6945 você acabou de dizer quando nós falamos sobre a questão das normativas e das  
6946 atribuições. A nossa atribuição executiva não é avaliar, por exemplo, o andamento dessa  
6947 política no ministério, aquelas coisas que já colocamos. Eu não vou avaliar o que o  
6948 Ministério Público faz, quem sou eu para fazer isso, mas eu posso monitorar, mas quem  
6949 vai criar essa dinâmica é a minha dentro da minha atribuição e da minha dinâmica de  
6950 estado. Então, essas leituras, gente, elas têm de estar o tempo inteiro ao lado do que lei  
6951 diz. Não podemos ir além das nossas atribuições e também não podemos ficar aquém  
6952 delas. Se formos além, digamos assim, temos que construir diálogos. É isso. É para  
6953 deixar bem claro para todo mundo que não está há muito tempo acompanhando que o  
6954 que está aqui é de fato algo limitado ou ampliado em respeito às nossas atribuições e à  
6955 lei. É isso, porque já fomos cobrados em outros momentos, a rede de Núcleos e Postos,  
6956 para dar conta de situações que a portaria que estava impropriamente colocada sobre

6957 atribuições dava a entender. A revisão disso aqui é exatamente para alinhar a postura de  
6958 todo mundo. É isso.

6959

6960 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Bom,  
6961 temos duas opções. Ou mexemos no conteúdo e deixamos só a palavra gestão que já  
6962 pressupõe planejar, executar, avaliar e monitorar, pode ser? Então, nós tiramos porque  
6963 senão cada um vai ficar pegando no verbo e aí não vamos avançar muito. Então é  
6964 “realizar a gestão das ações e programas de enfrentamento correlacionados ao tráfico de  
6965 pessoas” pode ser? Corta tudo que está à frente, fica só realizar a gestão. E aí vamos  
6966 mudar aquele textinho para frente. “Instituir a política e o plano estadual, distrital e  
6967 municipal de enfrentamento ao tráfico de pessoas e migrantes, por meio de decreto ou  
6968 instrumento legal, em consonância com a política nacional”. Ok? Eu só vou pedir para  
6969 cortar esse texto aprovado pelo decreto porque já tivemos alteração do decreto da  
6970 política. Então, vamos levar lá para frente sem o aprovado, só em consonância com a  
6971 política nacional. Pode ser? Tem um texto aí pela frente “Que contemple as  
6972 especificidades locais da incidência de fenômeno”. Esse mantém. Só cai o texto da  
6973 política. Próximo. O texto é: “Articular, estruturar, ampliar e consolidar a partir dos  
6974 serviços, programas e projetos existentes uma rede estadual, distrital e municipal de  
6975 referência no enfrentamento ao tráfico de pessoas”. Aqui tem algumas contribuições de  
6976 texto da Juliana e do Valdir. Vou tentar fazer uma proposta. Ali a Juliana coloca  
6977 “promover a cooperação” ao invés de ficar todos os verbos anteriores. Tudo bem?  
6978 Vamos lá. “promover a cooperação e a atuação articulada a partir dos serviços  
6979 existentes na rede estadual, distrital ou municipal de referência no enfrentamento ao  
6980 tráfico de pessoas”. A Juliana retira a palavra atendimento e coloca enfrentamento por  
6981 entender que o tema enfrentamento pressupõe a prevenção, a atenção e a própria  
6982 persecução. OK? “De referência no enfrentamento ao tráfico às violações correlatas ao  
6983 tráfico de pessoas”. Agora aqui tem uma novidade, porque entra a palavra “refúgio”. E  
6984 não necessariamente refúgio é uma violação de direito correlata ao tráfico. É outra  
6985 questão que está aparecendo aqui pela primeira vez. Eu acho que vale a pena nós  
6986 acumularmos um pouquinho sobre isso.

6987

6988 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Só uma pequena  
6989 correção aqui, Fernanda. Acho que tem um equívoco que é do português, mas acaba  
6990 influenciando na compreensão do texto. “promover a cooperação e a atuação articulada,

6991 a partir dos serviços, programas e projetos existentes uma rede estadual, distrital ou  
6992 municipal de referência no enfrentamento de tráfico de pessoas”, está um pouco  
6993 estranho esse texto. Ou é promover uma rede e tal, ou da rede...

6994

6995 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Ok.**  
6996 “Promover a cooperação da rede local” porque senão fica repetindo a palavra, fica mais  
6997 limpo o texto. “Promover a cooperação e a atuação articulada da rede local, a partir dos  
6998 serviços, programas e projetos existentes para o enfrentamento ao tráfico de pessoas”.  
6999 OK?

7000

7001 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Mas, eu ainda teria outra questão  
7002 porque parece que serviços, programas e projetos existentes, não sei, me soa muito mais  
7003 como uma coisa que está vinculada às políticas públicas e não políticas sociais mais  
7004 amplas, inclusive a sociedade civil.

7005

7006 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** A  
7007 grande ideia era o atendimento, referenciar a rede, já estamos colocando cooperação, já  
7008 mudamos bastante a ideia inicial. Vamos lá. Qual é a ideia então Flávia? Porque tem  
7009 vários textos de articulação com a sociedade civil e um programa ou um projeto  
7010 existente não precisa ser necessariamente do estado. Quem é a rede local? A rede local é  
7011 composta de instituições estatais, não estatais enfim. A grande novidade é refúgio. Mas  
7012 aqui estamos falando de promover cooperação e articulação entre redes.

7013

7014 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Nós já colocamos em algum  
7015 lugar “na perspectiva dos direitos humanos?” Isso está em algum lugar para cima?  
7016 Talvez jogarmos isso para os considerandos porque inclusive estou lembrando o texto  
7017 da política quando vai falar de rede de atenção lá na política, lá naquele eixo dois, se  
7018 não me engano, fala sempre sobre o princípio dos direitos humanos, alguma coisa.

7019

7020 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Fica  
7021 como encaminhamento para recuperarmos lá nos considerandos.

7022

7023 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** E ali talvez “e articular a atuação  
7024 integrada” e não uma atuação articulada. “promover a cooperação” eu não sei qual a sua

7025 ideia, Ju, mas promover a cooperação e atuação, aqui a ideia para mim que tem que  
7026 ficar mais a integração e a articulação é um meio para integração. “Promover a  
7027 cooperação e a articulação de atuação integrada...”.

7028

7029 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7030 Natacha, faz outro.

7031

7032 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) –** A ideia é clara. Temos como função  
7033 promover essa cooperação e a atuação articulada. A ideia até porque a sonoridade da  
7034 atuação junto com a cooperação, na minha opinião fica mais sonoro e aí o cérebro  
7035 computa melhor as ações. Porque o articulada não é verbo, ele é substantivo aqui. Eu  
7036 coloquei os dois verbos e o substantivo. É só nesse sentido. E aí já pegando o gancho  
7037 com refúgio, se nós excluimos a migração, eu acho que temos que excluir o refúgio.  
7038 Porque o refúgio é um subtema da migração. Não é só uma política por si só.

7039

7040 **A Sra. Sara -** Ele é um tema por si só também porque ele dialoga com a migração  
7041 porque é uma situação de migrante, mas o refúgio é um tema por si só. Mas se vocês  
7042 estão querendo não falar em migração, falar em refúgio aqui não tem problema algum,  
7043 mas como vocês estão fazendo uma análise global de todas as violações de direito,  
7044 talvez seja interessante retirar.

7045

7046 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ) –** Acho que está tentando dar conta de todo tipo  
7047 de fluxo de pessoas, seja de migração, refúgio, migração sazonal etc, então, como  
7048 amplificar esse conceito, talvez seja ao invés de botar refúgio ou migração que são  
7049 temas já muito fechados, como você mesma sugeriu, tráfico de pessoas e processos, não  
7050 sei, é só pensar nessa ideia.

7051

7052 **A Sra. Sara –** Está sendo sugerido aqui mobilidade humana.

7053

7054 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ) –** Mobilidade humana, talvez.

7055

7056 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Eu sugeriria que levássemos lá  
7057 para o considerando também a questão “Considerando que a mobilidade humana pode  
7058 ocorrer com violações que favorecem ao tráfico de pessoas....” jogar isso lá em cima

7059 como princípio dos considerandos. Porque aí para que fique claro, quando estamos  
7060 falando de enfrentamento às violações de direito correlato ao tráfico de pessoas, isso é o  
7061 quê? Poderia incluir inclusive questões relacionadas à mobilidade. Acho que esclarece e  
7062 amplia um pouco mais.

7063  
7064 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) –** Eu voto contra e vou dizer por quê.  
7065 Primeiro porque já pactuamos que quando estendemos o tráfico de pessoas e colocou  
7066 violações de direitos correlatas, nós estamos querendo dizer aqui de maneira ampla de  
7067 todas as demais especificidades que o tráfico tem. Primeira coisa, nós pactuamos nessa  
7068 lógica. Segunda coisa, nós aqui discutimos há uma hora a questão da realidade  
7069 integradora da migração, eu entendo o refúgio como subtema da migração, isso não  
7070 significa que ele é pequeno, eu estou dizendo é que existe um gênero e uma espécie, a  
7071 migração é um gênero e refúgio é uma espécie. Então ele está dentro da política  
7072 migratória. Se nós estamos discutindo aqui que essas políticas, essas questões  
7073 migrações, trabalho escravo e tal, ainda precisam ser amadurecidas, se dermos esse  
7074 passo de colocar esses temas aqui, nós estaremos botando o carro na frente dos bois, por  
7075 mais que estejamos no caminho de, ainda não chegamos nesse caminho ainda. Então a  
7076 minha sugestão é que não coloquemos, não a violação de direitos, se quisermos criar  
7077 depois um glossário que coloquemos aí o que é violação de direitos, porque teríamos  
7078 que ao dizer violação de direitos e se vocês querem entrar nessa discussão, vamos ter  
7079 que falar migração, refúgio, violação de criança e do adolescente, adoção, trabalho  
7080 escravo, violação contra a mulher, idoso, e aí vai, lavagem de dinheiro, evasão de  
7081 divisas, e daí por diante.

7082  
7083 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** Não, nem tanto. Acho  
7084 que poderíamos retirar o refúgio na ideia de que estamos tirando os públicos específicos  
7085 e temas específicos, mas acreditamos que poderíamos colocar um considerando que  
7086 pudéssemos aqui na rede expressar o que estamos querendo dizer com violações de  
7087 direito correlatas ao tráfico. Não precisa ser exaustiva, não precisa ser definitiva, nós  
7088 vamos colocar os temas que inclusive temos discutido aqui, migração, trabalho escravo,  
7089 enfim, adoção ilegal de crianças etc. Colocar um considerando que explique a nossa  
7090 violações de direitos correlatas ao tráfico que inclusive vai dar conta de justificar porque  
7091 ao longo de todo o texto está se falando de violações correlatas ao tráfico de pessoas,  
7092 nós tiramos os públicos específicos, faz um considerando sobre a violações de direitos

7093 correlatas ao tráfico de pessoas e aí, pronto, está explicado o porquê estamos colocando  
7094 esse tema. Essa é a minha sugestão.

7095

7096 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu reitero isso. Achei bacana  
7097 ampliar o tema e colocar de direitos correlatos, está aí o Admar, a Flavinha explicando o  
7098 que é isso. Nós já pactuamos essa ampliação, nós voltamos para explicar isso? Estamos  
7099 dando um passo para trás. E mais do que isso: guia de referência de tráfico de pessoas,  
7100 debates de legislações feitas ao longo desses dois anos, tudo que fizemos até agora foi  
7101 para dizer o seguinte: o Protocolo de Palermo é uma referência, lá existem algumas  
7102 questões claras que vivemos todo dia, outras situações jamais estão dispostas e  
7103 imagináramos nós que elas surgiriam e outras ainda surgirão. Quando nós começamos  
7104 a querer explicar demais e botar algumas exemplificações, estamos nos amarrando de  
7105 novo e a nossa rede vai colocar limites numa situação porque o tráfico é isso, um limite  
7106 na questão de exploração que pode surgir do nada, novas formas de exploração. Eu me  
7107 recordo, por exemplo, da Fernanda que disse que foi para a Europa e encontrou  
7108 exploração em área religiosa, mulheres que eram usadas em rituais, eu me lembro que  
7109 você comentou isso, e que fiquei impressionada. Reconhecer a questão do futebol. Eu  
7110 sugeriria que a nossa rede tentasse manter esta expressão “violações de direitos  
7111 correlatas ao tráfico de pessoas” e ao longo do nosso trabalho, quando formos colocar  
7112 no nosso relatório aquelas observações começemos a desenhar as explicações de  
7113 realidades de violações correlatas. Mas que não falemos isso agora. É isso.

7114

7115 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu me sinto contemplada, mas  
7116 acho que voltaria ali para sonoridade da frase “uma atuação integrada”. Acho que  
7117 articulação é o meio para, e nós estamos falando o tempo todo inclusive nesse  
7118 substantivo de integração. Só alinhar. Promover a cooperação, a articulação e a atuação  
7119 integrada. Aí Fernanda eu acho que eu deixaria “de redes” em vez do “local”, para não  
7120 dar a ideia de que precisa fazer só na capital, não precisa fazer no estado inteiro.

7121

7122 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – “De  
7123 redes” e tira a palavra “local”. Temos consenso sobre esse novo texto? Tira a palavra  
7124 refúgio também, pelo que entendi? Sai refúgio? Ok. Próximo. 5 – “Integrar, fortalecer,  
7125 articular e mobilizar a rede de atuação dos órgãos que compõem a rede local de  
7126 atendimento humanizado, assegurando o acompanhamento e a reinserção social das

7127 vítimas do tráfico de pessoas diretas e indiretas com o fim de oferecer a elas opções  
7128 concretas que permitam romper com o ciclo de vulnerabilidades de violações de seus  
7129 direitos”. Qual foi a proposta concreta da Juliana aqui? A proposta é excluir tudo? A  
7130 rede mantém isso? Eu gostaria de manter o texto. Eu acho que algumas demarcações  
7131 bem específicas para a concepção do atendimento, para rompimento do ciclo e aqui  
7132 estamos falando de algo que é distinto do que dissemos lá atrás. Nós fomos enxugando  
7133 muito o texto da portaria anterior.

7134

7135 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu manteria trocando  
7136 “atendimento” por “atenção”. “Rede de atenção humanizada”, tiraria até o local, que  
7137 pode ser que nem no local não tenha, mas terei que fomentar, inclusive.

7138

7139 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Rede  
7140 de atenção humanizada”, é isso? Por que aqui é o atendimento mesmo.

7141

7142 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Desculpe, é de “atendimento  
7143 humanizado” não tem como ser de atenção humanizada.

7144

7145 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Não,  
7146 o local sai. “Rede de atendimento humanizado” aqui é um conceito que está sendo  
7147 trabalhado. Nós trabalhamos isso na discussão do Protocolo de Atendimento. Alguma  
7148 consideração ainda sobre a manutenção?

7149

7150 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu não gosto de adjetivo: concreta,  
7151 romper, o que é concreto para uma pessoa? Como é que eu vou romper com isso, como  
7152 eu vou dizer que a atenção vai ser para romper? Eu não gosto disso porque quando vai  
7153 falar de política pública fica difícil mensurar de forma objetiva, e até a partir da  
7154 subjetividade das pessoas, o que significa isso. Então quando eu disse para tirar eu  
7155 achava que tudo isso já estava inserido na genética do item 4, que é o nosso papel, que é  
7156 fazer essa articulação. Isso para mim é redundante, é conflitante com essa proposta  
7157 inicial do 4 que já tem esse viés. Se for manter, eu defenderia ainda tirar essas questões  
7158 de concreta, de romper. É isso.

7159

**A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Ju, eu entendo e talvez isso seja claro para nós aqui na rede. Mas para quem está de fora, inclusive para os atores, registrar isso e marcar, inclusive lá em cima que é uma rede de enfrentamento, mais ampla. Mas que aqui de referência inclusive para prevenção e outros processos. E aqui estamos falando que a nossa rede tem competência para também integrar política de atenção. Vou te dar um exemplo que aconteceu em Minas quando fomos encaminhar uma mulher para o Centro de Referência Especializado da Mulher. Ela se recusou atender a mulher falando que ela era uma vítima de tráfico, que aquilo ali traria riscos para o equipamento, foi um processo superdifícil de recusa da rede. Quando nós levamos isso e asseguramos como competência nossa, que estou fazendo algo então: “Olha, compete a eu dizer a você Creas, articular você Creas, articular você Centro de Referência da Mulher e outros equipamentos” para que ele promova esse atendimento humanizado e aí o meio de promover eu posso inclusive subsidiar capacitação, com orientações, com marcos legais, isso aqui acho que fortalece a nossa atuação quando precisamos acessar redes para garantir isso. Porque tem uma confusão muito grande a rede achar que nós é que deveríamos fazer esse atendimento humanizado. E aqui fica claro que articulamos, mobilizamos, fomentamos para que outros órgãos especializados o façam. Então, eu acho que para mim, explicando um pouco desse outro lugar por que eu acho importante. Agora concordo com você com esse monte de questões lá embaixo, opções concretas, eu reduziria tudo isso aqui na questão da promoção dos direitos humanos, promoção de cidadania e garantia de direitos humanos, que é um pouco do que tínhamos falado antes que eu estava sentindo falta. Então, a fim de assegurar, por exemplo, a cidadania e o acesso aos direitos humanos. Agora que vai ser uma opção concreta, que vai permitir romper, isso é, na verdade, o resultado esperado.

**A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu vou ler o texto. “Integrar, fortalecer, articular e mobilizar a rede de atuação dos órgãos que compõem a rede de atendimento humanizado, assegurando o acompanhamento e a reinserção social das vítimas de tráfico de pessoas, diretas e indiretas com o fim de oferecer a elas opções...” Vejam, aqui, não está claro. Na minha interpretação que esse item garantirá à rede de atendimento da mulher ou a assistência social, quando a Aléxia da segurança pública diz a uma assistente social como ela tem que trabalhar, ou a delegada do Acre vem a ter que dar conta da rede da infância, explicar como é que o conselho tutelar vai ter que trabalhar, para mim não está claro isso nesse texto. Ou iríamos rever o texto ou



7194 excluiríamos o texto, mantendo como diretriz o item 4. Fora a questão que você falou da  
7195 subjetividade, essas coisas lá embaixo.

7196

7197 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Acho que a diferença do  
7198 4 e do 5 em princípio é que no 4 estamos falando de uma rede de referência e esse  
7199 estamos falando de uma rede de atendimento à pessoa. Eu acho que tem uma diferença  
7200 aí e por isso acho que não há uma redundância. Outra coisa é que não vamos dizer para  
7201 a rede o que é que ele tem que fazer, acho que o nosso papel não é esse e também a  
7202 atribuição também não é essa. Quando falamos de articular, fortalecer, mobilizar,  
7203 integrar é que possamos com esses verbos gerar essa ambiência de atendimento nessa  
7204 rede. E aí em parceria com eles, pensando um pouco na realidade no que vivíamos, por  
7205 exemplo, no Rio de Janeiro, quando estava lá, na rede de atendimento da mulher,  
7206 quando tinha um caso específico, eu nem atendia, ia direto para a rede de atendimento à  
7207 mulher, por exemplo, em alguns casos, e tinha todo o atendimento lá acontecendo, mas  
7208 em parceria comigo, ela me ligava, conversávamos e trocávamos, ou seja, é cumprindo  
7209 um pouco essa atribuição aí no atendimento direto à pessoa nessa situação de tráfico. Eu  
7210 concordo contigo quando esses muitos adjetivos, diretas e indiretas, ações concretas e  
7211 tal, acho que poderia melhorar isso e acho que esse peso da Flávia ajuda mais a ampliar  
7212 garantia de direitos, direitos humanos e tal.

7213

7214 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7215 Gente, olha só, eu vou agora fazer uma apelo enquanto mesa. Já é meio dia e dez e  
7216 precisamos fechar isso pela manhã. Nós já acumulamos o debate sobre a necessidade de  
7217 demarcação da característica desse atendimento, então eu queria entender: mantém a  
7218 proposta de retirar a caracterização desse atendimento? Não. Então, o texto. Agora  
7219 estamos pegando em texto, é isso? Alguém tem alguma proposta concreta de  
7220 encaminhamento sobre texto?

7221

7222 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu posso voltar porque eu  
7223 expliquei, mas não fiz a proposta, desculpa, “Integrar, fortalecer, articular e mobilizar as  
7224 redes de atendimento humanizado às vítimas, diretas e indiretas, de tráfico de pessoas”,  
7225 não, desculpa, “atendimento humanizado, assegurando às vítimas, diretas e indiretas, de  
7226 tráfico de pessoas, o acesso a direitos e a promoção da cidadania”. Porque todo o

7227 assegurando para baixo ali é a consequência de acessar direitos e promover cidadania. É  
7228 a minha sugestão. Aí apaga todo resto.

7229

7230 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7231 Temos acordo sobre esse novo texto? Não temos um consenso. Então vou fazer dois  
7232 textos antes de apagar. Valdir, você quer sustentar a sua proposta?

7233

7234 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO) –** Para mim, estamos só trocando  
7235 figurinhas, é a mesma coisa. Eu não vejo necessidade não.

7236

7237 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7238 Temos duas propostas de textos, uma que deixa mais claros os aspectos mencionados do  
7239 atendimento e outra que especifica de uma forma mais geral. Os dois textos estão  
7240 mantidos?

7241

7242 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** Ações correlatas.  
7243 Valeria incluir ali?

7244

7245 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7246 Incluí. “Violações correlatas ao tráfico de pessoas”. Depois nós ajustamos isso, porque  
7247 se ficar reajustando aqui, depois faremos uma limpeza no texto para ajustar. Agora  
7248 temos duas propostas: uma que detalha um pouco mais e outra que já trabalha com  
7249 conceitos mais gerais. Querem fazer a defesa ou todos estão esclarecidos? Abrimos para  
7250 a defesa das duas propostas? Todos estão esclarecidos? A mesa pode colocar em  
7251 votação as duas propostas? Eu vou chamar de proposta 1 a proposta que reduz em dois  
7252 conceitos todo o detalhamento do aspecto do atendimento. E de proposta 2 a proposta  
7253 que detalha o aspecto do processo de atendimento. Podemos entrar em processo de  
7254 votação? Todos estão esclarecidos sobre as duas propostas de texto? Então começando a  
7255 votação: Alagoas? Pode ser, vamos tentar por contraste. Ótimo. A mesa acata a  
7256 sugestão. Por contraste a proposta 1? Proposta 2? Abstenções? Então por contraste fica  
7257 a redação da proposta 1. Ok? Próximo. Temos duas propostas de redação com relação  
7258 ao próximo item. O próximo item fala da instituição dos comitês de enfrentamento ao  
7259 tráfico de pessoas. Essa competência estava claramente colocada na portaria “compete  
7260 ao núcleo instituir o comitê local”. Agora temos duas propostas de redação, quer dizer,

7261 três. Uma é manter tal como estava, instituir; uma segunda é instituir ou auxiliar na  
7262 instituição; e a terceira é estimular o comitê. Estou entendendo que são três propostas  
7263 que estão aqui. Temos duas pessoas que apresentaram a contribuição, Valdir e Juliana.  
7264 Querem defender a sugestão que fizeram?

7265

7266 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Pensem em comitês regionais e  
7267 pensem em comitês municipais. Nós somos órgãos de Estado. Então, eu pensei no  
7268 auxiliar quando eu pensei na competência federativa. Eu posso auxiliar um município  
7269 na criação? Exemplo de Guarulhos, eu auxiliei no diálogo da criação do comitê  
7270 municipal que está lá sendo analisado ? Sim. Eu instituí? Não. É isso.

7271

7272 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Eu  
7273 estou entendendo que não é uma proposta excludente, então são duas propostas.

7274

7275 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu acho que todo mundo aqui  
7276 representa políticas estaduais, não é? Em termos de núcleos.

7277

7278 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Tem  
7279 política municipal e estadual.

7280

7281 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Entendi. Porque eu acho que  
7282 deveríamos instituir porque eu tenho receio, Ju, desse “ou”, o “ou auxiliar” na  
7283 instituição pode dar ideia de que isso possa vir de outra esfera, isso deveria estar sempre  
7284 atrelado à competência dos nossos equipamentos. Os municipais não. Eu colocaria  
7285 instituir comitês estaduais e fomentar a instituição dos comitês locais, municipais,  
7286 talvez. Mas deixaria que nós instituíssemos os comitês. Então, “auxiliar na instituição”.

7287

7288 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** - Para falar da experiência do Rio Grande do Sul  
7289 que o comitê não está na mesma secretaria do núcleo, e isso é bem complicado. É claro,  
7290 mas já está instituído, o núcleo está na segurança, o Comirat está na justiça de direitos  
7291 humanos. Mas eu me sinto mais contemplada com a proposta da Flávia, pelo menos a  
7292 partir deste momento poder vincular ao núcleo.

7293

7294 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Eu  
7295 queria fazer uma nova proposta. “Instituir e apoiar a instituição de comitês de  
7296 enfrentamento ao tráfico de pessoas”, e não circunscrevemos o local porque a  
7297 competência está dada, se é local ou municipal. Vamos enxugar. “Instituir e apoiar a  
7298 instituição dos comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas” porque apoiar, por  
7299 exemplo, onde o comitê já está instituído, eu apoio, onde ele não está eu instituo. Pode  
7300 ser?

7301

7302 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu colocaria ali apoiar a  
7303 institucionalização porque como que eu apoio aquilo que está instituído ou que virá a se  
7304 instituir, porque falamos de institucionalização.

7305

7306 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Instituir e apoiar, gente, e lá  
7307 embaixo está assim: “Por meio de decreto ou outro instrumento legal”. A ideia da  
7308 institucionalização é a ideia de formalizar, é a ideia de tornar política pública, e isso se  
7309 dá por meio de decreto ou outro instrumento legal, portaria, lei, lei federal, lei  
7310 Municipal, lei estadual...

7311

7312 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – O  
7313 que a Juliana está dizendo é que o complemento já resolve a parte primeira. Então,  
7314 vamos lá. “Instituir e apoiar os comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas por meio  
7315 de decreto ou outro instrumento legal”. Fechamos? Muito bom. Próximo. O próximo só  
7316 tem a proposta de agregar a palavra “migração”. “Sistematizar, elaborar e divulgar  
7317 estudos, pesquisas e informações sobre o tráfico de pessoas e migração”. OK? Ignorem  
7318 essa parte. Onde aparecer “tráfico de pessoas e migrantes”, já temos o nosso texto. 8 –  
7319 “Capacitar os atores envolvidos direta e indiretamente com o enfrentamento ao tráfico  
7320 de pessoas na perspectiva da promoção dos direitos humanos”. Só aquele texto anterior.  
7321 Mais alguma questão?

7322

7323 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Aqui eu sugeriria tirar “os atores  
7324 envolvidos direta e indiretamente”, a rede está envolvida...

7325

7326 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7327 Capacitar os atores da rede?

7328

7329 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É da rede ou se quiser detalhar  
7330 da rede pública, privada, terceiro setor, mas é das redes.

7331

7332 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7333 Então, “Capacitar os atores das redes envolvidas com o enfrentamento...”

7334

7335 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu não deixaria também  
7336 “envolvidas”, “das redes estratégicas para o enfrentamento das violações de direito  
7337 correlatas ao tráfico de pessoas”, que pode ser que ele nem esteja envolvido, então não  
7338 quer vir para a capacitação. Então “de redes estratégicas para o enfrentamento”.

7339

7340 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7341 Aprovado? 9 – “mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidades em geral  
7342 sobre o tema do tráfico de pessoas e migração”. Proposta da Juliana: excluir. Tema já  
7343 abordado no item 8. São as campanhas. Há consenso?

7344

7345 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7346 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – O 8 é de capacitação. Eu acho que seria  
7347 interessante explícita a capacitação na portaria. O 10 é de campanhas. Aí talvez já possa  
7348 ser contemplado nesse. Mas eu acho que o 8 vale a pena manter.

7349

7350 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É isso? Ali a sugestão é manter o  
7351 8. Eu acho que o que está repetido é o 9 e o 10. Que está falando de grupos específicos.

7352

7353 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Ok.  
7354 A proposta é a supressão do 9 pela compreensão que capacitação e campanha já  
7355 englobam a ideia de mobilização e sensibilização. Ok? Exclui-se mobilizar e  
7356 sensibilizar grupos específicos e comunidades em geral por compreender que esse tema  
7357 está contido nos itens 8 – capacitação, e 10 – campanhas.

7358

7359 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu tiraria a barra. Deixaria  
7360 realizar ações e campanhas permanentes. Por exemplo, a nossa Semana Nacional de  
7361 Mobilização...

7362

7363 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7364 Podemos entender que o item 9 está suprimido? Aprovado? 10. “Realizar ações e  
7365 campanhas permanentes de mobilização da sociedade sobre o tema de tráfico de pessoas  
7366 e dos direitos dos migrantes, ressaltando a importância do envolvimento social em ações  
7367 de prevenção e estimulando sua participação nos diversos fóruns participativos,  
7368 especialmente no comitê”. Vou pedir para cortar e parar no comitê, Ok?

7369

7370 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** E ali é a mesma coisa do  
7371 migração.

7372

7373 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Não.  
7374 Aqui eu acho que o aspecto é distinto. Promover direito é diferente de tratar só de  
7375 violação. Acho que aqui o texto não se altera.

7376

7377 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Então, “sobre temas correlatos a  
7378 tráfico de pessoas e dos direitos dos migrantes”.

7379

7380 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Aqui  
7381 se mantém, porque é uma afirmação relevante. Podemos seguir?

7382

7383 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** Fernanda, o problema é  
7384 que se mantermos “migrantes”, existem outros temas que são relevantes para  
7385 realizarmos ações e campanhas pertinentes.

7386

7387 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Não.  
7388 Há aqui uma demarcação. Se me permite explicar por que acho que tem que estar aqui.  
7389 Há uma grande crítica de que muitas vezes a forma de se enfrentar as estratégias de  
7390 enfrentamento ao tráfico de pessoas foi por um processo de cerceamento ou de  
7391 enxugamento do sonho. Dizer que a pessoa deveria ser melhor que o seu sonho de  
7392 emigrar e que um processo imigratório poderia comprometer, portanto, a sua dignidade,  
7393 de alguma forma. E já vivemos situações nas quais as pessoas foram impedidas de  
7394 viajar porque a autoridade pública não tinha o consenso de que ela tinha o direito de  
7395 migrar. Então sob o manto de protegê-la, ele violava um grande direito que ela tinha.

7396 Então os direitos dos migrantes têm sido a tônica das últimas campanhas que  
7397 realizamos, você tem o direito de migrar, faça isso num contexto de segurança. Então, a  
7398 reafirmação desse direito é relevante num contexto de produção de sensibilização da  
7399 sociedade. O direito à mobilidade humana é um direito, ele tem que ser reafirmado.  
7400 Acho que as nossas campanhas não podem abrir mão da reafirmação desse direito.

7401

7402 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Vamos ao termo mobilidade  
7403 humana?

7404

7405 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Ok.  
7406 Perfeito. Ok, “direito à mobilidade humana”.

7407

7408 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Não. Eu me sinto  
7409 contemplado um pouco naquela direção da Flavinha de ontem de marcar algumas  
7410 questões. “Especialmente nos comitês”, acho que tem que estar no plural porque  
7411 estamos falando no item anterior de comitês municipais ou estaduais.

7412

7413 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Ok.  
7414 “mobilidade humana” e no final “nos comitês” no plural. Vamos seguindo? Estamos  
7415 quase finalizando o artigo 2º, só faltam o 3º, 4º, 5º e o 6º. O 10 já tínhamos cortado. O  
7416 11 uma sugestão de redação feita pela Juliana “Encaminhar à Secretaria Nacional de  
7417 Justiça semestralmente os relatórios de gestão”. Aí ela está pedindo para colocar  
7418 “conforme aprovado pela rede com o fim de garantir a publicidade nacional das ações”.  
7419 Alguma questão a sugestão? Podemos acatar? Acatamos o texto sugerido pelo Núcleo  
7420 de São Paulo. 12 – “favorecer a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e  
7421 municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação na  
7422 prevenção, atendimento e repressão”, aqui vamos mudar a palavra “atendimento” para  
7423 “atenção”, não é isso? Próximo.

7424

7425 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Não está repetindo aqui?

7426

7427 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Não.  
7428 Aqui é favorecer a cooperação federativa. Lá é favorecer a cooperação da rede local.

7429

7430 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) – Mas,** o nosso local não era  
7431 porque estávamos entendendo que era municipal em todas as esferas? Nós não tiramos o  
7432 “local” lá em cima e deixou “redes”? Eu acho que foi. Só “redes” lá em cima.  
7433 “cooperação e integração de redes”.

7434

7435 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Ok.**  
7436 A sugestão de Minas é que o tema já está contemplado naquele artigo tratado  
7437 anteriormente. Querem revisitar? Próximo. O 12 já tínhamos cortado. O 13  
7438 “desenvolver em colaboração com rede local o fluxo de encaminhamento que inclui as  
7439 competências e as responsabilidades das instituições inseridas no sistema estadual, local  
7440 e municipal de enfrentamento ao tráfico de pessoas”.

7441

7442 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Fernanda, eu não sei se  
7443 perdemos isso em algum momento da rede, talvez esse 11º pudesse contemplar “a  
7444 pactuação dos fluxos e cooperações técnicas para atuação de órgãos federais...”.

7445

7446 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Não.**  
7447 Lá não tinha nada a ver com fluxos. Fluxos é mais para frente. “Fluxos de  
7448 encaminhamentos que incluam competências e responsabilidades” é porque antes a  
7449 frase estava restrita a questão do Disque Denúncia, a Juliana sugere que fique relativa  
7450 ao enfrentamento como um todo? É isso, Juliana? A proposta pode ser acatada? Ótimo.  
7451 Acatado.

7452

7453 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7454 **Pessoas do Ministério da Justiça) –** O próximo item é “prestar auxílio às vítimas de  
7455 tráfico de pessoas no retorno à localidade de origem, caso a vítima requeira e declare  
7456 não possuir meios próprios para arcar com o transporte”. A observação da Juliana é que  
7457 não podemos nos responsabilizar por isso, trata-se de ônus financeiro, não estimado em  
7458 multas das competências das secretarias, além de um desvio de função. Alguma  
7459 consideração sobre esse ponto? Acréscimo em vermelho foi acumulando até abril.  
7460 Deveria estar em vermelho então, não é, Dani? Alguma consideração sobre esse ponto?

7461



7462 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Volte ao texto, por favor. Eu  
7463 concordo com a Juliana. Eu acho que não deveremos prestar auxílio. Talvez “articular  
7464 mecanismo de auxílio as vítimas para o retorno da localidade de origem...”.

7465

7466 **A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA)** – É um dos pontos que eu até  
7467 destaquei lá naquela primeira reunião. Eu também concordo com a Juliana nesse  
7468 sentido. Além de “articular os mecanismos”, nós temos que colocar a rede de  
7469 atendimento do estado ou do município que trata sobre isso, como as secretarias de  
7470 assistência, as secretarias que têm envolvimento...

7471

7472 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7473 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Então seria órgãos e mecanismos?

7474

7475 **A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA)** – Isso. Ou então instituições. Porque  
7476 tem até ONGs que fazem isso. Nós trabalhamos muito, por exemplo, o Projeto Resgate  
7477 quando é uma situação fora do país, são eles é que pagam as passagens, nós articulamos  
7478 com eles e eles pagam as passagens. Colocar isso nesse sentido.

7479

7480 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu provoquei a questão do trabalho  
7481 escravo porque qual é o esforço do Ministério do Trabalho? Fazer com que aquele que  
7482 explora pague a conta integralmente pela exploração. Você deslocou a pessoa, você irá  
7483 reiterá-las ao local de origem, garantindo que elas sejam recebidas e cuidadas de  
7484 maneira adequada. Aí chega a nossa rede e atropela essas iniciativas. Então o que a  
7485 Leila está dizendo aqui é isto: articular órgãos e mecanismos porque existem  
7486 mecanismo que são os da sociedade civil, são mecanismos internacionais, está aqui o  
7487 calhamaço do que a OIM faz, vocês leram? E tem outras instâncias de competências, eu  
7488 botei isso aqui do Ministério Público de São Paulo porque São Paulo é assim, o pessoal  
7489 que voltou para Bahia da OAS quem pagou a conta não foi o estado de São Paulo, não  
7490 foi o município de Guarulhos que, diga-se de passagem, teve a atenção social, salvo  
7491 engano, 124 trabalhadores, quem pagou a conta foi a empresa. Não podemos atropelar  
7492 isso aqui. É isso.

7493

7494 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu tiraria “auxílio às vítimas”.  
7495 “articular órgãos e mecanismos que assegurem o direito ao retorno à localidade de

7496 origem às vítimas diretas e indiretas ou as pessoas violadas em decorrência ao tráfico de  
7497 pessoas”, “violações de direito correlatas ao tráfico de pessoas”. Eu acho que temos que  
7498 jogar aqui também, inclusive trabalho escravo. Tira “caso não queira e declare não  
7499 possuir....”, tira isso, ela tem um direito, as condicionalidades são outra questão.

7500

7501 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7502 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Todos estão de acordo com esse texto? Vamos ao  
7503 próximo. “instar o Governo Federal a promover parcerias com governos e organizações  
7504 estrangeiras para o enfrentamento ao tráfico de pessoas e auxílio aos refugiados e  
7505 migrantes”. A proposta de São Paulo é de exclusão “pois não é nosso papel essa  
7506 atividade, entendo que muitos estados e municípios promovem inclusive as suas  
7507 próprias formas de relação internacional”.

7508

7509 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Só para esclarecer. Já é muito bem  
7510 feito pelo governo federal. Não é nosso papel instar o governo federal para promover  
7511 isso. Eu vou dar o exemplo de Guarulhos que eu conheço. Eu quero dizer que essa ideia  
7512 não cabe a nossa rede. A nossa rede tem que se voltar mesmo, podemos até dialogar,  
7513 mas instar o governo federal? Não acho.

7514

7515 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7516 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Então só um ponto que eu acho importante, claro,  
7517 porque estamos pensando hoje num cenário como hoje está atualmente, as coisas  
7518 funcionando no governo federal. Vai que em algum momento que realmente precise,  
7519 sim, da rede instar o governo federal para promover algumas parcerias. Temos que  
7520 pensar que é importante essa provocação da rede ao governo federal.

7521

7522 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Tem  
7523 um significado que aqui do contexto local eu tenho uma situação que me demanda que  
7524 eu vá ao contexto transnacional. É essa a ideia do artigo que está posta também. Eu  
7525 estou vivendo uma situação aqui no interior de Minas Gerais que me demande que o  
7526 governo federal vá negociar com o governo da Bolívia alguma questão. É essa a ideia  
7527 do artigo que não pode ser perdida também. É a rede pedindo que o governo federal vá.

7528

7529 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7530 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Concordam com a manutenção? Sim. Próximo.  
7531 “articular a implementação de postos avançados a serem instalados no ponto de entrada  
7532 e saída de pessoas do território nacional e trânsito de pessoas dentro do território  
7533 nacional a critério de cada estado, do distrito ou do município”. A proposta do Núcleo  
7534 de São Paulo que está marcada de amarelo é incluir “trânsito de pessoas” a exemplo das  
7535 rodoviárias, portos e estradas estaduais. Temos que melhorar a redação.

7536

7537 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Ali cortou a questão da  
7538 migração. Eu acho que tem que manter a migração ali também, muito na linha do que  
7539 conversamos antes.

7540

7541 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7542 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Voltando ao 16. Nós tínhamos mudado.

7543

7544 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – “Promoção ao direito à  
7545 mobilidade” talvez ali.

7546

7547 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Nós poderíamos mudar organizações  
7548 estrangeiras por organizações internacionais?

7549

7550 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7551 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Pode. É melhor.

7552

7553 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – São  
7554 duas coisas diferentes. Nós podemos colocar os dois. Organizações internacionais são as  
7555 que atuam no contexto transacional. As estrangeiras são as que não são do país. Uma  
7556 ONG dentro da Itália é uma organização estrangeira. Um organismo internacional é  
7557 uma agência do sistema ONU ou uma organização de caráter transacional.

7558

7559 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Só uma pergunta para melhorar a  
7560 redação. Como fortalecer pensando em mudanças outras que podem vir e a necessidade  
7561 de instar o governo federal? De que maneira instar o governo federal também que vai  
7562 ter que instar o governo local na atenção internacional. Eu vejo a importância do que

7563 tentamos fazer em São Paulo de uma política internacional que responsabiliza, sim, os  
7564 consulados, e o diálogo é feito pelo governo estadual. Não é competência nossa fazer  
7565 relações internacionais. Mas, fortalece.

7566

7567 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Mas  
7568 isso já está na política nacional, já está no plano nacional e não na portaria de  
7569 competência dos Núcleos e Postos.

7570

7571 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7572 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Então, fechou o 15. 16. A redação proposta pela  
7573 Juliana que é de inclusão de saída de pessoas do território nacional e trânsito de pessoas  
7574 dentro do território nacional.

7575

7576 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7577 Posso fazer uma sugestão para deixar mais enxuta a redação? “Os principais pontos de  
7578 mobilidade humana” não fica isso de entrada e saída, de trânsito etc. Pode ser?

7579

7580 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7581 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Perfeito. Próximo. “Observar a diretrizes de  
7582 comunicações de casos e informações estabelecidas entre a rede nacional de Núcleos e  
7583 Postos com o fim de garantir o registro de dado sobre casos” O que está marcado em  
7584 amarelo foi uma proposta de alteração de redação do Núcleo de São Paulo. Ju, eu não  
7585 entendi. “Com o fim de garantir o registro de dados sobre casos”?

7586

7587 **A Sra. Juliana Felicidade Armele (NETP-SP)** – A ideia era tentar dizer que iríamos  
7588 garantir tanto o registro de dados. O que pactuamos naquele documento de troca de  
7589 informações? Que isso iria nos garantir o registro do caso, o acompanhamento,  
7590 monitoramento do caso. Mas isso também iria gerar para a rede dados, que é aquilo que  
7591 discutimos ontem – números, perfis, então quando eu observo essas diretrizes de  
7592 comunicação, eu estou gerando na comunicação e nos registros duas finalidades, o  
7593 registro tanto de dados que é isso que fazemos, computamos dados: quantas vítimas?  
7594 Quantas mulheres? Quantos homens? E nós registramos o caso, aí eu não sei se ficou  
7595 boa a redação. Mas a ideia era essa.

7596

7597 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Quando fala de diretriz de  
7598 comunicação, eu me lembro daquele documento do GT, e aqui o que estamos falando é  
7599 mais do que o documento do GT. É inclusive o nosso formulário. Então colocar  
7600 “observar a diretrizes de comunicação e registros de casos e informações estabelecidos e  
7601 pactuados entre a Rede Nacional de Núcleos e Postos com os fins de garantir o  
7602 resultado”. Eu acho estranho o “com os fins”.

7603

7604 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu coloquei isso, Flávia, porque em  
7605 que ter uma finalidade. Por que eu vou observar as diretrizes de comunicação?

7606

7607 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7608 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Acho que poderíamos colocar algum outro verbo.  
7609 Porque a “garantia” fica garantido lá em cima, “observar as diretrizes de comunicação e  
7610 garantir o registro” a palavra é que eu não sei...

7611

7612 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – “Observar as diretrizes de  
7613 comunicação garantindo o registro de casos e informações estabelecidas e pactuadas”.

7614

7615 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Mas o “garantindo” já é o efeito  
7616 de eu observar e garantir, “observar e garantir as diretrizes de comunicação e registro de  
7617 casos e informações estabelecidas e pactuadas”.

7618

7619 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7620 Garantir diretriz? É “observar” mesmo, gente, não precisa ter um segundo verbo. É uma  
7621 tarefa da rede observar isso.

7622

7623 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7624 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Não, observar sim. Mas a questão é a “garantia  
7625 dos registros”.

7626

7627 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É, porque não estamos  
7628 pactuando que vamos fazer o formulário! Então. Tem que garantir o registro.

7629

7630 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7631 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – “Observar as diretrizes de comunicação e a  
7632 garantia dos registros de casos e informações estabelecidos e pactuados entre a Rede  
7633 Nacional de Núcleos e Postos”. E tiraria com o fim de garantir. É isso. Fechou? Artigo  
7634 terceiro. “Os postos avançados tem por principal função prestar o atendimento  
7635 humanizado ao migrante”. Não? Pode passar ao próximo? “Promover o serviço de  
7636 atendimento humanizado ao migrante nos locais de grande circulação de pessoas onde  
7637 estão estabelecidos”.

7638

7639 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Esse “função” eu trocaria por  
7640 atribuição como fizemos no núcleo.

7641

7642 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7643 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – “Promover o serviço de recepção a brasileiros não  
7644 admitidos, retornados ou deportados nos pontos de entrada, quando aplicável”.

7645

7646 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Nos “locais de grande  
7647 mobilidade”, lembrar disso depois, no dois, para alinhar com o conceito de cima.

7648

7649 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7650 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Terceiro: “reconhecer distintas situações  
7651 migratórias ou potenciais fluxos mistos e prestar atenção e orientações à população  
7652 migrante”.

7653

7654 **Sra. Juliana Felicidade Armele (NETP-SP)** – Eu iria fazer essa observação metendo  
7655 aí no universo dos postos porque você está falando de brasileiros no lugar e depois está  
7656 falando de migrantes no outro. E estamos fazendo uma distinção que eu não acho boa,  
7657 que é atendimento de brasileiro e depois falo de migrante e esqueço-me de estrangeiro.  
7658 Não sei. Só alinhar a alguma coisa nesse sentido. Talvez de pessoas em condições de  
7659 mobilidade, alguma coisa que garanta a visibilidade da atenção a esses dois universos.  
7660 Pode ter muito brasileiro, pode ter muito estrangeiro em Guarulhos.

7661

7662 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – São  
7663 duas coisas aqui. A ideia foi não perder uma vocação. De fato, o texto foi mantido como

7664 estava antes e acrescidas as competências. É não perder também a essência da  
7665 característica do porquê esse serviço foi fundado. Então teve essa ideia de diferenciação.  
7666 Tem uma vocação que era de atenção a brasileiros deportados e não admitidos. Não  
7667 vamos perder isso. A novidade é entrar a palavra “retornado”. Também hoje no final das  
7668 contas o posto faz isso também. Agora reconhecer as distintas situações migratórias já  
7669 entra em todo processo de atenção da migração. É não perder a vocação e, ao mesmo  
7670 tempo, colocar qualquer situação de migração numa situação para ser reconhecida,  
7671 atendida e orientada.

7672

7673 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Só como sugestão: ao invés “migração” abrir  
7674 para a questão de “mobilidade populacional”, para poder expandir para migração,  
7675 refúgio e todos os outros subtipos, ou como se entenda.

7676

7677 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – A  
7678 sugestão de redação seria “reconhecer distintas situações de mobilidade humana e  
7679 potenciais fluxos mistos”, ótimo, porque alinha inclusive com o texto anterior “ou  
7680 potenciais fluxos mistos e prestar atenção e orientação à população migrante”. Aqui se  
7681 mantém? É porque é uma atribuição distinta. São duas coisas: reconhecer e prestar  
7682 orientação.

7683

7684 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Fernanda, a título de  
7685 esclarecimento. Para Minas Gerais que está em processo de implantação. Esse texto está  
7686 me remetendo que a responsabilidade de fomentar essa política migratória fica então  
7687 com o programa em Minas Gerais. É isso mesmo?

7688

7689 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Tem  
7690 uma questão, Flávia, que é a rede faz isso. Não tem competência e capacitação para tal.  
7691 Essa é a grande questão. O que estamos tentando sanar desde o ano passado é gerar uma  
7692 capacitação e reconhecer que é isso que essa rede já faz.

7693

7694 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu que sou um programa  
7695 guarda-chuva então?

7696

7697 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Não.  
7698 Porque o posto avançado de atendimento humanizado ao migrante, esse é o nome, nós  
7699 criamos lá atrás para atender o brasileiro retornado e não admitido, isso não faz sentido  
7700 para o Posto do Amazonas e tal, porque nessas regiões eles não estão atendendo  
7701 deportados e não admitidos. Atendem migrantes.

7702

7703 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Dentro do Rio, por exemplo, porque atendemos  
7704 outras populações, não só brasileiros. Eu estava vendo os gráficos que a Tatiana me  
7705 mostrou temos atendimento de toda a população da América do Sul, por exemplo, nós  
7706 atendemos. Eu acho que quando falamos na questão inclusive do segundo caso  
7707 “Reconhecer distintas situações migratórias, potenciais fluxos mistos e prestar...” já  
7708 alterando “reconhecer distintas situações de mobilidade humana e prestar atenção e  
7709 orientação a esse...” eu votaria na questão de se também prestar a todos os tipos de  
7710 mobilidade humana. Porque uma das coisas que o CPTM me colocou na última reunião  
7711 foi: temos o posto, o oposto fica escondido, que já é uma demanda que vem tentando  
7712 trazer, e além de ficar escondido, ele não atende às pessoas que estão lá na fila da  
7713 Polícia Federal, milhares de pessoas que são migrantes, que estão precisando de vistos.  
7714 Ele não atende, o escopo dele está muito reduzido.

7715

7716 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Eu  
7717 estou tentando pensar a redação aqui. Miguel, tem alguma sugestão de redação?

7718

7719 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – É com relação à ideia mesmo.

7720

7721 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – A  
7722 sensação que eu tenho porque é essa população que está circulando nesse ambiente.  
7723 Esse texto ele reduz, eu não estou vendo problema no texto.

7724

7725 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Eu acho que migrante  
7726 nesse caso é muito mais para terminar a frase ali porque já falamos da mobilidade  
7727 humana e tal. Ou população de migrante. Ou então “essa população” que aí vai se  
7728 referir à mobilidade humana.

7729



7730 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – É fazer um conjunto dos verbos: “Reconhecer,  
7731 prestar atenção e orientação às distintas situações de mobilidade humana. Nós damos  
7732 conta disso tudo.

7733

7734 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7735 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – “Reconhecer, prestar atenção e orientar às  
7736 distintas situações de mobilidade humana ou potenciais fluxos mistos”. Para aí. Tira o  
7737 “potenciais fluxos mistos”.

7738

7739 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – “fluxos mistos” é um  
7740 conceito dentro da migração.

7741

7742 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É um  
7743 conceito, inclusive está lá no Guia de Referência. Quando você começa uma situação  
7744 migratória num contexto, depois o transforma em outro. Eu iniciei a minha entrada num  
7745 processo de contrabando de migrante e entro e peço refúgio. Eu sou um refugiado que  
7746 chegou aqui, sou identificado e viro vítima do tráfico de pessoas e tal.

7747

7748 **O Sr. Milton Nunes Cruz (Posto-RJ (Galeão))** – Porque a minha dúvida é a seguinte:  
7749 no início da implementação do posto, nós éramos orientados a atender somente  
7750 brasileiros em situação de deportados, não admitidos ou retornados e possíveis vítimas  
7751 do tráfico de pessoas. Vocês estão ampliando isso para um atendimento para  
7752 estrangeiros, é isso que estou entendendo? Inclusive porque nós já fizemos muitos  
7753 atendimentos a estrangeiros e houve um momento no qual fomos proibidos de fazê-lo.

7754

7755 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7756 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Até por isso mesmo que estamos atualizando.  
7757 Porque é um trabalho que os postos já fazem, mas colocar isso como competência.

7758

7759 **O Sr. Milton Nunes Cruz (Posto-RJ (Galeão))** – Excelente.

7760

7761 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7762 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Fechou então esse inciso 4? “prestar orientação

7763 sobre obtenção de documentação, sobre procedimentos migratórios, refúgio e asilo  
7764 político”. Pronto? Não?

7765

7766 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – A proposta é: “prestar orientação  
7767 sobre direitos migratórios”. Só isso. Quem está no posto sabe o que estou falando? É  
7768 prestar orientação sobre obtenção de documentos, sobre procedimentos migratórios. Só  
7769 de São Paulo, você vai bater nas seguintes instituições: o Acnur, DPU e Polícia Federal.  
7770 Vai gerar problema. Eu acho que “prestar orientação sobre os direitos migratórios” é  
7771 uma coisa que permitirá a pessoa fazer tudo. Mas encaminhar.

7772

7773 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7774 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Todos de acordo? “Encaminhar situações  
7775 atendidas aos serviços especializados quando necessários”.

7776

7777 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Eu acho que é redundante. Tira. E o  
7778 outro item já tira também. “organizar banco de dados..” isso é papel de núcleos e postos,  
7779 está lá em cima. Já vamos fazer relatório, já vamos organizar, não é só do posto, é de  
7780 todo mundo.

7781

7782 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – “articulação de rede  
7783 especializada para atenção humanizada” que estava lá em cima é dos dois? Então, ok,  
7784 não precisa daqui não.

7785

7786 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7787 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Supressão. “Organizar bancos de dados dos  
7788 atendimentos realizados, visando a prestação de contas e a produção de relatórios  
7789 periódicos”.

7790

7791 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu melhoraria o lá de cima com  
7792 essa informação.

7793

7794 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7795 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Naquele momento de “observar as diretrizes...”?

7796

7797 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Isso. Porque acho que isso nós  
7798 deveríamos ter inclusive para os núcleos.  
7799

7800 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Prestação de contas tem cara de  
7801 convênio.  
7802

7803 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Não, eu tiraria essa “prestação de  
7804 contas” também.  
7805

7806 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7807 Prestar contas da atuação pública realizada pela gestão não tem nada a ver com  
7808 prestação de contas de convênio. Isso é ação de transparência, isso é um princípio da  
7809 administração pública.  
7810

7811 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Então, tiramos “prestação de  
7812 contas” e colocamos “princípio da transparência”.  
7813

7814 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7815 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Junta com aquele lá de cima?  
7816

7817 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Que tem a ver com aquilo, isso aqui  
7818 é a ideia que eu queria dizer, vamos gerar informação.  
7819

7820 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7821 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – “Observar as diretrizes de comunicação e  
7822 garantias de registro de casos e informações, estabelecidas e pactuadas entre a Rede  
7823 Nacional de Núcleos e Postos”. Ok, nós tiramos tudo “organizar banco de dados  
7824 visando a transparência pública”.  
7825

7826 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Eu  
7827 queria fazer uma sugestão. São duas ideias distintas. Eu acho que poderíamos criar  
7828 outro inciso falando sobre a questão da transparência e a produção de relatórios, dados e  
7829 informações. Vira um novo inciso. Por que estou colocando diferente? Porque a nossa  
7830 diretriz de comunicação, protocolo, ele visa segurança, visa o sigilo, vira um conjunto

7831 de coisas que é distinto de transparência, que é distinto de consolidação de bancos de  
7832 dados. Mas ele pressupõe sigilo e aqui nós queremos falar de transparência.

7833

7834 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) – Memória.** Nós conversamos sobre  
7835 isso lá em Minas. Por exemplo, no nosso protocolo de caso o que vamos tornar público  
7836 e o que não vamos? O que nós pactuamos? Que cada estado, até porque a Lei da  
7837 Transparência manda que cada estado, lei federal, organize seus procedimentos  
7838 administrativos para dizer o que é público e o que não é. E nós entramos nessa  
7839 perspectiva de bolo no sentido de que nós iríamos nos organizar localmente com a  
7840 diretriz de sigilo, de cuidado. Então, eu posso dizer que eu tive xis vítimas? Posso. O  
7841 que não para dizer era quem era a vítima, onde ela estava, como aconteceu e tal. Eu  
7842 acho que tem que criar o que a Fernanda propôs um inciso aí 18.

7843

7844 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7845 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Junto com as competências de Núcleos e Postos?  
7846 Então, acrescentar inciso, depois nós ajeitamos. Em vez de “prestação de contas”  
7847 colocar “visando a transparência e produção de relatórios”. Próximo. Vamos lá.

7848

7849 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7850 Gente, vamos lá. “Organizar banco de dados, produzir relatórios visando a  
7851 transparência”. OK? Inverte o sentido. O próximo.

7852

7853 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7854 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Artigo quinto: “Os Núcleos e Postos Avançados  
7855 sempre que possível poderão ser compostos por equipes interdisciplinares com pelo  
7856 menos um psicólogo, uma assistente social, e um consultor jurídico”. A proposta do  
7857 Núcleo de São Paulo é a alteração da redação. Beleza. Todos de acordo? Foi incluído  
7858 isso de amarelo “poderão ser compostos” e retirado “sempre que possível serão”.  
7859 Próximo. Aí entramos no artigo sexto dos comitês: “Os comitês de enfrentamento ao  
7860 tráfico de pessoas são instâncias colegiadas, permanentemente instituídos por ato  
7861 normativo de diálogo entre a sociedade civil e do poder público para promover a  
7862 participação na gestão de políticas públicas de enfrentamento ao tráfico de pessoas ou  
7863 que contemple essa temática em suas competências”. A sugestão de alteração do Núcleo  
7864 de São Paulo foi de retirar “permanente instituído por ato normativo” e em vez do

7865 “governo” colocou “poder público”. Esse foi um texto que foi acrescido após a reunião  
7866 do Conatrap. Retiramos o “permanente instituído por ato normativo”?

7867

7868 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – A proposta do artigo é mostrar o  
7869 que é. E embaixo depois que tem o “mecanismo de institucionalização dele”? Estava  
7870 embaixo?

7871

7872 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7873 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Não. Estava garantido aqui que ele fosse  
7874 institucionalizado por meio de ato normativo.

7875

7876 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Talvez então garantisse a  
7877 institucionalização. “Os comitês de enfrentamento ao tráfico de pessoas são instâncias  
7878 colegiadas...”

7879

7880 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7881 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Eu acho que é importante marcar que ele é  
7882 instituído por ato normativo.

7883

7884 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Também acho, porque senão não  
7885 sai decreto nunca.

7886

7887 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7888 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Enfim, alteração de “governo” por “poder  
7889 público” também acho que é uma troca tranquila. Pode ser Juliana?

7890

7891 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – O permanente não faz  
7892 muita diferença, acho.

7893

7894 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7895 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Pode ficar dessa forma? Então a única alteração  
7896 que fazemos no texto é colocar “poder público” em vez de “governo”.

7897

7898 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Nesse item se viemos trabalhando a ideia da  
7899 integração e dos comitês serem integrados e tudo mais, eu acho que temos que prever  
7900 nessa questão também.

7901

7902 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Aqui  
7903 o cuidado foi anterior “que contemple a temática”. Vamos colocar lá “Os comitês de  
7904 enfrentamento ao tráfico de pessoas e de violações de direitos correlatas...” ok? Não, a  
7905 integração que ele está falando é a temática, trabalho escravo, tráfico de pessoas e  
7906 migração.

7907

7908 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Não podemos trazer isso aqui  
7909 também? “Integrado ao Núcleo e Postos”? As demais políticas de enfrentamento?

7910

7911 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – De políticas que trabalhem em tráfico de  
7912 pessoas que podem trabalhar políticas de refúgio e que podem trabalhar...porque, por  
7913 exemplo, no Rio Grande do Sul o comitê é total já. Na verdade, ele trabalha todas as  
7914 políticas juntas. É só darmos destaque à integração também.

7915

7916 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Concordo. Talvez isso devesse  
7917 entrar então em “observar as diretrizes de” no artigo sétimo que nós contemplemos isso.

7918

7919 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7920 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Próximo. “Os comitês deverão observar as  
7921 diretrizes de...” aí só teve alteração proposta pelo Núcleo de São Paulo “buscarão”.

7922

7923 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É  
7924 porque é diretriz. Não é uma ação concreta. A diretriz da política é que se tenha isso, a  
7925 diretriz é o norte para onde se quer chegar, não é você deve fazer. Perdão, não é uma  
7926 ação, você deve realizar a ação de, é uma orientação para que as ações se realizem.

7927

7928 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7929 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – “Presença de representantes eleitos ou indicados  
7930 pela sociedade civil com composição prioritariamente paritária”. A sugestão do Núcleo  
7931 de São Paulo é de retirar o “prioritariamente paritária”.

7932

7933 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu deixaria o primeiro item a  
7934 questão dos Núcleos e Postos, como diretriz primeira. “Integrar a atuação integrada com  
7935 os Núcleos”, como primeiro ponto.

7936

7937 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
7938 Gente, a lógica da política é que a estrutura da gestão da política crie o comitê. Então,  
7939 eu sou núcleo, eu sou estrutura da gestão da política e a minha competência é criar o  
7940 comitê.

7941

7942 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Mas isso não está claro por causa  
7943 daquela redação que fizemos do “instituir e apoiar”, que é o problema da Aléxia, por  
7944 exemplo.

7945

7946 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Mas,  
7947 estamos tratando de diretriz. A diretriz é que o comitê e o núcleo façam isso. Quando  
7948 firmamos o convênio está lá posto que o núcleo vai fazer isso, o posto vai fazer isso. Se  
7949 de alguma forma, a realidade local já tem esse equipamento, ótimo, mas é pressuposto  
7950 que o posto e o núcleo façam isso.

7951

7952 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Mas está só no convênio ou está  
7953 claro aqui?

7954

7955 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Isso  
7956 está na portaria desde 2009, não é nenhuma inovação que está sendo colocada agora,  
7957 que núcleo tenha competência de instituir comitê está desde a portaria de 2009.

7958

7959 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Isso está claro, Fernanda. Mas  
7960 assim dessas revisões que estamos fazendo está ficando claro como texto? Agora que  
7961 estamos inserindo uma seção só do comitê? Eu acho que como estamos inserindo só  
7962 uma seção do comitê, nós deveríamos deixar isso aqui transparente. Não tinha o comitê  
7963 antes.

7964

7965 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
7966 Vamos recuperar um pouco a ideia? Estamos dizendo que a rede nacional, a rede integra  
7967 núcleo, posto e comitê. Estamos dizendo que é competência específica de núcleos e  
7968 postos, que é competência específica de posto e o que é competência de comitê, diretriz  
7969 para ele se estruturar. Então, qual é a sugestão de texto? Objetivamente porque não está  
7970 clara a ideia. A sugestão é de que no comitê...

7971

7972 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** “Os comitês deverão observar as  
7973 diretrizes de atuação integrada com Núcleos e Postos”...

7974

7975 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** É o  
7976 caput. Vamos ao caput do artigo primeiro. “A rede nacional de enfrentamento de  
7977 núcleos e postos e comitês....principal atribuição articular e planejar as ações correlatas  
7978 ao tráfico de pessoas no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal”.

7979

7980 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** O que estou entendendo  
7981 que a Flávia está querendo dizer é o seguinte: agora nós criamos um novo campo dos  
7982 comitês que de alguma maneira estamos dando a impressão de que os comitês podem  
7983 existir, podem ter vida própria sozinhos, independentemente do núcleo. Em estados que  
7984 isso não foi dado dessa maneira, o núcleo instituiu o comitê, alguns estados que não  
7985 tenham núcleo, alguma secretaria pode criar um comitê e ter lá as diretrizes do comitê,  
7986 ela vai criar um comitê e atuar a partir disso, e não começando com o núcleo e depois  
7987 fazendo comitê. Porque antes não existia um campo de comitê. Todo mundo ia direto  
7988 para o núcleo. Agora pode ser, pelo que estou entendendo, que alguma secretaria pode  
7989 fazer direto o comitê e ele vai atuar com as diretrizes do comitê e não a partir de um  
7990 núcleo.

7991

7992 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
7993 **Pessoas do Ministério da Justiça) –** Até porque nesse artigo primeiro, onde estiver só  
7994 o comitê a função dele “articular e planejar as ações de enfrentamento ao tráfico de  
7995 pessoas...”. Local, ele pode fazer. Que pode vir depois um núcleo, mas deixar como  
7996 competência do comitê que ele atue de forma integrada com núcleos e postos.

7997



7998 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – É como o próprio posto  
7999 que tem a capacidade de fazer toda uma atuação. E outra coisa naquela redação do  
8000 “instituir” como ele diz “instituir ou apoiar”, ele inclusive pode dar este reforço: “Olha,  
8001 eu criei aqui um comitê, se tiver um núcleo depois ele pode apoiar o meu comitê”, ele  
8002 também não diz que é o núcleo que vai criar o comitê. Não há essa direção.  
8003  
8004 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
8005 **Pessoas do Ministério da Justiça)** – Vamos voltar então lá no comitê. Vamos fazer  
8006 uma proposta de redação.  
8007  
8008 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Inciso 1 – proposta de redação:  
8009 “Integrar as ações da rede nacional de núcleos e postos de enfrentamento ao tráfico de  
8010 pessoas”. O caput diz. “Os comitês deverão observar a seguintes diretrizes: inciso 1 -  
8011 “Integrar as ações da rede nacional de núcleos e postos de enfrentamento ao tráfico de  
8012 pessoas”. Pronto é a forma de unir um com outro.  
8013  
8014 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Nenhuma frase começa com  
8015 verbo. Então, talvez atuação mesmo, porque nenhum outro aqui começa com verbo.  
8016 “Diretrizes de” “atuação integrada com demais equipamentos da política nacional de  
8017 enfrentamento ao tráfico de pessoas”, porque a política fala “núcleo e posto”.  
8018  
8019 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Não. “rede nacional de núcleos e  
8020 postos de enfrentamento ao tráfico de pessoas”.  
8021  
8022 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Ações integradas com a rede ou  
8023 junto à rede...  
8024  
8025 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É  
8026 porque depois vem o texto 8. É o último artigo. Faltam dois ou três incisos. Essa  
8027 redação atende? Então vamos inserir esse artigo nesse inciso primeiro e estamos  
8028 entendendo que a redação atende. Agora, eu vou pedir concentração. Vamos lá. São  
8029 uma e dez agora. Só mais dez minutos para encerrar a discussão. Combinado? Dois,  
8030 agora passa a ser o primeiro. “Presença de representantes eleitos ou indicados pela

8031 sociedade civil com composição paritária”. Aqui a proposta do governo de São Paulo é  
8032 retirar o “prioritariamente”.

8033

8034 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – A lógica do “prioritário”, Juliana, é que existem  
8035 muitos órgãos públicos no final e que nem toda a sociedade civil tem um interesse em  
8036 discutir determinadas políticas. Aí quando você cria o “prioritário” é porque você vai  
8037 dar bastante atenção a isso. Porque senão fica um órgão totalmente composto de  
8038 representantes do estado. Você não consegue fazer essa intercessão entre políticas.  
8039 Acho que esse era o objetivo desse advérbio “prioritariamente”.

8040

8041 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu defendo a manutenção do  
8042 “prioritário”, a exemplo de Minas. O comitê é composto de 22 instituições públicas, se  
8043 eu tivesse de colocar paritário eu deveria colocar mais 22, 44 instituições, fora os seus  
8044 suplentes. Imagina gerenciar uma reunião com uma composição tão grande assim. O  
8045 que nós asseguramos? Com representações com as temáticas correlatas ao tráfico de  
8046 pessoas. Nós garantimos representatividades por temáticas. Por isso que eu deixaria  
8047 “prioritariamente” porque cada estado faz o seu arranjo.

8048

8049 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Então, vocês estão defendendo a  
8050 manutenção porque na verdade não dá para ser paritário, é isso?

8051

8052 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Conseguir a paritariedade é um bom exemplo de  
8053 democracia representativa. É uma meta. Mas, isso você não tem como assegurar.

8054

8055 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Perfeito. Está bom.

8056

8057 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8058 Próximo. 3 que na verdade é o 2. “Definição de prazo, tema e objetivo a ser atingido”.  
8059 Isso em geral vem na atribuição do decreto do comitê nacional, diz lá: “É um comitê  
8060 permanente que trabalha sobre a temática sobre tráfico de pessoas, migrações e trabalho  
8061 escravo com o objetivo de...”. isso é que geralmente vem nos decretos, qual a função  
8062 daquele órgão, para que ele serve, se é de caráter permanente ou de caráter transitório e  
8063 o que persegue, qual é o objetivo de atuação prioritária daquele órgão.

8064

8065 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – A institucionalização explicita  
8066 esses pontos, porque você precisou me explicar para eu entender o que você está  
8067 querendo fazer.

8068

8069 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Proposta de redação. “Definição no  
8070 ato constitutivo do comitê objetivo, tema e prazo a ser atendido”.

8071

8072 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8073 Próximo. Pode tirar o “a ser atingido”. Próximo: “Garantia de diversidade entre as  
8074 representações da sociedade civil, garantia de diversidade entre a representação de  
8075 instituições do estado, estabelecimento de critérios transparentes de escolha de seus  
8076 membros e publicidade de seus atos”. É uma sugestão do Núcleo de colocar “registro e  
8077 publicidade de seus atos”. Acatado? Ok. Ficam as duas revogadas. Alguma observação  
8078 final pelo Núcleo de Goiás ali. Adequar o texto de modo a contemplar o gênero  
8079 feminino. Muito bem. Totalmente acatado também. Saudações.

8080

8081 **A Sra. Sara Coutinho (Diretora adjunta do Departamento de Estrangeiros)** – Eu  
8082 queria aproveitar para agradecer a minha participação aqui, acompanhando todos vocês.  
8083 Agora à tarde não vou poder estar aqui, então eu queria deixar os contatos do  
8084 departamento aqui e deixar isso como uma porta de abertura de diálogo. O Valdir não  
8085 está aqui, mas eu queria até explicar a questão da Comigrar, a plataforma de  
8086 participação dela está congelada durante toda a época de eleições e isso criou uma  
8087 ruptura mesmo no processo de comunicação. Mas, na realidade, não precisa ser ligado  
8088 direto à Comigrar. Qualquer tipo de dúvida, esclarecimentos e conversas, eu queria  
8089 deixar o contato aqui aberto para vocês e para quem tiver aqui amanhã e depois, vamos  
8090 continuar a nos ver lá no Ministério da Justiça. Prazer muito grande conhecer todos  
8091 vocês. Obrigada.

8092

8093 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8094 Muito obrigada, Sara. A partir de amanhã toda atividade é integrada com o  
8095 Departamento de Estrangeiros e foi integralmente planejada com a Sara, que é diretora  
8096 adjunta do departamento. Obrigada, Sara. Pessoal, bom almoço. Uma e vinte agora. Eu  
8097 vou sugerir que retornemos às duas e vinte para este mesmo local muito bem  
8098 alimentados e dispostos para o nosso grande momento de fechamento.

8099

8100

8101

22/10/2014

8102

TARDE

8103

8104 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**

8105 Pessoal, boa-tarde. Precisamos retomar, hoje é o ultimo dia, são 2h33min. Se nós não

8106 retomamos agora não conseguimos fechar, é tão ruim quando nós não fechamos bem,

8107 não é? Nós já estamos numa reunião tão boa para não amarrar direito. Um pedido por

8108 enquanto lembre-se dos formulários de avaliação da reunião na pasta, preciosos. Quem

8109 já quiser começar, por favor, que o faça, sintam-se a vontade. Agora à tarde nós

8110 pensamos um pouco numa metodologia diferente para facilitar esse processo de

8111 acúmulo da reflexão. Ok? Gente, chegamos a nossa 9ª sessão de trabalho, eu vou pedir

8112 muita atenção, porque se nós perdemos um pouco na metodologia depois fica perdido

8113 na dinâmica de grupos. Nós pensamos neste momento ser dividido em dinâmica de

8114 grupo para que nós possamos fazer essa reflexão. Este é um momento que nós

8115 entendemos que é bem crucial para nossa reunião, esse é um momento que, enfim

8116 passados 4 anos, 10ª reunião, nós gostaríamos de fazer um grande balanço do trabalho

8117 desta rede, identificando qual é o legado que nós deixamos nesses 4 anos, qual é a

8118 avaliação dessa atuação mesmo enquanto rede, no que acertamos, no que erramos, no

8119 que aprendemos nesse processo, acho que o processo de avaliação é de ressaltar,

8120 celebrar o que foi muito bem posicionado, identificar os erros para que nós possamos

8121 eventualmente corrigir rotas para o futuro e, ao mesmo tempo, também podermos

8122 avaliar o que nós deixamos. E nós pensamos que esse momento também ele pudesse dar

8123 conta do desafio, nós temos um desafio premente que é o próprio processo de transição,

8124 acho que os municípios ficam um pouco mais tranquilos nesse cenário, mas às vezes

8125 nem sempre. Porque às vezes isso tende a ter reflexos também dos processos estaduais

8126 ou nacionais na própria lógica de gestão do município, enfim. Mas esse é um momento

8127 de transição, então como nós trabalhamos também o processo de memória, o processo

8128 de transição e que desafios nós enxergamos que ainda estão postos para essa rede para o

8129 futuro. Então esses são os temas que nós colocamos para nós trabalharmos nessas

8130 próximas e curtas horas, então bastante concentração é importante. Eu queria lembrar

8131 que nós já tínhamos mandado um e-mail orientando que vocês previamente realizassem

8132 um debate com suas equipes para já trazer para a reunião um acúmulo que não fosse de

8133 agora, mas que já fosse um acúmulo realizado pela própria equipe instalada do  
8134 equipamento de enfrentamento ao tráfico de Pessoas, e para essa avaliação lá do lugar  
8135 onde vocês estão essas avaliações ela pudesse contribuir com um olhar mais geral.  
8136 Então isso é o que nós esperamos um pouco nesse momento. Nós estamos fazendo  
8137 dentro do Departamento de Justiça aqui com a coordenação nosso esforço de legado, o  
8138 nosso relatório, nosso relatório de 4 anos, nosso relatório do que acumulamos, lições  
8139 aprendidas, o que conquistamos nesse processo. Nós vamos até compartilhar com vocês  
8140 do departamento, mas vamos deixar isso para depois para isso também não interferir no  
8141 processo que vocês vão construir agora, mais como um exemplo, nós fizemos um texto  
8142 bem curto, bem *bullet points*, bem destacado mesmo das principais conquistas, nós  
8143 vamos compartilhar só para vocês conhecerem. Mas nós queremos dividir esse conjunto  
8144 de temáticas: balanço, legado, avaliação, memória, transição e desafios em dois  
8145 momentos. Um momento é olharmos para onde estamos, onde chegamos de 4 anos para  
8146 cá, onde estamos e onde chegamos. E um segundo momento que é o que vem pela  
8147 frente, os desafios, o que está posto para o futuro, como construir os processos de  
8148 transição que são a riqueza da democracia, quer dizer, isso faz parte exatamente daquilo  
8149 que nós queremos alimentar, os processos de transição. E aí estou falando de transições  
8150 que ocorrem dentro de um mesmo governo, vamos supor que um governo, vamos ver  
8151 para quem já está definido, o governo de São Paulo já foi reeleito, já é um governo  
8152 definido ano que vem é um novo governo. As coisas não seguem necessariamente como  
8153 estão sempre demanda as conjunturas de composição e das instalações dos órgãos  
8154 legislativos, as bases de apoio que estruturaram a composição da chapa paritária que  
8155 concorreu. Então, assim, a transição é um processo natural que ocorrerá para todos nós,  
8156 mesmos os governos, novos governos, mesmos partidos, novos partidos, e isso é o que  
8157 enriquece e alimenta nossa democracia. Aqui entra a nossa tarefa de gestores públicos, a  
8158 nossa tarefa de, em especial, produzir a nossa capacidade de sustentação dessa política a  
8159 partir de nossa capacidade, de organização, sistematização, memória, composição de  
8160 rede e defesa daquilo que nós ao longo dos últimos anos acreditamos ser fundamental, e  
8161 construímos uma estrutura de Estado para isso. Então esse é um momento de reflexão  
8162 que nós queremos colocar agora para todos nós, e que essa reflexão nós pensamos, e aí  
8163 que vem a proposta já, que ela poderia ser em torno de grandes ideias-forças, e uma  
8164 ideia-força ela não é um texto detalhado, qualificado ou virgulado. Uma ideia-força é  
8165 um grande princípio afirmativo, então assim, quais foram os grandes princípios  
8166 afirmativos do que nós deixamos de legado por exemplo. Qual o legado de nós ao longo

8167 dos últimos 4 anos termos nos expostos a trabalhar em rede, enfim. Então que principio  
8168 afirmativo é esse? Como somos vistos externamente por isso que realizamos. Então são  
8169 ideias-chaves, quais são essas ideias-chaves? E não precisa qualificar ideia-chave, então  
8170 nós vamos fazer esse esforço em grupo, é isso que nós queríamos propor agora. Sentar  
8171 em dois momentos, de onde viemos e onde chegamos e para onde vamos, é futuro, e  
8172 onde estamos agora. Ok? E a nossa ideia é estas ideias-chaves que vão ser geradas dos  
8173 grupos, nós vamos depois expô-las, todo mundo vai analisar, ver se não faltou nenhuma  
8174 ideia, nós vamos priorizar essas ideias, e aí é que vem a sugestão. Nós gostaríamos de  
8175 sugerir que esta reunião gerasse uma carta da rede, uma carta que apontasse o que  
8176 construímos, quer dizer, todo esse processo de avaliação de onde viemos, onde  
8177 chegamos, e o que queremos para frente, quer dizer, olha, chegamos até aqui, mas  
8178 verificamos que esse é um tema em trave que nós não conseguimos avançar, esse é um  
8179 desafio para o futuro, esse é um desafio para que um novo ciclo da rede precise e tenha  
8180 que dar conta, e entendemos que para isso é necessário, e nós podemos também nesse  
8181 processo, é o que nós queremos que vocês façam muito, é compartilhar experiências. Às  
8182 vezes vocês construíram alguma metodologia de memória, alguma lógica de transição  
8183 para quem já está entrando nesse ciclo, que também pode compartilhar experiências no  
8184 grupo, tudo isso é aprendido, então nós queremos que a carta também simbolize um  
8185 aprendizado, o que aprendemos, enfim o que deixamos e o que apontamos ainda daqui  
8186 até o final do ano é uma tarefa, temos que fazer. Nossa carta vai inclusive apontar essa  
8187 tarefas concretas de fechamento que ainda está posto para nós fazermos, e o que nós  
8188 entendemos que um novo momento da rede tem que dar conta, essa é a sugestão. O que  
8189 vocês acham? Podemos trabalhar nesse sentido? E essa ideias-forças que nós vamos  
8190 priorizar vão compor essa carta da rede, ok? Essa carta nós podemos depois numa  
8191 estratégia de comunicação disseminar, os nossos representantes que vão para a reunião  
8192 do OEA podem levar a carta, nós podemos distribuir essa carta nos nossos conselhos e  
8193 comitês, na nossa rede, nos nossos parceiros, a ideia é disseminar essa carta, está bom?  
8194 Gostaram das ideias? Vocês acham que nós fazemos um bom fechamento assim? Então  
8195 agora eu vou começar com meu período nada democrático, bastante autoritário. Por  
8196 favor, todo mundo tome assento logo. Grupo 1 lá com Ivone naquele cantinho nós  
8197 vamos colocar algumas cadeiras por ali. Grupo 2 aqui perto da Dani, só virar as cadeiras  
8198 para dentro, essas mesas vão continuar funcionando, ok? Grupo 3 aqui com a Flávia, 4  
8199 vai lá para perto. Essas cadeiras vão virar aqui dentro vocês vão trabalhar como se  
8200 fossem uma mesa. Gente, vamos acelerar este momento de organização? Vamos lá

8201 agora, vou agora explicar as questões que vão orientar este momento. Pessoal, vamos lá  
8202 acelerando, porque o que importa vai começar agora. Gente, 3 ali, por favor, já se  
8203 movimentem podem passar por dentro, cuidado para não derrubarem as TVs ok? 4 com  
8204 Ebenézer, todo mundo aqui. 2 lá perto com a Martinha. Passem por dentro cuidados  
8205 com as TVs, ok? Está todo mundo sentado já? Tem alguma coisa errada o grupo 1 tem  
8206 muita gente, não, tem 4. Tem a Juliana chegando aqui, quem chegou agora? 2 e 3, 2 e  
8207 você 3 podem vir, isso, ok? Gente, todos já organizados? Podemos agora explicar o que  
8208 é o momento? Agora nós vamos trazer algumas questões para orientar. Este momento, o  
8209 foco dele, o foco deste momento é até onde chegamos. Pessoal, vamos prestar atenção.  
8210 Vocês têm aí na frente de vocês os cartõezinhos, as canetinhas para escreverem. O foco  
8211 desse momento é aqui onde estamos, até onde chegamos, alguns aqui têm a memória da  
8212 primeira reunião técnica, a Jeanne, acho que só eu e Jeanne estamos desde a primeira,  
8213 alguns já foram chegando logo na sequência segunda, terceira, quarta reunião. Tem  
8214 alguma coisa errada aqui, o Maranhão está junto por quê? É 3 e 4, pode separar  
8215 Maranhão é uma para cada lado, o Maranhão não está junto, descola, uma é 3 e a outra é  
8216 4, separa o grupo, o DF é que vai dominar o negócio aqui hoje, porque está em 3 grupos  
8217 daqui a pouco. Pessoal, esse é um momento de nós olharmos quais foram às conquistas,  
8218 o balanço ele vai passar um pouco por esses avanços, onde avançamos, o que  
8219 alcançamos. 1, 2, 3, 4 quem é o do grupo 4 lá. 1 lá na ponta, 2 Lívia aqui com a Jú, 3  
8220 aqui Leila e 4 quem chegou depois, Rosa lá com Ebenézer. Tem 2 do grupo 4, Jeane 4  
8221 vai lá, Jeane e Rosa 4, Leila 3. Pessoal, então agora é o seguinte, balanço, é olhar lições  
8222 aprendidas, acertos, quais foram os pontos positivos de atuarmos enquanto rede, aqui  
8223 nós estamos pensando na rede, não percam esse foco, o foco é a rede, em que  
8224 avançamos, quais foram as dificuldades, o que aprendemos nesse caminho, esse é o foco  
8225 e nós vamos trabalhar ideias-chaves, não são qualificar propostas, grandes ideias-  
8226 chaves. Combinado? Legado, sim, esquece isso, só escrevam se é balanço, legado ou  
8227 avaliação, isso é importante para vocês saberem. Balanço, o foco aqui rede e política,  
8228 essa rede faz parte da política no que a rede contribui, o quanto avançamos enquanto  
8229 rede, o quanto isso demarca aí é relevante para política, combinado? Legado, o que é o  
8230 legado? Ele é uma visão compartilhada, então assim, se alguém achar que nós estamos  
8231 em um ponto B e outro achar que nós estamos lá no ponto H nós não estamos vivendo  
8232 uma visão compartilhada, ele é uma visão compartilhada dos gestores, e é uma visão  
8233 compartilhada em especial sobre a importância histórica. Então o legado ele tem o foco  
8234 na história, o que nós deixamos para a história nesses 4 anos. E o que nós deixamos para

8235 história é pensar assim, como é que a sociedade civil vê isso aqui hoje? Como é que os  
8236 gestores veem, como é que eles enxergam isso que nós deixamos para a história. Então  
8237 uma visão mais ou menos compartilhada de vocês do que essa rede deixa de legado, ok?  
8238 4 anos depois o que deixamos para história, como é que a sociedade civil, como é que as  
8239 pessoas enxergam isso, essa é a questão do legado. E a avaliação vai entrar muito numa  
8240 perspectiva também do que cumprimos que resultados estamos entregando, que  
8241 mudanças que na verdade nós somos capazes de promover, aqui vão entrar alguns  
8242 aspectos mais de qualidade do que for possível intervir na realidade. Está bom? Está  
8243 claro? Vocês agora têm 30 minutos para escrever, porque vocês vão debater agora  
8244 começa o dialogo, esses pontos não são simples, eles são extremamente complexos, aí  
8245 vocês vão balanço, rede, o que avançamos e o que não avançamos legado, qual é a visão  
8246 histórica do que construímos, e o que fomos capazes de promover de mudança real  
8247 nessa realidade, ok? Chegamos até aqui e estamos nesse lugar. 30 minutos, bom diálogo  
8248 para todos se tiverem dúvidas estamos aqui.

8249

8250 *(Fora do microfone)*

8251

8252 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8253 Idéias-forças, vocês têm aí um cartãozinho, esqueci de explicar isso. Balanço, vocês vão  
8254 escrever 3 idéias-forças, perdão, vocês vão sair com 9 fichinhas. 3 grandes ideias forças  
8255 de balanço, 3 grandes ideias forças de legado, 3 grandes ideias forças de avaliação. Nós  
8256 vamos colar isso ali ao final está bom? 3 grandes ideias.

8257

8258 *(Fora do microfone)*

8259

8260 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Não  
8261 é parágrafo, não é frase, é ideia força, é assim, o que aconteceu que...

8262

8263 *(Fora do microfone)*

8264

8265 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8266 Balanço tem um foco temático e político, e avaliação é o foco rede.

8267

8268 *(Fora do microfone)*



8269

8270 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8271 Podemos, nós nos dividimos 1, 2, 3, 4 pronto? É que nós estávamos enquanto isso  
8272 preparando os demais momentos, sei lá, escolhe um vocês duas aí par ou ímpar. Pessoal  
8273 olha só, 10min cravados ok? Temos mais 10minutos. Comecem amarrar aí temos mais  
8274 10minutos para já vir para o momento 2. Já passou 20minutos, temos mais 10min.

8275

8276 *(discussão em grupos)*

8277

8278 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8279 Pessoal, vamos fechando, vamos fechando, vamos fechando. Tempo, tempo, tempo já  
8280 deu vamos fechando. Eu vou começar o movimento aqui. Calma, calma, calma. Quem  
8281 tira projeção aqui para mim? Cadê Natasha para dar uma força? Vamos lá, 3  
8282 papeizinhos vindo de todos os lados ok? Quem vem aqui? Eu não vou nem pedir para o  
8283 grupo, porque a tarefa não é o grupo apresentar, a tarefa e nós vemos as ideias forças.  
8284 Não tem apresentação de grupos, a ideia força, a ideia somos nós termos quais são as  
8285 grandes ideias forças que nos geram. As paredes já estão estragadas vamos combinar?  
8286 Eu preciso de ajuda agora, por favor, alguém para me ajudar a colar aqui, eu preciso de  
8287 ajuda. Vamos lá, grupo 1, um de cada vez, 3, todo mundo nos mesmos lugares. Eu vou  
8288 colar e nós vamos ter um panorama geral, o que é balanço. Grupo 1 e grupo 4 colando  
8289 suas informações, ninguém precisa chegar perto, vem uma pessoa de cada grupo e nós  
8290 vamos colando ok? Todo mundo já terminou? Senão nós não vamos conseguir é muita  
8291 coisa, muita informação. Terminaram os grupos então, todo mundo colando? Pelo  
8292 tempo infelizmente não vai dar para nós fazermos as aproximações agora, vou deixar  
8293 isso para depois ok? Só quero que os grupos colem balanço, legado e avaliação. Nós  
8294 vamos fazer depois, não vai dar para fazer agora em função do tempo. Grupo 3 já  
8295 entregaram suas fichas? Grupo 2 já? Gente por favor, letras que auxiliem a  
8296 sistematização depois, vamos lá ajudar também os sistematizadores. Grupo 3 faltam  
8297 vocês. Pessoal olha só. Agora eu vou pedir bastante concentração aqui, por favor,  
8298 porque senão nós não vamos para a próxima etapa. Nós já vamos agora, volta a  
8299 projeção, quem estava me ajudando aqui na projeção, volta lá, por favor. A tarefa agora  
8300 era fazer as aproximações não vou conseguir fazer isso agora pelo tempo nós vamos  
8301 olhar tudo num conjunto depois, por que nós vamos olhar tudo no conjunto? Porque  
8302 pode ser que tenha algum desafio ou alguma questão de memória e transição que já

8303 esteja presente aqui, a ideia era separar o momento para fazer até aqui paramos.  
8304 Momento dois para frente ok? Então o momento dois, memória, está ok? Para onde  
8305 vamos, todas as informações de vocês estão sendo coladas, o grupo 3 e já está trazendo,  
8306 todo mundo sentado, concentrado prestando atenção. Momento 2 é a mirada para o  
8307 futuro, e essa mirada para o futuro precisa dar conta de algumas questões, e é isso que  
8308 eu queria muito que nós ajudássemos agora. Uma das questões de mirada para o futuro  
8309 diz respeito a algo que nós sofremos muito ao longo desse processo da rede que é perda  
8310 de memória, mudava a gestão, mudava equipe perdia a informação. Então quando nós  
8311 olhamos para o futuro tem um grande esforço que é de memória, como não perder  
8312 memória, como não perder a informação, como deixar que tudo isso que nós  
8313 acumulamos ao longo desses próximos anos possa garantir algum nível de continuidade,  
8314 uma preservação desse esforço e desse acúmulo. Então quando nós olhamos para  
8315 memória, eu queria muito que nós déssemos conta e aqui uma tarefa aqui é muito mais,  
8316 não é a rede, é vocês, cada estrutura, como vocês estão trabalhando esse esforço de  
8317 memória, como é que vocês estão pensando sobre isso, como é que vocês se organizam  
8318 para não perder memória. Então aqui essa tarefa é muito menos a rede como um todo,  
8319 eu acho que o que nós viemos acumulando enquanto rede deixando os relatórios, tempo  
8320 todo esse esforço de fazer o repasse, estou aqui do Paraná eu volto para lá e vou dar o  
8321 meu repasse para minha equipe local do que aconteceu aqui, isso é algo que nós viemos  
8322 ressaltando ao longo das 10 reuniões. Aqui é muito mais o que aconteceu, isso é o  
8323 núcleo ao longo desses últimos 4 anos eu realizei isso, isso e isso e como é que eu deixo  
8324 a memória dessa informação para que isso assegure algum tipo de continuidade e  
8325 institucionalização. É preservar documento e tentar garantir níveis de institucionalidade  
8326 esse é o foco.

8327

8328 **A Sra. Graça Gadelha (Instituto Aliança)** - Para essa discussão, eles estão todos  
8329 agrupados independentemente de ser posto o núcleo, a estrutura a gestão.

8330

8331 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8332 Ótima a questão que a Graça ajuda aqui, aqui é a memória da gestão nós temos lá o  
8333 nosso Guia de Atuação que nos orienta como institucionalizar, como formalizar os  
8334 acordos, como registrar os atendimentos, e tem uma memória que os projetos que  
8335 estamos coordenando, as ações que estamos fazendo, os contatos que estamos  
8336 estabelecendo, enfim vocês estão fazendo um conjunto de coisas. Não é que vocês estão

8337 registrando, guardando e deixando isso como legado, como institucionalização para  
8338 quem chegar depois, ou se vocês continuarem isso permanecer na memória. Então aqui  
8339 foquem bastante também numa troca de experiência aqui é bom nós aprendermos, então  
8340 assim, é um olhar para o futuro também aprendendo como o outro faz. Então vamos  
8341 pensar um pouco nessa memória de 4 anos, como registramos e como deixamos. Ficou  
8342 claro? Aqui a importância desse repasse. Transição, vocês vão vendo que os temas vão  
8343 se misturando um pouco, como eu falei logo no começo, a transição está dada para  
8344 todos nós, mesmos governos ou governos distintos, a transição é um elemento. Então  
8345 para as transições têm alguns elementos que às vezes nos mobilizam, um deles é como  
8346 nós tentamos garantir mais institucionalidade para não ter uma quebra dali a pouco no  
8347 próximo passo, enfim. E tem o processo que é de transmissão de conhecimento, tem  
8348 gente nova chegando, tem gente saindo, tem uma memória que precisa ser passada.  
8349 Como é que nós asseguramos esse processo de transição? Então vejam que aqui nós  
8350 temos muita uma ideia desse momento, esse é o momento de recomendações, aqui nós  
8351 estamos fazendo o momento, olha, fizemos isso chegamos até aqui e aqui nós estamos  
8352 fazendo um pouco de recomendação para o futuro, então por isso que nós separamos um  
8353 pouco esses momentos. Vamos pensar um pouco a transição nesse sentido: que  
8354 recomendação você faria? Como você construiria todo esse legado do que aconteceu  
8355 para trás e dizer que isso tudo é muito rico muito importante não pode se perder para  
8356 frente. Ficou claro? Desafios, aqui nos desafios, nós vamos também olhar para o futuro  
8357 da política, da rede, do nosso diálogo com a sociedade civil, do nosso diálogo para  
8358 dentro do governo, o que é esse desafio? Chegamos até aqui, mas ainda está faltando,  
8359 acho que esta reunião ela foi muito rica nesse sentido, olha temos um desafio que é dar  
8360 conta das aproximações, quais são os desafios? O que no próximo ciclo da rede, nós  
8361 vamos falando de ciclo isso faz parte do ciclo de gestão, o que no próximo ciclo, a rede  
8362 vai ter que estar atenta, vai ter que dar conta, que desafio é esse que chegamos até aqui e  
8363 daqui sentimos está faltando, é esse olhar para frente. Então como é que olhando para o  
8364 futuro da política à rede entende que esses desafios estão colocados, ok? Vamos para o  
8365 debate? Então vamos lá. 25minutos porque nós gastamos 5minutos a mais lá. Bom  
8366 debate.

8367

8368 *(discussão em grupos)*

8369

8370 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8371 Pessoal, 10 minutos. Agora vou precisar de muita ajuda de concentração, de inspiração  
8372 porque agora vem o esforço de enxergar tudo isso. Podem ficar aqui porque vocês ficam  
8373 mais perto não preocupa não, podem ficar onde estão senão vai virar uma grande  
8374 mobilidade de pessoas agora e esse não é o objetivo. Está bom? Todo mundo já  
8375 terminou? Todo mundo já colocou as suas informações de memória, transição e desafios?  
8376 Lembrando o objetivo disso daqui, o objetivo disso daqui é gerar as ideias-forças para  
8377 nossa carta, beleza? Então não precisam preocupar-se, ninguém vai disputar nada, nós  
8378 só precisamos ter uma ideia clara se não faltou nada muito importante, então não é um  
8379 esforço de síntese, é um esforço de enxergar, é isso mesmo? Às vezes nós vamos ver  
8380 uma ideia e fala, não, isso aí não tem nada a ver e sai, mas só se isso for assim nada a  
8381 ver, porque se essa ideia estiver presente ela fizer algum sentido, ótimo, ela permanece  
8382 depois nós só vamos ver qual é o grau de prioridade dessa ideia. Então agora nós vamos  
8383 fazer uma leitura concentrados fazer um esforço para ver se não faltou nenhuma ideia-  
8384 chave, e depois nós vamos priorizar as ideias centrais, vamos lá? E aqui não se  
8385 preocupem muito com a ordem é muito mais uma ideia força, porque isso vai compor a  
8386 ideia do momento até aqui, perfeito? Como balanços as pessoas estão vendo um avanço  
8387 estrutural, uma visibilidade política do tema, uma integração e transversalidade da  
8388 política, uma harmonização da atuação da rede nacional, com respeito às  
8389 especificidades locais e isso se expressa nos instrumentos, guias. Despersonalizar a  
8390 política e qualificar a política como pública; houve a construção de conexão dos núcleos  
8391 e postos com outras redes; criou-se uma identidade individual dos núcleos e postos e  
8392 uma identidade coletiva pela rede nacional; houve uma estabilidade da coordenação da  
8393 SNJ; um sistema de monitoramento integrado; a participação social na política de  
8394 tráficos de pessoas; dificuldades com cenários de disputa; criação de consensos e  
8395 reforço conceitual, balanço, produção de dados sobre tráfico de pessoas; dificuldades  
8396 com mudanças de equipes; e integração da atuação de rede. Vejam que algumas ideias  
8397 estão se repetindo, a ideia, faltou alguma? Vamos seguindo e nós fechamos este  
8398 momento aqui, legado, às vezes uma palavra ela não diz muito tem que ter cuidado.  
8399 Referencial; construção de política de estado; integração da rede; aumento de  
8400 conscientização sobre o tema; capacitações e assessoramento técnico. A política de OTP  
8401 potencializou as políticas públicas como de trabalho escravo e migração;  
8402 reconhecimento e respeito dos núcleos e postos e da temática como política pública;  
8403 formação de conhecimento por meio da publicidade do tema e conceituação da

temática. O modelo de gestão integrada da política nacional; sistematização da metodologia de atuação da rede; integração da política de OTP; legitimidade e reconhecimento da rede. Então assim, alguns temas daqui a pouco eu vou fazer um exercício de aproximação, avaliando o que nós geramos, quais são esses resultados. Qualificou e enriqueceu o debate do tema; celeridade e efetividade dos casos; sensibilização e multiplicação das informações sobre o tema; baixa visibilidade do trabalho da rede; rede é referência para o tema e vem ampliando sua atuação; rede ainda é pouco conhecida; percepção, criação e fortalecimento dos núcleos e postos como rede; conquista de uma política pública autônoma e integrada não é um paradoxo; efetivação da transversalidade da política com as demais políticas públicas; mobilização e sensibilização da sociedade civil; fortalecimento da articulação com a rede de OTP. Nós vimos que alguns estão aproximados, tem uma ideia que está em legada que, na verdade, está também em balanço, tem uma ideia que está em balanço, mas que também está em avaliação, não vamos nos preocupar com isso porque depois nós reorganizamos em termos de texto. A grande questão é: vocês sentem falta? Têm alguma acusa coisa que foi um grande aprendizado, uma grande dificuldade ao longo desses últimos 4 anos, um grande resultado que vocês acham que não está aqui. Os produtos aparecem de alguma forma aqui em instrumentos e guias e aparecem em assessoramento, talvez não, mas aparece um pouco aí, eu acho que dado entra como conhecimento também. Mais alguma coisa? É essa a ideia, Jeanne está ajudando aqui, quer dizer, têm todos os instrumentos eles por si só são grande legado, um grande avanço, uma grande conquista. Algo mais que vocês sentem?

**A Sra. Graça Gadelha (Instituto Aliança)** – Uma outra foi sistematizada em termos de trabalho realizado. Se alguns dos núcleos sistematizou sua experiência? E se foi feito a avaliação desse trabalho tanto em termos de postos, mas uma avaliação externa, vamos dizer assim.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Só para compartilhar, nós tivemos em 2012 uma grande avaliação externa da rede de núcleos e postos, essa avaliação gerou um relatório e a partir desse relatório que apontou deficiências, boas práticas, nós geramos o Guia de Atuação, o Guia de Atuação ele recomenda 12 grandes campos da metodologia de como a rede deve atuar, aí entra parcerias, capacitações, campanhas. Esse guia é o instrumental da rede, e esse guia ele

8438 serviu de base para uma capacitação que requalificou esse instrumento que ressalta as  
8439 boas práticas que, portanto, hoje é um instrumento que a rede atua. Então esse ciclo vem  
8440 se consolidando.

8441

8442 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (Coordenadora do NETP – PE) –**  
8443 Instrumentos com órgãos internacionais também, não aparece esse reconhecimento que  
8444 nós tivemos todo o trabalho com esse MPD.

8445

8446 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8447 Podemos colocar isso de alguma forma? Preencher a ideia aqui que a Jeanne está  
8448 trazendo é um pouco a coordenação com organizações e organismos internacionais, e  
8449 instrumentos internacionais nós temos os eixos *papers*, temos protocolos, temos as  
8450 convenções, temos os acordos. São duas coisas, uma é colaboração e a outra são os  
8451 instrumentos como referência para atuação. Quem preenche para mim rapidinho esse  
8452 papel? Só para nós colarmos aqui? Tem mais alguma ideia que ficou fora? Tinha um  
8453 dedinho levantado.

8454

8455 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) –** Para ressaltar até para a Graça, então  
8456 recomendo leitura de todo esse material que o MJ publicou, não é um material que o MJ  
8457 fez sozinho, esse material que o Ministério da Justiça fez de guia de referência, passou  
8458 por todas as reuniões aqui que você está vendo, todos nós colaboramos na construção  
8459 desse material, todos.

8460

8461 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8462 Então estamos agregando mais duas ideias aqui do balanço legado, alguma outra coisa?  
8463 E o nosso esforço, Graça, só porque ele está datado de 4 anos para cá, nós estamos  
8464 fazendo um balanço de gestão de quando essa rede se inicia.

8465

8466 **A Sra. Graça Gadelha (Instituto Aliança) –** É porque eu acho que é interessante,  
8467 porque acaba se fazendo uma revisitação sobre as práticas, as metodologias, os avanços.  
8468 Eu acho que é importante nessa perspectiva porque falar em 2012, 2 anos não é tanto  
8469 tempo.

8470

8471 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Graça, só para você ver. Você vê  
8472 como é que nós estamos funcionando com formulário? A cada momento que o grupo se  
8473 coloca, a cada momento se olha para o que está sendo feito, para o que foi feito, e o que  
8474 deve ser feito.

8475

8476 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8477 Avaliação Jeanne ou legado? É que tem uma questão que é colaboração e outra é  
8478 instrumento que é uma questão dos referenciais, são duas, é isso que você tinha dado.  
8479 Sim, Flávia.

8480

8481 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Eu acho, Fernanda, que  
8482 autonomia para a produção de conhecimento ainda que com esses recursos  
8483 internacionais, eu acho que isso é um grande avanço, senão não teríamos feito boa parte  
8484 do que nós conseguimos produzir. Então eu acho que essa autonomia...

8485

8486 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – É  
8487 uma palavra-chave para aparecer também?

8488

8489 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É uma palavra-chave, eu acho  
8490 que a captação de recursos com autonomia para a produção e sistematização de  
8491 formação.

8492

8493 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Mais  
8494 alguma ideia? Que é uma autonomia na condição da política mais ou menos essa ideia,  
8495 por mais que... Tem duas ideias, estou com a Graça, tem uma ideia que é aumento da  
8496 produção do conhecimento que eu acho que não apareceu e tem que aparecer.

8497

8498 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Apareceu no nosso, o nosso  
8499 grupo colocou está na produção e sistematização e divulgação de conhecimento sobre  
8500 tráfico de pessoas, no balanço.

8501

8502 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8503 Porque tem produção de dados, que eu acho que é diferente de conhecimento, é esse?

8504

8505 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – É, porque nós enxugamos na  
8506 hora de escrever. É produção, sistematização e divulgação de dados sobre ATP.

8507

8508 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8509 Posso substituir?

8510

8511 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Pode, pode melhorar.

8512

8513 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –Posso  
8514 substituir para produção de conhecimento incluindo dados, porque dados é muito menor  
8515 do que o conhecimento de produzir. Então é assim, autonomia na condução da política e  
8516 produção de conhecimento. Alguém ajuda com esses dois?

8517

8518 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Separaria até, não?

8519

8520 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – São  
8521 dois, autonomia na condição da política e produção de conhecimento, são dois grandes  
8522 legados. Estamos bem? Geramos já uma boa carta com tudo que está aqui? Gente, que  
8523 bom, é bonito ver isso, é muito bonito ver isso. Vamos lá. A ideia é aplicação, melhor  
8524 só o outro. Mais alguma coisa aqui? Depois nós vamos fazer essas aproximações muito  
8525 em função do tema, nós ainda vamos tirar os dois bravos heróis que vão ser  
8526 responsáveis por produzirem essa carta, essas informações vão para os nossos dois  
8527 bravos heróis. Vamos para o nosso próximo passo como olhamos para frente? Tem uma  
8528 frente que é bem rapidinho aqui, transição, memória é algo para nós aprendermos um  
8529 pouquinho. Está dentro da ideia de memória de como nós sistematizamos, registramos,  
8530 asseguramos que a informação se perpetue no tempo. Organização de arquivo;  
8531 transparência; respeito às diretrizes e protocolos estabelecidos; relatórios periódicos,  
8532 atas, notas taquigráficas; planejamento estratégico e monitoramento por indicadores;  
8533 têm boas ideias aqui, marco lógico; esforço de digitalização e salvar em rede; e  
8534 transformar casos em processos; cuidado com o registro, organização de arquivos e  
8535 bibliotecas físico e virtual; integrar redes de comunicação e campanhas de mídia  
8536 institucionais; registrar atividades e publicar as atividades: site, informe, relatório,  
8537 entrevistas, campanhas. Então, assim, esse cuidado de memória passa por uma agenda  
8538 que é de organização, sistematização, digitalização, compartilhamento e transparência.



8539 Vejam que nós temos algum nível de prática aqui que nós já reforçamos desde o guia, e  
8540 que é bom que nós tenhamos bastante cuidado neste momento. Pensando na transição,  
8541 alguns já entraram e alguns vão entrar. Fortalecimento dos parceiros; regulamentação  
8542 local da política; previsão de rubrica orçamentária específica; publicidade e  
8543 conhecimentos dos atos: portarias, decretos e leis que estruturam a política pública de  
8544 ATP; registrar em ata e entregar para representação do comitê a memória;  
8545 Institucionalização dos equipamentos orçamentos serviços por decreto, portaria ou  
8546 regimento interno; Relatório de transição; contar com as agendas para recuperar a  
8547 memória das atividades; backup; ok? Backup, workshop para transmissão de  
8548 informações; que boa ideia aqui gente. Elaboração e divulgação do relatório final de  
8549 gestão. Então vejam que a ideia também é contar com toda essa memória para produzir  
8550 um bom relatório, contar com as agendas, sistematizar tudo isso, quem não tem decreto  
8551 faz portaria, quem não tem portaria faz regimento interno, quem não tem regimento  
8552 interno faz ordem de serviço, enfim, institucionaliza de alguma forma e faz o processo  
8553 de transmissão disso, um workshop, um relatório, boas ideias aqui e backup. Conheço  
8554 muito lugar onde a memória já se perdeu e ninguém tinha feito backup, acontece na  
8555 gestão pública às vezes. Não só quando pega fogo, mas enfim quando pega fogo é pior  
8556 ainda, aí são os processos e os arquivos. Vamos olhar para o futuro? O que essa rede  
8557 segue fazendo daqui para frente? Priorização da política; equipe técnica qualificada;  
8558 revisitar as categorias conceituais e temas correlatos; manter a continuidade das ações e  
8559 renovar para aprimoramento; marco legal harmonizado com protocolo de Palermo;  
8560 vamos lá, olha o nosso projeto de lei sendo aprovado aí, ausência de recursos humanos e  
8561 financeiros para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; fortalecimento da legitimidade  
8562 do enfrentamento ao tráfico de pessoas enquanto política de Estado; encontros regionais  
8563 intercalados com encontros nacionais; maior participação dos estados e municípios na  
8564 construção da rede nacional; assegurar o compromisso dos parceiros nas redes; e  
8565 alinhamento conceitual; e identidade de rede. Eu vi que aqui tem algumas coisas que  
8566 são de garantias e outras que são de necessidades. Então eu acho que no momento de  
8567 produzir essa síntese é bom que nós tenhamos que trabalhar essas duas ideias, como  
8568 garantir o que já vem, e como ainda pautar o novo que virá, quer dizer, que ainda  
8569 precisa vir para que a rede pode se fortalecer. O que vocês acham, conseguimos traduzir  
8570 as ideias ou nós ainda podemos agregar alguma coisa dentro de memória, transição e  
8571 desafios que estão pela frente? Alguém está sentindo falta? Aparece aqui a questão da  
8572 garantia e a questão de ser prioridade esse tema, ver as questões conceituais, ter um

8573 novo marco legal, enfim, fortalecer a rede, é isso? Faltou alguma coisa? Estamos bem?  
8574 Vamos lá. Ju e depois Miguel, depois Jeanne. Gente, se faltou é a hora vamos...

8575

8576 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – É para o Conatrap essa. Na  
8577 articulação de rede eu acho que o que está faltando talvez aí na questão também da  
8578 transição e do desafio, é que a memória da nossa rede se perpetue na transição, porque  
8579 vai ter transição no Conatrap de poder público, vocês podem ter certeza Rede de  
8580 Núcleos e Postos vai ter, mas que a nossa memória se perpetue lá no Conatrap e que o  
8581 desafio seja que as nossas iniciativas, que toda essa memória que nós estamos tentando  
8582 identificar, o legado, enfim, tudo isso se replique a todos os que vão chegar e aos que  
8583 estão para nós podermos também termos, já que foi criado uma instância nacional que  
8584 também tem lá uma cadeira de comitês estaduais, a Dalila representa um comitê  
8585 estadual, ela não representa a sociedade civil, e não representa Asbrad, ela representa  
8586 uma articulação de comitês estaduais que isso também se replique sob o ponto de vista  
8587 de comitês estaduais. É isso.

8588

8589 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Ju  
8590 traduza uma ideia força para nós colocamos aqui, ajuda. Vai pensando enquanto isso  
8591 nós passamos para o Miguel, vamos lá Miguel depois tem a Jeanne.

8592

8593 **O SR. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Na verdade, eu queria falar só duas coisas sobre  
8594 desafios, eu acho que nós temos um desafio muito grande que é envolver todos os  
8595 municípios, porque são as portas de entrada. Enquanto nós não nos envolvermos, nós  
8596 falamos enquanto estado, meu estado tem 92 municípios e eu não consigo falar com  
8597 todos.

8598

8599 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – 854  
8600 em Minas Gerais.

8601

8602 **O SR. Miguel Mesquita (NETP-RJ)** – Então assim, e não adianta nada nós ficarmos  
8603 falando de uma política que eles não se reconhecem, no final nós acabamos perpetuando  
8604 o que muitos estados sentem do governo federal que é a imposição de uma política.  
8605 Então nós acabamos impondo para os municípios também. Eu acho que é um  
8606 superdesafio, a disseminação e capitalização municipal. Outro desafio que eu acho que é

8607 fundamental para qualquer tipo de política e perpetuação de política e conscientização é  
8608 uma educação, mas educação mesmo disseminada seja em escola, porque você só  
8609 consegue ter memória se você tem você não consegue não repetir, não fazer e tudo mais  
8610 se você tem uma memória, e a população se apropria dessa memória e utiliza essa  
8611 memória. Então enquanto isso não acontecer nós continuamos fazendo uma política  
8612 dentro de uma cápsula, encapsulando política, mas não contamina quem realmente tem  
8613 que ser contaminado.

8614

8615 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8616 Posso tentar sistematizar numa agenda de educação para os direitos humanos? Porque  
8617 considerando que essa é uma, mas é porque eu não sei se é uma agenda de educação  
8618 para direitos humanos. Agenda de educação para direitos humanos. Ju, conseguiu  
8619 sistematizar o seu? Espera aí que é Jeanne agora.

8620

8621 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE) –** Bem, pessoal, pessoal da  
8622 rede, dessa rede maravilhosa. Se houver mudança aí que nós façamos um abaixo-  
8623 assinado para ficar a coordenação da ETP.

8624

8625 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** Boa,  
8626 sabe por quê? Porque essa coordenação não é institucionalizada ela tem portaria, mas  
8627 não tem lei nem decreto, é outra pauta. Tal como tem o desafio da institucionalização no  
8628 estado tem na união. Essa é a verdade.

8629

8630 **O Sr. Miguel Mesquita (NETP-RJ) –** Nós só mudamos de nível.

8631

8632 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –** A Ju  
8633 complementou aqui vou ler para vocês. Ficou aqui, perpetuar o papel da rede de núcleos  
8634 e posto integrada e articulada junto ao Conatrap, ok? Não é isso? Faltou alguém, alguém  
8635 mais acha que nessa perspectiva de desafios...

8636

8637 **A Sra. Jacielma Maria dos Santos (NETP-Ipojuca) –** Eu só queria aproveitar para em  
8638 desafios colocar aí um estímulo aos municípios como o Miguel falou, e aproveitar a  
8639 ocasião para parabenizar Jeanne, porque não somos o primeiro município nacional do  
8640 Brasil a ter um núcleo, então eu acho que isso é muito importante na ajuda da

8641 coordenação do estado. Então se cada um fizesse algo do tipo também seria muito  
8642 enriquecedor, então eu acho que seria dentro de desafios.

8643

8644 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Você  
8645 acha que já está envolver os municípios na política de OTP, já supre ou nós  
8646 precisaríamos complementar? Você só está reforçando isso.

8647

8648 **A Sra. Jacielma Maria dos Santos (NETP-Ipojuca)** – Envolver, eu só dei um reforço  
8649 no que o Miguel falou, a respeito de implementar mesmo.

8650

8651 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8652 Ótimo, beleza. Pessoal, às grandes ideias estão aqui. Quem são os dois bravos  
8653 guerreiros que vão transformar essas ideias numa carta? Gostei, Ebenezer adorei. Eu  
8654 estou entendendo que tem meio que um consenso aqui estabelecido, tem um consenso  
8655 estabelecido nas nossas duas representações? Como ele foi o primeiro a levantar o  
8656 dedo...

8657

8658 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Assim, vai escolher uma  
8659 pessoa, porque uma já tem que é a Juliana, a outra nós vamos ver. A Flávia, eu acho que  
8660 é boa.

8661

8662 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Faz o  
8663 seguinte, eu tenho uma proposta de encaminhamento, já temos um nome deliberado por  
8664 consenso, e o segundo nome há de ser resolvido entre Ebenezer e Flavia no corredor, e  
8665 em 20 minutos eles nos dão o nome é isso? Esse encaminhamento é consenso? Então ok.  
8666 Eu acho que já está devidamente encaminhado. Gente, olha só eles escrevem uma  
8667 estrutura, mas têm prazos, porque a rede inteira vai poder dar pitaco. A ideia é  
8668 compartilhar o texto para o texto circular. A ideia nós pensarmos isso lá para o início de  
8669 dezembro fechar, fazer um bom balanço, levar lá para a reunião da OEA, enfim. É mais  
8670 ou menos o prazo esperado para nós tentarmos ter essa carta da rede. A Juliana já está  
8671 resolvida, minha questão é se você e a Flávia já se reorganizaram, porque está entre  
8672 vocês essa confusão. Pode ser 3 então, resolvido Flávia, Ebenezer e Juliana, salva de  
8673 palmas. (*palmas*). Uma salva de palmas para Flávia, para Ebenezer e para Juliana.  
8674 Gente, olha só, pessoal só que nós tínhamos pensado em fazer uma priorização, nós

8675 tínhamos pensado em fazer uma priorização, mas eu acho que algumas se aproximam  
8676 muito, vocês acham que é o caso de excluir alguma coisa ou nós podemos entender que  
8677 tudo isso já vai para a carta.

8678

8679 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Que eu não me com prometo a  
8680 fazer essa sistematização, gostaria muito rede, mas nós estamos com muito aperto lá em  
8681 Minas para acabar marco lógico, árvore de problema. Equipe de transição chega semana  
8682 que vem, eu não consigo mesmo de coração. Gostaria, mas não consigo.

8683

8684 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – A  
8685 rede se solidariza com o pedido agora da Flávia? Então, ok, Ebenezer e Juliana.  
8686 Prefeitura não está vivendo transição à confusão já está dada.

8687

8688 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Isso que eu ia falar. Eu tenho um  
8689 elemento surpresa, eu tenho minha carta na manga chama Graziela do O, a bichinha está  
8690 lá em São Paulo ela acabou de voltar de 20 dias de pedidos de casamento de viagem, eu  
8691 vou escravizá-la. E nós vamos fazer isso aí juntas também então pronto.

8692

8693 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
8694 Obrigada, Ju. Pessoal olhando para isso eu estou entendendo que nós vamos abrir mão  
8695 do momento de priorização porque está muito bom, não está não? Não precisa priorizar,  
8696 aqui tem que ter um processo de sistematização que não aconteceu, isso aqui tem  
8697 algumas ideias-chaves que estão repetidas, mas o que nós estamos entendendo que eu  
8698 acho que todos foram relevantes e não precisariam ter um processo de priorização para  
8699 hierarquizá-las. A sistematização vai ter que ser natural porque as coisas estão se  
8700 repetindo, ok? Vamos nos reorganizar agora rapidamente para nós irmos para o nosso  
8701 momento de avaliação e fechamento, combinado? Pessoal, se organizando cada um  
8702 retomando seu lugar vamos lá. Pessoal, vamos lá? Todos. Pessoal a primeira coisa todo  
8703 mundo pegando a ficha de avaliação na pasta, vamos lá já tem uma fichinha de  
8704 avaliação aí. Pessoal todos já reorganizados? Vamos então tentar fechar. Olha, este  
8705 momento agora é o nosso momento sempre comum de avaliação, nós vamos fazer um  
8706 processo de inscrição mãozinhas para cima quem quiser se inscrever, eu vou pedir para  
8707 que as pessoas sejam muito objetivas nos seus comentários finais de avaliação para nós  
8708 termos chance de ouvir todo mundo. Nós temos meia hora reservada para esse momento

8709 de avaliação, e nós fazemos a leitura dos encaminhamentos da reunião, combinados?  
8710 Então inscrição está aberta, quem vai começar? Aléxia, muito bem.

8711

8712 **A Sra. Aléxia Meurer (NETP-RS)** – É uma avaliação do todo, esse da reunião da vida,  
8713 da existência, esse é o momento fala que eu te escuto. Gente, vamos lá até porque eu  
8714 costumo ser bastante objetiva e nós temos uma questão de horário aí vamos respeitar.  
8715 Eu estava ansiosa para falar e agora não sei o que falar. Na verdade eu comecei a  
8716 participar das reuniões técnicas no Recife aquela foi qual reunião? A terceira, então eu  
8717 participei desde a terceira, e eu me lembro muito das primeiras reuniões que eu  
8718 praticamente não falava nada, e sempre dizia, olha, prefiro não falar porque não  
8719 conheço nada, não sei do tema estou começando. E a sensação que eu tenho hoje é que  
8720 eu consegui aprender muito, eu tenho um imenso caminho por aprender, mas eu sinto  
8721 em mim hoje o quanto eu já me sinto pelo menos um pouco segura, de poder chegar  
8722 aqui e discutir um assunto com a Juliana, com a Flavinha, com Ebenezer, com vocês  
8723 todos, pessoas que eu admiro muitíssimo e que me ensinaram um monte, estou  
8724 emocionada. Eu queria agradecer muito a vocês, a Helô, A Cléia, a Fernanda. A  
8725 Fernanda desde o primeiro momento às vezes dá uns revertério no comitê, manda e-  
8726 mail, mensagem no facebook pelo amor de Deus me dá uma luz e é sempre ótima,  
8727 superacessível, acho que assim, que nós aprendemos. Eu coloquei na avaliação da  
8728 reunião que eu ainda sinto falta de ouvir algumas pessoas, sei que tem muita gente nova,  
8729 mas tem pessoas que já estão aqui um pouquinho mais de tempo, queria ouvir porque eu  
8730 me sinto eu me vejo também passei por esse momento de não participar tanto e acho  
8731 que é muito rico, e muito bom, e assim nós aprendemos mais. Agora fazer esse  
8732 momento foi muito rico porque eu acho que dentro do possível nós conseguimos fazer  
8733 um trabalho razoável no estado, mas, nossa tem tanta, tanta, tanta coisa para fazer e ao  
8734 mesmo tempo em que me dá uma angústia, será que eu podia ter feito mais? Dá aquela  
8735 vontade de poder continuar o que pelo menos alguém tenha interesse de dar  
8736 continuidade, e nós, claro já viemos trabalhando para deixar tudo bem amarradinho para  
8737 garantir que o Núcleo de lá continue e aconteça o que acontecer. Então eu não sei se  
8738 vejo todos vocês de novo, mas em alguns momentos da vida com certeza sim. Muito,  
8739 muito, muito obrigada por tudo, gente, que nós sejamos bem felizes em tudo que nós  
8740 fizemos. Obrigada.

8741

8742 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8743 Obrigada, Aléxia. Miguel e depois Flávia.

8744

8745 **O SR. Miguel Mesquita (NETP-RJ) –** Gente, eu já cheguei meio falando muito,  
8746 diferente da Aléxia. Eu queria agradecer a oportunidade, eu queria parabenizar pela  
8747 organização, pela seriedade do trabalho diferente dos demais fóruns que eu tenho  
8748 frequentado, eu acho que é uma diferença que eu consigo sentir é que nós conseguimos  
8749 efetivamente discutir política, nós tínhamos até comentado isso no café lá embaixo. Nós  
8750 deixamos os partidarismos de lado, nossas ideologias políticas e nós colocamos um foco  
8751 num ponto que todos nós almejamos, nós conseguimos efetivamente discutir política  
8752 pública. Essa é uma diferença que eu senti para todos os outros fóruns que eu participo.  
8753 Então eu queria parabenizar a todos vocês, eu chego à discussão agora, queria também  
8754 apresentar a Danielle foi um dos pedidos que nós fizemos do Rio de Janeiro, e a  
8755 Rebecca que não pôde estar aqui por conta das questões de passagens aéreas lá da  
8756 secretaria, mas também disponibilizar. Nós não sabemos como será a transição no Rio  
8757 de Janeiro, mas o nosso compromisso com toda a transição efetiva, com a transferência  
8758 de tecnologia, de informação e respeito por todo o trabalho que foi construído por esta  
8759 equipe aqui. Então muito obrigado, parabéns. Eu acho que é isso.

8760

8761 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8762 Obrigada, Miguel. Flávia depois Leila.

8763

8764 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG) –** Depois dessas duas falas eu acho  
8765 que já estou até contemplada. Mas eu queria agradecer também, agradecer à  
8766 Coordenação Nacional, agradecer a cada um dos companheiros dos estados quem hoje  
8767 representa, mas também aqueles que já passaram. Eu acho que eu estou nessa rede cerca  
8768 de 3 anos e isso que o Miguel falou é algo que eu também sinto queria aqui novamente  
8769 valorizar, o tanto que nós de fato nos entregamos para a promoção sempre com a  
8770 preocupação com a população, com aquele usuário que um dia será beneficiado dessa  
8771 política, os debates, a forma respeitosa com que nós sempre conversamos, sempre  
8772 debatemos. É claro que qualquer debate muitas vezes é caloroso até que cheguemos a  
8773 um consenso, que faz parte do debate e que nós consigamos atingir os objetivos, mas  
8774 aqui sempre teve muito respeito na rede de uma forma muito... Isso que a Aléxia trouxe  
8775 eu também escrevi na minha avaliação, sinto falta de alguns estados estarem

8776 participando ou mesmo de alguns membros participarem um pouco mais, mas ainda  
8777 quando nós não trazemos aqui para o espaço coletivo às falas, nós conseguimos  
8778 produzir isso nos bastidores, nos corredores, nos nossos encontros, acho que a  
8779 importância de nós estarmos sempre também em integração quando nós estamos nos  
8780 hotéis, nos botecos e nas cervejas que nós compartilhamos muitas vezes, e dali nós  
8781 conseguimos trazer uma leitura do coletivo. Eu acho que sempre com muito respeito, às  
8782 vezes um comentário que nós fazemos no bastidor, no café lá no hotel, e que um colega  
8783 ou outro acaba trazendo aquilo depois para esse espaço como algo do coletivo. Então eu  
8784 só tenho a agradecer, queria deixar também que eu cresci muito com essa rede,  
8785 agradecer também o respeito dessa rede para quando nós trazemos algumas agendas e  
8786 provocações que nem sempre também são fáceis, mas que é um espaço também da  
8787 provocação, mas sempre eu acho que o esforço aqui de cada que compõe essa rede, de  
8788 pegar uma política que cai para nós de uma forma às vezes muito, que política essa? O  
8789 que estão fazendo disso ao nível internacional, por que tráfico de pessoas? Para que essa  
8790 política nacional? Acho que acima de tudo esse grupo foi um grupo propositivo, muito  
8791 mais do que um grupo que se prendeu a uma crítica esvaziada, mas sempre uma crítica  
8792 construtiva. Então isso é algo que eu vou levar como uma experiência não só para as  
8793 minhas práticas profissionais, mas para as minhas práticas de vida, de como nós  
8794 transformamos aquilo que nos é dado como algo como um desafio para de fato  
8795 implementar algo concreto e positivo para a promoção de direitos humanos. Então só  
8796 tenho a agradecer por tudo. Obrigada.

8797

8798 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8799 Obrigada, Flavinha. Leila.

8800

8801 **A Sra. Leila Maria dos Santos Silva (NETP-PA) –** Eu sou a mais chorona do grupo,  
8802 enfim, vou tentar conter as minhas lágrimas. Bom, também nós estamos no processo de  
8803 transição lá no estado do Pará, nós não sabemos como vai ficar, mas nós sabemos que a  
8804 conjuntura vai mudar de alguma forma. Eu imensamente só tenho a agradecer porque  
8805 vocês foram para mim um grande ensinamento, poucos sabem a minha luta, sabem que  
8806 eu sou militante é bom desafio, é um desafio muito grande trabalhar com o  
8807 enfrentamento ao tráfico em nosso estado, pois existem muitas questões políticas,  
8808 muitas questões de militância e são desafios, são desafios que para mim, eu não quero  
8809 que terminem. É uma dor muito grande. Eu coloco para minha equipe, nós temos que



8810 continuar vocês têm que continuar, não podem parar, porque querendo ou não, eu faço  
8811 essa defesa a questão da implantação dessa política é importante para uma integração de  
8812 redes, assim como a política de criança e adolescente é extremamente importante para a  
8813 defesa da relações de criança e adolescentes. A coordenação, caras, vocês são incríveis,  
8814 eu admiro, vocês são... Fernanda, nova desse jeito sabe conduzir isso superinteligente, o  
8815 dr. Paulo admira para caramba ele, uma pessoa assim bonita e tal, gostoso não sei por  
8816 que nunca provei, mas estamos aqui. Eu sou linda, perfeita, maravilhosa, e assim, minha  
8817 paixão é o Valdir vocês sabem disso. Mas sério. Eu vou deixar uma mensagem para  
8818 vocês que é um texto que eu gosto muito, não é da Clarice é do Augusto Branco que é  
8819 um texto que eu adaptei para o meu dia a dia. Que diz assim. ‘O impossível’. Diga-me  
8820 que é difícil e você verá um sorriso contente pelo desafio em meu rosto, diga-me que é  
8821 impossível e terá uma mulher obcecada para conseguir o feito, diga-me que tudo está  
8822 perdido e você poderá ver-lhe dando o sangue batalhando até o último instante, só não  
8823 me diga que não vem comigo, porque simplesmente já não suporto a ideia de parar de  
8824 lutar”. Obrigada.

8825

8826 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8827 Linda, gostosa, fofa. Ju, contigo.

8828

8829 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP) –** A minha fala já é um pouco mais  
8830 racional. Vocês estão me zoando. Para que ter inimigos se temos tantos amigos? Sério,  
8831 eu não estarei na rede ano que vem não sei como será a transição em São Paulo sob o  
8832 ponto de vista de que mesmo contínuo o governo, as articulações políticas são tão  
8833 grandes que as questões que se colocam, é o que eu falo, é a base primária da  
8834 administração pública: conveniência e oportunidade, então novas pessoas virão. Ainda  
8835 que minha secretária fique, eu não ficarei, isso aí eu nunca falei isso para ela ainda  
8836 diretamente, porque nós nunca conversamos diretamente sobre isso, mas nós temos um  
8837 doutorado para acabar coisas da vida, até quando eu sai do escritório quando eu me  
8838 afastei do escritório e entrei nesse trabalho há 3 anos, eu ouvi uma coisa de um dos  
8839 advogados que participaram também da gestão do governo em São Paulo, um que foi de  
8840 uma gestão de prefeitura, e outro que foi de duas gestões do estado. “Filha você tem que  
8841 saber entrar, mas o mais importante é saber sair”. Então eu estou aprendendo saber sair.  
8842 É isso que eu queria dizer para vocês, nós precisamos aprender saber sair, e saber sair  
8843 fazer essa transição com muita serenidade, não criar nenhum tipo de atrito ainda que ele

tenha se imposto à frente de vocês, que nós consigamos com o acúmulo de experiências que nós tivemos, mas nós sabemos tanto, você não vai continuar com isso? Façam a história de vocês pessoal, vai fazer um mestrado, um doutorado, vai dar aula, ou vai participar da sociedade civil, então nós vamos criar nosso caminho e que ele tem que ser um caminho que agregue o nosso passado com o nosso futuro. Então eu já vi muita gente sair e destruir, querer destruir o outro. Eu já vi muita gente sair, não dessa rede aqui, dessa rede aqui dos 3 anos que eu estou quem saiu não destruiu, dessa rede aqui vamos colocar nome aos bois, Valentim, ninguém aqui destruiu, Michelle, nós sabemos que pode ter acontecido, se tiver acontecido não sei, pode ter acontecido algum problema? Pode. Eu desconheço que tenha sido algo a ponto de se buscar destruir, não, não. Então o que eu queria pedir para vocês é que nós, não vamos nos dispersar também na hora de sair, que nós possamos se instado no futuro por alguém dessa rede ou por alguém que fique no nosso lugar, que nós auxiliemos, que nós busquemos auxiliar, que nós propaguemos essa vibe, essa energia, essa proposta dentro dos nossos comitês Coetras, refugiados etc. o que nós integramos que nós repliquemos essa mentalidade, porque vai vir gente nova, as pessoas que virão podem chegar e falar assim: “Tudo isso aqui que Juliana está fazendo é uma porcaria vou fazer diferente”, faça, desde que você continue com a política, é o que vai acontecer, normal, beleza, faz parte do jogo. O que eu queria dizer para vocês era isso, vamos sair de uma maneira mais serena possível, isso é um pedido que essa amizade e o respeito que eu criei com vocês serviram para alguma coisa, então que pelo menos sirva para a única coisa que para mim é mais importante, é saber dizer adeus, na vida nós temos dificuldades de fazer isso com tudo, com um monte de coisas. Também fiquei um pouco emocionada agora. Quem me conhece sabe que nesse caminho eu ganhei muita coisa, mas eu também perdi muita coisa, quem me conhece sabe da minha vida pessoal sabe disso, mas nada na vida é de graça, as coisas acontecem com sabedoria para que nós aprendamos com ela. Então, gente vamos apreender com essa mudança e vamos seguir com serenidade. Só isso, só isso.

**A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Gente, é muito difícil realmente, depois de todos falarem de ver a própria rede emocionar, a Juliana, depois de várias convivências. Eu só tenho mesmo a agradecer. A Secretaria Nacional de Justiça mais uma vez na pessoa de Fernanda e de todos os coordenadores Lucicléia, Helô e Mariana, e toda essa equipe maravilhosa que sempre nos atende em qualquer momento,

8878 em qualquer circunstância, qualquer telefone sempre estão prontos a nos ajudar. Eu  
8879 acho isso muito importante nós deixarmos registrado, porque isso faz crescer a nossa  
8880 rede, como também todo o trabalho individual de cada um dos estados dos trabalhos  
8881 também integrados de cada um dos estados. Eu acho que nesse tempo todo que estamos  
8882 aqui nós não estamos falando também, parece que estamos falando que vai todo mundo  
8883 se acabar amanhã, mas é uma verdade, mudança de vários estados, pessoas até por  
8884 questão profissional mesmo querem mudar, são seus sonhos e nós temos que acreditar  
8885 nos sonhos, mas nós construímos aqui uma família, e quando eu sempre brinco no  
8886 grupo família ETP, e nós somos uma família, nós construímos isso cada um com seus  
8887 problemas nos seus estados, mas nós temos caminhado juntos e ninguém pode mudar  
8888 isso. Eu acredito que nossa política já está instalada, integrada e ninguém vai mudar isso  
8889 onde quer que estejamos nós vamos fazer com que essa política continue, e eu  
8890 realmente aqui me sinto uma situação difícil para nós, mas cada amigo que vai, vai um  
8891 pedacinho de nós, cada amigo que sai é tanto que nós criamos um e-mail paralelo, um e-  
8892 mail vip particular para aqueles que saíram possam continuar participando de nossas  
8893 discussões e nós não perdermos os contatos. E nós vamos lutando com isso. Vou deixar  
8894 aqui essa mensagem que eu gosto muito de Frederico Meeting que diz assim, ‘Ninguém  
8895 pode construir em teu lugar às pontes que precisarás atravessar o rio da vida, ninguém,  
8896 exceto tu, só tu. Então vamos deixando nossas sementes que é o mais importante, nós  
8897 vamos deixando nossa semente para os que vêm para os que vão, mas nós vamos deixar  
8898 o nosso fortalecimento e nossa memória” vão estar lá tudo na Secretaria Nacional de  
8899 Justiça como em cada estados que fomos passamos. Só espero que a SNJ também não  
8900 pegue fogo. Meus agradecimentos a todos e uma boa volta, é uma pena nós não  
8901 podermos continuar na reunião de Postos que vamos ficar até sexta-feira. É uma coisa  
8902 que eu sinto muito até porque eu não vejo diferenciar núcleos e postos, para mim não  
8903 somos uma única coisa. Somente esse registro e obrigada a todos.

8904

8905 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
8906 Obrigada, Jeanne. Eu estou incomodada que o lado de cá ainda não levantou a  
8907 plaquinha, por favor, Valdir.

8908

8909 **O Sr. Valdir Monteiro da Silva (NETP-GO) –** Eu quero dizer também aqui todo  
8910 mundo já falou, eu também não sei se eu vou permanecer ou não, mas nós temos  
8911 tentado fazer essa política e tem dado certo, eu acho que tem dado certo porque nós

vemos o resultado. Não sei se virá o ano nós continuamos ou não, mas nós estamos abertos para isso. E já queria aproveitar já que todo mundo está aqui, dizer que nós aqui eu, particularmente, em Goiás qualquer de vocês que passar por lá não deixe de dar um ligadinha para nós, que não tome uma cerveja, mas um leite com toddy alguma coisa nesse sentido. E a evolução de cada reunião que tem acontecido aqui nós temos sentido isso, nós saímos daqui cada vez mais fortalecidos e com uma certeza de fazer mais alguma coisa. Eu anotei um punhado de detalhes aqui se eu for fazer não dar para fazer esse resto de ano, eu preciso do outro ainda. Então se eu não ficar e alguém ir a Goiás entre em contato conosco lá, não vamos perder esse contato não. Um abraço a todos.

**O Sr. Admar Fontes Júnior (NETP-BA)** – Gente, eu só peço que me autorize porque meu voo eu tenho que embarcar às 18h37. Por favor. Gente mais uma vez muito obrigado, agradeço imensamente toda a rede por ter me recebido desde o primeiro momento, por ter acreditado no trabalho que seria feito, seria refeito no estado da Bahia. Eu também ano que vem acho que a maioria aqui, não sei se meu contrato vai renovar. Então eu fico muito feliz em ter trabalhado, em ter conhecido cada um de vocês. Fiquei feliz de recebê-los também na 9ª Reunião Técnica em Salvador. Eu acho que eu alcancei o meu objetivo pessoal, que era mostrar para a Bahia que nós tínhamos condições sim de enfrentar o tráfico de pessoas, de mostrar nossa cara, nós conseguimos e fizemos isso muito bem graças aos meus colegas, graças a vocês. Então eu deixo aqui o meu obrigado à coordenação da Secretaria Nacional de Justiça, ao meu grande amigo mestre dos magos o dr. Valdir, ao Valentim deixo esse registro ao Valentim, também é uma pessoa ímpar, ao Pedro do Maranhão, a todos que foram a Michelle do Amazonas, e tantos outros que eu estou esquecendo, me desculpem. O sucesso da Bahia ano que vem 2015 se vocês quiserem me encontrar, estarei sim nas muquiranas, eu não sei a fantasia ainda, mas estarei lá nas muquiranas esperando vocês na Bahia. Muito obrigado gente boa tarde.

**A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Boa tarde. Pessoal nós temos uma sugestão antes de Aléxia e Admar se retirarem, mas essa sugestão de que ser cumprida e muito rapidamente. Todo mundo encostam lá para nós tirarmos uma foto de grupo? Rápido, então vamos lá. **Encaminhamentos para ver se a mesa não esqueceu nada, ninguém mais tinha a plaquinha levantada. Primeiro encaminhamento é do Power point do Coração Azul. Nós vamos compartilhar a**

rede vai ter prazo para ajustar, nós estamos dando prazo até 14 de novembro, porque depois nós vamos divulgar aquele Power point nos nossos sites, combinado? Pode mandar mais fotos, pode ajustar o texto do seu estado, combinado? Vamos mandar aquele *Power point* cada uma ajusta o seu estado naquele *Power point* e devolve, se quiser colocar foto coloca, se quiser mudar o texto mexe, mexe no seu estado e devolve combinado? Até 14/11. Formulário de atendimento, nós vamos reativar o grupo de trabalho que era composto por Minas Gerais e Distrito Federal, Guarulhos e Goiás. Essas quatro estruturas deverão analisar como inserir um campo de acompanhamento de casos naquele formulário. Orientação, todo mundo segue aplicando o formulário tal como ele está, a coordenação vai assinar um e vai fazer 2 ajustes, um é inserir o campo de exploração laboral da prostituição e o outro é retirar o campo de servidão por dívida. Relatório semestral, nós vamos agora alterar o relatório semestral, item 6.1 mudar de total de vítimas para total de pessoas atendidas, esclarecer no manual o que é o atendimento; cai a palavra servidão por dívida e a coordenação vai enviar para todos até 14/11. Retira o campo do orçamento e das campanhas para criar um campo geral. A ideia é a coordenação vai enviar para todo mundo a nova versão do relatório no dia 14, e o prazo de entrega dos relatórios do segundo semestre é dia 5 de janeiro. Nós vamos levar um pedido para o Conatrap, a rede vai discutir com o Conatrap a diretriz para atualização da política em especial sobre dois temas, a exploração da prostituição para verificar se nós entendemos no âmbito de uma exploração sexual ou laboral, e o tema da adoção ilegal. Encaminhamento 5, a Coordenação Nacional vai levar para SDH a questão da exploração no futebol e os conselhos tutelares, para isso nós precisamos dos estados que têm casos envolvendo, nós mapeamos aqui só para ver se não faltou ninguém. Rio de Janeiro, Alagoas, São Paulo, Pará e Minas, faltou alguém? Ceará. O que nós pedimos? Que vocês nos enviem subsídios sobre esse caso, pode ser uma matéria, Ceará e Paraná. Nós precisamos de informações que vocês subsidiem a coordenação para nós podermos fazer a reunião com a SDH, combinado? Então se for um dossiê, se for um processo, se for uma matéria, se for uma sentença o que vocês tiverem vocês vão mandar para a coordenação até dia 14 de novembro.

(fora do microfone)

A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) – Isso, conselho futebol e conselhos tutelares esse é o tema que apareceu, e que nos causou estranheza que apareceu para todo mundo, enfim, para esse toró de gente. Questão exploração de crianças no futebol e conselhos tutelares, isso apareceu em vários estados então nos mandem subsídios para nós fazermos uma reunião com a SDH. Aqui na reunião apareceu Rio, Alagoas, São Paulo, Pará, Minas, Ceará e Paraná. Tem mais algum? Representantes para compor a delegação brasileira junto à reunião da OEA, Juliana e Aléxia, possibilidade de uma das duas participarem, o Miguel primeiro suplente. A coordenação vai enviar para vocês a agenda e a nota conceitual para que vocês saibam plano de fundo do debate, compartilhar em toda rede não só para as duas. Outro encaminhamento em relação aquela questão do GGI, a coordenação vai compartilhar com vocês a recomendação 03 do Conatrap para que vocês já se organizem e tenham essa recomendação em mãos. Em relação ao debate com o Conatrap, quer dizer, os temas de agenda e os pedidos. O primeiro encaminhamento é uma orientação para que todos preencham o campo orçamento, nós debatemos o tema à exaustão e acho que todo mundo está bastante esclarecido. Segundo encaminhamento, no relatório nós vamos aprimorar resposta lá no campo aberto seja no começo ou no final, sobre o contexto local revelando as especificidades, a forma como a rede trabalha eventuais integrações de agendas, que isso tudo venha bem revelado no relatório. Nós vamos produzir um texto na verdade mais *bullet points* para a próxima reunião do Conatrap com os consensos desta rede sobre a integração de políticas, nós mapeamos alguns *bullet points* e responsabilidade disso é da Juliana como a Fernanda, nós ficamos de montar isso. A priori é para a próxima reunião do Conatrap, mas o ideal é que nós soltemos isso na lista antes, ainda este ano. Ainda mais uma mudança do relatório, item comitês passa a ter um campo aberto para contextualiza, informar sobre transparência e característica própria do local. Aí tem um pedido para o Conatrap que é que ele busque conhecer a Rede de Núcleos e Postos, tem um pedido que é verificar a possibilidade de transmissão online da próxima reunião do Conatrap, e tem um encaminhamento que é convidar núcleos e postos que tenha atuação integrada para irem à reunião do Conatrap apresentar experiências. Próximo ponto, portaria, a coordenação vai finalizar e vai compartilhar com a rede a versão final da portaria até o dia 14 também, e vai depois enviar para o comitê nacional, combinado? Carta da rede, a coordenação vai auxiliar essa tarefa de

sistematização, e aí vai enviar para a Juliana e para o Ebenezer que tem até o dia 17 de novembro para fechar, porque a ideia é vocês circularem para a rede no dia 17, a rede analisa e responde até o dia 28 e nós fechamos até o dia 2 de dezembro para poder circular ainda a carta na reunião do OEA que começa no dia 4. Pode ser? No mais, nós queríamos também avaliar um pouquinho quem não conseguiu fazer antes, Ebenezer vamos fazer agora, perdão, faltou algum encaminhamento que a mesa não pegou? Vocês se lembram? Se tiver depois vocês complementam no e-mail. Ebenezer.

**O SR. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP)** – Faço eu então antes de vocês. Eu queria também agradecer eu estou desde a reunião de São Paulo, qual era a reunião de São Paulo? A 5ª e também foi um aprendizado enorme esses 2 anos e meio quase de rede, aprendizado com tudo enfim não quero repetir o que todo mundo já falou aqui, me sinto contemplado na fala de todo mundo. Eu sou difícil de chorar também se eu chorar é porque está pegando. Só choro com o Francisco, então não vou nem pensar nele, mas eu queria enfatizar e parabenizar na verdade a Coordenação Nacional, acho que essa rede tem obviamente a contribuição de muita gente muito boa, gente que vem de históricos e de história muito relevante, muito interessante participação em outros espaços, em outros movimentos, isso é notório, mas a condução desse processo ao longo desses anos pela Coordenação Nacional é de muita relevância. Então eu queria parabenizar toda a equipe da coordenação desde o início, Mariana estava lá naquela época, passou por outros coordenadores, Helô chegou depois, a Cléia começou junto comigo, não é, Cléia, na mesma reunião? E a Fernanda que esse tempo todo vem conduzindo o processo numa coordenação mais geral. Eu queria especialmente parabenizar a Fernanda por toda essa condução, é claro que ela tem o respaldo do Paulo Abraão, mas é notório que tem muito da Fernanda nesse processo. Nós poderíamos elencar adjetivos, mas tem muito da Fernanda nesse processo. Então eu acho que nós chegamos até aqui, conseguimos construir tudo isso aqui por um mérito também desse processo estável, e que sabia onde queria chegar e trabalhou muito para chegar onde quis chegar, tem a questão da visão de saber onde quer chegar, mas tem muito trabalho também aí, é impressionante nós daqui dos estados ou dos municípios observar a quantidade de trabalho que é feito, que foi feito ao longo desses anos, a quantidade de instrumentos e de coisas que realizamos e que foi construído ao longo desse tempo é

9047 muito trabalho, e também um pouco do que a Juliana falou é abrir mão de muitas coisas.  
9048 É isso.

9049

9050 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ) –**  
9051 Abraço coletivo no Ebenezer.

9052

9053 **O Sr. Ebenezer Marcelo Marques de Oliveira (NETP-SP) –** Eu pensei no Francisco.

9054

9055 **A Sra. Heloisa Greco Alves (Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de**  
9056 **Pessoas do Ministério da Justiça) –** A Cléia já falou que não vai falar, mas depois o  
9057 passo para ela, vem Cléia não tem dessa não. Eu queria começar também dizer meu  
9058 muito obrigada a toda a rede, eu aprendi imensamente eu sinto que eu aprendo muito  
9059 ainda estou caminhando, e que eu tenho pessoas que eu confio muito para conversar na  
9060 rede de trocar ideia. E queria também já aproveitar e dar um agradecimento a Fernanda  
9061 de ter confiado essa tarefa, e eu acho que a coordenação, a figura da coordenadora ela é  
9062 só simbólica, porque nada também acontece sem a Cléia, sem a Mariana, sem toda a  
9063 equipe. E tráfico de pessoas me pegou de uma forma muito forte, e até na última reunião  
9064 técnica eu não fiquei até o último dia, eu sou uma chorona também, eu fui embora no  
9065 último dia eu passei em um concurso no Ministério do Planejamento, era temporário e  
9066 eu fui assumir, eu não aguentei ficar lá 2 meses e voltei, larguei engraçado que a Juliana  
9067 falou nesse momento é saber sair, naquele dia naquela reunião técnica eu não tinha  
9068 coragem de falar sobre, olha, eu estou saindo eu falei com a Fernanda não vou falar vou  
9069 sair à francesa e enfim, vocês dão um jeito de colocar qualquer informação que  
9070 aconteceu com a Heloísa foram 2 meses que eu fique afastada e voltei em julho. E agora  
9071 o que eu tinha me proposto quando recebi o convite era ficar até o final do ano, hoje eu  
9072 sinto assim, que no tempo que eu fiquei de 1 ano e 6 meses que vai inteirar até o final  
9073 do ano, o que eu podia dar o que eu dei de minha energia, o que o pude contribuir  
9074 enfim, fecha um ciclo hoje, eu sei que eu consigo despedir-me da rede e agradecer  
9075 imensamente. E só deixar o meu muito obrigada mesmo à rede, a toda a SNJ. E eu  
9076 tenho certeza que em algum momento nós nos cruzamos aí pela vida nas nossas  
9077 militâncias, nas nossas vidas. É isso. Muito obrigada.

9078

9079 **A Sra. Lucicléia (Coordenadora Adjunta de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas)**  
9080 - Eu sou a mais novinha da casa, eu não tenho o que contribuir, eu estou muito mais



9081 recebendo, eu digo muito assim, que eu estava muito esgotada da temática de proteção a  
9082 testemunha sempre falo isso e ninguém me entende, e eu fui para tráfico de pessoas. Faz  
9083 3 meses que eu estou aqui eu tinha muita curiosidade em conhecer a rede, porque eu  
9084 percebo que cada colegiado é um espaço muito diferente. Às vezes eu via essa dinâmica  
9085 aqui maravilhosa, gente, nós poderíamos fazer no Conatrap, não dá certo, porque é  
9086 outro perfil enfim. Eu confesso que minha primeira reunião de estar à frente cuidando  
9087 de um colegiado no primeiro dia foi maravilhoso, segundo dia foi desesperador, e eu saí  
9088 frustrada e falei, como eu sou paraibana, a primeira coisa que eu pensei onde eu vim  
9089 amarrar o meu burro? Era melhor ter ficado lá, mas foi que eu conhecia de olho fechado  
9090 a política, e isso também é ruim essa coisa quando você já conhece de olho fechado que  
9091 você não consegue mais observar os detalhes, enfim, as nuances de quem vem de fora,  
9092 quem está olhando de fora talvez consiga. Eu estou aqui e eu digo que sair desse  
9093 momento aqui com vocês, eu estou saindo revigorada e eu estou achando que eu estou  
9094 me apaixonando pela política, eu estou feliz por isso, gente, eu tenho que me apaixonar  
9095 eu não consigo fazer nada sem paixão, eu acho que vocês conseguiram apimentar essa  
9096 relação. Então, muito obrigada, eu espero poder com o tempo é claro contribuir com a  
9097 política, principalmente para aqueles que vão ficar para o próximo ano. Por eu ser da  
9098 casa, estarei no MJ, independentemente da configuração da gestão, mas eu gostaria  
9099 muito de continuar contando com vocês. Tenham paciência comigo porque eu sou uma  
9100 criança nessa política. Está bom?

9101

9102 **A Sra.Tatiana Teixeira Mendes Pereira Rodrigues (Posto RJ – Galeão)** – Assim, eu  
9103 estava aqui refletindo eu também sou muito emotiva, eu acho que nós vemos muito  
9104 coração aqui, e eu estava pensando no que poderia falar quando eu vi a Ju, porque o  
9105 primeiro encontro que eu fui que foi em Salvador substituindo o major Valentim, que  
9106 teve esse cuidado de preservar a equipe, não é Cruz? Nós pudemos trazer o Cruz, o Cruz  
9107 está conosco hoje aqui por iniciativa dele, nós temos que parabenizar com todas as  
9108 dificuldades, estou emocionada porque eu já participei eu tenho 20 anos de Guarda  
9109 Municipal, eu já fui representante de muitos conselhos, Secretaria de Políticas para  
9110 Mulheres, a parte do COMAT que é o Conselho Municipal na questão das drogas, o  
9111 próprio CMDCA que é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança. Então eu  
9112 trabalho há muito tempo com escola, com crianças e com adolescentes. Então quando  
9113 isso veio para mim foi mais um desafio, quando eu cheguei nesse encontro em Salvador  
9114 acolhida de vocês, de todo mundo que está aqui principalmente que estava nesse

9115 encontro comigo, representou muito no que eu poderia depois de sair de lá de Salvador  
9116 para fazer junto ao posto. Então eu quero assim, parabenizar a equipe da secretaria, a  
9117 Helô, a Lucicléia, a Fernanda também pelo jeito dela, botei até no meu relatório que  
9118 coloquei assim, o planejamento, a objetividade, o controle que ela tem junto a tantas  
9119 cabeças diferentes, tantas características, tantas coisas que nós ficamos loucos para  
9120 aproveitar esse momento para colocar, e como ela consegue obter tudo certinho  
9121 efetuado, isso para mim é assim algo surpreendente, porque eu acho que assim, a  
9122 palavra de Deus diz que nós devemos dar a honra a quem merece honra, e eu estou  
9123 emocionada porque a equipe da secretaria merece honra, quando nós passamos o  
9124 problema do posto lá ela sabe do que estou falando sobre a questão do novo  
9125 coordenador, botou na cabeça que o posto não teria que ficar dentro do Galeão umas  
9126 coisas assim meio maluca, e nós temos essa questão da hierarquia na corporação é  
9127 muito complicado, entoa eu louvo a Deus por tudo o que está acontecendo aqui, porque  
9128 nós vemos aqui algo que acontece na vida das pessoas quando coloca uma semente que  
9129 não pode faltar que é o amor, então eu vejo muito amor e dedicação. Ju, você não sabe  
9130 as suas palavras mesmo no WhatsApp nas coisas que você falava, porque eu também  
9131 sou muito perseverante eu trabalho desde os 8 anos, então eu sempre fui muito guerreira  
9132 criei 2 filhos sozinha, então isso representa o esforço de cada um, mas a multiplicação  
9133 disso vai muito além do que vocês possam imaginar. Então, eu quero parabenizar  
9134 agradecendo a Deus pela vidinha de cada um, eu tenho certeza que são muitas às coisas  
9135 que Deus tem para sua vida Juliana porque tu é uma mulher muito guerreira, a maneira  
9136 como você é muito coletiva, você é muito tudo, porque eu vejo você e nada que você  
9137 faz é individual eu tiro essa característica muito forte em você. Você tem essa coisa de  
9138 estar ali se colocando, e eu estou colocando para você mesmo e para todo mundo ouvir,  
9139 porque são pessoas que fazem uma referência na nossa vida. Então cada um aqui a  
9140 minha fofinha que é o primeiro momento que eu tive com ela, a Leilinha, a conquista  
9141 então eu acho que o que nós tiramos como final de tudo isso aqui, porque nós aqui  
9142 somos um tempo, esse tempo não é o nosso tempo é o tempo de Deus. Hoje nós  
9143 recebemos aqui no WhatsApp um e-mail de um guarda nosso que se suicidou, ele  
9144 faleceu, tirou a vida dele ele se matou. E aquilo ali como é a placa gente eu tenho  
9145 responsabilidade com quase 300 guardas lá na guarda sabe Helô, então eu sei a  
9146 dificuldade que é lidar com vidas isso há muitos anos que eu faço isso, não só na  
9147 corporação, mas até como professora mesmo. Então eu quero parabenizar a todos aqui  
9148 independente das mudanças, independente do que vai existir continuem firmes,

9149 continuam guerreando, continuo pelejando, continuam acreditando que porque maior é  
9150 Deus sobre todas as coisas. E eu tenho certeza que maior é o que ainda essa rede vai  
9151 fazer, porque ela está mexendo com muitas instâncias. Nós estávamos colocando com a  
9152 Fernanda ali sobre a questão do valor que hoje se consegue através desse trabalho,  
9153 quantos órgãos são atingidos através de cada uma pontinha pequena, mas que vai lá não  
9154 é Juliana e mexe com toda uma esfera gente, isso é muito profundo. Então parabéns a  
9155 todos, parabéns a nossa secretaria acho que eu tenho que falar mesmo sabe , Fernanda,  
9156 de vocês, porque o atendimento de vocês o tempo todo vocês se preocupam conosco, ela  
9157 o tempo todo ligando para a capitã Tarcila, inclusive já vamos cobrar novamente essa  
9158 reunião lá com nosso ministério junto com a concessionária do aeroporto do galeão. O  
9159 Miguelzinho que se colocou à disposição, não é, Miguel? Para poder está nos ajudando,  
9160 então que eu tenho certeza que o que Deus vai fazer os anos que vão entrar nós vamos  
9161 ter aí um grande desafio para a cidade do Rio de Janeiro, acho que para todo Brasil, em  
9162 suma, que são as Olimpíadas. Nós passamos dificuldades na copa do mundo, nós  
9163 sabemos do livramento que Deus deu, mas as estratégias, os planejamentos tudo o que  
9164 nós temos feito aqui pode ter certeza que isso cada um está levando para sua casinha,  
9165 para sua história, para sua vidinha e se amem mesmo, se prestigiem se nós tivermos  
9166 tempo, eu estava falando com Aléxia, é muito fofinha por causa do jeitinho, eu falei  
9167 Aléxia eu vou lá, ela falou vai mesmo Tatiana? Eu falei vou lá, até porque nós queremos  
9168 tirar um tempo para isso e logo, logo se Deus quiser daqui uns 5 anos eu vou estar  
9169 aposentada eu pretendo continuar esse contato, por enquanto estou na coordenação, fico  
9170 até quando Deus permitir. A tua palavra-chave de entrada e saída isso é perfeito saber  
9171 chegar, saber sair, mas saber que cada um aqui é um instrumento de Deus para fazer a  
9172 diferença ninguém está aqui por acaso, ninguém. Até você que falou como você está se  
9173 vendo hoje estando aqui, ela que foi lá fazer uma experiência e retornou, não é, Helô?  
9174 Então isso é muito legal porque os instrumentos que somos nós que Deus nos usa é para  
9175 fazer a diferença na vidinha das pessoas, isso faz toda mudança, faz toda diferença.  
9176 Porque as coisas todas permanecem, mas o que se constrói isso fica eternamente isso  
9177 ninguém nos tira. Que Deus abençoe vocês e parabéns a essa equipe linda do senhor,  
9178 que Deus abençoe a cada um e possa estar preparando algo muito maior para cada uma  
9179 de vocês e para cada um onde Deus sabe que vai ficar, porque nós não sabemos, viu.  
9180 Precisando do Rio de Janeiro lá do posto ou mesmo da Tatiana ou da Guarda, nos  
9181 procurem para poder nos ajudar a nossa equipe lá de trabalho, independente disso a  
9182 pessoa Tatiana pode contar conosco. Um beijo grande, eu amo vocês.

9183

9184 **A Sra. Jeanne de Aguiar Pinheiro de Souza (NETP-PE)** – Obrigada Tatiana. Juliana  
9185 você queria complementar?

9186

9187 **A Sra. Juliana Felicidade Armede (NETP-SP)** – Desafio para a rede, também quando  
9188 nós chegamos, nós não sabemos nada, o máximo que eu sabia quando entrei na Rede de  
9189 Núcleos e Postos era o que era o Código Penal, só, eu não sabia nem o que significava o  
9190 sentido de rede. Se alguém disser para vocês, eu acumulei 10 anos de experiência com o  
9191 tráfico de pessoas, há quanto tempo você está na política? Você chegou agora beijinho  
9192 no ombro, certo? Vocês vão compreender, vão ter memória, vão estudar, vão conhecer  
9193 que bom que aquela pessoa está há 10 anos, há 20 anos, há 50 anos. Vocês vão aprender  
9194 com ela isso. O desafio que eu faço para vocês que estão chegando agora e quem vai  
9195 continuar, recupere a memória, cheguem em casa, façam a lição de casa, porque se a  
9196 Juliana é aguerrida, eu faço a lição de casa, então ninguém pega você no contrapé. Faz  
9197 lição de casa porque vocês vão aprender quem não quiser contribuir vocês vão ter  
9198 resposta para isso, e quem quiser contribuir vocês vão aprender e vão agregar com essa  
9199 pessoa o caminho para frente, então é lição de casa mesmo para quem está chegando,  
9200 está substituindo? Não tem problema não, estuda, conhece, pega material, corre atrás,  
9201 leia, entende e aprende não é porque está há 1 ano, 5 anos, 1 mês que vai fazer  
9202 diferença. Essa é uma provocação para nossa rede. É só isso.

9203

9204 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** –  
9205 Obrigada, Juju.

9206

9207 **A Sra. Flávia Gotelip Corrêa Veloso (NETP-MG)** – Esqueci na hora da minha fala,  
9208 Minas nós articulamos isso também com o comitê de deixar uma carta para a equipe de  
9209 transição, fortalecendo a política, fortalecendo o próprio espaço do comitê e deixo como  
9210 sugestão também para os outros estados.

9211

9212 **A Sra. Fernanda dos Anjos (Diretora do Departamento de Justiça/SNJ/MJ)** – Boa  
9213 Flávia. Gente olha só, quer dizer que eu e Jeanne estamos desde a primeira, chegamos  
9214 na 10ª, meu Deus isso é coisa antiga e Jeanne? Não sei se eu gosto disso não. Mas eu  
9215 tenho uma coisa que me impressiona muito que é ver o quanto essa rede amadureceu, o  
9216 quanto essa rede é solidária, e solidária é no cuidado estamos na 10ª reunião, mas tem

9217 gente chegando hoje vamos recuperar essa memória, vamos incluir, vamos recuperar  
9218 essa história vamos recontar para que essa pessoa se sinta participe desse momento  
9219 desse processo, isso é tão raro isso é tão bonito, ver o grau de amadurecimento, não é  
9220 Ju? Não saber o que é uma rede de repente ter uma estrutura consolidada como essa. Eu  
9221 enfim já estou com 10 anos de administração pública e passei por algumas redes,  
9222 algumas já, de educação, de segurança, de justiça, tem outras redes de classificação  
9223 indicativa, de organizações da sociedade civil, de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e  
9224 eu me impressiono muito com o que aconteceu aqui nesses 4 anos. Não só por essa  
9225 perspectiva solidária, franca, muito fraca a forma como nós lidamos nesse espaço, e ao  
9226 mesmo tempo em que somos francos e duros às vezes conseguimos ser extremamente  
9227 respeitosos. E nas nossas contradições, e às vezes nós não estamos com uma reflexão  
9228 tão endurecida naquele momento, mas nós viemos e de repente aquilo virou consenso,  
9229 porque a argumentação foi capaz de produzir alguma síntese. Impressionante o quanto  
9230 geramos consensos e grandes sínteses dentro desse espaço. Eu acho que isso acontecer  
9231 porque houve como a Ju ressaltou agora, muita entrega, e a entrega é o compromisso, é  
9232 a dedicação, mas é antes de tudo é um pressuposto de vida. As pessoas que estão aqui se  
9233 comprometem para além de si, elas acreditam no novo mundo, elas acreditam numa  
9234 nova sociedade e é isso que nos unem tanto. É muito bonito nós chegarmos ao final de  
9235 um ciclo e ver o quanto nós estamos unidos. É um momento como esse que eu gostei  
9236 muito da frase que a Jeanne trouxe que eu acho que o que sintetiza o processos que nos  
9237 trouxe até aqui é a construção de pontes, se nós chegamos até aqui é porque nós temos  
9238 uma capacidade muito grande de lá onde nós estamos reconstruindo a ponte, fulano com  
9239 sicrano, beltrano e trazendo. E o ligar é trazer a instituição A, é trazendo a instituição B,  
9240 é dizer que sem esse isso aqui não funciona, é entender que um processo de atenção ele  
9241 demanda um pressuposto de integração profunda e nós fazemos isso construindo pontes,  
9242 e construir pontes é muito difícil, exige muito esforço, exige bater em uma porta e de  
9243 repente aquela porta fecha, dali a pouco ela vai abrir novamente, mas você tem que  
9244 continuar batendo. Eu tenho um processo de dívida muito grande com minha equipe. Eu  
9245 tenho uma equipe maravilhosa, meninas, uma equipe que sofreu muitas vezes, uma  
9246 equipe que se esgarçou muitas vezes e que sobreviveu, fez um trabalho lindo, muito  
9247 bonito, nunca foi fácil para nós, mas eu tenho muito a agradecer primeiro ao Paulo que  
9248 sempre acreditou que para dentro do Ministério da Justiça criou todas as barreiras e  
9249 condições para que nós conseguíssemos chegar onde nós chegamos e não foi fácil. Eu  
9250 sei que tem muita gente brigando para conseguir aprovar um plano, nós passamos um

9251 ano brigando dentro do governo para conseguir aprovar um plano, e muita gente  
9252 brigando para conseguir institucionalizar, nós estamos até hoje nessa briga, então nós  
9253 somos solidários em muitas das brigas que estão postas. E se hoje nós temos essa força  
9254 é porque nós acreditamos muito nesse espaço aqui, e no espaço do Conatrap que é o  
9255 espaço que está em consolidação. Nós viemos de 2 reuniões lindas tivemos uma reunião  
9256 muito difícil, e nós esperamos que esse espaço possa ajudar avançar na política, porque  
9257 nós precisamos da sociedade civil para fortalecer essa política, e nós esperamos que essa  
9258 construção, essa franqueza no diálogo possa ocorrer naquele espaço como está  
9259 ocorrendo nesse e como ajudou a consolidar essa rede. Eu olho aquele legado e vejo  
9260 algo que é a sociedade civil, as pessoas que passaram em algum momento nessa rede,  
9261 enxergam nesse espaço uma capacidade de resposta, e isso, gente, vocês sabem como  
9262 conseguimos perceber isso? Pelo fato de nós estarmos sendo reconhecidos inclusive  
9263 para assumir outras agendas, olha o quanto nós fomos capazes de produzir alto grau de  
9264 resposta, a expectativa é que hoje nós assumamos outras agendas. Então eu quero dar os  
9265 meus parabéns porque isso significa que alguém lá na ponta passou e reconheceu nesse  
9266 serviço, reconheceu nessa estrutura uma capacidade de resposta, uma qualidade na  
9267 intervenção na vida prática daquele indivíduo que algum dia precisou passar por essa  
9268 rede. Então se nós chegamos até aqui é com muito empenho, com muito compromisso,  
9269 com muita qualidade, com muito respeito, com muita franqueza e com muita  
9270 humildade, porque nós aprendemos muito a cada reunião, muito a cada processo. O  
9271 Paulo está pedindo mil desculpas, ele está em uma reunião que começou no TCU cedo e  
9272 não acabou até agora, e ele sempre diz que adora participar dessa rede. Em Salvador ele  
9273 falou, eu não vou embora não vou ficar aqui, porque ele sente nessa rede é isso, um  
9274 compromisso para transformar a realidade. Então são muitas pessoas para agradecer e  
9275 são muitas pessoas para agradecer ao longo de 4 anos. Então vou tomar a liberdade de  
9276 agradecer em nome da Cléia, da Helô, da Mari, da Fran, da Dani que está chegando  
9277 agora, mas não são elas, é uma grande equipe, é uma grande história, é uma grande  
9278 estrutura de compromisso. E eu queria fazer um agradecimento especial ao Paulo  
9279 porque eu sei que ele também criou muitas lutas para que nós conseguíssemos chegar  
9280 onde nós chegamos. E a cada um e cada uma de vocês, 10 anos, 10 encontros, 4 anos de  
9281 história eu acho que é um grande reconhecimento social ao trabalho que cada um de nós  
9282 realizamos. As pessoas fizeram críticas ao símbolo do coração que é o símbolo global,  
9283 eu queria dizer uma coisa eu acho que ele expressa tudo, esse símbolo do coração é a  
9284 nossa entrega e a nossa capacidade de alteridade de enxergar no outro o que nós temos

9285 para oferecer. Então que esse símbolo que alguns hoje estão deturpando, não se perca  
9286 porque eu acho que nós fazemos isso é com o coração, está bom? Muito obrigada. Bom  
9287 retorno a todos. Temos no domingo um grande dia para a nossa democracia brasileira,  
9288 esperamos que esse processo de transição possa, como disse a Ju, ser um processo de  
9289 grande aprendizado e de deixar grandes legados e memórias. Obrigada, gente.